



**Julienne do Valle Tardeli Cruz**

**Cultura e natureza na patrimonialização do litoral  
fluminense**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Juçara da Silva Barbosa de Mello

Rio de Janeiro  
Setembro de 2020



**Julienne do Valle Tardeli Cruz**

**Cultura e natureza na patrimonialização do litoral  
fluminense**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof<sup>a</sup>. Juçara da Silva Barbosa de Mello**

Orientadora

Departamento de História- PUC-Rio

**Prof<sup>a</sup>. Cátia Antônia da Silva**

Departamento de Geografia- UERJ/FFP

**Prof<sup>a</sup>. Leila Bianchi Aguiar**

Departamento de História- UNIRIO

**Prof. Rui Aniceto Nascimento Fernandes**

Departamento de História- UERJ/ FFP

**Prof<sup>a</sup> Simone Dubeux Berardo Carneiro da Cunha**

Departamento de Ciências Sociais- PUC-Rio

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora. Juliene do Valle Tardeli Cruz graduou-se em História pela FFP/ UERJ (Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é mestre em História Social pela mesma instituição.

### **Julienne do Valle Tardeli Cruz**

#### Ficha Catalográfica

Cruz, Julienne do Valle Tardeli

Cultura e natureza na patrimonialização do litoral fluminense / Julienne do Valle Tardeli Cruz ; orientadora: Juçara da Silva Barbosa de Mello. – 2020.

238 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2020.

Inclui bibliografia

CDD: 900

Ao meu esposo e aos meus pais,  
por todo incentivo e amor.

## Agradecimentos

Ter o privilégio de defender uma tese em um momento tão delicado como o presente, é de fato um motivo de gratidão. Chegara aqui não seria possível sem toda uma rede de apoio que possuo. Começando por Deus, que me sustenta em momentos de fraqueza, meu esposo Felipe que me apoia dia a dia e, junto com meus pais Eloiza e Ivanildo fazem de tudo para realizar os meus sonhos. Agradeço aos meus irmãos e cunhados Elaine e Marcos, Deivison e Simone, por sempre me incentivarem. Aos meus sobrinhos, Marianne, Davi, Sara e Letícia, que são minha alegria e aos meus amigos, chegados como irmãos, Juliana, Débora, Gustavo, Julianna Carolina e Bruno. Aos meus familiares, que sei, torcem pelo meu sucesso. À minha orientadora Juçara, que pacientemente me acolheu em todos os momentos de dúvidas. À banca avaliadora, Cátia, Leila, Rui e Simone sou grata, por terem me inspirado em diversos momentos da minha vida acadêmica. Aos meus colegas de turma, Andrea, Gleyce, Ana, Fabiana, Evelyn, Waleska e Vitor, por compartilharem suas aflições e conquistas. Sou grata especialmente a todos aqueles que se tornaram parceiros de pesquisa, permitindo que os entrevistasse, levando comigo um pouco de suas histórias. Eles foram essenciais para que este trabalho existisse. Por fim, agradeço a todas as trocas de ideias ocorridas durante as aulas no programa de pós graduação, assim como eventos que participei. E assim, agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por proporcionar tais momentos.

## Resumo

Cruz, Juliene do Valle Tardeli. **Cultura e natureza na patrimonialização do litoral fluminense**. Rio de Janeiro, 2020. 238 pp. Tese de Doutorado-Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A tese analisa o processo de tombamento do litoral fluminense, realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 1985 sob a justificativa de proteção dos aspectos culturais e naturais de comunidades tradicionais de Paraty, Niterói e São João da Barra. O trabalho tem como hipótese principal o fato desta patrimonialização ter sido possibilitada por um contexto de renovação discursiva, que remete ao período de redemocratização; ao momento de definição identitária fluminense após a fusão do Estado da Guanabara com o Rio de Janeiro; e ao incremento dos movimentos sociais nas áreas da cultura e meio ambiente. A problematização destes fatores, além da abordagem sobre debates internacionais e nacionais acerca do patrimônio natural, cultural, material e imaterial, contribuem para analisar o papel das políticas de proteção nos dias atuais.

## Palavras-chaves

Litoral fluminense; Patrimonialização; cultura e natureza

## **Abstract:**

Cruz, Juliene do Valle Tardeli. **Culture and nature in the heritage protection of the coast of Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2020. 238 pp. Doctoral Thesis-Department of History, Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro.

The thesis analyzes the process of to list the Rio de Janeiro coast, carried Instituto do patrimônio Cultural (INEPAC) in 1985, under the justification of protect the cultural and natural aspects of traditional communities in Paraty, Niterói and São João da Barra. The main hypothesis of this paper is the fact that this patrimonialization was possibilited by a context of discursive renewal, which refers to the period of redemocratization; the moment of defining Rio's identity after the merger of the State of Guanabara with Rio de Janeiro; and the increase of social movements in the areas of culture and environment. The problematization of these factors, in addition to the approach to international and national debates about natural and cultural, material and immaterial heritage, contribute to analyze the role of protection policies today.

## **Keywords**

Fluminense coast; patrimonialization; culture and nature

## Sumário

Introdução	18
1. O Tombamento e o Litoral	23
1.1. Redemocratização brasileira e política cultural fluminense: O tombamento como “Sonho de jovens, incentivado por um visionário”	23
1.1. Como tomar o território? Patrimonialização como garantia do modo de vida caiçara	37
1.2. Do sul ao norte fluminense: De qual litoral falamos?	49
1.3.2. São João da Barra	56
1.3.3. Niterói	62
2. A chegada do Progresso, Nação e Identidade Fluminense	68
2.1. O viver tradicional e a chegada do “progresso”	68
2.2. Cultura e natureza nos discursos sobre Identidade Nacional brasileira	86
2.3. Dos folcloristas à fusão: a questão da Identidade Fluminense	100
2.4. Descobrindo o Rio de Janeiro: o papel do INEPAC para o novo Estado e a Identidade Fluminense	105
3. Ideias de Natureza	112



3.1. Política ambiental e mobilização Social	113
3.2. Itaipu: Entre um Parque e uma Reserva	118
3.3. Paraty: Unidades de Conservação em atrito	129
3.4. São João da Barra: Entre ruínas e o Petróleo	142
4. Renovação Discursiva e participação popular	157
4.1. A Renovação no campo patrimonial	157
4.2. Formação Discursiva do ambientalismo brasileiro	169
4.3. Quando a patrimonialização se torna efetiva: políticas intersetoriais e participação popular	184
Considerações Finais	206
Referências e Fontes	215
Bibliográficas	215
Arquivo INEPAC	233
Leis e Decretos	234
Cartas, Declarações e Resoluções	236
Entrevistas	238

## Lista de Figuras

Figura 1: Museu de Arqueologia de Itaipu	18
Figura 2: Visita mediada no MAI	19
Figura 3: Prainha de Grumari	23
Figura 4: Mapa do Estado do Rio de Janeiro	28
Figura 5: Vista para o Centro Histórico de Paraty	51
Figura 6: Mapa do tombamento-Paraty	52
Figura 7: Comunidade da Praia do Sono	52
Figura 8: Tombamento do litoral-São João da Barra	56
Figura 9: Ilha da Convivência habitada	57
Figura 10: Ilha da Convivência atualmente	58
Figura 11: Mapa-Ilha da Convivência	59
Figura 12: Mapa- Atafona	59
Figura 13: Pescador em Atafona	60
Figura 14: Pescadores em Atafona	61
Figura 15: Mapa-Itaipu, Museu de Arqueologia de Itaipu e Morro das Andorinhas	64
Figura 16: Parte Insular de Itaipu	64
Figura 17: Morro das Andorinhas e Canto Sul de Itaipu	66
Figura 18: Mapa-Rodovia Rio-Santos	70
Figura 19: Mapa- Complexo Portuário do Açú	73
Figura 20: Mapa: Canal de Itaipu e praia de Camboinhas	76
Figura 21: Canal e Lagoa de Itaipu	77

Figura 22: Mapa- Estrada Francisco da Cruz Nunes	78
Figura 23: Construção de luxo em Camboinhas	78
Figura 24: Mapa- Condomínio Laranjeiras	81
Figura 25: Mapa: Condomínio Laranjeiras, Praia do Sono e APA Cairuçu (áreas do PNSB)	83
Figura 26: Mapa- Estado da Guanabara	102
Figura 27: Mapa-Parque Estadual da Serra da Tiririca	119
Figura 28: Vista do Morro das Andorinhas	122
Figura 29: Mapa- UCs em Paraty	131
Figura 30: Praia do Meio, Trindade, em Paraty	133
Figura 31: Saco de Mamanguá	136
Figura 32: Saco de Mamanguá	137
Figura 33: Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Paraty-Mirim	138
Figura 34: Paraty-Mirim	139
Figura 35: Paraty-Mirim	130
Figura 36: Ruínas de Atafona	143
Figura 37: Escrito nos escombros: Temei a Deus	147
Figura 38: Mapa - CIPA, descrevendo as áreas em operação (verde); em construção (coral) e projetos (vermelho)	150
Figura 39: Antiga Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra	188
Figura 40: Tarituba	192
Figura 41: Cais de Tarituba	193

Figura 42: Sede da Ciranda de Tarituba	192
Figura 43: Ilha do Araújo	193
Figura 44: Prospecto de Almir Tã	194
Figura 45: Ateliê de Almir Tã	195
Figura 46: Ponta Negra	198
Figura 47: Ponta do Caju	198
Figura 48: Praia do Sono	199
Figura 59: Pescadores na praia de Itaipu	202
Figura 50: Fachada da Casa Duna	203

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ABAT - Associação de barqueiros e de moradores de Trindade

AGAPAN - Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural

APEDEMA - Assembleia Permanente de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo

ALERJ – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

APA - Área de Proteção Ambiental

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

BNDES – banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional de Habitação

CDFB - Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

CEHAB - Complexo Habitacional

CNFL - Comissão Nacional de Folclore

CECA - Comissão Estadual de Controle Ambiental

CFF – Comissão Fluminense de Folclore

CIPA - Complexo Portuário do Açu

CNC - Conferência Nacional de Cultura

CNPC - Conselho Nacional de Política Cultural

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DPHA - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara

ESEC – Estação Ecológica

FBCN - Fundação Brasileira para a conservação da Natureza

FEEMA - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente

FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

FTC - Fórum de Comunidades Tradicionais

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBECC - Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IMN - Inspetoria de Monumentos Nacionais

INEA - Instituto Estadual do Ambiente

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK – Juscelino Kubitschek

MAI- Museu de Arqueologia de Itaipu

MAPE - Movimento Arte e Pensamento Ecológico

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PPGHS-UERJ - Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RIMA - Relatório de impacto ambiental

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UCs - Unidades de Conservação

PDT - Partido Democrático Trabalhista

SECPLAN - Secretaria do Planejamento

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

MES – Ministério da Educação e Saúde

SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico nacional

MDB - partido Democrático Brasileiro

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPF - Ministério Público Federal

NUPIJ - Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas

UFF - Universidade Federal Fluminense

NUTEMC/UERJ - Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ONU - Organização da Nações Unidas

OIT - Internacional do Trabalho

OTSS - Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PELAG - Parque Estadual da Lagoa do Açu

PSD - Partido Social Democrático

PSP - Partido Social Progressista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

RDS - Reservas de Desenvolvimento Sustentável

REJ -Reserva Ecológica da Juatinga

RESEX – Reserva Extrativista

RPPN - Reserva Particular de Patrimônio Natural

SEC - Secretaria de Estado de Cultura

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SNC - Sistema Nacional de Cultura

STJ - Superior Tribunal de Justiça

UDN - União Democrática Nacional

USP - Universidade de São Paulo

TBC – Turismo de Base comunitária



*Caiçara é um mantra tão imprudente, que xinga, reza e fala  
com o tempo  
Acredita na sorte ou na desgraça, espera paciente!  
Quando perde a força só faz esperar  
Assentado e cansado com mãos calejadas, com rosto  
enrugado, de noite  
Perdidas, de sol, chuva e ventos, são marcas do tempo!  
De olho pro rancho, vive a pensar  
“A canoa, o remo, a cuiá, a vela, o porrete, a folha, a história  
Não saem mais da sua mente”.*

*Almir Tã, Ser caiçara*

## Introdução

O presente trabalho decorre de uma longa trajetória de estudos na área do Patrimônio Cultural e é fruto de alguns questionamentos que surgiram há alguns anos, durante a elaboração de minha dissertação de mestrado, defendida em 2015 pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS-UERJ). Neste projeto, investiguei o processo de apropriação dos patrimônios locais por pescadores artesanais de Itaipu, na cidade de Niterói (RJ)<sup>1</sup>.

A praia de Itaipu abriga uma Vila de pesca centenária, que possui patrimônios cancelados pelo poder público, como as Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1955; o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI) instalado no espaço destas ruínas desde 1977; os sítios arqueológicos da Duna Grande e Sambaqui de Camboinhas e a própria pesca artesanal, tombada como bem imaterial pela prefeitura de Niterói no ano de 2012.

Figura 1: Museu de Arqueologia de Itaipu



Fotografia da autora, 2016

---

<sup>1</sup> Disponível em:< [http://www.ppghsuerj.pro.br/ppg/c.php?c=download\\_dissert&arq=125](http://www.ppghsuerj.pro.br/ppg/c.php?c=download_dissert&arq=125)>. Acesso em: 12 de mar. de 2020.

Meu contato com Itaipu decorre de uma experiência vivida ainda no período de Graduação, quando cumpri um período de estágio no Museu de Arqueologia, atuando na organização arquivística, participando de projetos de pesquisa e atuando na área de educação patrimonial, como guia à visitas mediadas às exposições da instituição, às ruínas e aos sítios arqueológicos do entorno.

Figura 2: Visita mediada no MAI



Fonte: MAI, 2011.

O diálogo com os interlocutores de Itaipu me revelou a existência do tombamento do litoral fluminense realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) em 1985. Esta ação abarca, além de Itaipu, praias de Paraty e de São João da Barra. A escassez de bibliografia sobre este processo de patrimonialização e sobre o Instituto em geral suscitou a necessidade do aprofundamento da pesquisa sobre o mesmo.

Sob a justificativa de proteção dos aspectos culturais e naturais de comunidades tradicionais Caiçaras, o processo de tombamento do litoral mostrou-se profícuo para reflexão da conjuntura internacional que era de ampliação do conceito de patrimônio, e também nacional, em que as políticas de proteção à memória e ao meio ambiente refletiam o contexto de abertura política e crescimento da participação popular.

No campo patrimonial, as mudanças passaram a tender pela valorização de uma visão antropológica de cultura, que prioriza a participação social na

construção de políticas de memória. No ambientalismo, a incorporação dos preceitos da ecologia social, que valoriza uma gestão compartilhada do território e leva em conta a relação que se estabelece entre meio ambiente e garantia de direitos, possibilitou a criação de políticas públicas de proteção.

A confluência de discursos e ações políticas possibilitaram a existência de um sistema enunciativo, com dispositivos estratégicos e emergências históricas que viabilizaram esta ação, estabelecendo-se como prática discursiva, ou um *“conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época [...] as condições de exercício da função enunciativa”* (Foucault, 2008, p.133). Mais que enunciados dispersos no espaço/tempo, os discursos produzidos do saber patrimonial e no campo político são característicos das condições históricas e das relações de poder específicas do momento em que ocorreram.

O tombamento do litoral permeia discussões sobre patrimônio promovidas pelo INEPAC em nível estadual; pelo IPHAN em âmbito nacional e em esfera internacional a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Mapear os motivos da escolha dos trechos do litoral a serem protegidos é fundamental para entender como o tombamento do litoral é representativo do regime de historicidade em que vivemos e como este pode servir de garantia para as comunidades tradicionais fluminenses, que vivem uma realidade de incertezas quanto à manutenção de seus territórios.

No decorrer da pesquisa, o estudo desta ação de patrimonialização se tornou ainda mais relevante para se pensar o atual contexto brasileiro que é de desvalorização da diversidade cultural como um todo e; especialmente, no que tange à preservação de bens culturais e ambientais e à manutenção de povos tradicionais em seus territórios de origem. A crise institucional nas áreas da cultura e meio ambiente incide a estes grupos de maneira direta, criando um cenário ameaçador no que diz respeito à manutenção dos seus modos de vida, ligados aos seus territórios originários.

Este trabalho tem como contribuição evidenciar o papel do tombamento do litoral para estas comunidades, que em muitos momentos têm protagonizado a atuação de preservação dos locais em que vivem. Trazer ao conhecimento dos leitores o modo como as mesmas se organizam em torno de suas identidades

permite pensar e agir sobre políticas de patrimônio, de memória e de acesso ao meio ambiente, através um jogo de escalas espaciais e temporais.

A mudanças de análise é essencial para a definição da micro-história. É importante compreender bem sua significação e suas implicações. Os historiadores, assim como os antropólogos, costumam trabalhar com conjuntos circunscritos, de tamanho reduzido. [...] A abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas intenções, assim como em seus procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento. (Revel, 1998, p. 19-20).

A produção de narrativas sobre os grupos humanos abordados é também, uma forma e de dar visibilidade à atuação em prol da manutenção de suas identidades e tradições. Segundo Michel De Certeau “*Também a história é sempre ambivalente: o lugar que ela corta ao passado é igualmente uma maneira de dar lugar a um futuro*” De Certeau , 1977, p. 41). Deste modo, a atual pesquisa permite a escrita de uma história revisitada pelos desvios a uma história oficial e evidencia a complexidade das ações de proteção, demonstrando que estas oscilam de acordo com as relações políticas, econômicas e interpessoais.

Assim, o primeiro capítulo se dedica a contextualizar historicamente o tombamento do litoral, evidenciando a conjuntura política em que este foi executado. Para isto, além que recorrer a bibliografia sobre este período, me debruço sobre documentos relativos ao processo de tombamento, publicações institucionais e fontes orais. Esta seção traz uma discussão sobre os conceitos de análise de discurso e também sobre metodologia da história oral.

Além disso, o capítulo inicia a análise de alguns termos que acompanham toda a tese, como de patrimônio cultural, natureza, paisagem e território. Nele se traça uma trajetória do processo do tombamento, desde sua idealização, passando pelas viagens para definir os locais a serem tombados até seu decreto definitivo em 1987.

O texto discorre sobre o tombamento do litoral como valorização do território onde habitam comunidades tradicionais, conhecidas como caiçaras. Neste sentido, promove uma reflexão sobre a o estabelecimento destes grupos humanos como povos tradicionais. A última parte do capítulo remete-se a um histórico dos locais tombados pela ação de patrimonialização do INEPAC e a delimitação geográfica dos mesmos.

O capítulo 2 discute o cenário conflitivo da década de 1970. Permeado por um ideal de desenvolvimento e progresso, esse período foi de grandes transformações para as três localidades em que se deu o tombamento, gerando reações mediante o surgimento de mobilizações sociais e o desenvolvimento de políticas públicas para a proteção do litoral.

Neste momento da tese é discutido o surgimento da ideia de patrimônio gerada com a Revolução Francesa até sua visão como tradição, a ser resgatada e valorizada como folclore (cultura popular) e a articulação do debate político à ideia de identidade, principalmente no que diz respeito a formação da ideia de Nação e de *fluminensidade* (Fernandes, 2009); movimentos marcantes para a formulação de políticas de memória e de preservação ambiental.

Seguindo o texto, realizo um histórico sobre a trajetória administrativa da cidade do Rio de Janeiro enquanto Cidade-Capital e também como Estado. A questão da fusão entre o Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro evidencia um contexto de criação do INEPAC e de definição identitária durante o governo pedetista, que fomentou a medida de patrimonialização explorada nesta tese.

No terceiro capítulo são abordadas as iniciativas de preservação ambiental no Brasil, evidenciando o conceito de natureza que as permearam. Os tópicos que se seguem analisam a problemática do estabelecimento de Unidades de Conservação (UCs) nos locais de alcance do tombamento, mostrando, que apesar de concretizarem os anseios por preservação das comunidades locais, fundamentais para a perpetuação destas em seus territórios, a implementação destas políticas se deram de maneira conflituosa.

O último capítulo se trata de um levantamento de ações que representa um cenário de renovação discursiva, dada tanto no campo do patrimônio cultural, como da política ambiental. O texto descreve o contexto de crescimento da participação popular possibilitado pela abertura política e constituição de 1988. O capítulo se encerra com a análise da efetividade do tombamento nos locais que ele alcançou e as alternativas que possam potencializar o seu alcance para as comunidades locais e demais indivíduos que frequentem as áreas tombadas.

# 1

## O Tombamento e o Litoral

### 1.1.

#### **Redemocratização brasileira e política cultural fluminense: O tombamento como “Sonho de jovens, incentivado por um visionário”**

O Rio de Janeiro passa a ser liderado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) a partir de 1983, tendo Leonel Brizola como governador e Darcy Ribeiro como vice-governador e secretário de ciência e cultura. Governando por duas gestões (1983-1987 e 1991-1994) o PDT desenvolveu uma campanha de investimentos no âmbito da educação, cultura e preservação, com a construção dos Centros Integrados de Educação pública, os CIEPS, do sambódromo, do Corredor Cultural<sup>6</sup>, a efetivação de uma série de tombamentos e criação de Unidades de Conservação.

Entender o tombamento como parte de um processo de renovação discursiva no campo das políticas públicas e influenciado pela trajetória intelectual e política de Darcy Ribeiro<sup>7</sup> é fundamental. O escopo de sua política cultural estava na proteção e expressão da cultura como “*modo singular de um povo de exercer sua humanidade: audível, na língua que fala ou na forma que canta: visível, nas coisas típicas que faz; observável, nos seus modos peculiares de conduta*” (Ribeiro, 1986, p. 2).

A leitura da sociedade brasileira feita pelo antropólogo, como um povo composto por diferentes subculturas regionais, com modos próprios de adaptação a natureza e visões particulares de mundo (Ribeiro, 2012) revela seu interesse pelos aspectos culturais que resistiram ao processo civilizatório imposto a esta Nação.

Os conceitos de alienação cultural, cultura autêntica, cultura espúria, marginalidade cultural e deculturação evidenciam a preocupação de Darcy Ribeiro em permitir que os diferentes povos tivessem a possibilidade de manifestar sua cultura própria ao invés de apropriar-se alienadamente da cultura

<sup>6</sup> “O Corredor Cultural é um projeto de preservação e revitalização do Centro Histórico do Rio de Janeiro e abrange Lapa, Cinelândia, Carioca, Passeio Público, Praça Tiradentes, Praça XV, SAARA e Largo São Francisco”. (Damasceno, 2014, p. 154).

<sup>7</sup> Sobre sua vida e obra Cf: <<http://www.fundar.org.br/controller.php?pagina=12>>.

alheia. Fazer da população protagonista, produtora cultural, descentralizada das burocracias governamentais, era uma proposta da política cultural do PDT. (Damasceno, 2014, p. 146).

Tendo como objetivo a manutenção dos modos de vida caíçara em decorrência da proteção do ambiente litorâneo, o processo de tombamento viabiliza uma ação de patrimonialização integral, composta por elementos culturais e naturais. A preservação combinada de trechos e povos que (re) existiram isolados por várias gerações significaria valorizar o “*colorido mosaico que hoje enriquece o Brasil pela adição, as diferenças de paisagem, de variações de usos e costumes de uma região para a outra*” (Ribeiro, 2006, p. 228).

Damasceno indica que a política pedetista gerou “*uma conexão com a classe popular, considerando sua memória e suas práticas sociais como elementos dignos de serem preservados, quebrando uma concepção de patrimônio como algo sagrado, exclusivamente elitista, distinto da vida cotidiana*” (Damasceno, 2014, p.157). A política Brizolista alicerçou-se na estratégia de aproximação popular para a manutenção do seu poder. O desenvolvimento de projetos na educação, cultura e segurança pública sempre em um discurso de proximidade às massas coincidiu com a necessidade de participação das mesmas, gerando um processo similar a “*mercado de oferta e procura*” (Damasceno, 2014, p. 134).

No campo do Departamento de Cultura, talvez o fato mais notável tenha sido uma política de tombamentos, coordenada pelo Ítalo Campofiorito [...] O tombamento de praias, bens naturais e pertinentes à memória cultural carioca, bem como a importância do INEPAC para esse aspecto da política cultural do PDT podem ser comprovados mediante análise das reportagens do Diário Oficial<sup>8</sup> sobre tombamento no período estudado. (Damasceno, 2014, p. 152; 153).

As mobilizações sociais que ocorriam no litoral do Estado, ocasionadas pelas tensões provocadas principalmente pelo crescimento da especulação imobiliária e do turismo de massa viram na aproximação ao governo uma chance de resolução para os embates que viviam. O acionamento destes grupos foi respondido pelo vice-governador: “*Essa luta encontrou eco na atual administração a partir da vontade expressa pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado*

<sup>8</sup> Diário Oficial de 11 de maio 1987.



*da Ciência e Cultura [Darcy] em garantir a sobrevivência dos últimos aldeamentos de pescadores remanescentes do nosso litoral”*. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.4).

A análise que faço neste capítulo tem como fontes documentos do dossiê de tombamento do litoral pertencentes ao INEPAC e outras publicações sobre o tema, como o caderno *Fazimentos*, dedicado às ações de Darcy Ribeiro e relatórios da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA)<sup>9</sup>, reportagens, decretos, dentre outros, além de fontes de cunho oral.

Utilizo a conceituação de Michel Foucault (2008) para problematizar os enunciados mencionados no decorrer desta seção e também no decorrer dos outros capítulos. A escolha pela esfera do discurso explica-se por este perpassar as construções reflexivas sobre memória e identidade, as relações de poder, os conflitos e a produção de narrativas que fundam as políticas, concretizadas em ações de proteção ao patrimônio.

Apesar de ter sido dado como provisório em 09 dezembro de 1985 e publicado como definitivo em Diário Oficial em 11 de maio 1987, a intenção de execução do tombamento já existia anteriormente. Segundo Paulo Ribeiro, a ideia para a realização do tombamento ocorreu em 1983, em visita a praia de Grumari<sup>10</sup>, pois, *‘o Professor Darcy queria realizar ali "O Festival Mundial da Juventude", para um milhão de pessoas acampadas. A partir de 84 começamos a percorrer todo litoral fluminense’*. (Ribeiro, Paulo. Entrevista concedida a autora. Montes Claros, 10 de abr. 2018) Em entrevista, Ricardo Brasil reitera:

O Darcy, tinha um festival da juventude que juntasse a América Latina toda, África, mundial e que fosse um festival de música, teatro e cultura. Ele falou não, tem que ser num lugar, ele ficou encantado [com Grumari]: isso daqui é uma praia original, ele viu aquilo dali e ficou encantado. Ali surgiu a ideia do tombamento de litoral. A partir do momento em que ele viu Grumari e Grumari estava sendo assediada por um grupo de especulação imobiliária, pela Globo também na época, um investimento, que na época estavam pensando em fazer ali em Grumari um resort, alguma coisa também nesse sentido, com prédios e tal. E ali foi a semente do tombamento: - não, isso tem que ser preservado! Tanto pela questão da praia, litorânea, quanto pela questão que você tem uma mata de praias emendando ali na serra branca com uma mata atlântica. O parque estadual da pedra branca também veio a reboque desses projetos todos. O tombamento de litoral, esses

<sup>9</sup> Inventário do Tombamento de trechos do litoral fluminense: - Número do processo: E-18/300.459/85-Paraty, São João da Barra e Niterói .

<sup>10</sup> Cf ; INEPAC Número do processo: E-18/300.008/85 -Extensão do tombamento da praia de Grumari.

movimentos todos, isso foi tudo mais ou menos um conjunto. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).<sup>11</sup>

No caderno *Fazimentos de número 8*<sup>12</sup>, consta que o tombamento da praia de Grumari foi uma iniciativa do próprio Darcy Ribeiro. Segundo o texto de Lia Motta para esta edição, Darcy buscava um lugar para abrigar o Festival da juventude que tentava realizar e foi apresentado à praia e quando a viu “*Teve certeza de que estava diante do único lugar no Rio de Janeiro que havia preservado tal como os portugueses haviam visto*”. [grifo meu]. (Motta, 2009, p.52)

A justificativa para o tombamento da praia de Grumari era garantir às futuras gerações ao menos um dos “**últimos remanescentes ainda virgens do paraíso natural que foi o Rio de Janeiro dos Tupinambás e dos primeiros portugueses**” [grifo meu], que se perdeu quase todo sob o avanço brutal da ocupação urbana e da especulação imobiliária! (Motta, 2009, p.52).

Figura 3: Prainha de Grumari



Fotografia de Ricargo Wagner e Silva, 2013. Fonte: Wikimedia Commons

<sup>11</sup> Brasil ressalva que esta informação lhe chegou em segunda mão, pois o grupo que participou do tombamento ainda não estava formado, portanto, ele não participou deste fato. O relato original foi passado por Paulo Ribeiro. O entrevistado diz que durante as reuniões do grupo o surgimento da ideia foi mencionado várias vezes.

<sup>12</sup> *Fazimentos* é uma publicação da Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), que como seu título indica, tem como temática principal os feitos realizados por Darcy Ribeiro, dentre outros. A edição de número 8, que aqui tratamos, é dedicada ao período em que o antropólogo foi vice-governador e secretário de Estado de Ciência e Cultura e ‘*É também, uma homenagem ao seu parceiro na implementação dessa política de “tombamentos e salvação”, Ítalo Campofiorito*’ (Ribeiro, 2009), diretor do INEPAC à época do tombamento do litoral.

Os trechos citados carregam um tom de ineditismo para aqueles que participaram do seu processo. Em entrevista, Ricardo Brasil afirma que ao saber que a ideia do tombamento era preservar uma significativa faixa litorânea, aderiu ao projeto de imediato, pois ele entendia que esta era uma maneira de deixar “as populações originais a salvo da especulação imobiliária e **mantendo o cenário e ecossistemas locais intocáveis** [grifo meu], o que era **inédito**”. (Brasil, 2009, p. 20).

Nota-se que a ideia que permeou inicialmente o conjunto de tombamentos no contexto do que foi realizado no litoral fluminense era a de preservação de uma natureza intocada (Diegues, 2001) e dizia respeito principalmente a áreas desabitadas, como o caso da praia de Grumari, que sofria ameaças de especulação imobiliária. Assim, o intuito inicial era promover uma ampla ação de proteção ao litoral do Rio de Janeiro, “*principalmente no litoral norte e região dos lagos*”. (Ribeiro, Paulo. Entrevista concedida a autora. Montes Claros, 10 de abr. 2018). Neste sentido, Ilha Grande<sup>13</sup>, Grumari, Cabo Frio e Arraial do Cabo<sup>14</sup>, foram contempladas com ações do INEPAC.

Além destas áreas, foi sugerido também o tombamento da Restinga de Massambaba, em Cabo Frio devido a seus notáveis valores culturais e científicos. De todas as propostas encaminhadas ao INEPAC, apenas esta não foi objeto de processo de tombamento. Sendo inquestionável a sua importância ambiental e paisagística, foi considerado mais adequada a preservação da área de restinga através da criação de uma reserva biológica. Foram incluídas ainda neste documento as propostas para ocupação de Grumari, tombada em 31 de outubro de 1985, pois acredita-se que as diretrizes para parcelamento e uso do solo apresentadas pela Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura não respeitam as características ambientais da área de restinga. (FEEMA, 1985<sup>15</sup>)

Ainda que se refira à Grumari como o mote para a implementação da série de tombamentos pelo litoral do Rio de Janeiro, o caso de proteção das áreas de Paraty, Niterói e São João da Barra se torna especial pela sua especificidade em justificar-se pela manutenção dos meios de vida tradicionais, em relação ao seu território. Mesmo que se possa criticar a ideia de originalidade dos povos que habitavam as áreas tombadas naquele momento, como se estes vivessem em um modelo de cultura pura (Burke, 1989), é preciso ressaltar que o processo de

<sup>13</sup> INEPAC, Número do processo: E-05/000.170/87 – Ilha Grande.

<sup>14</sup> INEPAC, Número do Processo: E-07/201.717/84 – Dunas de Cabo Frio e Arraial do Cabo.

<sup>15</sup> As páginas dessa publicação não estão numeradas.

tombamento do litoral fluminense representou um alargamento conceitual, alicerçado na valorização da interação entre ser humano e natureza.

Figura 4: Mapa do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

Em relatório do conselheiro do INEPAC Joel Ghivelder ao presidente do Conselho Estadual de Tombamentos<sup>16</sup>, Manoel Diegues Júnior, é enfatizada a necessidade de preservação dos aspectos ambientais para a manutenção da cultura caiçara, explicitando-se que a preservação dos manguezais e criatórios de espécies marinhas são essenciais para o sustento de centenas de famílias que vivem da pesca.

O conselheiro se resvala da assertiva do secretário de Estado de Planejamento e Controle, Fernando Lopes de Almeida, quando afirma que as praias "serão testemunhos de uma política preservacionista sem precedentes na história do Rio de Janeiro". Interessante ressaltar nesse parecer do secretário é a sua visão referente ao elemento cultural e também referente ao turismo no Estado, "O tombamento desses bens, além do aspecto cultural, é de interesse para o turismo do Estado e, particularmente, para a economia de centenas de famílias de pescadores que dependem da preservação dos manguezais e dos criatórios de espécies marinhas". (Monteiro, 2016).

Mediante a análise das fontes orais, constata-se que no momento em que foi empreendido o tombamento do litoral fluminense era latente uma visão

<sup>16</sup> Criado originalmente no Estado da Guanabara pelo Decreto-Lei Estadual nº 2, de 11 de abril de 1969, e regulamentado pelo Decreto nº 5.808 de 13 de julho de 1982.

ampliada sobre patrimônio, o que gera a hipótese do entendimento de um conceito integrado de patrimônio, próximo ao que hoje se concebe como *paisagem cultural*:

Há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem e o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu, ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *lócus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. (Winter Ribeiro, 2007, p. 9).

Nos relatórios da FEEMA sobre os possíveis tombamentos pretendidos pelo INEPAC concebe-se a paisagem como um bem cultural, que integra noções de mundo; a combinação de elementos físicos, culturais e humanos. A leitura da FEEMA refere-se à teoria Geossistêmica, abordada por Georges Bertrand (1968)<sup>17</sup> e enfatiza a ideia de paisagem como a “*combinação dinâmica entre elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo entre si fazem dela um conjunto único, indissociável e em perpétua evolução*”. (FEEMA, 1985, pag. var.).

[As paisagens] podem representar elos importantíssimos e vitais de cadeias alimentares, cujo topo é ocupado pelo próprio homem. A proteção destas áreas tem repercussões imediatas na própria estrutura da sociedade. Como exemplo, podem ser mencionados os manguezais e as lagoas, que são o suporte básico e fonte de sobrevivência de aldeamentos de pescadores. Muitos destes núcleos caiçaras tiveram importante papel histórico, e guardam até hoje características étnicas culturais e sociais que merecem ser preservadas. (FEEMA, 1985, pag. var.).

Fundamentada nesta perspectiva geográfica, a FEEMA critica possíveis contestações às iniciativas de tombamento, afirmando que estas deveriam ser vistas com indignação, pois “*só uma abordagem de inspiração ecossistêmica pode tratar o estudo da paisagem de forma conveniente [...] Assim, toda*

<sup>17</sup> A metodologia bertrandiana apresenta uma perspectiva dinâmica, que com seus métodos de análise e suas subdivisões das unidades inferiores, geossistema, geofáceis e geótopos possibilitam um maior entendimento da estrutura e da dinâmica das unidades de paisagem. Entender a complexidade dos sistemas ambientais é um desafio, no qual as metodologias propostas com a visão sistêmica e geossistêmica contribuem para um entendimento completo de todos os elementos e variáveis representados na escala do geossistema. A metodologia geossistêmica proporciona uma visão global em que permite aplicá-la em diferentes escalas, buscando assim entender o funcionamento dos ambientes e suas interrelações. (Archela & Rosolém, 2010, p.7).

*paisagem é um bem cultural pelo simples fato de integrar a noção do Mundo.*”. (FEEMA, 1985, pag. var.).

Esta ampliação conceitual está presente também nos discursos de valorização da pluralidade cultural, recorrentes na gestão pedetista. Ítalo Campofiorito<sup>18</sup>, diretor do INEPAC de 1983 a 1986 e posteriormente diretor da Divisão de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, fala à *Revista do Brasil*<sup>19</sup> sobre a necessidade de se pensar o patrimônio no Brasil de forma mais livre, como já era citado no anteprojeto de Mário de Andrade. De acordo com Campofiorito,

Nem tudo na memória é forjado e os conhecimentos especializados – de História, Arqueologia, Arquivologia e Restauração, Urbanismo, etc- são indispensáveis, mas o que importa é que a política de preservação do patrimônio cultural seja coberta, de ponta a ponta, não com a triste nostalgia do passado, mas com o sopro colorido<sup>20</sup> da vida”. (Campofiorito, 1984, p. 20).

Bitencourt e Lerner citam que, por estarem alinhados a uma concepção de política cultural de valorização dos traços culturais locais, a parceria entre Darcy Ribeiro e Ítalo Campofiorito tornou-se profícua<sup>21</sup>.

As demandas sem limites do professor Darcy Ribeiro encontraram no pensamento do Ítalo um canal de possibilidades e desdobramentos que produziam os fundamentos necessários para cada um dos diversos tombamentos que ocorreram naquela ocasião, através da elaboração de premissas, como

<sup>18</sup> Nascido em Paris em 1933, foi arquiteto e crítico de arte, participou do International Council on Monuments and Sites (Icomos) e atuou como crítico de Arte pela Associação Internacional de Crítica de Arte (AICA), bem como junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), onde assinou o tombamento de Brasília. Foi professor titular da Universidade de Brasília e diretor executivo do Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Niterói entre 1996 e 2004 e posteriormente membro do Conselho Deliberativo. Desde 1996, era membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN/Ministério da Cultura e recentemente do Conselho Municipal de Tombamento de Niterói. Devido ao seu estado de saúde não conseguiu estabelecer contato para realização de uma entrevista. Com pesar, Ítalo Campofiorito veio a falecer em 27 de maio deste ano (2020).

<sup>19</sup> A revista, que circulou de 1919 a 1923 surgiu em meio a sucessão presidencial, num contexto de crescimento nacionalista e desenvolvimento urbano e era ligada a administração de Epitácio Pessoa. Cf. De Luca, 1999.

<sup>20</sup> Nota-se aqui o uso da palavra “colorido” em conotação similar a utilizada por Darcy Ribeiro em *O povo Brasileiro* (2012). O termo remete a existência de uma multiplicidade de construções culturais no cenário brasileiro e nega a continuidade de uma identidade nacional unificada/homogeneizada, na qual foi construída por símbolos e monumentos do passado.

<sup>21</sup> Em entrevista, Paulo Ribeiro lembra, entretanto, que a aceitação de Campofiorito não foi imediata e que no início achou a ideia do tombamento “*uma loucura [e] Dina era seu braço direito e concordava com o chefe*” (RIBEIRO, 2018). O entrevistado conta que o diretor do INEPAC mudou de ideia quando teve contato com uma reportagem do Jornal do Brasil: “*Ele começou a mudar de posição quando “Apicius”, jornalista do JB, foi em uma das viagens e ficou deslumbrado com tanta beleza*” [...]. *Ele fez uma grande reportagem para a revistinha de domingo do JB, mostrando toda beleza do litoral e a necessidade do tombamento. Foi inclusive o relator na reunião no conselho*”<sup>21</sup> do INEPAC”. (Ribeiro, 2018).

originalíssimos “mandamentos” do patrimônio cultural que foram registrados na Revista do Brasil, retomada pelo professor Darcy naqueles anos. (Bittencourt e Lerner, 2009, p.10).

Campofiorito, enquanto sujeito que ocupava um lugar institucional, fazia uso dos enunciados pertencentes ao seu campo discursivo. O texto institucional do INEPAC mostra que a gestão de Ítalo Campofiorito foi marcada por um discurso de valorização das comunidades e que este fato se deu pela aproximação do diretor às orientações de Darcy Ribero.<sup>22</sup>.

Neste capítulo analiso a construção de uma narrativa sobre o processo de efetivação do tombamento através do trabalho com história oral, que pôde demonstrar outros pontos de vista além dos que constam da documentação que inventaria esta ação de proteção. Ao contrário de uma concepção de História como verdade absoluta, a história oral se constrói através da relação entre entrevistador e entrevistado. Dessa maneira,

A história oral não tem sujeito unificado, é contada de uma multiplicidade de pontos de vista, e a imparcialidade tradicionalmente reclamada pelos historiadores é substituída pela parcialidade do narrador. [...] A confrontação de suas diferentes parcialidades [entrevistador e entrevistado]- confrontação como “conflito” e confrontação como “busca pela unidade” – é uma das coisas que faz a história oral interessante. (Portelli, 1997, p. 39).

A relação entre história oral e memória revela as articulações realizadas sobre o passado e a construção de sentidos e identidades através do tempo. Neste ponto, vale ressaltar que a memória não é concebida como mera repositória de fatos históricos. Indivíduos e sociedades se estabelecem de maneiras diferentes no tempo, e esta diversidade se dá mediante ao modo como estes lidam com as memórias individuais e coletivas.

No campo da anamnese e do olvido nada está definitivamente petrificado. Pode mesmo, sustentar-se, que na primeira se manifesta uma espécie de “ardil da memória” que se traduz na onipresença do inconsciente ou conscientemente recalcado. Mas essa função também lhe oferece estatuto de fonte que, mediante à renovação potenciada pela imprevisibilidade do porvir, possibilita a existência, tanto de futuros para o presente, como numa atitude justiceira, de futuros para o passado. (Catroga, 2001, p. 31).

---

<sup>22</sup> Disponível em <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>>. Acesso em 01 de jun. de 2018.

Neste sentido, vale argumentar que os discursos daqueles que participaram do processo de tombamento do litoral apresentam certa nostalgia, devido a este projeto estar ligado às suas reelaborações sobre o passado de acordo com o presente pois, apesar da memória remeter ao passado, é sempre elaborada a partir do presente e perpassada pela expectativa de um futuro.

Para que se desse início ao processo de tombamento do litoral foi organizado um grupo de três pessoas para sair em expedições de pesquisas, de norte ao sul do litoral fluminense. Como coordenador do projeto, Darcy Ribeiro convocou seu sobrinho, hoje diretor da FUNDAR, Paulo Ribeiro. A expedição contava ainda com o arquiteto Nazih Ahmed e o fotógrafo Ricardo Brasil.

O intuito era no caminho irmos fotografando e parando nas pequenas comunidades para fazer os levantamentos necessários. A partir daí, utilizamos vários outros meios de transporte, pequenas traineiras, canoas de pesca, helicópteros, Kombis e a “escrota”<sup>23</sup> (Brasil, 2009, p. 21).

Paulo Ribeiro afirma que

O tombamento só aconteceu porque um visionário sonhou e três jovens embarcaram no sonho. Voamos livres e sabíamos que estávamos fazendo algo importante, cheios de tesão pela vida. A campanha das diretas fervilhava o Rio, o fim da ditadura estava próximo e nós acreditando que iríamos mudar o mundo. Proteger as caixas da especulação imobiliária. Derrotar Roberto Marinho na Ilha Grande (Ribeiro, Paulo. Entrevista concedida a autora. Montes Claros, 10 de abr. 2018)

De acordo com Paulo Ribeiro, de início o projeto funcionou de maneira improvisada, tomando corpo com a inserção de novos personagens do INEPAC, que os auxiliaram a desenvolver a pesquisa de campo e deram apoio a ideia do tombamento.

Não tinha reunião nenhuma com o INEPAC, fizemos como pudemos, incentivado por Darcy. Quando conseguíamos carro e diária fugíamos para o campo e registrávamos com o que tínhamos: câmara VHS e com o equipamento fotográfico de Ricardo Brasil. Orientávamos por mapas comprados no IBGE, depois Nazih, estagiário do INEPAC, localizava em um mapa os locais visitados. Nazih foi um craque e acabou contaminando Marcos, seu chefe imediato e

---

<sup>23</sup> Apelido dado à Kombi verde, com desenhos de verduras na lataria, cedida em parceria pelo Banco do Estado do Rio de Janeiro - BANERJ. Os expedicionários faziam contato com as comunidades do litoral mediante à distribuição de sementes e cartilhas, pelo projeto “Hortas familiares”, do BANERJ.



posteriormente a Dina. (Ribeiro, Paulo. Entrevista concedida a autora. Montes Claros, 10 de abr. 2018)

Stella Maris C. Mendonça, professora e jornalista e ex-funcionária do Departamento do Patrimônio Imaterial do INEPAC (2014-2016), descreve que por ser muito próxima de Paulo ribeiro, acompanhou de perto a elaboração do projeto de tombamento.

A entrevistada conta que chegou a ir com o amigo para as viagens exploratórias em seu fusca, apesar da precariedade da estrada, que ainda era de terra : *“ficamos acampados no terreno de uma amiga mineira que havia se casado com pescador de lá, e, na volta, ficamos atolados e tivemos que colocar correntes nas rodas do carro para subir”* (Mendonça, Stella Maris. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 22 de jul 2020).

Ricardo Brasil corrobora a ideia de que o projeto se iniciou no improviso. Segundo ele, as primeiras expedições pareciam “guerrilhas”, pela falta de estrutura em que ele e seus companheiros enfrentavam:

A equipe de campo era reduzida: um coordenador [Paulo], um arquiteto [Nazih], um fotógrafo [Ricardo] e, às vezes, um cinegrafista<sup>24</sup>. Não havia verbas para fazer o levantamento. Dependíamos de carros emprestados de outros órgãos, combustível doado (às vezes à revelia do doador), diárias que eram “rachadas” para podermos comer e dormir. Movimentávamo-nos nas sombras da burocracia. (Brasil, 2009, p 18 – 19).

O entrevistado afirmou que a aproximação com as comunidades existentes nos locais pesquisados para o tombamento era feito mais com as lideranças locais, devido ao trabalho ter sido muito fracionado, pois as pessoas que compunham o grupo de expedições trabalhavam no Estado [Paulo e Nazih] e *“tinham suas obrigações funcionais, então efetivamente esses trabalhos eram feitos em períodos de possibilidade deles”* e ele trabalhava como fotógrafo em outros projetos : *“porque eu era uma pessoa contratada e tinha também outras funções de trabalho fora do estado, como fotógrafo”*. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018)

<sup>24</sup> A equipe de vídeo deu duas entradas conosco só, em VHS. Tinha em beta e parte em VHS. Teve uma reunião prévia e foi um cinegrafista uma vez e depois outro cinegrafista. Como eu não acompanhei essa parte, eu não sei que fim teve essa documentação. Minha preocupação era essa: que fim deu essa documentação fotográfica em nível antropológico, um documentário mesmo que foi feito. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

Neste processo de reconhecimento de área, os expedicionários contaram com apoio de alguns órgãos, que facilitaram o desenvolvimento do projeto. Foram eles: Departamento de Estradas e Rodagem, grupo Executivo da Política Pesqueira da Secretaria do Planejamento (SECPLAN) e da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA).

O trabalho conjunto FEEMA-INEPAC teve início em 1984 quando, sob a coordenação de Dionê Maria Marinho Castro, foi elaborado o “Relatório para Encaminhamento do Tombamento das Dunas de Cabo Frio”. Esse tombamento, uma vez efetuado pelo INEPAC, gerou contestações por parte da Prefeitura de Cabo Frio em 1985, recorreu ao Conselho Estadual de Cultura solicitando autorização para implantação da Av. Litorânea, Projeto elaborado por esta Prefeitura. (FEEMA, 1985)

Estes órgãos emitiram pareceres favoráveis ao tombamento, o solicitando ao governo do Rio de Janeiro, em apoio ao INEPAC:

Cabe ressaltar que o INEPAC vem se mostrando extremamente criterioso nas suas propostas de tombamento, contribuindo para a valorização deste instrumento de preservação paisagística e cultural. A presente solicitação é fruto do trabalho conjunto da SECPLAN e a FEEMA, não implicando ônus para o Estado. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl. 67)

A parceria entre estes órgãos se deu em mão dupla, visto que década de 1980 as leis ambientais<sup>25</sup> e de uso de solo ainda não estavam bem definidas. Ricardo Brasil enfatiza que este apoio mútuo foi dado na medida em que muitas comunidades existentes no litoral ainda eram desconhecidas pelos órgãos de planejamento e de meio ambiente. Assim,

A gente tinha o apoio também de um pessoal, existia uma secretaria da pesca no governo Brizola. Essa secretaria da pesca, qual era a intenção deles, também através do nosso levantamento? Eles não tinham também todo o levantamento de todas as comunidades de pesca artesanal do Rio de Janeiro. Então a gente deu apoio também nesse levantamento. Então daí de ter feito levantamento aéreo e qualquer identificação que nós fazíamos de comunidades originais de pescadores no litoral, passava e botava em mapa isso. Então várias comunidades foram mapeadas assim, isso é uma coisa de tombamento paisagístico e de preservação de natureza. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

<sup>25</sup> Abordadas no capítulo 3. Para conferir as principais leis ambientais brasileiras, Cf. < <http://www.teraambiental.com.br/blog-da-tera-ambiental/as-principais-leis-ambientais-brasileiras>>.

A ação de proteção aos trechos do litoral do estado do Rio de Janeiro teve, então, dois fundamentos principais: “*contribuir para preservar alguns dos mais belos e importantes ecossistemas da nossa costa e garantir a permanência nessas áreas das comunidades tradicionais de pescadores*”. (Lerner apud Cavaco; Farias; Sampaio; Vasques, 2016, p.8). O processo de tombamento mostra clara preocupação com a cultura caiçara e enfatiza a necessidade de preservação do ambiente litorâneo como meio de manutenção das tradições da pesca artesanal.

No ofício nº 266 do INEPAC, enviado ao Departamento Geral de Cultura fica evidente a noção de ineditismo da ação de proteção, que abarcaria os aspectos cultural e natural em um só processo.

Pela primeira vez, será reconhecido o valor cultural de uma associação espacial, e, por assim dizer, simbiótica, entre povoados tradicionais de pescadores e a faixa de terra emersa das águas oceânicas, onde a vida e o trabalho dos homens pulsam com a movimentação rítmica do mar. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.13)

Segundo Ricardo Brasil objetivava-se promover uma ação ampla de tombamento que pudesse garantir o território das populações tradicionais do litoral do Rio de Janeiro.

A intenção base do projeto não era só uma preservação paisagística e ambiental, mas sim também uma proposta mais profunda que seria fixar as comunidades originais, caiçaras, (sic) no litoral, que estavam sumindo devido a especulação. E como determinar essa posse de terra? Tudo devia ser mapeado, as posses deveriam ser fotografadas, para poder, a partir disso, fixar o homem à terra. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

Apesar de tombamento ser um dispositivo jurídico capaz de assegurar a permanência e a preservação de áreas relevantes pelo valor histórico-cultural, ele havia sido utilizado até então poucas vezes para a preservação de áreas naturais. Contudo, entre 1983 e 1986 foram determinados 40 atos de tombamento, abrigando mais de 150 bens individuais, dos quais muitos eram ambientes naturais e “*monumentos ligados à memória coletiva de setores historicamente excluídos da identidade nacional oficializada nos ritos de tombamento*”. (Motta, 2009, p. 52).

O INEPAC propôs o tombamento dos trechos de praias fluminenses que abrigavam comunidades de pescadores a fim de preservar as paisagens costeiras, os ecossistemas litorâneos e também viabilizar a sobrevivência de centenas de

famílias. Este fato é valorizado por nossos interlocutores como “*inédito*”. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018) e “*pioneiro*”, como ressalta Mendonça:

O tombamento do litoral garantirá [em Paraty], a permanência de 600 famílias, um total de três mil pessoas, em suas terras, além de imediata diminuição da especulação imobiliária [...] “Este governo, afirma o coordenador dos tombamentos do litoral, Paulo Ribeiro, está fazendo escola. Os tombamentos, idealizados pelo professor Darcy Ribeiro, **são um marco fundamental do governo Brizola e um ato ecológico pioneiro no mundo**”. (Mendonça, 2009, p.29, *grifo meu*).

O tombamento abrange as localidades de Paraty, São João da Barra e Niterói. *“De Paraty ao norte do Estado, preservaram-se 98 km do litoral (continental e insular) que englobam trechos da Floresta Atlântica, praias, ilhas, pontas e pontões rochosos e povoados de pescadores. Visava-se impedir a devastação desses ambientes naturais da especulação imobiliária e do turismo predatório”*. (Motta, 2009, p.53).

A idéia de se inventar uma Côte d’Azur<sup>26</sup> à beira da Rio-Santos, dá uma boa idéia do ridículo dessas pretensões. Ridículo cruel, pois implica no desalojamento forçado dos habitantes primitivos e na destruição de toda uma cultura [...]. Esta cultura está ligada à fixação do homem à terra e manutenção de condições que lhe permitam continuar vivendo dela. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.50).

Trindade, Enseada do Sono, Pouso da Cajaíba, Tarituba, Paraty-Mirim, Ilha do Araújo, Praia Grande e Saco de Mamanguá- praias de Paraty- além de Itaipu, em Niterói e a Ilha da Convivência, em São João da Barra (hoje município de São Francisco do Itabapoana) foram tombadas sob a justificativa de promoção da justiça social, com garantia de posse à moradores tradicionais, assim como instrumento para impedir a devastação da natureza, provocada pela crescente especulação imobiliária e turística.

<sup>26</sup> A Costa Azul é parte do litoral sul da França no Mar Mediterrâneo, indo de Toulon a Menton na fronteira com a Itália. Também chamada de Riviera Francesa, esta região é considerada uma das áreas mais luxuosas, caras e sofisticadas do mundo.

## 1.2.

### **Como tombar o território? Patrimonialização como garantia do modo de vida caiçara**

A hipótese de que a proteção aos trechos do litoral do estado do Rio de Janeiro representa a concretização de um discurso de renovação no campo do patrimônio está ligado a justificativa do processo de patrimonialização. Objetivando a manutenção das condições do exercício do modo de vida caiçara e tradições ligadas a ela em decorrência da preservação do ambiente litorâneo, o tombamento se destaca em relação a outros realizados na mesma temporalidade. Vistas como marcadoras de identidade, as práticas culturais orientadas pela ancestralidade, pelo trabalho e vivência com o meio ambiente fazem das populações caiçaras comunidades tradicionais.

A formação de várias das comunidades marítimas e litorâneas no Brasil se deu entre os séculos XVIII e início do século XX, cujos membros viviam, sobretudo ou parcialmente da atividade pesqueira. Em tais comunidades, dispersas por todo o litoral, modos de vida e culturas locais específicas puderam emergir, diferenciando seus membros de outros grupos. Este é o caso das comunidades caiçaras, cujos habitantes ficaram relativamente isolados na Mata Atlântica e no litoral dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e desenvolveram uma cultura particular que os diferencia das comunidades tradicionais do interior desses estados (Diegues, 1988a; Luchiari, 1992 e 1997).

Tombar áreas litorâneas significa dar um aporte de legitimidade às identidades construídas a partir do *território usado* (Santos, 2003) pelas comunidades de pescadores, pois o território está intimamente ligado à constituição de identidades. O Decreto nº 6.040 de 2007<sup>28</sup>, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), define os territórios tradicionais como espaços de reprodução social e econômica das comunidades tradicionais; que são grupos que têm sua própria organização social e que usam o território de acordo com a reprodução social e cultural ancestral.

---

<sup>28</sup> Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 20 de dez. 2018.

Entende-se que identidade caíçara é forjada em torno do trabalho e do seu meio. Na atividade pesqueira tradicional o mar é visto como espaço de sociabilidades, no qual as identidades são forjadas, ou seja, os indivíduos se identificam como membros do grupo de pescadores artesanais, distinguindo-se, internamente, de outras categorias de pescadores, e externamente, dos demais grupos sociais.

A pesca artesanal é classificada como um trabalho rural e de acordo com o Manual da Previdência Social Rural (2012) o pescador artesanal é definido como: aquele que, individualmente ou em regime de economia familiar, faz da pesca sua profissão habitual meio principal de vida, desde que: 1. Não utilize embarcação; 2. Utilize embarcação de até seis toneladas de arqueação bruta, ainda que com auxílio de parceiro; 3. Na condição, exclusivamente, de parceiro outorgado, utilize embarcação de até dez toneladas de arqueação bruta. (Falcão, 2016, p.3)

Guardadas as devidas proporções, pode-se pensar as comunidades de pescadores artesanais tendo por base a discussão levantada por Edward Palmer Thompson sobre a classe operária inglesa do século XVIII. Thompson afirma que a cultura permeia os conflitos entre o surgimento do processo capitalista e a conduta não econômica advinda da resistência dos costumes.

Para ele, apesar de haver uma tendência entre os historiadores dos séculos XVI e XVII em acreditarem que os costumes desta época estavam em declínio, o processo industrial não excluiu, pelo menos até o início do século XIX, a transmissão dos costumes da cultura plebeia e apesar deste período apresentar grandes inovações sociais, como a instituição da educação formal para os trabalhadores; algumas técnicas particulares eram transmitidas oralmente e junto com estes conhecimentos se passavam experiências sociais ou a sabedoria do comum e da coletividade.

Thompson aponta ainda, que se por um lado os costumes podem ser vistos como cultura em um sentido mais contemporâneo, por outro era estritamente ligado ao direito consuetudinário, principalmente *com a lex loci*, que eram os costumes que variavam de acordo com o domínio senhorial. Neste sentido, a análise sobre os direitos costumeiros dos pescadores artesanais pode se relacionar às assertivas de Thompson, visto que, muitas vezes, suas ações e seus discursos são pautados em regras locais, pois

Ainda que tenham cedido a modalidades mais individualizadas no exercício da pescaria, a presença dos pescadores artesanais na praia após toda a trajetória de

impactos descrita e desarticulação das companhias pela escassez de pescado e pescadores interessados em exercer a atividade, demonstra a profunda capacidade de reinvenção destes trabalhadores. Parte das regras informais costumeiras foi desconectada, parte está enfraquecendo, mas muitas continuam regulando comportamentos, mantendo a divisão tradicional da praia e o controle de acesso das áreas de pesca. Instituições são dinâmicas e seus alicerces também se modificam. (Costa apud Tardeli, 2015, p. 39).

Referindo-se a grupos caiçaras de Paraty, a historiadora e ambientalista Tainá Miê Soares (2020) mostra que a noção de propriedade adotada por estes grupos tem bases no direito consuetudinário, passados de geração em geração, assim como seus usos e saberes. Para os pescadores artesanais o mar é ordenado de acordo com as relações sociais que se dão no interior das pescarias: *“Os pontos de pesca e os limites da praia marcam, assim, o próprio espaço, estabelecendo intervalos e barreiras que devem ser lidos como sociais”* (Pessanha 2003, p.47). A demarcação dos pontos de pescaria remonta a uma característica das comunidades tradicionais de pescadores, a *“importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas”* (Arruda & Diegues, 2001, p. 26).

O mar, no entanto, não é somente um lugar físico, é também um espaço criado culturalmente, sobretudo através das práticas pesqueiras[...] A pesca artesanal, portanto, é tradicional e opera dentro dos limites impostos pelo meio ambiente, tanto devido ao baixo esforço de pesca quanto à existência de regras de controle de pesca mantidas pela própria tradição do grupo social. Os sistemas de exploração ou apropriação de recursos naturais marinhos renováveis em Itaipu eram e são, normalmente, organizados na forma de pequena escala e com fortes raízes tradicionais. (Pereira, 1997, p. 283; 293).

Este investimento simbólico significa que para o pescador o território depende não só do tipo do meio físico utilizado, mas também das relações sociais existentes no espaço marítimo, que tem suas marcas de posse e simbologias. Para as sociedades de pescadores artesanais, *“o território é muito mais vasto que para os terrestres, e sua ‘posse’ é muito fluida. Apesar disso, é conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades”* (Cordel apud Arruda & Diegues, 2001, p. 25).

Os territórios devem ser vistos em sua perspectiva histórica, pois o *“território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence [...] das trocas materiais e*

*espirituais e da vida, sobre as quais ele influi*” (Santos, 2003, p. 96). Ele deixa marcas nos indivíduos, assim como é marcado por eles.

O conceito de *territórios usados* desenvolvido por Milton Santos (2003) evidencia que ao passar do tempo os espaços se modificam e modificam os homens mutualmente, influenciando nos processos de construção de identidade. Ele abarca o mundo simbólico da pesca e é um “*marcador invisível da realidade*” (Zaoual, 2006, p. 34), pois contribui para moldar comportamentos individuais e coletivos daqueles que dele participam.

Existe um longo debate acerca do que seria território nas ciências da terra e humanas, já que o território está intrinsecamente ligado as formas de adaptação, habitação, uso das forças produtivas da natureza e produção nas atividades humanas. Aqui, estamos considerando que a constituição do território marinho se dá pela designação de uma porção da natureza, um espaço da natureza, sobre a qual uma determinada sociedade requer o poder sobre esta aos seus membros, dando-os acesso, controle e uso. (Arruda & Diegues, 2001, p.26).

No caso das comunidades caiçaras é forte o papel da família e do território como marca de identidade: estruturas específicas ao trabalho pesqueiro, a manutenção de uma ordem hierárquica de atividades, o método de captura do pescado e o tipo de embarcação utilizada distinguem os grupos de pescadores artesanais dos demais.

A ideia de trabalhar na pesca se nutre de representações sobre a especificidade desse trabalho em geral, articuladas em torno da vivência do mar como meio comum fundamental. Esse trato comum com o mar - enquanto elemento marginal à vida humana, representada como eminentemente presa à terra e às suas coisas - transfere para essas atividades muito do investimento simbólico que as culturas litorâneas sempre adjudicam a esse outro elemento. (Duarte, 1999, p.32).

A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento de Hassan Zaoual, se funda na concepção de que existem construções sociais próprias ao território e que estas fogem a um modelo único de organização, seja ele social ou econômico. Portanto, o sítio é uma cosmovisão, dada pelo espaço vivido. Através da *pedagogia das três caixas* Zaoual explica que o sítio é constituído por um tipo de *caixa preta*, que carrega os mitos, crenças, sofrimentos, valores e demais experiências que são articuladas pela *caixa conceitual*, onde são contidos os conhecimentos, um saber social acumulado, que se concretiza na



*caixa de ferramentas*, na qual se pratica o saber-fazer situado, suas técnicas e modos de explorar o ambiente (Zaoual, 2006; 2008).

No caso específico das comunidades abordadas para este estudo, entende-se que *pedagogia das três caixas* se aplica em torno de um modo de vida caiçara, que é a concretização (ferramenta) de um conhecimento (conceitual) partilhado e permeado por mitos e simbologias<sup>29</sup> próprios de cada sítio. Estas caixas inserem-se tanto no âmbito individual quanto coletivo e dialogam com outros ambientes, de nível local, regional, nacional ou internacional.

Assim, o autor adverte que o sítio, visto como um marcador de identidades, não é uma instância isolada, mas é “*simultaneamente moldador e moldado*” (Zaoual, 2006, p. 34), sendo influenciado tanto pelas relações endógenas a eles, como por outros espaços. *Tendo em vista que a cultura e os processos de construção étnica são dinâmicos, é preciso perceber que as comunidades detêm o direito de afirmar ou negar identidades de acordo com seus processos internos, incluindo seu conjunto de interesses políticos e de organização social*”. (Soares, 2020, p.47).

A autoidentificação pode ser fator de debate dentro dos próprios grupos, ora denominam-se Caiçaras, ora povos tradicionais, povos originários, ou mesmo, indígenas. Desta forma, ainda que eu conceba as comunidades abarcadas pelo tombamento como tradicionais, há de se considerar que as identidades daqueles que as constituem não podem ser vistas de forma cristalizada, ou isolada.

mesmo que um território dado, por menor que ele seja, nos pareça homogêneo em sua cultura, em sua história e em sua estrutura econômica, quanto mais se pratica a imersão ou toda forma de conhecimento do seu interior, mais se dará conta que ele recepta também sua diversidade endógena que herda de seus intercâmbios com o mundo exterior. Resumindo, uma identidade regional é ao mesmo tempo única e múltipla, estando aberta ao resto do mundo. (Zaoual, 2008, p. 5)

A história oral, utilizada em diversos momentos para construir a argumentação do presente trabalho aponta para esta multiplicidade que compõe os sítios. Como afirma Beatriz Sarlo (2007), os testemunhos evidenciam a

---

<sup>29</sup> Como a existência de companhas familiares, acordos de cavaleiros, modos de construção de embarcações, de pesca e plantio inerentes ao território.

experiência de quem os narra e nesse sentido, a narração produz uma consciência histórica, que provoca que o narrador elenque qual faceta de sua identidade estará evidente no ato de narrar: *“a consciência histórica se faz na construção da diferença, das transformações e rupturas entre os tempos e as formas de viver: na busca consciente do passado de acordo com as necessidades da atualidade”*. (Tardeli, 2015, p. 18).

Pode-se dizer que a memória apresenta o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a **consciência histórica** representa o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por **reivindicações de verdade**; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. **A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição.** (Rüsen, 2009, p. 166, *grifo meu*)

A este aspecto, Zaoual afirma que cada sítio muda de acordo com as demandas que lhes são impostas; e que por isto, *“tenta salvaguardar [...] tudo que se apega. A minuciosa observação da situação de mudança no mundo das sociedades e das organizações econômicas mostra que uma mudança nunca é total e pura em todos os seus traços.* (Zaoual, 2006, p. 34). Rinaldo Arruda e Antônio Carlos Diegues (2001) afirmam que se podem classificar como comunidades tradicionais aqueles grupos que mantêm certa distância da sociedade ampla por apresentarem maior relação com uso e manejo dos recursos naturais, dando importância à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais: *“Os pescadores, sobretudo os artesanais, praticam a pequena pesca, cuja produção é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a familiar.”* (Arruda & Diegues, 2001, p.49).

Pode-se dizer que as estratégias realizadas por estas comunidades tradicionais extrapolam o nível do discurso como ato de fala, revelando-se também na forma com que estes grupos desempenham suas atividades. Assim, entende-se as populações de pescadores artesanais como comunidades tradicionais pela ancestralidade, a relação com os recursos naturais e as relações de trabalho: *“Em geral, observa-se que os saberes da arte de pescar, de reparar*

*o barco ou a rede vêm de conhecimentos pretéritos transmitidos pela oralidade*<sup>30</sup>, nas relações familiares e/ou vizinhança” (Resende, 2011, p.13).

No decorrer da pesquisa ficou evidente que grande parte destas aciona uma racionalidade econômica diferente da capitalista neoliberal. Os sistemas comunitários de produção da pesca artesanal aproximam-se do que Walter Mignolo analisou como *desobediência epistêmica*. A manutenção de formas tradicionais de pesca e colheita como modo sustentável de vida constroem uma *“outra maneira a partir de valores que definem a prática pesqueira local [...] sendo constituída por um conjunto de “relações, representações e valores que podem ser distintos da sociedade mais abrangente”*. (Falcão, 2016, p.7;11)

A noção de território ou espaço onde a comunidade se reproduz econômica e socialmente é ampla, visto que não se restringe ao local que habitam e sim no diálogo com a natureza, trabalho e modos de vida: *“na análise das relações entre a pesca artesanal, o território e o Estado, incorporamos a cultura como possibilidade de compreender aquilo que não é visto imediatamente, que são o sentido das ações e dos saberes”* (Silva, 2014, p.17). As economias locais são vistas como pontos de resistência às “regras do jogo” (Mignolo, 2008).

A versão mais atualizada do *homo economicus*, a criatura do pensamento único, é obrigada a conviver com resistências culturais territorializadas e com outras formas de conceber a vida e de agir, afastadas ou antagônicas aos valores difundidos pelo neoliberalismo. (Ribeiro, 2006, p.9).

De acordo com Zaoual, para o *homo situs*, produtor das economias locais baseadas na relação com os sítios simbólicos de pertencimento, existe um tipo de organização que encontra sua eficácia na identidade compartilhada de grupo. Apesar de esperar ganhos materiais, o *homo situs* estabelece sua existência social em uma racionalidade diferente da padrão (Zaoual, 2006). Neste sentido, as comunidades compreendidas pelo processo de tombamento do litoral.

Tratam-se de aldeamentos originalmente habitados por famílias que retiravam seu sustento da pesca de subsistência e comercial de pequena escala, e de atividades rurais, como plantação de aipim, produção de farinha, criação de pequenos animais[...]. Configuravam-se, portanto, em áreas rurais, diferenciadas pela concentração em aldeamentos e a predominância da pesca. (Cavaco & Vasques, 2016, p.6).

<sup>30</sup> Para Boaventura de Sousa Santos (2009), a dicotomia entre escrita e oralidade é um dos fatores marcantes do pensamento moderno ocidental, tido por ele como abissal.

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, a pesca artesanal é aquela que se pratica diretamente pelo pescador de maneira autônoma, com meios de produção próprios e organização familiar<sup>31</sup>. A pesca artesanal diz respeito à modalidade de captura do pescado com embarcações de pequeno porte. *“Através da pesca artesanal os pescadores exploram o ambiente aquático de forma peculiar e mantém grande diversidade de interações diretas com o ambiente”* (Hanazaki et al., 2007, p.1).

Historicamente no Brasil, a pesca artesanal remonta aos povos sambaquieiros, que deixaram como artefatos arqueológicos restos de peixes e objetos enterrados em amontoados de conchas pelo litoral. Sabe-se através de relatos, a relação entre indígenas e pesca: *“Ao longo do litoral, esses indígenas usavam canoas, pirogas cavadas em tronco de árvore e também piperis (igapebas), jangadas feitas de paus amarrados, ambas embarcações utilizadas na pesca litorânea.”*. (Diegues, 1999, p. 2).

Dentre as primeiras iniciativas na regulamentação da atividade pesqueira no Brasil está o Decreto nº 447 de 1846. Expedido ainda na época do Império, foi um dos instrumentos que possibilitou a criação das colônias de pescadores no início da República, pois nele foram criados os Distritos de Pesca – instituições subordinadas à Marinha que através da Capitania dos portos era responsável pelo controle regional da pesca.

A principal estrutura era a capatazia: cada distrito teria um capataz e quantos subcapatazes fossem necessários para cobrirem toda a região. Os distritos não deveriam ter nas suas áreas de abrangência (bairro ou lugarejo de cidade, de vila ou de costa) senão as pessoas que neles residiam. Tanto o capataz quanto os subcapatazes se submeteriam diretamente ao capitão do porto da respectiva província, que teria como opção selecionar os capatazes na comunidade ou aceitar os indicados pelos pescadores locais.

Os distritos serviam como um braço da marinha na defesa do território nacional, pois a vinculação dos pescadores às capatazias os tornava parte da armada imperial, onde cada pescador cadastrado poderia ser requisitado para

---

<sup>31</sup> Brasil, Lei 11.959 de julho de 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm)>. Acesso em: 22 de dez. de 2019.

servir com sua embarcação. Já no início da República houve mudanças no campo da legislação sobre a atividade pesqueira. A Lei nº 4.015 de 9 de janeiro de 1920 estipulava que o pescador deveria ser incorporado à Marinha Mercante como força naval e posteriormente, a criação das Colônias de pesca em 25 de outubro de 1923 através do Decreto nº 16.183.

Pela primeira vez na história nacional a atividade pesqueira era regulamentada e organizada, não somente a voltada para a produção industrial ou em larga escala, mas a atividade praticada individualmente pelos pescadores, que de acordo com Artigo 3º passaram a organizar-se em colônias de pesca e segundo uma estrutura estatal que prometia organização e serviços essenciais para este grupo da sociedade.

A criação das Colônias serve em primeira instância para identificar a limitação do espaço ou, a filiação em que o pescador pode exercer a sua atividade, entretanto não impede o livre trânsito do mesmo ou de companhias de pesca. As Colônias de Pescadores, as Federações Estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores foram reconhecidas, pela Lei nº 11.699, de 2008, como órgãos de classe dos trabalhadores do setor artesanal da pesca. “*Cabe às Colônias, às Federações Estaduais e à Confederação Nacional dos Pescadores a defesa dos direitos e interesses da categoria, em juízo ou fora dele, dentro de sua jurisdição*”. (Ministério do Trabalho e Emprego apud Tardeli, 2012, p. 54).

No que diz respeito às três localidades abordadas neste trabalho, Itaipu, São João da Barra e Paraty, pude notar, através das entrevistas que realizei com os presidentes das colônias e com pescadores, que as colônias de pesca têm diferentes representatividades para cada comunidade. Em Paraty, por abranger maior número de praias e grupos pesqueiros, a colônia pareceu estar mais restrita às questões administrativas, uma vez que as praias pesquisadas apresentam, em sua maioria, lideranças locais, ligadas à pesca.

Em São João da Barra, o contexto da Colônia se diferencia das demais localidades, por parecer de fato um centro integrado de administração e convívio social para os pescadores que lá são registrados. O presidente da Colônia discorreu sobre sua relação íntima com diversos pescadores e lideranças políticas de Atafona (praia aonde se concentra a maioria dos pescadores), que inclusive ocupam cargos no governo municipal. Já em Itaipu, a lógica estatal da colônia como liderança não foi bem aceita pelos moradores, que têm a Associação Livre

de Pescadores de Itaipu (ALPAPI) como sua referência; o que gera diversos conflitos de legitimidade.

Apesar das diferenças de um local para outro, todos eles mostram um discurso comum, que é o de medo de perda das suas tradições. Para o desenvolvimento de história oral estabeleci contato majoritariamente com os líderes locais<sup>32</sup>. A estratégia foi adotada por considerar a mais adequada para não correr o risco de interferir na lógica organizacional de cada grupo. Por assumirem-se com porta vozes de suas comunidades em diversas ocasiões, seus enunciados apresentam, entretanto, maior grau de elaboração e carga discursiva.

Entende-se que todo testemunho sempre será imbuído de discurso e que toda memória é uma releitura do passado carregado de experiência (Sarlo, 2007), que parte do presente e carrega expectativas do futuro (Catroga, 2001). Ao referenciar Reinhart Koselleck, Fernando Catroga fomenta que é nesta tensão passado-futuro que se constitui a própria consciência histórica, que é comunicada através dos testemunhos. A conceituação de Koselleck sobre *espaço de experiência e horizonte de expectativa* funciona como critério para distinção temporal na história, pois revela como indivíduos, grupos e sociedades lidam com o jogo de escalas entre passado e futuro.

As experiências podem ser geracionais, institucionais, individuais ou coletivas, subjetivas ou alheias. A presença do passado é diferente da presença do futuro, pois a experiência futura é sempre antecipada pela expectativa. Tal afirmativa corrobora a ideia de que ambas as categorias se constituem e se atualizam de acordo com o hoje.

Ainda que esteja em constante atualização, a distinção entre experiência e expectativa está no fato de que a elaboração da experiência permite que os acontecimentos passados se tornem presentes, porém, saturados de uma realidade concretizada, composta por expectativas já realizadas ou frustradas. A diferença entre as categorias reside então, no fato da expectativa denotar uma projeção, que, para o autor, nunca coincidirá com a realização de uma nova experiência. Desta maneira, se pode afirmar que a experiência pode orientar a expectativa, porém não tem o poder de determiná-la.

---

<sup>32</sup> Presidentes de colônia, de Associações ou pessoas de destaque na comunidade.

Os discursos de memória produzidos pelos entrevistados para este trabalho, são concorrentes à discursos hegemônicos e evidenciam disputas de poder. Visto como construção, o discurso insere-se numa lógica social específica e só pode ser entendido a partir do contexto de experiências e expectativas que é enunciado. No caso dos relatos produzidos no desenvolvimento da presente pesquisa, os discursos promovem a reafirmação de uma identidade como oposição às transformações sociais que as comunidades têm vivido.

O discurso permite uma representação, mas não retrata uma realidade, embora, muitas vezes, seja esta a sua intenção. Ele interpreta, numa correlação e **forças sociais**, uma realidade. Como objeto lingüístico e sócio-histórico, constitui – se em um referencial, e enquanto modo de construção discursiva, permite diferentes formas e apreensão e efeitos sociais. O discurso compreende palavras e frases articuladas (famílias), elaborações que produzem sentidos, sentidos que expressam momentos e uma lógica relacional socializada. [...] Os discursos em luta não deixam margem a dúvidas ou alternativas. Eles indicam o caminho da adesão, pura e simples, como a única possibilidade de compreensão e de transformação no real. **Os discursos produzem projetos que se pretendem capazes de reverter situações, pois se apresentavam como soluções experimentadas, vivenciadas e de recuperação de verdades reconhecidas pela memória coletiva.** Tais discursos trazem e traduzem, em si, uma síntese, uma vivência e uma experiência fragmentada e concisa, que pretendem recuperar ou apresentar como “unidade” e “consenso”, os discursos apresentam-se como integradores de outros discursos e capazes de dialogar com estes outros discursos. (Moraes, 2015, p.37; 43, *grifo meu*).

Walter Mignolo propõe extrapolar a ideia de *políticas de identidade*<sup>33</sup> (que para ele tem pontos positivos e negativos), reforçando a necessidade da existência de uma *identidade em política*.

A política da identidade opera na suposição de que identidades essenciais entre as comunidades marginalizadas (por razões raciais, de gênero e sexuais) são as que merecem reconhecimento. Em geral, política de identidades não se compromete em nível de Estado e permanece na esfera da sociedade civil. Identidade em política, ao contrário, desliga-se da jaula de ferro dos “partidos políticos” como tem sido estabelecido pela teoria política moderna/colonial e eurocentrada. [...] identidade em política não é uma questão de ação afirmativa e multiculturalismo nos EUA – que ações afirmativas e multiculturalismo são política de identidade, possuindo lados positivos e negativos. O lado bom é que ela contribui para tornar visível a identidade política escondida sob os privilégios do homem branco e o lado ruim é que ela pode levar a argumentos fundamentalistas e essencialistas. (Mignolo, 2008, p. 312; 323).

<sup>33</sup> Beatriz Sarlo remete-se a este conceito para explicar o crescente fenômeno de grupos utilizarem-se de argumentos de identidade coletiva e tradição em contraponto aos problemas sociais enfrentados na atualidade. (Tardeli, 2015, p.7).

Mignolo afirma que mais do que promover uma política de identidade em sua essência reparadora de um passado subalternizado, a identidade em política deriva de uma desobediência epistêmica- ou seja, mais do que a reparação de memórias silenciadas<sup>34</sup> sob os códigos epistêmicos já instaurados, existe a necessidade de se afirmar a identidade em política por um novo caminho que assegure uma posição descolonial, divergente dos conceitos construídos por correntes de pensamento que reforçam a dominação colonial nos colonizados.

Assim, é preciso que a opção descolonial fique clara neste contexto. Descolonial significa pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erige um exterior a fim de assegurar sua interioridade. Não ouvimos todos os dias nos discursos do Presidente Bush, um discurso que era comum entre os cristãos ocidentais do ocidente nos séculos XVI e XVII, liberais seculares dos séculos XIX e XX, neoliberais e marxistas? Descolonial implica pensar a partir das línguas e das categorias de pensamento não incluídas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais. (Mignolo, 2008, p. 305).

O contexto de ação afirmativa que implica no reconhecimento da memória (e tradição) de grupos minoritários no Brasil remete à redemocratização do país e tem sido revisto pelas gestões governamentais atuais e este fato acirra ainda mais a recorrência de populações tradicionais ao seu *dever de memória*. “Populações tradicionais recorrem ao dever de tradição para argumentarem seus direitos à terra, direitos básicos de saúde, ou ainda aos recursos naturais e sociais para a manutenção de suas práticas costumeiras”. (Tardeli, 2015, p.36).

Como será exposto, as comunidades abarcadas pela ação de patrimonialização do INEPAC vivem um processo de mudanças sociais, inerentes ao crescimento do turismo, a abertura de rodovias, especulação imobiliária e realização de grandes empreendimentos econômicos em seus territórios. Devido a este contexto de transformações, estes grupos se articulam em busca da garantia de seus direitos e pela manutenção de seu modo de vida, que como fora exposto anteriormente, difere-se da sociedade mais ampla.

---

<sup>34</sup> O conceito de memórias subterrâneas é utilizado por Michael Pollak (1989) para referenciar memórias silenciadas por um discurso hegemônico. Assim, o autor afirma que o silêncio nem sempre representa esquecimento; os atores históricos que têm suas memórias silenciadas esperam o momento em que elas possam emergir.



A defesa de suas tradições é feita no âmbito do discurso, elaborado através do paralelo entre os fatos passados e as expectativas sobre o futuro, que ao olhar dos mesmos é incerto. Os contextos históricos e sociais que marcam esse resgate e articulação da memória dos moradores destas comunidades tradicionais será realizado a seguir.

### **1.3.**

#### **Do sul ao norte fluminense: De qual litoral falamos?**

##### **1.3.1. Paraty**

Ponto de passagem para muitos viajantes a partir do século XVI e elevada à Vila em 1667, Paraty é conhecida por ser uma cidade histórica ligada ao período colonial pela presença de seus casarios e sobrados que remetem ao Ciclo do Ouro, do Café e à produção de aguardente. Tombada em esfera federal como patrimônio histórico e artístico nacional em 1945 e convertida em monumento nacional no ano de 1966 através do Decreto nº. 58.077, de 24/03/1966, pelo IPHAN; seu valor cultural foi reconhecido ainda em esfera estadual, pelo INEPAC através do tombamento que é nosso estudo de caso, em 11 de maio 1987.

A manutenção das construções do período colonial e imperial em Paraty se deve ao seu isolamento durante praticamente cem anos de história, pois com a chegada da ferrovia que ligava Rio de Janeiro e São Paulo através do Vale do Paraíba, a economia do município, que dependia do escoamento do Café, decaiu. Além da questão econômica, o fim da escravidão foi outro fator determinante para a baixa populacional na região:

O colapso da economia de Paraty deu-se com a Abolição da Escravatura, em 1888, causando um êxodo populacional de grande dimensão: “dos 16.000 habitantes existentes em 1851, restaram, no final do século XIX, apenas 600 velhos, mulheres e crianças, isolando Paraty definitivamente por décadas” A falta de comunicações terrestres contribuiu para o isolamento do município. (Oliveira, 2009, p. 320).

Segundo Sinopse Estatística do Município de Paraty de 1948, citada por Gabriel Horovitz (2016), em meados do século XX a população de Paraty era

predominantemente rural. De 5.913 habitantes, apenas 1554 moravam na área urbana. Sua paisagem urbana submetida a um processo de isolamento durante vários anos sofreu grandes mudanças a partir de meados do século XX, com a construção de estradas e a consequente abertura para o turismo.

Tudo isso consolidou um significado do sítio que associa a cultura e as relações sociais tradicionais com a busca de um espaço de liberdade cultural e social, ocupado por segmentos urbanos ligados à criação artística ou à busca de modelos alternativos de vida. O que acabou cristalizando um olhar muito particular sobre o Bairro Histórico que influenciou significativamente as transformações do meio urbano ao colocar, lado a lado e de forma desigual, a procura individual por um determinado modo de vida, por relações sociais e de pertencimento que unem as famílias tradicionais de Paraty. (Priester, 2015, p.133).

Após a construção da rodovia RJ 165, que liga Paraty a Cunha (SP) na década de 1960, o perímetro urbano protegido do Bairro Histórico passou a receber novos visitantes, que começavam a frequentar a cidade – *“em sua maioria, genericamente reconhecidos como “paulistas” pela população local”* (Priester, 2015, p. 134).

Este período foi marcado pela chegada de intelectuais e artistas plásticos, e mais tarde de pintores e cineastas, que buscavam inspiração nos costumes tradicionais da cidade e passaram a comprar casas antigas e sobrados a preços baixos. A ebulição cultural e o progressivo aumento do comércio provocaram o esvaziamento do bairro histórico, com moradias que passaram a ter o uso sazonal, com a vinda dos artistas. A partir da década de 1970, com a abertura da Rodovia Rio-Santos houve uma expansão populacional desordenada da cidade. Este processo contribuiu para o afastamento de populações tradicionais que habitavam o centro urbano de Paraty.

A abertura da rodovia que liga o Rio de Janeiro (RJ) à Santos (SP) implicou em muitas transformações, mas não só no meio urbano. Apesar de sua visibilidade como cidade histórica, Paraty tem grande diversidade ambiental que comporta além da foz do rio Paraíba do Sul, praias, costões, ilhas e manguezais: *“configurando um litoral recortado, cheio de ilhas, enseadas, baías, pequenas praias e manguezais que propiciam o desenvolvimento de importantes atividades econômicas: o turismo e a pesca”*. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl. 50).

Figura 5: Vista para o Centro Histórico de Paraty



Fotografia da autora, 2017.

A cidade de Paraty foi o local que teve maior foco nas ações de proteção do INEPAC. De acordo com Ricardo Brasil (2009), a região chamava atenção por ser uma área muito preservada, cultural e ambientalmente. *“Isso apesar de a população caíçara ter sofrido durante anos o assédio de grileiros e companhias que queriam transformar a região num balneário.”* (Brasil, 2009, p. 21).

A grande incidência das áreas propostas para tombamento do município de Paraty é facilmente explicada pelo seu relativo isolamento de que se beneficiou preservando-se, quase espontaneamente, não só a pesca artesanal como a própria paisagem natural e construída em especial a do núcleo histórico. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.7).

A patrimonialização do INEPAC se estendeu da foz do rio Paraíba do Sul até a ilha de Trindade, praia do Sono, ponta do Caju, enseada do Pouso, ilha de Itaoca, saco e manguezal de Mamanguá, enseada de Paraty Mirim, ilha das Almas, praia Grande, ilha do Araújo, praia de Tarituba.

Figura 6: Mapa do tombamento-Paraty



Fonte: Secretaria Extraordinária de Ciência e Cultura, 1985.

Paraty abriga populações tradicionais de caiçaras, indígenas e quilombolas; grupos humanos que se relacionam diretamente com o meio ambiente, formando a partir dele suas identidades. *“Para além do cenário paisagístico de natureza preservada da Costa Verde, comunidades quilombolas, etnias indígenas e populações caiçaras fazem parte da história e produzem vida a essa região”*. (Catarcione et al., 2016, p. 236).

Figura 7: Comunidade da Praia do Sono



Fotografia da autora, 2019.

Até a construção da BR-101 (Rio-Santos) na década de 70, seus habitantes viviam da agricultura de subsistência, de gêneros alimentícios como mandioca, café, e cana de açúcar. Além disso, praticavam a pesca de marisco e peixes, que trocavam por sal e tecidos no centro de Paraty: “*Era Uma tranquilidade tudo que plantava a terra dava a terra era fértil*” (Santos, Jadson dos. Entrevista concedida a autora. Paraty, 12 jan. 2019).

Em visita à colônia de pescadores de Paraty (Z-18) tive acesso a informações sobre o contexto de seus pescadores cadastrados. No ano de 2017, em que ocorreu este contato, existiam cerca de 1500 filiados na Colônia, com aproximadamente 500 atuantes na profissão, sendo o forte da pesca naquela região o camarão, que segundo um jornal local, garante à Paraty à primeira posição na lista de cidades produtoras de camarão branco do Estado<sup>35</sup>.

A pesca, atividade predominantemente masculina<sup>36</sup> é praticada desde cedo e vista como um legado familiar.

A pesca é uma atividade predominantemente masculina, e é interessante notar que em Barra Grande, a comunidade com menor proporção de pescadores, foi onde encontramos mais mulheres na atividade [...] A maioria dos pescadores começou a pescar durante a infância ou quando eram adolescentes, mas em três locais (Tarituba, Barra Grande e Praia Grande) observamos que aproximadamente 25% dos pescadores passaram a pescar quando adultos. (Freitas et al., 2016, p. 130).

Os pescadores artesanais têm encontrado dificuldades em perpetuar a tradição da pesca artesanal em suas famílias, pois eles têm enfrentado atualmente embates em diversas frentes, ora recebendo multas por extrapolar os limites estabelecidos com a construção das usinas de Angra, ora pela proibição de pescarem em área de proteção ambiental, mas principalmente pela poluição que o turismo intenso da região provoca, pois mesmo que haja um trabalho de

<sup>35</sup> “Paraty é o maior produtor de camarão branco do estado”. Disponível em: <<http://www.paratyonline.com/jornal/2013/08/pesca-em-paraty-maior-produtor-de-camarao-branco-do-estado-rj/>>. Acesso em 19 de set. de 2017.

<sup>36</sup> Apesar de em menor número, a presença feminina foi identificada como importante para manutenção da cultura caçara como um todo; além de praticarem a pesca, muitas mulheres estão envolvidas no universo pesqueiro, através do desempenho de outras funções, que vão desde o auxílio aos seus maridos e filhos no armazenamento e limpeza do pescado, até o comércio do mesmo. Apesar de identificarmos a discussão sobre gênero um aspecto importante a ser explorado em trabalhos futuros, não foi papel desta tese fazê-la.

educação ambiental sobre o lixo, o grande fluxo de visitantes na cidade gera poluição.

O processo de tombamento em Paraty teve como justificativa justamente este contexto de transformação social e estipulou uma faixa de 50 metros a partir da orla, para garantir o direito de permanência de grupos de pescadores artesanais e suas condições de trabalho, assim como espaço para a puxada de rede e a ancoragem das embarcações:

As áreas de proteção da ambiência dessas faixas foram delimitadas baseando-se no princípio de preservação dos anfiteatros naturais que as paisagens litorâneas espontaneamente formam, criando um envoltório natural as faixas de praia e determinando um quadro paisagístico de beleza incomum, cujas características são indissociáveis umas das outras. Foram protegidos ainda em Paraty os dois grandes Sacos existentes- o Saco Grande e o Saco de Mamanguá, cujas águas mornas, rasas e tranquilas propiciam e desova de peixes de médio e grande porte, garantindo assim, a piscosidade da Baía de Ilha Grande e, portanto, a própria existência da atividade pesqueira, elos que são de uma mesma cadeia ecológica. No caso dos manguezais, em especial os dos Sacos, seu entorno se constitui de áreas planas razoavelmente extensas e a partir delas o relevo se desenvolve abruptamente sem configurar os anfiteatros naturais encontrados no resto do litoral de Paraty. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.6).

Em resumo dos subsídios socioeconômicos da FAPERJ, documento contido no inventário sobre o tombamento do litoral, se enfatiza a relevância do tombamento em Paraty, como um dos trechos mais representativos do litoral fluminense. O texto ressalta ainda a importância da manutenção de suas praias para *“que tudo quanto prejudique ou inutilize as praias e ilhas acabará por redundar na diminuição do seu valor turístico”*. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl.55).

O meio ambiente e a população de Paraty vêm sofrendo uma série de agressões físicas [...] até a década de 60, seus habitantes- descendentes de europeus, de negros e dos índios que já habitavam o lugar antes do Descobrimento – viveram praticamente isolados da sociedade industrial, dedicando-se à pesca e à pequena lavoura. Com a instalação da Petrobrás e a abertura da Rio- Santos, esta população, acostumada à troca direta, sem saber direito o valor do dinheiro, passou a ser vítima fácil de transações comerciais, tantas vezes inescrupulosas. Em pouco tempo, foi acossada por empreendimentos turísticos e imobiliários ambiciosos e desligados da realidade. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl. 49).

De acordo com o estudo da FEEMA para Subsídios ao processo de tombamento do litoral em Paraty, além de causar impacto social, a

implementação da Rodovia BR 101, que liga o Rio a Santos ocasionou também impactos ambientais, visto que,

O fato de [o manguezal] estar sempre situado em zonas estuarinas na interface das águas doces e água do mar, faz com que a grande quantidade de matéria orgânica aí produzida, além dos nichos específicos criados pela estrutura física do manguezal, bem como suas características de ecossistema interface, propiciem propriedades únicas em termos biológicos. [...] Essa interface é de suma importância no litoral fluminense, por exemplo, ao longo da BR- 101, a estrada funcionou como um dique ocasionando a morte dos manguezais no lado oposto ao do mar. O dique, representado pela estrada, não permite que a água salgada chegue ao outro lado ou chegue apenas em quantidades muito reduzidas; desse modo, essas áreas de mangue sofreram verdadeiro “afogamento” em água doce que aí chega e não se escoam devidamente. Essas áreas também não recebem a quantidade necessária de água salgada, ou seja: a estrada bloqueou os mecanismos de interface e, por isso mesmo, foram eliminadas extensas áreas produtivas de manguezais. (INEPAC, E-18/300.459/85, fls. 57).

Os impactos à natureza, por sua vez, provocam consequências na sociedade, interferindo na cadeia alimentar e na economia.

Ao observador inadvertido, pode parecer que os mangues são paisagens inóspitas, insalubres, de pouco valor cênico e nenhum valor ecológico. Entretanto, os manguezais são os responsáveis pela abundância da pesca litorânea, já que é nesses lugares que têm início as cadeias alimentares de espécies marinhas economicamente importantes. [...] Como são ecossistemas frágeis e altamente dependente de outros ecossistemas vizinhos, como os brejos e as matas que ficam a montante dos rios, os manguezais são altamente vulneráveis a intervenções antrópicas que, aparentemente, não o afetariam (INEPAC, E-18/300.459/85, fl. 58).

De acordo com Ricardo Brasil, tanto ele, como o Paulo Ribeiro<sup>37</sup> já tinham conhecimento da região de Paraty e de todos os problemas de terra que lá existiam: “*nós já tínhamos conhecimento prévio pelas experiências pessoais que tínhamos ali. Então a gente já sabia muito bem o que ia encontrar ali, quem eram os atores, dos dois lados, nós também tínhamos bastante conhecimento*”. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

O fotógrafo afirmou que pessoas das comunidades abordadas sentiam na equipe do projeto um ponto de apoio: “*houve em todas as comunidades que nós fizemos como um apoio importante de um pessoal que estava literalmente largado à própria sorte. Eles viram ali uma boa opção para a própria luta*”.

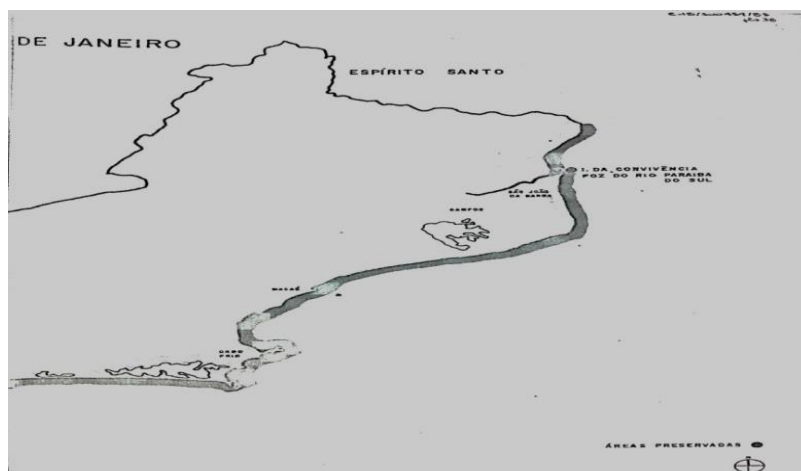
<sup>37</sup> Entrevistados citados anteriormente

*deles*”. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

### 1.3.2. São João da Barra

São João da Barra, localizado no norte fluminense, tem como municípios limítrofes São Francisco Itabapoana ao norte, e ao sul Campos dos Goytacazes. As áreas compreendidas pelo INEPAC na ação de tombamento neste local foram a foz do rio Paraíba do Sul, seu manguezal e Ilha da Convivência. Esta ilha, lugar referido pelos colaboradores da pesquisa como importante marco para a cultura local, pertence agora à São Francisco de Itabapoana, desde que foi instituído como município pela Lei nº 2379, 18 de janeiro de 1995.

Figura 8: Tombamento do litoral-São João da Barra



Fonte: Secretaria Extraordinária de Ciência e Cultura, 1985.

Apesar da importância da Ilha da Convivência para os depoimentos memorialísticos, optei por analisar o contexto social em que se encontra a cidade de São João da Barra, pois ela hoje não é mais habitada e a maioria dos moradores que ali viveu no momento do tombamento, hoje se encontra na cidade de São João da Barra, mais especificamente, próximo à praia de Atafona.

O litoral norte do Estado, que engloba o município de São João da Barra, era a região mais desconhecida no início do projeto de tombamento, tanto para o INEPAC, quanto para a FEEMA.

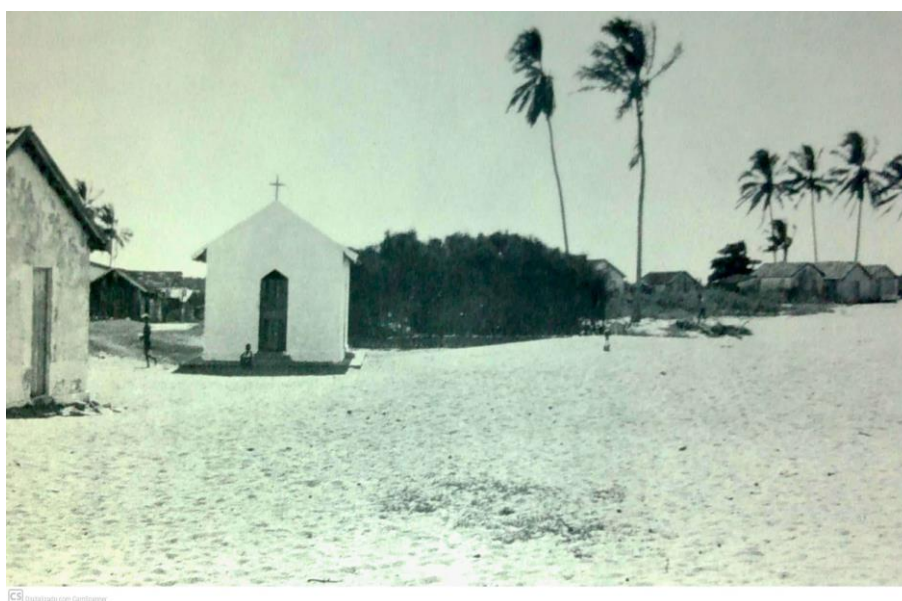


Na verdade, no norte do Estado, onde tinham comunidades mais conhecidas era exatamente onde a secretaria não tinha um levantamento dessa área. [...] O que foi mais complicado e foi por onde a gente começou foi justamente o Norte por total falta de conhecimento dessa região, como era a questão fundiária e tal. Ali no Norte as questões eram bem mais definidas, exatamente porque um processo de (sic) livre e tal, nós começamos por lá.” (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

De acordo com o inventário do tombamento do litoral, a proteção das áreas eleitas de São João da Barra é justificada pela necessidade de preservação do ambiente que viviam diversos tipos de animais em extinção e pela valorização do modo como a população se adaptou a natureza naquele local (INEPAC, processo nº 300459/85, fl.7), principalmente na região próxima à Ilha da Convivência.

No caso do Manguezal da foz do Rio Paraíba do Sul, Município de São João da Barra, cuja importância torna-se ainda maior por ser habitat de animais tais como colheireiros, jacarés-de-papo-amarelo, lontras, ameaçados de extinção, utilizou-se outro critério para delimitação da área a ser protegida dada a sua extensão. (INEPAC, processo nº 300459/85, fl.6).

Figura 9: Ilha da Convivência habitada



Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980. Fonte: FUNDAR

O texto de Subsídios de Dinâmica de Ecossistemas, realizado pela FEEMA, em parceria ao INEPAC, esta região tem uma grande importância biológica, “quando se considera os imensos manguezais que se desenvolvem,

*principalmente na foz do rio Paraíba do Sul. ” (FEEMA, vol 1, 1985) e também histórica, por possuir núcleos pesqueiros, que pontuam o litoral, além do fato de o rio Itabapoana ter sido um*

local adequado para o assentamento que se constituiu na primeira tentativa de colonização do Norte Fluminense. Também nesse litoral desembarcaram os últimos escravos contrabandeados após a abolição, na enseada de Manguinhos”. (FEEMA, vol 1, 1985).

Figura 10: Ilha da Convivência atualmente



Fotografia da autora, 2017.

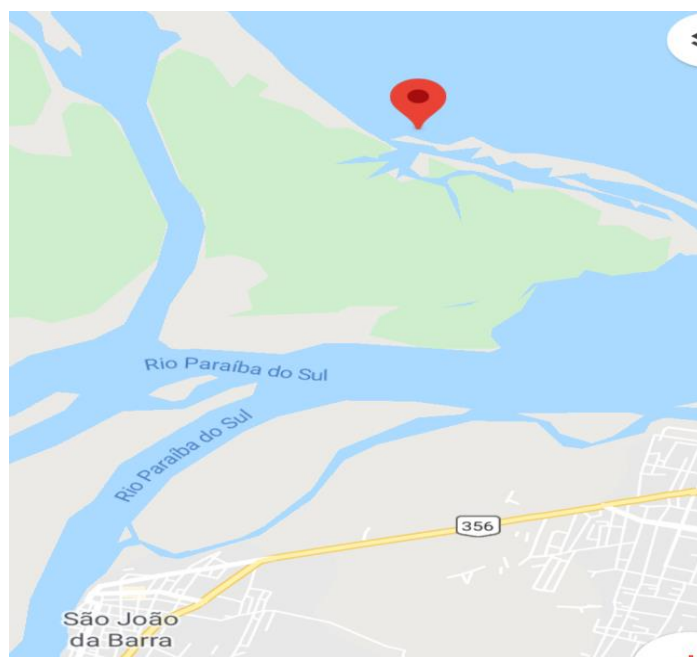
Nota-se na documentação da FEEMA e também na fala de Paulo Ribeiro e Ricardo Brasil, que havia a intenção de uma ação de proteção mais abrangente no litoral norte, os pontos de Guaxindiba e Gargaú, tendo como justificativa a iminente perda de hábitos e costumes pesqueiros.

O outro ponto de interesse cultural é a vila de Guaxindiba. Esse local está sendo rapidamente transformando em zona de veraneio em virtude da balneabilidade de sua belíssima praia. A ocupação vem se acentuando em detrimento da colônia pesqueira que se localiza às margens do canal Guaxindiba. A chegada de ocupantes, provenientes de Campos, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, e, principalmente das cidades do Norte Fluminense, afastadas do litoral, está introduzindo hábitos e costumes descaracterizando a cultura do pescador. (FEEMA, vol 1, 1985, pag var.)

Em São João da Barra, escolhi como foco de investigação o distrito de Atafona, que abriga a praia do mesmo nome. Esta escolha se deve a sua proximidade aos pontos tombados e à existência de uma comunidade de pescadores artesanais, os quais habitam em grande parte no Complexo Habitacional (CEHAB) criado pelo governo do Rio de Janeiro na década de

1980: “Se você for na CEHAB, eu até moro lá, você vai ver quantas embarcações têm ali. Procurando sempre próximo à água. Porque sua vida é ali”. (Meireles, Eleilton. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 jun. 2017).

Figura 11: Mapa-Ilha da Convivência



Fonte: Google Maps

Figura 12: Mapa-Atafona



Fonte: Google Maps

De acordo com informação Eleilton Meirele, que ocupava o cargo de Secretário de Pesca de São João da Barra em 2013, citado por Otal, Coutinho, Oliveira e Burla, *“existem cerca de 500 pescadores em Atafona, sendo que 80%, ou seja, aproximadamente 400 pescadores do mar e 20% pescadores do rio”* (Burla e al., 2012, p. 133). Já segundo Elialdo Meireles, presidente da colônia de pesca Z-2 de Atafona, em entrevista de junho de 2017, existem 758 pescadores em atividade filiados na Colônia e aproximadamente 200 ou 300 pescadores que exercem a pesca, sem estarem registrados. (Meireles, Elialdo. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 14 jun. 2017).

Assim como ocorre em Itaipu e Paraty, nesta praia, o grupo de pescadores tem sua identidade vinculada à prática da pesca artesanal como legado de ancestrais comuns. De acordo com Falcão e Mota (2015), os pescadores de Atafona contam que Seu Lourenço do Espírito Santo fora pescador de Cabo Frio, e de lá teria ido morar em São João, tendo fundado o primeiro povoado em Atafona.

Figura 13: Pescadorem Atafona



Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980; Fonte: FUNDAR

Otal, Coutinho, Oliveira e Burla citam que:

Existem registros de que em 1922, um grupo de pescadores deixou Cabo Frio e seguiu para o local onde hoje está erguida a igreja de Nossa Senhora da Penha, em Atafona. Ao chegar à localidade, este grupo percebeu que a pesca era farta resolvendo, então, permanecer nesta região, onde foi fundado um povoado pelo pescador Lourenço do Espírito Santo. Segundo o documento, ainda, o nome Atafona é de origem indígena e significa moinho de vento e o local possui o segundo maior delta do país e o terceiro clima medicinal do mundo (Burla et al., 2012, p.140).

No que diz respeito ainda a pesca artesanal, Falcão e Mota (2016) deixam entrever como os núcleos familiares influenciam na organização econômica, mostrando que o território utilizado para pesca não se restringe à praia, mas extrapola seus limites, alcançando os municípios de Campos dos Goytacazes, Macaé e São Francisco de Itabapoana.

Figura 14: Pescadores em Atafona



Fotografia da autora, 2017.

De acordo com a pesquisa de Otal, Coutinho, Oliveira e Burla, a predominância da atividade pesqueira em Atafona é de homens de 31 a 40 anos de idade. Os autores apontam que os pescadores relatam a importância do



contexto familiar e dos laços de solidariedade para “*enfrentar as desventuras na pesca e na vida*” (Burla et al., 2012, p.136).

O fortalecimento da família e do trabalho está muito presente na fala dos pescadores. Um deles, durante a aplicação do formulário, destacou a questão da seguinte maneira: “um sempre ajuda o outro. O dever do homem é trabalhar, trazer dinheiro em casa e ser pai de família para dar respeito em casa. A gente divide a pinga, a rede, só não divide a muié, a gente tem moral”. (Burla et al., 2012, p.136).

Falcão e Mota (2016) cita como categorias que marcam a identidade de pescador a imprevisibilidade da atividade pesqueira, a liberdade em relação ao patrão e aos riscos da profissão. A autora mostra ainda como o acionamento do “ser” pescador artesanal se contrapõe à atividade da pesca industrial. Neste sentido, a autora argumenta como a construção do Porto Açu, empreendimento estabelecido em São João da Barra, alterou os meios de vida destes pescadores, provocando com que estes elaborem novas estratégias para a manutenção da prática da pesca, como a “pesca de plataforma”

Esta modalidade de pesca, desenvolvida a partir da existência de plataformas petrolíferas do Complexo Industrial do Porto do Açu (CIPA) é uma das formas de captura do pescado em São João da Barra. Além desta recente modalidade, seus pescadores exercem também pesca de rede caída, rede de minjuada, pareja, pesca de camarão, pesca de peruá e traineira. Segundo o presidente da Colônia de Pesca Z-2, Elialdo Meireles (2017), os principais peixes pescados em Atafona e redondezas são Cação, Anchova, Corvina, entre outros.

### **1.3.3. Niterói**

Na cidade de Niterói, o tombamento se estendeu ao Canto Sul da praia de Itaipu, as ilhas da Menina, da Mãe e do Pai, pontos situados no bairro de Itaipu, pertencente à região oceânica, 2º distrito de Niterói, Rio de Janeiro.

No município de Niterói, incluiu-se também, nessa primeira série de tombamentos, o trecho da praia de Itaipu correspondente ao que restou do dano causado à natureza, pelo parcelamento inadequado do solo, resto que ainda mantém a harmonia com a paisagem constituída pelo pontal do Morro das

Andorinhas as Ilhas da Menina, da Mãe e do Pai ao sul, o aldeamento de pescadores e ao fundo o Recolhimento de Santa Tereza. (INEPAC, E-18/300.459/85, fl. 7).

Geograficamente, a praia de Itaipu é dividida em:

A [parte] oeste do “Canto” de Itaipu (região onde se encontram os pescadores), separada pela abertura permanente do canal da Lagoa de Itaipu, encontra-se a Praia de Camboinhas seguida da Praia de Piratininga e a barra da Baía de Guanabara. A leste da praia encontra-se o costão rochoso que forma o Morro das Andorinhas seguido de três ilhas: a Ilha da Menina, Ilha da Mãe e a Ilha do Pai. Em frente à Praia de Itaipu, localiza-se a Praia de Copacabana, a Pedra da Gávea e o Pão de Açúcar. (Carvalhido, 2012, p.24).

O tombamento em Itaipu considerou, de igual modo, a relação entre vivência com a pesca artesanal e a ambiência, assim como a existência de comunidades tradicionais, como a do Morro das Andorinhas<sup>38</sup> e de um patrimônio de Pedra e Cal, as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa.

Há poucas menções sobre o caso de Itaipu na documentação do inventário do processo de tombamento. De acordo com Paulo Ribeiro e Ricardo Brasil, isto se deve ao fato de lá ser mais conhecido e também mais urbanizado. “*Itaipu já era uma área, vamos dizer, consagrada, em efetivamente já existir ali uma colônia de pesca muito antiga, você tem referência ali de (sic) há 300 anos, não só pesca de subsistência, fazendo uma coisa que trazer à baía de canoa, toda aquela questão ali de Itaipu*”. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

Segundo os entrevistados, a praia de Itaipu foi a primeira visitada, pois já havia contato prévio com algumas lideranças locais.

A gente ia a esses locais também já tendo conhecimento de quem eram as lideranças, através do contato com quem já trabalhava com essas comunidades. E existia um trabalho de base também nessas comunidades, ou feito por igrejas, ou feito por ativistas políticos e sociais. Então a gente já tinha conhecimento das pessoas que nós deveríamos procurar, quem eram as lideranças e já com um conhecimento prévio, por ligar pelo telefone, mas chegando lá a gente sabia sempre quem procurar. Já fazendo um levantamento de pessoas, isso através de vários órgãos do Estado que tinham contato com essas comunidades. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

<sup>38</sup> Encontrando-se a leste da praia de Itaipu, o Morro das Andorinhas é sitiado por moradores há alguns séculos.

Na vila de pescadores de Itaipu pratica-se a arte secular da pesca artesanal. Segundo Elina Pessanha, as pescarias nesta praia (e pontos geográficos que a circundam) remontam ao período Colonial e as informações mais antigas que se tem sobre elas dizem respeito ao livro de Monsenhor Pizarro, do século XVIII, no qual ele registra que na Freguesia de São Sebastião de Itaipu encontrava-se “bons, fartos e saborosos peixes” (Pessanha, 2003, p.21).

Figura 15: Mapa-Itaipu, Museu de Arqueologia de Itaipu e Morro das Andorinhas



Fonte: Google Maps

Figura 16: Parte Insular de Itaipu



Fonte: Google Maps

A visita de Pizarro é também a fonte escrita utilizada pelo IPHAN no inventário de tombamento das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa,



edificação religiosa do século XVIII, que foi tombada pelo então SPHAN na década de 1950. Nele se instalou a partir de 1977 o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Desde o ano de 2011, quando me envolvi academicamente com esta comunidade procuro entender seus *discursos de identidade*<sup>40</sup> e também sua relação com Museu de Arqueologia de Itaipu. Neste sentido, entendo que, assim como se mostrou nas demais comunidades abordadas para a pesquisa atual, em Itaipu, seus moradores se colocam como indivíduos diferenciados em relação a sociedade mais ampla.

Segundo Carvalhido,

O conhecimento das regras locais, dos acordos de cavalheiros, para os pescadores de Itaipu, consiste no principal fator para se denominar pescador “de Itaipu”. Tendo em vista a classificação feita por pescadores/moradores locais ao acionar um discurso que legitima práticas concernentes à dinâmica da praia, do mar e à apropriação de recursos. (Carvalhido, 2012, p.26).

O caráter familiar é crucial nesta diferenciação identitária e ressaltada na fala dos depoentes: “*na praia todo mundo é parente. Um é primo do outro, é cunhado de um, cunhado de outro e é primo 2º do seu pai que vem ser de 3º seu, então aqui na praia é assim, é uma comunidade que todo mundo ou é Souza ou é Lopes.* (Lopes, Tânia Rodrigues. Entrevista concedida a autora. Niterói, 22 denov. 2012.).

As falas dos moradores desta praia descritas no inventário participativo publicado pelo MAI e organizado pelas pesquisadoras Bárbara Primo e Mirela Araújo junto à comunidade, no ano de 2018, evidenciaram a importância do caráter familiar e da vivência comunitária, com respeito às regras e saberes locais, aspectos tradicionais de Itaipu.

Meu avô tinha 5, 6 canoas e tio Natalino, como meu avô, gostava e defendia isso aqui. Ele também organizava a festa de São Pedro, era o festeiro, se interessava e era falador. O que tinha que dizer ele dizia, não tinha essa história de medo de ninguém. Tinha os outros mestres de pescaria, o Carmélio, Seu Ernesto, Caboclo,

<sup>40</sup> Em minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 2015, tive como estudo de caso a Comunidade de Pescadores Tradicionais de Itaipu, bairro da cidade de Niterói, e duas ações específicas de proteção ao patrimônio nela existentes: o tombamento das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa e a criação do Museu de Arqueologia de Itaipu. O trabalho tinha como objetivo central entender a relação entre a comunidade de Pescadores Tradicionais em Itaipu e estas ações. O texto aborda os discursos de preservação das tradições e da memória local em Itaipu pelos moradores locais. Busca ainda articular políticas de proteção ao patrimônio em um nível macro, as ações de patrimonialização em nível local e os discursos da comunidade tradicional em relação a estas.

Seu Neneco, Seu Bila, de famílias tradicionais, eram pessoas respeitadas. São pessoas importantes que nos davam, pelo conhecimento, a previsão do tempo com uma precisão incrível. Sabiam até pela posição das aves a voar. (Carvalho, Ronaldo de Lima apud Araújo & Primo, 2018, p.46).

Semelhantemente ao ocorrido em Paraty e São João da Barra, a comunidade tradicional de pescadores em Itaipu se manteve relativamente isolada durante séculos. Até meados do século XX não havia estrada que ligasse Itaipu ao Centro da cidade de São Gonçalo, à qual Itaipu fazia parte até 1943, e nem à cidade de Niterói. Quando haviam excedentes, o peixe era levado até a praça XV (Rio de Janeiro) pelos próprios pescadores. Após a criação do Mercado São Pedro em Niterói, e a construção da estrada ligando Itaipu ao centro desta cidade, o eixo de comercialização do pescado mudou para este município.

Figura 17: Morro das Andorinhas e Canto Sul de Itaipu



**Morro das Andorinhas - Praia de Itaipu**

Fonte: MAI

A abertura da estrada proporcionou maior fluxo de visitantes à praia e o aumento de moradias no bairro. A urbanização de Niterói e o Plano de Urbanização das Regiões Litorâneas de Itaipu e Piratininga no ano de 1944 acarretaram mudanças infra estruturais, que possibilitaram a inflação imobiliária anos depois. O setor turístico da cidade começou a ser incrementado nesta fase, principalmente a partir de 1945, quando foi aprovado o projeto de loteamento da região chamado “Cidade Balneária de Itaipu” (Ferreira, 2017; Tardeli, 2015). A construção da ponte Costa e Silva em 1976, ligando a cidade de Niterói ao Rio de Janeiro contribuiu para o fim do isolamento da praia.

A Colônia de pesca responsável pela praia de Itaipu é a Colônia Z-7 (que fora criada com o nome de Z-10). A Colônia compreende as praias de Itaipu, Piratininga, Camboinhas, Itacoatiara, Itaipuaçu, Maricá e Ponta Negra, com aproximadamente 450 associados. Ela é subdividida em 4 seções (Piratininga, Maricá, Zacarias e Ponta Negra).

Os depoimentos publicados pelo Inventário Participativo e as entrevistas colaborativas para a presente pesquisa ressaltam as estratégias elaboradas pelos moradores de Itaipu ao viverem conflitos com a chegada destas mudanças. Estas falas, assim como as elaboradas pela população dos outros locais abarcados pelo tombamento do INEPAC serão trazidas à discussão posteriormente.

## **2** **A chegada do Progresso, Nação e Identidade Fluminense**

### **2.1.** **O viver tradicional e a chegada do “progresso”**

Seja em Paraty, São João da Barra ou Niterói, os colaboradores da pesquisa enfatizaram como as mudanças trazidas por um ideal de desenvolvimento econômico afetam suas comunidades e como eles exercem estratégias para lidar com estas transformações. As fontes orais elucidam as consequências dos processos de industrialização, urbanização e crescimento do turismo de massa nas cidades. Os contextos de mudanças sociais presentes na fala dos interlocutores são relativos tanto ao momento em que se estabeleceu o tombamento nas praias, quanto aos dias atuais.

Permeado por projetos desenvolvimentistas, aberturas de estrada ou até mesmo a criação de polos industriais, o “progresso”, termo constante na fala dos entrevistados é colocado como uma realidade estabelecida a partir de uma relação verticalizada pelo Estado ou pelo mercado. Podemos dizer que o conceito de progresso elaborado nos discursos dos entrevistados aproxima-se das observações benjaminianas sobre o crescimento do capitalismo, das tecnologias e da indústria cultural de massa.

A década de 1970 é referencial de mudança para os entrevistados dos três locais abordados, pois está inserida em uma conjuntura de forte investimento estatal para o desenvolvimento econômico. A ideia de progresso como avanço incontestável da sociedade por parte dos governantes brasileiros é criticada pelos nossos colaboradores e também em trabalhos pretéritos, e este é o elo com a crítica de Walter Benjamin (1987) a ideia de progresso como uma marcha irrefreável da humanidade.

O momento conhecido como “milagre brasileiro” é traduzido genericamente pelos atores desta pesquisa como progresso. A chegada deste progresso e os conflitos que ele gera é retratada no documentário “Vento Contra” (1982)<sup>41</sup> da ambientalista Adriana Mattoso.

---

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AEIdstzzQ8E>>. Acesso em 05 jan. de 2019.

O filme inicia-se com a constatação de que: “*Esta é a história de um povo que vivia da terra e do mar. Um povo, que como muitos outros que viviam no Brasil dos confins e foi surpreendido pelo chamado milagre brasileiro*” (Mattoso, 1982). O documentário tem por objetivo relatar os embates travados por comunidades tradicionais de Paraty em relação a entrada de agentes externos, que expropriou diversos grupos locais, criou limites de circulação e impôs novas regras aos moradores.

Inseridos no contexto desenvolvimentista do governo militar estão a abertura de estradas para integração do território e o crescimento da indústria turística e imobiliária naquela região. Durante as décadas de 1960 e 1970 a região de Paraty foi alvo de um projeto turístico da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), que havia sido criada recentemente pelo Decreto-Lei n. 55, de 18/11/1966, durante o governo Castelo Branco. Este projeto, associado à construção da rodovia Rio-Santos (BR-101) e a criação do Parque Nacional da Serra da Bocaina (1971) facilitou a entrada de turistas, que procuravam usufruir um “*local um patrimônio histórico-cultural cercado por florestas tropicais*” (Oliveira apud Souza, 2014, p.174).

A abertura da rodovia e o consequente desenvolvimento do setor turístico em Paraty alterou a dinâmica de vida de populações estabelecidas no município há diversas gerações. A fala do presidente do Centro de referência da Ciranda de Tarituba, praia à beira da rodovia Rio-Santos em Paraty, Aldo Bulhões, conhecido como pardinho, evidencia este conflito.

Nós os Caiçaras éramos felizes e não sabíamos. Tínhamos o espaço dentro de casa cheio de coisas, já estava tudo certo para colher, cercadinho, já tudo organizado, era um ‘território livre’ para o Caiçara. Se você pescasse um pouco a mais, você salgava para conservar. Aí você tinha um peixe seco e a família não passava necessidade. E aí quando a Rio-Santos veio [...] vieram abrindo caminho, comprando tudo barato das pessoas que moravam aqui. Olhando o passado, beijo que a história se repete: continuam comprando barato do pequeno produtor, e o governo também leva a sua parte através dos impostos. (Bulhões, Aldo. Conhecido como “Pardinho”. Entrevista concedida a autora. Paraty, 18 jan. 2019).

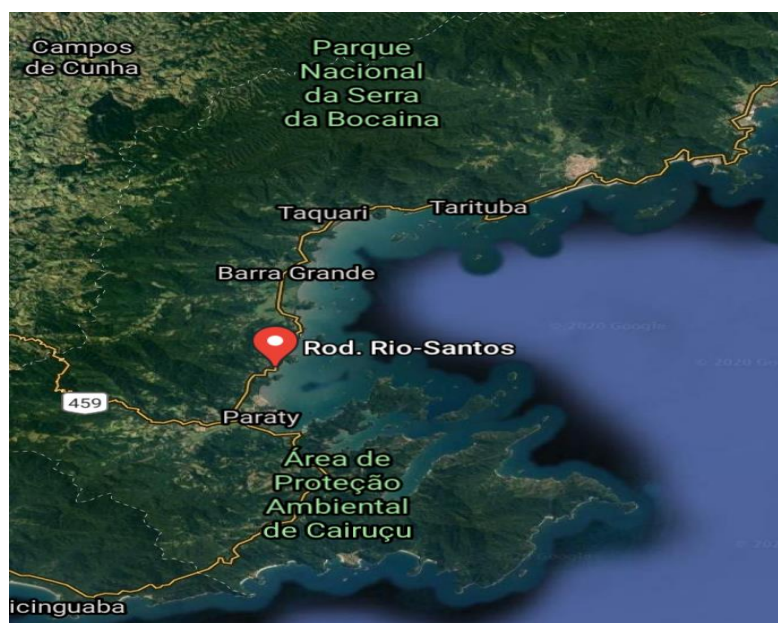
A chegada da rodovia e do “progresso” foi vista num primeiro momento como possibilidade de melhoria de vida, afinal, facilitaria o deslocamento para Paraty (centro) e Santos, onde muitos trabalhavam na pesca. Tal fato foi

explicitado pelo depoimento do trindadeiro<sup>42</sup> Jair da Anunciação em Documentário<sup>43</sup> produzido por Davi Paiva em 2009.

Quando a gente ouviu falar da Rio-Santos a gente pensou: poxa! Será que vai ficar as coisas mais fáceis? Pra gente chegar até Paraty? A gente trabalhava na pesca em Santos. Então, poxa! Será que vai ficar mais fácil pra gente chegar em Santos ou chegar no Rio? A gente vai subir esse morro, vai tomar um ônibus aqui perto, vai tomar café da manhã em casa e vai almoçar em Santos. E realmente isso aconteceu. (Anunciação apud Paiva, 2009).

É no contexto de abertura da BR 101 naquela região, porém, que se desdobram fatos que marcaram uma história de conflitos que perduram até os dias atuais. Jair da Anunciação continua: *“Com a abertura da Rio-Santos trouxe para essas comunidades que moram aqui no litoral, foi um inferno.”* (Anunciação apud Paiva, 2009). A tensão provocada pela construção da Rodovia e a chegada do turismo de massa em Paraty.

Figura 18: Mapa-Rodovia Rio-Santos



Fonte: Google Maps

De acordo com Shirley Pacheco de Souza,

Antes do incremento do setor turístico, a pesca era uma das atividades mais praticadas pelas comunidades locais. Em diagnóstico realizado em 2009, Begossi

<sup>42</sup> Originário/morador da região de Trindade

<sup>43</sup> *Trindadeiros, 30 anos depois*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Zlx5sDwKK0>>. Acesso em 06 jan. de 2019.

et al. (2010) estimaram a existência de cerca de 480 pescadores artesanais no município de Paraty. Entretanto, para a grande maioria desses pescadores artesanais, a pesca não é mais a única fonte de renda, e sim parte de um conjunto de atividades econômicas praticadas por eles para garantir a sobrevivência de suas famílias (Hanazaki et al. 2013). Dentre essas atividades, o turismo e os serviços relacionados a ele têm representado um acréscimo na fonte de renda do pescador artesanal nos últimos anos. (Souza, 2014, p. 144).

Os apontamentos da autora levam à reflexão sobre uma característica do progresso explicitada por Benjamin (1987). Para ele, a priorização da técnica em detrimento do humano provoca a extinção das experiências sensíveis.

Podemos agora tomar distância para avaliar o conjunto. Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano. Tivemos que empenhá-las muitas vezes ao centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”. (Benjamin, 1987, p.119).

Esta perda do papel da experiência reflete a desvalorização das tradições e da importância da transmissão destas às novas gerações: *“Aqui, se revela com toda clareza, que nossa pobreza de experiências não mais a vincula a nós? [...] Pois qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não o vincula a nós?”* (Benjamin, 1987, p. 115).

Os questionamentos trazidos pelo autor, apesar de remeterem-se ao contexto histórico dos anos 1920 são profícuos para pensarmos sobre nossa realidade. Procuro mobilizá-los para entender como as ações de valorização do patrimônio podem ser articuladas em nossa sociedade, seu potencial para geração de riqueza ou pobreza de experiências. A pobreza da experiência descrita por Walter Benjamin tem o cerne na produção cultural de massa e na inaplicabilidade do tradicional. Ao entender o dinheiro [e as relações econômicas neoliberais] como regra global, entende-se que *“o conteúdo do território escapa a toda regulação interna”* (Santos, 2011, p.18). Assim, não é mais o território que detém o dinheiro e sim o contrário.

Como foi afirmado no capítulo anterior, as lógicas organizacionais destas comunidades tradicionais podem ser vistas como desobedientes a esta epistemologia (Mignolo, 2008) econômica, pois são reguladas por lógicas provenientes do *sítio simbólico de pertencimento* (Zaoual, 2006). Em paralelo às conceituações sobre desobediência epistêmica e sobre as especificidades do *homo situs*, a análise sobre a *retórica da perda* (Gonçalves, 1996) aparece neste

capítulo para classificar os discursos de nossos interlocutores, na medida em que suas falas são ora de constatação do esvaziamento de suas tradições, ora de resistência e criação de estratégias a este.

Em São João da Barra, por exemplo, a relação conflitiva entre os pescadores artesanais e os atores externos ocorrem desde a década de 1970, com a instalação das primeiras plataformas de petróleo da Bacia de Campos. Por fazer parte da Bacia de Campos, maior província petrolífera do Brasil, o município vive em meio aos impactos da industrialização.

Recentemente uma nova onda de industrialização invadiu o município com a construção do Complexo Industrial e Portuário do Açu (CIPA). Incentivada pelo Estado Brasileiro com o Programa de Aceleração (PAC) durante o governo Lula a construção do CIPA, gerido pela Prumo Logística, é o segundo maior complexo portuário do mundo.

O porto, que está em operação desde 2014, compreende uma área total de 130 quilômetros quadrados, com 9 terminais (movimentação de minério de ferro, petróleo, combustíveis marítimos, grãos, etc.), usinas, parque industrial, área para construção naval, siderúrgicas, dutos de gás, além do final do mineroduto que sai de Minas Gerais, parceria da LLX (do grupo de empresas da EBX) com a Anglo American.

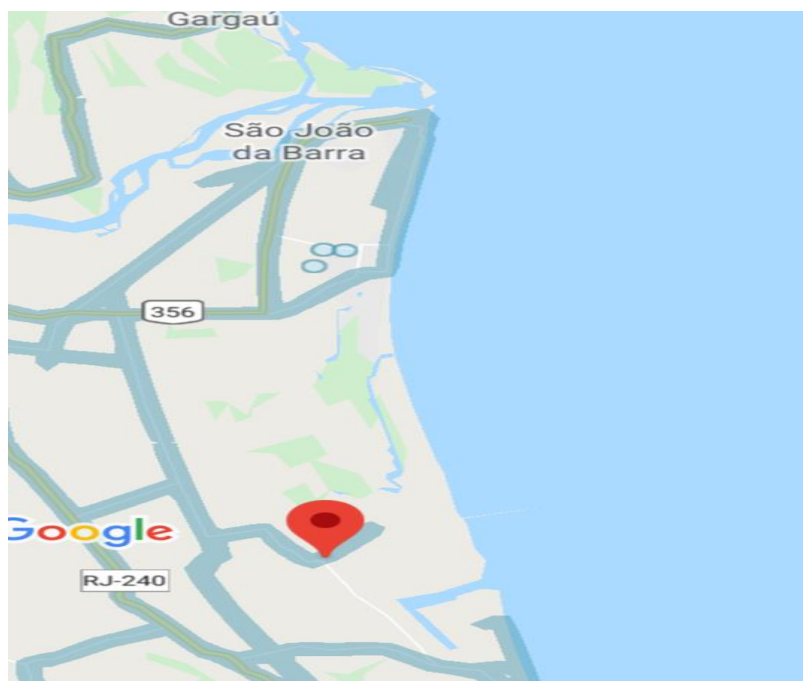
A existência do Complexo Industrial redimensionou as relações econômicas e sociais da cidade. Estima-se que sua população tenha aumentado de 32 747 para 36 102 entre os anos de 2010 e 2019. Portanto, apesar do empreendimento do CIPA ter sido propagandeado como uma benfeitoria para a cidade, com a geração de novos empregos, grande parte dos cargos é ocupado por pessoas vindas “de fora”. (Falcão, 2013).

Em entrevista realizada em 2017, o presidente da colônia de Pesca de São João da Barra comenta os entraves enfrentados para o exercício da pesca artesanal pelo estabelecimento do Complexo Industrial, afirmando que apesar de no início da instalação do CIPA haver um discurso de aproximação com a comunidade local, as regras de exclusão para a pescaria foram impostas de forma verticalizada: *“Agora hoje devido estar em atividade já movimentando, já era. Ninguém mexe mais, você chega lá e já botam para fora. Na época disseram que o barco podia entrar na hora da necessidade, mas hoje você já não vê isso”*.



(Meireles, Elialdo. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 14 jun. 2017).

Figura 19: Mapa-Complexo Portuário do Açú



Fonte: Google Maps

Assim como ocorre em Itaipu, os pescadores artesanais de São João da Barra reclamam da existência dos navios sísmicos, chamado de “Chupa-Cabras”:

Nas palavras de um pescador: “quando o navio de sísmica solta o chupa-cabra ele dá um impacto no fundo do mar, tipo um choque e afasta os peixes”. O navio de sísmica é utilizado para pesquisa na etapa anterior a exploração. O reconhecimento da área é obtido através do bombardeio de ar comprimido na água, emitindo vibrações intensas que acabam afastando os peixes. Neste caso, os pescadores nomeiam de chupa-cabra os fios de ar comprimido. (Falcão, 2013, p. 29).

A instalação do Porto Açú, apesar de desenvolver em certa medida a economia local, acarretou conflitos sociais, com histórico de expropriações de produtores rurais e desestabilização do trabalho pesqueiro, pois a partir de sua existência, os pescadores de São João foram

Inseridos numa rede de relações desiguais e hierárquicas, onde a apropriação do mar passa a ser ilegítima e ilegal, e os grupos que tem o papel de “desenvolver”

o país têm o acesso legitimado pelo Estado, já que é este que gere o espaço marítimo através da Marinha, Capitania dos Portos e IBAMA, podendo, assim, particularizar a apropriação dessas áreas, determinando qual grupo social terá prioridade, e os pescadores integram um grupo marginalizado economicamente, politicamente e simbolicamente. (Falcão, 2016, p.12).

Quando perguntados para a presente pesquisa sobre os efeitos da instalação do Porto no município de São João da Barra, os entrevistados elencaram alguns prós e contras. Citaram positivamente a geração de empregos e capacitação, porém enfatizaram como negativa a limitação da área de pesca que o empreendimento provoca, principalmente para a pesca de camarão, além das expropriações provocadas: *“Muitos receberam as casas certinhos na vila da terra, só que ainda hoje as casas estão no nome da usina de Barcelos, e tem gente que não tem nada até hoje”*. (Meireles, Elialdo. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 14 jun. 2017).

Hully Falcão aponta que os pescadores têm se articulado em relação à construção do Porto Açu, criando maneiras de continuarem a atividade da pesca artesanal. A autora cita o fato de os pescadores de Atafona terem desenvolvido a prática da pesca de Plataforma, que consiste em uma pesca de rede ancorada nas plataformas de Petróleo, dentro da área de exclusão estabelecida pelo CIPA. Como nos confirma Elialdo,

Lá, essa pescaria de plataforma sempre teve. Lá também tem esse acesso de 500 metros fora da plataforma, então o pescador pega o barco e amarra, mas não pode né. O pescador as vezes leva multa. Devido ao resto de alimentos, o engodo joga, às vezes, atrai peixe. É igual o porto, teve reportagem, ali no porto está cheio de peixe. Se eu disser que ali diminuiu a pescaria, não diminuiu, acabou com o espaço da gente trabalhar. Se você se aproximar a voadeira da marinha tira logo você fora. (Meireles, Elialdo. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 14 jun. 2017).

Hully Falcão evidencia que apesar de proibida, em alguns momentos a prática da pesca é facilitada por pessoas que trabalham nas próprias plataformas, pois existe uma boa convivência entre alguns funcionários do CIPA e pescadores locais. A autora mostra que este fato elucida um processo de negociação entre os grupos.

De acordo com os relatos à Falcão, tal modalidade é arriscada, porém os pescadores a tem realizado, pois a instalação de plataformas de Petróleo provocou mudanças no rumo de cardumes, que vão em direção às plataformas,

à procura de restos de comida dispensados das mesmas. Na entrevista realizada em junho de 2017 para o presente trabalho, Eleilton Meireles, confirma que o volume de pescado aumentou em decorrência dos despejos “acidentais” de alimentos das plataformas.

A existência de plataformas de petróleo e de pesquisa sísmica, além da presença de barcos e jet-skis de turistas são enfatizadas como problemáticas também nos depoimentos dos moradores de Itaipu, “*Esse montão de barcos que fica aqui, um montão de lancha que vai pra praia no fim de semana, esse montão de jet-skis, que é um perigo pro pessoal da praia, que é um perigo pro pescador também.*” (Lopes, Tânia Rodrigues. Entrevista concedida a autora. Niterói, 22 de nov. 2012.).

Além do lixo deixado nas areias da praia decorrente das atividades de lazer, por estar diretamente conectada à Baía de Guanabara, a praia de Itaipu é fortemente afetada pela poluição da baía. Pescadores de Itaipu fazem menção constante ao problema do lançamento de óleo pelos atuneiros (barcos para pesca de atum) e demais elementos poluentes provenientes da baía que danificam seus petrechos e prejudicam a pesca devido à diminuição da quantidade de peixes. (Tardeli, 2015, p.40).

Itaipu, que é conhecido pela beleza de sua praia e pela tradição da pesca, tem passado por mudanças relacionadas ao crescimento do bairro. A partir da década de 1970 essa localidade passou a lidar com processos de especulação imobiliária e em específico pelo loteamento de suas riquezas naturais pela empresa Veplan Imobiliária. Além de um grande loteamento, esta empresa abriu um canal que ligou a lagoa de Itaipu ao mar. Esta abertura provocou a divisão da praia de Itaipu, que perdeu território para a “nova” praia Camboinhas<sup>44</sup>.

O canal significou, além da divisão de Itaipu em duas praias, a queda da produção pesqueira e o distanciamento de pescadores que moravam ao redor da lagoa: “*Essa Lagoa era praticamente uma mãe dos pescadores, sustentou muitas famílias. Antes desse Canal que a Veplan abriu, era uma Praia só. A gente, na*

---

<sup>44</sup> Conta a memória Social do bairro que o nome da praia que surgiu após a divisão pelo canal deriva de um acontecimento marcante para os moradores de Itaipu: o encalhamento de um navio, chamado Camboinhas no local que tinha como nome Canto da Ponte. “*Nasci em Camboinhas, que naquele tempo era Canto do Ponte. Virou Camboinhas depois que um navio grande com esse nome encalhou ali.* (Adleir de Souza Freitas- conhecida como D. Dica apud Araújo & Primo, 2018, p. 20).

*época, tinha o lugar certo para pescar*” (Aureliano de Matos Souza- conhecido com Cambuci, apud ARAÚJO; PRIMO, 2018, p.142).

O canal passou a ser chamado “canal da vergonha” pelos moradores, por ter significado, além da divisão de Itaipu em duas praias, a queda da produção pesqueira e o distanciamento de pescadores que moravam ao redor da lagoa: *“Ali do outro lado do canal tinha muitas casas de moradores também e ali uma companhia com nome de Veplan indenizou os pescadores e os pescadores de lá também se mudaram daqui e foram para outra, para outra, outros lugares”*. (Lopes, Tânia Rodrigues. Entrevista concedida a autora. Niterói, 22 de nov. 2012.).

Figura 20: Mapa: Canal de Itaipu e praia de Camboinhas



Fonte: Google Maps.

A expansão imobiliária provocou um processo de exclusão aos visitantes provenientes de camadas de menor poder aquisitivo a parte da praia de Itaipu que veio a ser Camboinhas, por esta não possuir acesso via transporte público. Neste sentido, o fato de Itaipu ser a praia de mais fácil acesso acaba concentrando maior número de visitantes, prejudicando a pesca pelo alto número de circulação de pessoas.

Figura 21: Canale Lagoa de Itaipu



Fonte: MAI.

Além dos empreendimentos imobiliários e do crescimento do bairro pelos fatores supracitados, o alargamento da estrada Francisco da Cruz Nunes (construída em 1923) em 1991 contribuiu para o crescimento do bairro, passando a existir inúmeras construções comerciais na faixa percorrida pela estrada.

Acho que foi a especulação imobiliária da época que abriu aquele Canal, porque ia ser feita uma marina dessa Lagoa. Mas dificultou a pesca, porque os pescadores de lanço, até então, iam nesse trajeto a pé para fazer essa pescaria. Dificultou e ainda separou propositalmente, né? Camboinhas, hoje, tornou-se uma elite lá do outro lado. (Silva, José Siqueira da Silva, conhecido como “Tidi”, apud Araújo & Primo, 2018, p.126).

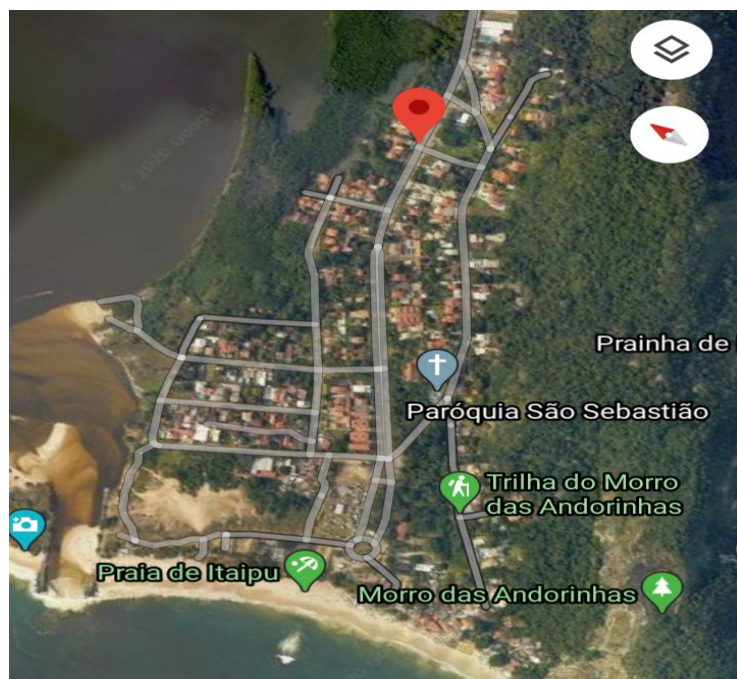
Segundo Luciana Pereira, *‘A Praia de Itaipu, tradicionalmente ocupada por pescadores, vem sofrendo “invasões” as mais variadas, que acabam por prejudicar a comunidade que ali se encontra em dar continuidade às suas atividades pesqueiras’*. (Pereira, 1997, p.275). Concomitantemente à expansão imobiliária na Região Oceânica, os pescadores passaram a travar embates com operadores de traineiras, barcos utilizados para pesca de médio ou grande porte.

As grandes companhias de pesca prejudicam as pescarias artesanais ao passo que, ao puxarem todo o peixe (normalmente pela madrugada), provocam a escassez ou mesmo a morte de algumas espécies, impossibilitando o pescador



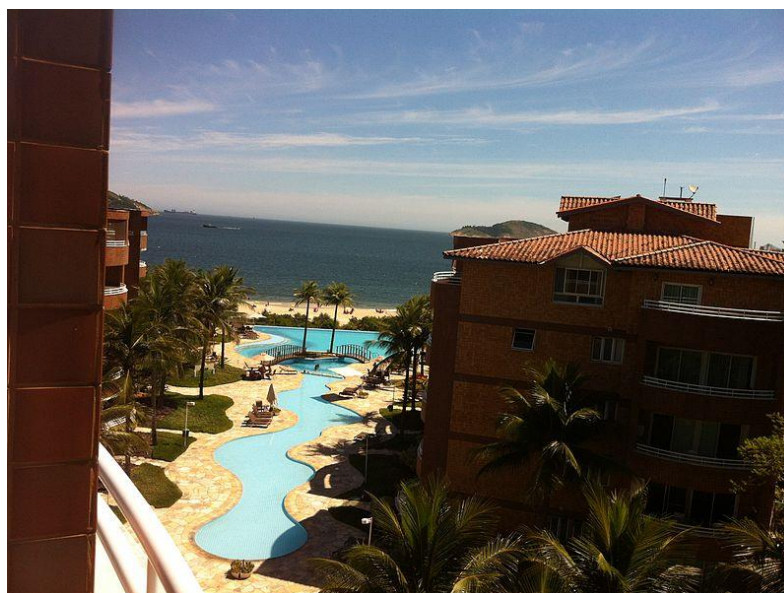
artesanal de exercer seu trabalho (normalmente entre a madrugada e o início da manhã).

Figura 22: Mapa-Estrada Francisco da Cruz Nunes



Fonte: Google Maps.

Figura 23: Construção de luxo em Camboinhas



Fotografia de Leonardo Moreira Souza, 2014. Fonte: Wikimedia Commons

As articulações dos moradores de Itaipu em relação a este cenário de expansão econômica e imobiliária fazem-se presentes em seus depoimentos para

o Inventário Participativo publicado em 2018, onde enfatizam a importância da manutenção das suas tradições e costumes e a relação destas com a sustentabilidade ambiental: *“preservar a beira da Praia é fazer uma área ambiental, defender a comunidade e a tradição da pesca. A pesca artesanal é feita de pequenos barcos, fazendo mais à mão, a remo, puxando rede com tração humana.* (Jorge Nunes de Souza, Seu Chico apud Araújo; Primo, 2018, p. 97).

A ideia de perda é notada na fala do pescador, que demonstra o medo da pesca se acabar com sua geração de companheiros (para utilizar os termos de Pessanha, 2003): *“Se Lula, Cambuci e Maurinho não continuarem com a pesca artesanal, acabou. [...] Itaipu vai ser uma cidade maravilhosa, vai ter apartamento, vai ter tudo. Só não vai mais ter pescador”.* (Lopes, Pedro apud Araújo & Primo, 2018, p. 150). A organização política tradicional da pescaria mudou; se viu o desgaste das práticas tradicionais e um período de esvaziamento da Vila por moradores tradicionais, provocado especialmente pela especulação imobiliária desde a atuação da Veplan.

A Veplan foi indenizando o pessoal, dando um dinheirinho, tapeando todo mundo. O camarada achava que aquele dinheiro ia dar realmente para morar, que ia se dar bem, vendiam e saíam. Mas se deram muito mal. Quem ia peitar a Veplan? Fazer o quê? É o progresso! (Rodrigues, Eraldo Francisco apud Araújo & Primo, 2018, p. 154).

A ideia recorrente de que as mudanças sociais impostas sob o nome de progresso são evidentes na fala da maior parte dos entrevistados para a pesquisa. Nos versos *“quem ia peitar a Veplan? Fazer o quê?”* mostra-se claramente o desequilíbrio de forças deste contexto que antagoniza o poder do capital *versus* comunidades tradicionais.

A indignação dos entrevistados e por vezes a sensação de incapacidade frente a aceleração destas transformações sociais é explícita na fala dos interlocutores das três localidades abordadas na pesquisa, que ressaltam a noção do progresso como algo inevitável:

Mas com o progresso, né? Ficou assim: com esse Canal, não passa para lá, não passa para cá! Quer dizer, quem é daqui não pode passar para lá. Eu não posso porque eu já sou velha, senão eu ia lá e arrumava uma confusão! (Abreu, Dinea Rosa de apud Araújo & Primo, 2012 p. 26).

*“É inevitável, faz parte do desenvolvimento, vai fazer o que? Está posto!”.* (Morador de São João da Barra apud Falcão, 2013, p. 34)

“O progresso é uma coisa que nosso município recebeu de bondade. Mas essa bondade pra muitos foi um sacrifício por que o que nós vivia na liberdade, ficamos sem liberdade, proveniente da estrada.” (Morador de Trindade, vila Caiçara de Paraty, apud Mattoso, 1982).

No que diz respeito ao processo de expansão imobiliária, as praias do Sono e Ponta Negra em Paraty se colocam como casos emblemáticos, pois o acesso a elas foi limitado pela construção de um condomínio de alto padrão. O condomínio Laranjeiras, que se instalou a partir da década de 1970 na questionável venda do terreno que até então pertencia à Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara entre 1960 e 1965 impôs um processo de privatização das praias e de remoção das populações caiçaras que nela habitavam.

Descendente de uma família caiçara, Elvis Maia diz que seu avô, que morava na área hoje ocupada pelo Laranjeiras, aceitou uma indenização depois de ter sido ameaçado. “Representantes das duas multinacionais disseram a meu pai que não adiantaria resistir, porque um trator iria passar por cima da casa dele de qualquer maneira”, relata. As famílias foram transferidas compulsoriamente para um terreno em frente a uma das entradas do condomínio. Formou-se então o lugar atualmente conhecido como Vila Oratório. “Eles tiraram as pessoas das praias, oferecendo um lote na Vila Oratório. Hoje, afirmam que o entorno das casas com suas vias pertence ao condomínio”, diz Elvis, que é presidente da associação dos moradores (EL PAÍS 1/12/2017)<sup>45</sup>.

O condomínio começa na estrada de Trindade para Laranjeiras e se localiza em meio à Mata Atlântica, próximo ao Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) e da Área de Preservação Ambiental (APA) Cairuçu. “*Um anúncio da imobiliária Eduardo Andrade, em Paraty, explica que o condomínio ocupa uma área de 1.131 hectares, dos quais 95% cobertos por Mata Atlântica, com 240 casas construídas*”. (EL PAÍS 1/12/2017).

Com placas de propriedade privada, a gestão do Condomínio deixa clara sua intenção de segregação espacial. A propriedade abriga mansões milionárias e toda uma estrutura de luxo para acolher seus condôminos. A reportagem de dezembro de 2017 mostra que as empresas Brascan e a Adela<sup>47</sup> já haviam

<sup>45</sup> Clipping “O controverso condomínio de Paraty que criou praias exclusivas para seus bilionários”. Disponível em: < <https://asmetro.org.br/portalsn/2017/12/02/o-controverso-condominio-de-paraty-que-criou-praias-exclusivas-para-seus-bilionarios/>>. Acesso em 03 de jan. de 2019.

<sup>47</sup> Agência de desenvolvimento na América Latina

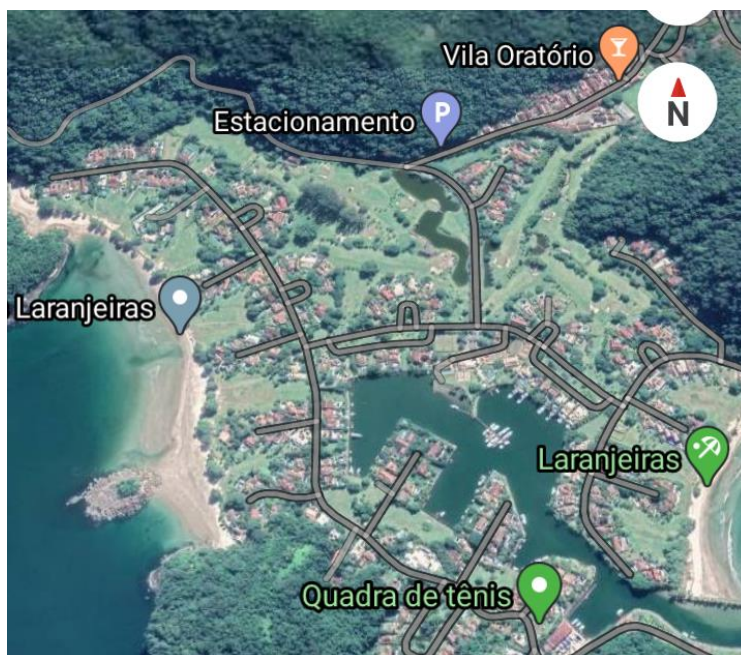


vendido a maioria das propriedades do condomínio e que sua mensalidade girava em torno de 10 mil reais, enquanto o das propriedades variava entre 5 e 20 milhões de dólares. *A mensalidade do condomínio é R\$ 10 mil. O valor das casas, sempre cotadas em dólares, varia de US\$ 5 milhões a US\$ 20 milhões*". (EL PAÍS 1/12/2017).

Em anúncio de venda e aluguel para temporadas de casas do condomínio se ressalta a exclusividade do acesso às praias da propriedade por seus condôminos, informando ao provável comprador seu entorno de mata atlântica, preservada devida a existência do parque nacional da Juatinga:

Com 292 lotes, planejados equidistantes entre a marina, campo de golfe e clube - localizados no centro do condomínio – e voltados para praia, ou campo de golfe, ou marina ou Mata Atlântica. Atualmente possui aproximadamente 240 casas construídas em terrenos com áreas entre 1000 e 2000 m<sup>2</sup>, muitas ocupam mais de um lote. [...]. Suas quatro belas praias descritas abaixo e uma linda cachoeira, com acesso exclusivo pelo condomínio, completam este cenário de sofisticada estrutura e bom gosto. (Eduardo Andrade imóveis diferenciados, 2019)<sup>48</sup>

Figura 24: Mapa - Condomínio Laranjeiras



Fonte: Google Maps.

Além da construção do condomínio, que restringe a circulação da população das praias do sono e Pouso do Cajaíba, estas comunidades sofreram

<sup>48</sup> Disponível em: < [http://www.acparaty.com.br/sobre\\_o\\_condominio\\_laranjeiras/](http://www.acparaty.com.br/sobre_o_condominio_laranjeiras/) > Acesso em: 05 jan 2019.

ainda com a ação de grileiros, que “*com documentos cartoriais duvidosos, búfalos e colocando fogo nas culturas de banana e mandioca, tentavam com estas ações descaracterizar a posse da terra e expulsar estes antigos moradores.*” (Brasil, 2009, p. 23)

Seu Nilo conta muita história já contou muita história para mim então que acontece essa luta que iniciou nos anos 60 a primeira luta com grileiro se você for pesquisar você vai achar o nome Gibrail. Aí os históricos que ele pegou 33 áreas Paraty, que hoje estão na justiça com ação discriminatória sobre essas áreas. O senhor chegou aqui porque ainda não tinha estrada. Ele chegou aqui em 64. E aí diz ele que gostou tanto que queria comprar um terreno tá fazendo uma casa para ele aqui e aí depois de migrou por causa do minério. E aí ele já era um senhor e veio com a família dele pegar umas terras aqui naquela mesma forma e o Caiçara não sabia o que era o dinheiro o que era comprar o que é comendo e depois que ele conseguiu estrada Particular que até 92 tinha uma estrada, que eu cheguei a conhecer[...] E aí o que acontece ele grilou várias áreas aqui ele chegou fazer um documento irregular. (Santos, Jadson dos. Entrevista concedida a autora. Paraty, 12 jan. 2019).

A Construção do Condomínio Laranjeiras é posterior à criação do Parque. Seu terreno originalmente pertencente a esta UC, foi retirado pelo decreto Decreto Federal nº 70.694, de 08 de junho de 1.972, que diminuiu a área de proteção 134 para 104 mil hectares. Segundo Jadson, morador da praia do sono, a “área do condomínio é totalmente dentro do parque [porém] nos anos 70 eles tiram a área que seria do condomínio [...] não faz parte do parque o parque nacional da Bocaina, que pega até o pedaço de Trindade e Caixa D’Aço. (Santos, Jadson dos. Entrevista concedida a autora. Paraty, 12 jan. 2019).

O entrevistado comenta que esta retirada foi intencional, pois já se imaginava que na área se teria um empreendimento. Ele afirma que existem conflitos fundiários nesses terrenos, pois cada vez mais os caiçaras são prejudicados, pela presença de grileiros e construções de grande porte. O turismo também é um fator prejudicial em sua visão, pois apesar de gerar renda para as famílias tradicionais de Paraty, também prejudica enquanto funciona de maneira desordenada. A existência de áreas de proteção ambiental acaba atraindo visitantes em busca de um lugar de refúgio. Porém, como o entrevistado constata, essa massa turística é predatória e não está interessada no bem estar das populações tradicionais.

Paraty é o olho do furacão. É o único de Mata Atlântica, o patrimônio que tem. E assim, nós estamos neste meio enquanto caiçara, enquanto

pescadores de comunidade tradicional mesmo. E o turismo chegando, predatório, descaracterizador, desmotivador ameaçador. Deixa recurso? Deixa, mas o que ele leva de coisa boa nossa e traz influência ruim é muito grande. O turismo é muito ruim. (Santos, Jadson dos. Entrevista concedida a autora. Paraty, 12 jan. 2019).

Figura 25: Mapa: Condomínio Laranjeiras, Praia do Sono e APA Cairuçu (áreas do PNSB)



Fonte: Google Maps

Apresentado como um destino de “sol e praia”, atrelado ao valor cultural do centro histórico como atração turística, Paraty recebe multidões de turistas, que extrapolam a capacidade de sua infraestrutura e trazem malefícios à população local, como poluição, excesso de lixo, congestionamentos e indiretamente descaracterização da cultura local, pela padronização de um tipo de turismo internacional (Catarcione et al., 2016).

O processo de urbanização após a década de 1970 contribuiu para mudanças em comunidades caiçaras decorrentes do aumento do turismo em todo litoral, o que pode “excluir os pescadores de muitos de seus supostos benefícios”. (Freitas et al., 2016, p. 130). Mediante entrevistas realizadas em 350 casas, nas quais vivia um total de 1387 pessoas em sete comunidades caiçaras de Paraty, se conclui que a pesca é a atividade econômica mais importante como um todo, diferindo em importância dependendo da comunidade:

Em Barra Grande, comunidade com a menor proporção de pescadores, são poucas as famílias que praticam a atividade e, quando o fazem, a produção é direcionada principalmente para o consumo próprio. Situação diferente é encontrada, por exemplo, na Ilha do Araújo, Ponta Negra e Praia do Sono, onde muitas famílias dependem da pesca. Porém, se analisarmos as situações nas quais a pesca é considerada como a principal atividade econômica da família, ela é comparável à quantidade de famílias que dependem de aposentadorias e de membros que trabalham na construção civil. (Freitas et al., 2016, p. 130).

Em pesquisa publicada em 2011, por Aline Melo de Abreu e Douglas Gherardi, mostra-se uma média etária de 44 anos (variando de 24 a 78 anos) para pescadores em atividade. De acordo com os autores, 54% dos entrevistados tem na pesca a sua principal fonte de renda, porém a pesca não é tida como a única fonte de renda para todos entrevistados. “Os outros 45% [dos pescadores], além de pescar, citaram atividades ligadas ao turismo, como transporte marítimo (40%), e donos de restaurantes na orla (20%), além do serviço de caseiro (40%) em casas de veraneio como incremento de renda”. (Abreu & Gherardi, 2011, p. 1).

Oliveira (2009) afirma que apesar do mercado turístico trazer uma nova dinâmica à cidade, ele vinculou-se à grupos de indivíduos de outras localidades e não englobou grande parte da população local: “Meneses, nesse sentido, afirma que o município, “como bem cultural não é, para seu habitante, cidade boa para viver enquanto cidade, mas boa, enquanto cenário, para fruição dos proprietários, paulistas ou cariocas, de seus imóveis mais carregados de valor” (Meneses apud Oliveira, 2009.).

Os resultados da pesquisa publicada por Abreu e Gherardi (2011) sugerem que a pesca artesanal estaria ameaçada enquanto atividade econômica e cultural, uma vez que a população passou a ter em outras atividades o seu meio de subsistência. Segundo Oliveira, “À medida que o turismo avança pelo território paratiense, através do modelo excludente de desenvolvimento da atividade que vem se perpetuando, mais indivíduos se veem ameaçados. São diversos os exemplos de conflitos existentes entre poder econômico e interesse das populações locais” (Oliveira, 2009, p. 322).

Catarcione, Mendonça e Moraes problematizam a questão do turismo, afirmando que este é ligado historicamente ao lazer e ao consumo. Os autores

relatam a insatisfação de moradores tradicionais em Paraty em relação ao turismo de massa que ocorre na cidade.

Refletindo criticamente sobre o contexto turístico da Costa Verde, a interlocutora do Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis) salientou que o “turismo de massa” é praticado em sua comunidade, beneficiando somente uma família que possui um empreendimento que oferta serviços de alimentação aos visitantes. Em seu discurso, destacaram-se alguns efeitos negativos do turismo no lugar: a quantidade de lixo deixada pelos visitantes na cachoeira Santa Rita, a especulação imobiliária e exemplifica: “O turista chega à comunidade, encantado pela natureza, seja ela caiçara, indígena ou quilombola e acaba por seduzir alguns moradores a vender suas propriedades”. (Catarcione et al., 2016, p. 241).

Segundo Souza (2014), uma das atividades alternativas praticada por pescadores, não apenas por trazer maior renda, mas também por incentivar a preservação dos valores da cultura caiçara e dos recursos naturais é o turismo de base comunitária (TBC), uma maneira de promover o turismo mediante a participação da comunidade:

O turismo comunitário vem sendo praticado, de forma ainda incipiente, em Trindade e na Ilha do Araújo, desde que alguns pescadores participaram de uma capacitação para poder realizá-lo, e oferecem desde hospedagem em casas de famílias caiçaras até passeios em trilhas na mata, visitas ao cerco de pesca e a casas de farinha”. (Souza, 2014, p185).

O Turismo de base comunitária pode ser entendido como uma alternativa de “*organização singular para alguns roteiros e/ou regiões de compatibilizar a oferta de produtos e serviços turísticos diferenciados, com a promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades locais*”. (Filho, 2009, p. 8). Ele vem sendo praticado em Paraty por moradores de comunidades tradicionais como contraponto ao turismo de massa e incentivo à manutenção das tradições locais.

A percepção dos impactos gerados pelo ideal de desenvolvimento que o Estado se ateve durante o período militar, esteve presente no escopo do tombamento. Visto como o “ato mais gozoso” (Ribeiro, 1986) da política cultural de Darcy Ribeiro pelo próprio secretário de cultura e ciência, a ação de patrimonialização foi permeada por um ideal de desenvolvimento social ligado ao incentivo da cultura.

Tal concepção, presente nos discursos de Darcy e do ministro da Cultura de Sarney, Celso Furtado, são representativos do contexto histórico, que era o de redemocratização brasileira e crítica ao desenvolvimento industrial como gerador de desigualdades sociais: *“Hoje vivemos uma fase que não é apenas de contestação, mas também de desilusão e ansiedade. A nova mansão construída na euforia da industrialização exhibe gretas em todas as suas paredes.* (Furtado, 1984).

## 2.2.

### **Cultura e natureza nos discursos sobre Identidade Nacional brasileira**

A lógica de patrimonialização moderna constituiu-se na construção de identidades nacionais pela materialização da memória coletiva, através de monumentos, relíquias, cerimônias e tradições.

O patrimônio define-se, ao mesmo tempo, pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético [...] Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública; essa dupla relação é que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades. (Gonçalves, 2009, p. 31).

É comum referenciar o surgimento da ideia de patrimônio histórico ocidental via monumentalização do passado como possibilidade de legitimação de um futuro no contexto pós Revolução francesa: *“os revolucionários de 1789 não pararam de sonhar com os monumentos e de construir no papel os edifícios pelos quais queriam afirmar a nova identidade da França”* (Choay, 2006, p.19).

Se por um lado, os revolucionários franceses desenvolveram um projeto de identidade para um novo regime; os ideais liberais suscitados no contexto revolucionário e os movimentos nacionais populares que se proliferam desde 1820 por toda Europa geraram uma ação de legitimação da nacionalidade como política de Estado. Em seu estudo sobre a evolução do conceito de nação, Eric Hobsbawm aponta que o termo nação, surgido no contexto da *Era das Revoluções* fundou-se no *princípio da nacionalidade*, entendido como a união e indivisibilidade do corpo de cidadãos *“cuja soberania coletiva os constituía*

*como um Estado concebido como uma expressão política*” (Hobsbawn, 1990, p.31).

Dominique Poulot assinala que o conceito moderno de patrimônio nasceu na Europa por intermédio dos “*liberais [que] descobriram e, em seguida, celebraram a preservação das antiguidades nacionais como um dever patriótico*” (Poulot, 2009, p. 26). Hobsbawm, por seu turno, aponta que para além da unidade linguística ou étnica na conjuntura revolucionária francesa, o conceito de nação é remetido, também, à participação política e ao interesse do bem comum.

Não podemos, portanto, ler na nação revolucionária nada parecido com o programa posterior de estabelecer Estados-nações para corpos (sociais) definidos em termos dos critérios tão intensamente debatidos pelos teóricos do século XIX, tais como etnicidade, língua comum, religião, território e lembranças históricas comuns. (Hobsbawn, 1990, p. 33).

No que se refere à formação dos demais Estados Nação europeus, existiram processos de expansão territorial e unificação de tradições culturais (Hobsbawn, 1990) que possibilitaram a existência de *comunidades imaginadas* (Anderson, 2008). Para Benedict Anderson, a construção de identidades nacionais na Europa foi fruto não só das transformações ligadas ao crescimento da burguesia, mas da incorporação de imensas comunidades. A padronização cultural almejada pelos Estados na formação das *comunidades imaginadas* foi feita através da sacralização de sistemas culturais, suas línguas e da manutenção dos regimes dinásticos, dados por alianças e casamentos.

Esses “nacionalismos oficiais” podem ser explicados como uma maneira de combinar a naturalização e a manutenção do poder dinástico, em especial sobre os imensos domínios políglotas amealhados desde a Idade Média, ou, dizendo de outra forma, de esticar a pele curta e apertada na nação sobre o corpo gigantesco do império. (Anderson, 2008, p. 131).

Muitos foram os esforços intelectuais para descrever a realidade da Revolução Francesa. O tom de descontentamento e descrença nas promessas de liberdade e infalibilidade da razão foram consequência do caráter tirânico da Era do Terror, e da supervalorização da propriedade privada na França. Surgido neste contexto, o romantismo teve por escopo a limitação do racionalismo e construção de indivíduos ligados ao sentimento e a memória.

Na Alemanha, em vias de unificação, a valorização das expressões populares foi entendida pela intelectualidade como uma maneira de se estabelecer como nação em relação aos países centrais da Europa e diferenciada da tradição iluminista francesa. Hobsbawn (1990) reflete que a própria ideia de nação surge como a diferenciação dos estrangeiros e na afirmação da nacionalidade como construção de uma unidade territorial.

Como exemplo deste processo, se pode citar o fato do desenvolvimento do setor editorial (Anderson, 2008). A reunião de um conjunto de expressões culturais, como as canções compiladas por Herder entre 1774 e 1778, e as poesias populares nas obras dos irmãos Grimm tiveram significativa importância na redescoberta da cultura popular (Burke, 1989) pelos intelectuais.

A viagem de Herder, que parte em busca do autoconhecimento, funciona como metáfora para o imaginário romântico alemão. Ao decorrer da viagem para conhecer o que ele denominava de *espírito dos povos*, Herder passa a colecionar canções populares e documentos representativos dos lugares e aldeias que conhecia. Ao compreender o ser humano como indivíduo em comunidade, ele defende que cada um representa uma parte significativa de um todo. Assim, a humanidade é a plena realização da natureza, visto que a cultura é a construção do ser humano em relação a ela. Neste sentido, Herder situa a história como um processo dinâmico e evolutivo.

A noção de cultura popular deste imaginário explorado por Peter Burke (1989) estava ancorada na concepção da existência de um espírito da nação, dispersado pelos indivíduos nas comunidades. Esta noção de resgate de culturas primitivas foi desenvolvida pelas classes dominantes com o objetivo de gerar um sentimento de união entre as camadas populares e as elites, pois, segundo Burke, as manifestações populares já sofriam um processo de desaparecimento antes mesmo da revolução industrial, com o crescente processo de urbanização.

Sustentamos que, a partir dos meados do século XIX, dentro da Europa desenvolveram-se “nacionalismos oficiais”, na expressão de Seton-Watson. Esses nacionalismos eram historicamente “impossíveis” antes do surgimento de nacionalismos linguísticos populares, pois, no fundo, foram *reações* dos grupos de poder- sobretudo, mas não exclusivamente, dinásticos e aristocráticos-ameaçados de exclusão ou marginalização nas comunidades imaginadas populares. [...] Tais nacionalismos oficiais eram políticas conservadoras, para não dizer reacionárias, adaptadas do modelo dos nacionalismos populares, em larga medida espontâneos, que os precederam. (Anderson, 2008, p. 161).



Os debates sobre cultura popular (*Folk-Lore*) e nação surgidos na Europa chegaram ao Brasil e foram conformadas à sua realidade. Já no início do século XIX, quando a Corte portuguesa aportou no Rio de Janeiro, existia a ideia de afirmação de uma identidade para a nova sede do governo. Foram organizadas neste período diversas expedições de viajantes e naturalistas estrangeiros para reunir e descrever toda espécie de coisas raras e exóticas que se pudessem encontrar. Ora levadas para estudo em universidades estrangeiras, ora aclimatadas e cultivadas no Horto Real<sup>49</sup>, as plantas da flora brasileira faziam parte dos caracteres que formavam a singularidade deste território.

Em 1818 foi fundado o Museu Real, que veio a ser chamado Museu Nacional posteriormente, como uma iniciativa de promoção das artes e ciência no novo local de estabelecimento da Corte. O Museu de história natural e antropologia localizado no Rio de Janeiro, era, até seu incêndio em 2018, a mais antiga instituição de memória do país.

O contexto de abertura dos portos motivou a entrada de viajantes, que se tornaram fundamentais para o estabelecimento de uma visão sobre um novo Brasil, que agora fazia parte do Grande Império português.

A natureza dessacralizada que surge com o triunfo do Iluminismo é um espaço aberto para pesquisas de todo o tipo, que a dissequem, expliquem, diferenciem, classifiquem. E é neste contexto que a natureza americana passa a ser investigada com outros olhos: ela não necessariamente é melhor, mas nada indica a sua inferioridade; ao contrário, a diversidade da vegetação, a vivacidade das cores, a pluralidade de formas leva a um deslumbramento diferente do fantasioso: esta natureza, além de bela, é dotada de riqueza e potencial. Os modelos europeus têm que se render ao trópico, sem deixar de controlá-lo, no entanto. (Lahuerta, 2006, p.6).

As expedições realizadas para o Novo Mundo revelam o anseio pelo conhecimento de um mundo pitoresco, pronto a ser explorado e descrito cientificamente. Movidos pelo pensamento iluminista, europeus descreveram o Brasil, não como Nação, mas como natureza selvagem. As ideias de diferenciação entre os estágios de desenvolvimento humano geravam uma sensação de que o Brasil- as Américas como um todo, era uma terra em estágio de barbárie.

---

<sup>49</sup> Atual Jardim Botânico, construído à mando de Dom João VI ainda em 1808

A visão destes viajantes marcou estudos futuros sobre a caracterização do território brasileiro e de seu povo. Apesar de fundamentalmente eurocêntrica, a descrição da natureza como exuberante e singular demonstrava uma concepção romântica de que as Américas espelhavam a pureza do Éden. A metáfora do Jardim do mito bíblico permeava o imaginário sobre a natureza como fonte de contemplação e descanso para a alma.

Flora Medeiros Lahuerta mostra que esta concepção de edenização da natureza americana teve influência no pensamento de Alexandre Von Humboldt, que a enxergava como um “*campo riquíssimo e inesgotável para a pesquisa naturalista*” (Lahuerta, 2016, p. 10) e também como objeto de contemplação imediata pelo viajante sensível. O processo de edenização da natureza, não excluiu, no entanto, o fato dos viajantes relatarem os habitantes que aqui viviam como incivilizados.

As posições, é claro, não foram unívocas, isso se pensarmos nos modelos contrastantes do bom selvagem de Rousseau e do selvagem decaído de Buffon ou degenerado de De Paur. Mas se “as gentes americanas” sempre foram matéria de descenso, com relação à natureza as posições tenderam a reafirmar, sobretudo quando buscam na exuberância e no “maravilhoso” elementos suficientes para representar o novo local. Elaborava-se lentamente a construção de uma verdadeira mitologia com relação à natureza brasileira, quando vão sendo acoplados à paisagem natural visões culturalmente herdadas a esse respeito. (Shwarcz, 2003, p. 351).

Com o processo de independência a questão da identidade nacional se impôs de maneira latente e o Brasil recebeu algumas instituições de pesquisa. Seguindo à tendência do romantismo francês, a intelectualidade brasileira do período imperial buscou resgatar aspectos culturais para a exaltação da pátria. A cultura imperial tinham como elementos constituidores da nacionalidade a realeza como centro civilizador e a natureza de seu território, “*com suas gentes e frutas como base natural desse mesmo Estado*”. (Shwarcz, 2003, p. 351).

O romantismo brasileiro teve como marco fundador a publicação do livro de poemas “Suspiros poéticos e saudades”, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, em 1836, vigorando como gênero literário por 45 anos. Em 1833, um grupo de jovens brasileiros que estudavam em Paris, sob a orientação de Gonçalves Magalhães e de Manuel de Araújo Porto Alegre inicia um processo de renovação das letras, influenciados por Almeida Garret e pela leitura dos

românticos franceses. Em 1836, ainda em Paris, o mesmo grupo de brasileiros funda a Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes.

Em 1838 foi criado o Arquivo Nacional, já previsto na Constituição de 1824. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no mesmo ano foi emblemática neste processo de afirmação da nacionalidade, pois buscou esforços para teorizar e interpretar a história da nação.

A criação do IHGB se dá num momento particular da História do País. Logo após a independência do Brasil (1822) e ao Reinado de D. Pedro I (1822-1831), o País viu sua unidade territorial ser ameaçada em meio à eclosão de uma série de movimentos e rebeliões, alguns de cunho separatista, que colocavam em xeque a própria integridade física da nação. Havia, pois, a necessidade premente de se formular uma explicação do País que mantivesse sua extensa unidade territorial e que, ao mesmo tempo, fortalecesse o processo de centralização político-administrativa do Estado monárquico. (Tardeli, 2013, p.75).

A criação do Instituto foi inspirada do Institut Historique de Paris, fundado em 1834. Durante o segundo reinado a atuação do IHGB foi fundamental na recriação de mitos fundadores. O texto vencedor de um concurso sobre a História Brasileira publicado por Von Martius reitera a importância de nossa natureza majestosa e a ideia de potencialidade do território brasileiro. O IHGB, assim como o movimento romântico buscaram na originalidade da vegetação americana e no mito do indígena como o bom selvagem uma identidade nacional. Nesse contexto, a arte da paisagem se tornou crucial para representar a essência do território brasileiro.

A meta crucial do IHGB era “trazer a luz” ao presente e descobrir o “verdadeiro caráter nacional”. Neste sentido, almejava-se construir um quadro geral da nação, prevendo a organicidade das regiões em prol de uma unidade: “O IHGB partia da suposição de que só a fundação do Estado nacional, em 1822, havia criado as premissas capazes de abarcar uma história geral do Brasil. Aqui, portanto, surge uma marca da história a ser formulada, ou seja, a ênfase no Estado brasileiro”. Em um momento onde reinavam as teorias científicas, desvendar quais elementos se deveria preservar ou excluir da sociedade brasileira estava em jogo. Guimarães, 1988, p. 17).

Sem negros, o Brasil dessa geração parecia retratado a partir da natureza e de seus naturais: todos convivendo em um passado não conspurcado pela civilização. Descobrir o Brasil significava, assim insistir em um país natural- pitorescamente natural; marco apazível para falar da jovem nação. Papel fundamental nesse processo desempenhará o IHGB, onde se concentrará boa parte da elite carioca, tendo o monarca Pedro II como seu mecenas, a partir dos anos 1850. (Shwarcz, 2003, p. 356).

No campo da política Cultural, merecem destaque a criação dos museus do Exército e da Marinha, o Paraense, o Museu Emílio Goeldi e por fim o Museu Ipiranga, todos ligados à afirmação do Brasil como nação e em maioria etnográficos ou ligados à história natural. Na primeira década do século XX, já no regime republicano, setores da sociedade brasileira apresentaram projetos legislativos para criação de órgãos de proteção ao Patrimônio Histórico nacional.

No que diz respeito a questão ambiental, Alberto Torres (1865-1917) criticava o avanço da modernidade e do industrialismo estrangeiro sobre o território brasileiro. Seu projeto de nacionalidade perpassava à crítica de que o Brasil não tinha uma nacionalidade ou um povo definido e isto se devia à colonização europeia. Torres, que exerceu diversas posições políticas no Estado brasileiro, afirmava que *O Problema Nacional* estava na falta de organização do Estado pois:

No Brasil, destruídos os rudimentos de organização que já tivemos, lançados em mau terreno, nada ficou de definitivo, e a fachada da nossa civilização oculta a realidade de uma completa desordem. Não há uma só instituição no Brasil, como também, provavelmente, em quase todas, senão em todas, as outras repúblicas sul-americanas, assente sobre bases próprias, para um crescimento, evolutivo regular. (Torres, 2002, p.53).

O político incentivava a criação de políticas para proteção da natureza, que segundo o mesmo encontrava-se devastada por culturas extensivas, extração de madeira e lenha e ainda, pela extração de minérios e construção de ferrovias. Como alternativa, ele sugeria o investimento em agricultura intensiva, que seria também uma maneira de manter o homem no campo.

Conhecemos, apenas, durante o período colonial, o regime das explorações por feitorias; raros estabelecimentos possuíamos, há pouco, parecidos com os desses formidáveis esgotadores de riquezas, à custa do trabalho bruto de “fellahins” e de negros. Foi preciso que a República atingisse a maioria, para que se nos apresentasse a perspectiva de ver instalar, entre nós, colônias de minerações como as da África do sul, monopólios industriais e agrícolas, extensas regiões entregues à exploração alheia, estradas de ferro marginadas de vastas zonas de influência estrangeira, toda a perspectiva de uma rede de viação férrea destinada a realizar a obra, absolutamente destituída de base e de necessidade econômica [...]. Governo brasileiro se dispusesse a examinar o estado da propriedade industrial estrangeira no país, de forma a impedir, por algum tempo, senão a sustar, o seu desenvolvimento. (Torres, 2002, p. 113).

Franco e Drummond (2009) relatam que os apontamentos de Torres sobre nacionalismo e proteção à natureza se tornaram referência para os ideólogos de Getúlio Vargas. Além de Torres, os autores apontam para que alguns intelectuais, cientistas e funcionários públicos expressavam a necessidade de preservação ambiental, relacionando-a à questão nacional. Apesar de circularem por diferentes ambientes e divergirem em determinados pontos, a marca do cientificismo e de uma concepção de preservação ancorada no modelo norte-americano fazia-se presente na maioria de seus discursos<sup>51</sup>.

Um projeto mais amplo, que via no mundo natural a principal “fonte da nacionalidade”, englobava todos esses aspectos, conferindo-lhes coerência. Três trabalhos da conferência sobre parques nacionais ilustravam as perspectivas em questão. No primeiro, o relator resumia o artigo de Edgard Roquette-Pinto, “Parques nacionais”, de 1933, que fazia referência ao projeto de André Rebouças, de 1876, o qual propusera dois parques nacionais – um na ilha do Bananal e outro na região do Guaíra (PR) – nos moldes do Yellowstone (Sampaio, 1935a). Além da proteção ao mundo natural, o projeto previa o desenvolvimento do turismo como fonte de recursos. (Franco e Drummond, 2009, p.53)

Sobre este contexto, Luís de Castro Farias (1995) aponta para a existência de duas formas distintas de nacionalismo: o retórico e o nacionalismo como política de Estado. O retórico, ou literário, diz respeito ao ufanismo que vem desde o século XVIII e se desenvolve em 1912, “*quando Roquette Pinto [...] faz uma conferência numa associação de alunos de uma escola superior chamada Colméia, intitulada O Brasil e a Antropogeografia, apresentando um mapa das influências presentes na formação da sociedade brasileira*” (Farias, 1995, p. 30); o nacionalismo católico, com as publicações de *Gil Blas*<sup>52</sup>, *Revista do Brasil*, ao nacionalismo antilusitano de *helenos-latinos*; *As razões da Inconfidência*; e as manifestações da *Liga de Defesa Nacional*<sup>53</sup>.

<sup>51</sup> Esta discussão será retomada no capítulo 3, onde será tematizado as diversas concepções sobre natureza, que permeiam nossa história de política ambiental.

<sup>52</sup> A revista, que circulou de 1919 a 1923 surgiu em meio a sucessão presidencial, num contexto de crescimento nacionalista e desenvolvimento urbano e era ligada a administração de Epitácio Pessoa. Cf. De Luca, 1999.

<sup>53</sup> A Liga de Defesa Nacional foi fundada em 1916 no Rio de Janeiro por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, que era favorável ao apoio brasileiro aos Aliados na Primeira Guerra Mundial. A divulgação dos ideais da Liga era feita por meio de livros, panfletos, discursos e viagens por todo país. Bilac, seu mais importante líder, definia sua ação como um “apostolado de civismo e patriotismo”. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos20/CentenarioIndependencia/LigaDeDefesaNacional>. Acesso em: 30 de mar. de 2020.

O segundo tipo de Nacionalismo é o caracterizado como política de Estado, iniciado com o advento do modernismo e consolidado com o Estado novo.

É preciso que se fique atento às representações do Brasil que se tem antes de 1930, para compreender alguns dos rituais que ocorrem no Estado Novo, como a queima das bandeiras e a proibição de brasões dos Estados, consoante, mas em contraponto com a linguagem heráldica anteriormente empregada em atos de criação das armas dos Estados. O que está em jogo aí não é problema de centralização ou descentralização, mas sim de unidade. (Farias, 1995, p.31).

A primeira guerra mundial (1914-1918) e a crise do sistema liberal em 1929 provocaram profundas transformações em todo cenário internacional. No Brasil, a década de 1920, foi marcada pelo movimento modernista, que pode ser considerado o pontapé para a formatação do campo cultural brasileiro durante o período histórico conhecido como Era Vargas. Em paralelo à criação do Museu Histórico Nacional, ocorreu em 1922 o fato em que passou a ser considerado com o surgimento do modernismo no Brasil: a semana de arte moderna, em São Paulo.

A semana de 22 apresentou múltiplas linguagens artísticas, como pintura, literatura, poesia, escultura e música, o que fez com que ela passasse a ser considerada o porta-voz das inovações que viriam a figurar o campo cultural brasileiro durante as próximas décadas. Fizeram parte deste evento artistas e poetas, como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Víctor Brecheret, Plínio Salgado, Anita Malfatti, Menotti Del Pichia, Guilherme de Almeida, Sérgio Milliet, Heitor Villa-Lobos, Tácito de Almeida, Di Cavalcanti, dentre outros.

Os modernistas alargaram a discussão sobre a identidade nacional iniciada no século anterior. O contexto de mudanças radicais sofrida pela sociedade brasileira durante o século XIX, como a abolição da escravatura e a proclamação da república provocou uma crise de valores éticos e políticos que afetou a intelectualidade. O cientificismo positivista, o racionalismo e as perspectivas românticas, místicas, intuitivas, subjetivas, irracionais passaram a ser revistos.

Na primeira fase do modernismo, os artistas recorreram às vanguardas europeias, adaptando suas reflexões à realidade brasileira. Já em sua segunda fase, o modernismo buscou dar ênfase ao que caracterizava a produção cultural

em solo brasileiro, passando, por exemplo a valorizar o caráter regionalista. Para Márcia Gonçalves (2009) essa ruptura de postura modernista em relação às influências artísticas estrangeiras diz respeito ao fim da crença no progresso da Belle Époque, provocado pelo acontecimento da primeira Grande Guerra.

Os Movimentos paus-brasis de Oswald de Andrade, assim como a criação do herói brasileiro Macunaíma, de Mário de Andrade tiveram por escopo conceber a identidade brasileira por novos moldes. O movimento modernista influenciou ainda a historiografia da época, pois entre as décadas de 1930 e 40 foram delineadas as bases de uma nova historiografia brasileira. Esta reformulação do campo historiográfico foi devida também ao surgimento dos *estudos brasileiros*.

Os *estudos históricos* se constituíam como um “*campo de conhecimento, com fronteiras pouco definidas, no decorrer, em especial, da década de 1920 aos anos 50*” (Gonçalves, 2009, p. 209) e apresentavam obras e autores pertencentes a ordens temáticas variadas, que tinham em comum questões acerca da cultura e sociedade brasileiras. Um de seus empreendimentos destacados foi a elaboração do *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*, de 1949: “*um guia: o bibliográfico, a condensação, ordenação, seleção dos materiais disponíveis sob forma de livro [...] o manual como prova e sintoma de uma confluência de esforços dos intelectuais interessados em projetar um campo de estudos em configuração*” (Gonçalves, 2009, p.210).

O manual espelhava a diversidade de temas abordados pelos autores que o compuseram, e a liberdade nos escritos “*simboliza o vigor, os caminhos variados e necessários no campo múltiplo e, em expansão, de reflexões sobre o Brasil.*” (Gonçalves, 2009, p.211). Márcia Gonçalves ressalta que o manual foi gerado mediante ao impasse vivido pela intelectualidade daquela época: a abertura para profissionalização dos historiadores e a legitimação dos mesmos em relação a esta nova posição.

Eduardo Moraes mostra que o papel do mercado editorial foi crucial nesse momento. O aumento da circulação de livros veio a corroborar os almejos modernistas no que tange à ruptura com uma cultura bacharelesca, dando ênfase à “*Uma perspectiva que liberte mesmo as forças escondidas na nação, os antagonismo entre presente e passado, modernização e atraso, campo e cidade, eruditismo e sabedoria popular.*” (Moraes, 1978, p.85).

Os *estudos históricos* e o modernismo conformaram-se mediante as demandas que se entrecruzavam, na busca de um passado nacional, que pudesse evidenciar as especificidades da nação brasileira em relação aos demais países; projetando-a para o para a modernidade. Os estudiosos esforçaram-se para resgatar nos relatos dos viajantes dos séculos passados os elementos de construção nacional, porém sob um prisma da diversificação de fontes, utilizando-se não só os relatos oficiais, assim com cartas, entre outros.

Além da redefinição do campo historiográfico, os projetos modernistas contribuíram para as reflexões sobre as políticas culturais no Brasil. As questões suscitadas durante o modernismo, assim como o processo histórico de definição da identidade nacional desde o século XIX vieram a desembocar em uma série de iniciativas, que após a proclamação da república e em especial à Era Vargas passaram a formatar o campo das políticas culturais do Brasil ligadas ao patrimônio, visando sempre a unidade da nação mediante a valorização do seu passado histórico.

Após o modernismo, se abriram distintas frentes nacionalistas, como o Verde Amarelismo, o grupo Anta e o movimento Bandeira. Os intelectuais que compunham estas frentes tiveram participação no debate e na gestão das políticas culturais dos anos seguintes. De acordo com Farias (1995), as trajetórias destes ideólogos mostram que em alguns momentos eles colocam-se como oposição ao governo e em outros fazem parte do aparato estatal.

No tocante ao campo do patrimônio cultural, nota-se que no início do século XX existiram algumas tentativas frustradas de criação de Inspetorias do Patrimônio. Porém, o período de governo de Getúlio Vargas foi decisivo para o processo de centralização nacional, com ênfase nas comemorações de efemérides nacionais e construção de monumentos cívicos .

A educação formal teve uma tarefa central no projeto de centralização do governo Vargas. A fim de unificar e sistematizar o aparelho de ensino foram buscadas novas diretrizes para a reconstrução do campo educacional brasileiro. Em crítica ao coronelismo e a variação de acordo com o poderio local, o Estado tomou as rédeas da educação, implantando um sistema educacional baseado nas propostas de ensino do escolanovismo.

A criação do Ministério da Educação e Saúde (MES), chefiado pelo ministro Gustavo Capanema foi decisiva neste processo de centralização. Além



desta, outras iniciativas foram tomadas para o exercício do controle do espaço e das pessoas: como o Conselho de Expedições Artísticas e Científicas, que regulava a produção científica estrangeira sobre o Brasil; o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e o Conselho Nacional de Geografia; o Serviço de Inquéritos Político-Sociais e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Estas criações se relacionam as medidas tomadas posteriormente em relação às políticas culturais, inclusive as práticas de proteção do patrimônio nacional. No que diz respeito a proteção do patrimônio nacional, foi criada pelo Decreto nº 24.735 de 1934 a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), chefiada por Gustavo Barroso, diretor do Museu Histórico Nacional, que havia sido fundado em 1922.

Na mesma semana do decreto foi aprovada uma nova Constituição, onde o Patrimônio Histórico e Artístico nacional passou a ser entendido como princípio constitucional no artigo nº 148 onde se delega à União, Estado e Municípios a *“favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”* (Brasil, 1934). O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico nacional (SPHAN)<sup>54</sup> foi criado após 3 anos do surgimento da Inspetoria, já no contexto governamental do Estado Novo.

Advirto, porém, que as ações de preservação não tiveram início de forma repentina com a criação do Serviço em 1937, sendo precedentes as inspetorias de monumentos históricos dos estados de Minas Gerais; Bahia e Pernambuco; a declaração das cidades de Ouro Preto e Mariana (MG) e Parati (RJ) como

---

<sup>54</sup> A Lei de nº 378, no governo de Getúlio Vargas de 13 de janeiro de 1937 – cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e em 30 de novembro de 1937, o decreto-lei de nº 25 organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Em 1946 o Sphan passa a se chamar Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan) e já em 1970 o Dphan se transforma em Iphan. Em 1979 o Iphan se divide em Sphan – órgão normativo - e Fundação Nacional Pró-memória (FNpM) – órgão executivo. No ano de 1990 há a extinção do Sphan e da FNpM e criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Finalmente, em 06 de dezembro de 1994, por medida provisória, o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural – IBPC e o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBA passem a denominar-se, respectivamente, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Fundação de Artes – FUNARTE. Vale ressaltar que as denominações do órgão de proteção ao patrimônio irão variar neste trabalho, visto que a pesquisa abarca algumas das temporalidades e mudança do instituto, citadas acima.

Monumento Nacional. Lia Calabre salienta que a institucionalização do patrimônio nacional brasileiro não se deu apenas pelos ecos modernistas, mas também por um processo de valorização da memória da nação, que tinha nas forças mais conservadoras da sociedade o seu apoio:

Os projetos de defesa dos monumentos históricos no país datam da década de 1930, e tiveram como importantes aliados os modernistas, o que não significa dizer que grupos mais conservadores não tivessem projetos para a área. (Calabre, 2009, p.23).

A história de criação do SPHAN remete a participação do literário Mário de Andrade, que sob encomenda de Gustavo Capanema elaborou um anteprojeto para o funcionamento de uma instituição para preservação de bens históricos. Segundo Márcia Chuva, quando se refere a trajetória do patrimônio no Brasil, a figura de Mário é tomada como legitimadora da criação do SPHAN, ligando o órgão somente às atuações modernistas.

Desse modo, a insistente recorrência à figura de Mário de Andrade como fundador das práticas de preservação cultural no Brasil pareceu estratégica: ela empresta forte carga simbólica e concede legitimidade a todos que pleiteiam parte de sua herança, apesar da distância já constituída no tempo, de mais de 50 anos da sua morte (Chuva, 2012, p.150).

No anteprojeto de Andrade defendia-se uma concepção de cultura diferenciada da que foi adotada pelo seu primeiro presidente, Rodrigo de Melo e Franco.

No projeto para o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, Mário defendeu o exame da diversidade artística existente no país e propôs a realização de monografias, que propiciariam compor no futuro uma síntese da cultura nacional [...] propôs ainda a criação de quatro museus para cuidar dos bens considerados patrimoniais; mencionou também as categorias de bem cultural tangível e não tangível, que serviriam de fonte para as mudanças na política de patrimônio introduzidas mais tarde por Aloísio Magalhães. (Oliveira, 2008, p. 18-19).

De acordo com Luiz de Castro Farias, a definição do termo patrimônio nesta gênese da institucionalização da política cultural no Brasil remetia-se a conceituação suscitada na Conferência de Atenas, realizada em 1931. Para o autor, neste evento o patrimônio era entendido pelo viés da arqueologia clássica, ou seja, do mundo antigo greco-romano. O autor mostra que os preceitos de preservação fomentadas a partir desta conferência não eram aplicáveis ao caso

brasileiro, pois ao tombar os sítios arqueológicos brasileiros impossibilitaria as pesquisas nos mesmos.

Antropólogo ligado a Rodrigo de Melo e Franco (primeiro presidente do SPHAN), Farias cita que argumentou diversas vezes sobre a “*preservação de qualquer coisa que não se referisse ao barroco e ao colonial, com suas igrejas e santos tidos como sinônimo do verdadeiro “patrimônio”*”. (Farias, 1995, p. 38). Porém, a tendência nas ações de patrimonialização centraram-se no tombamento de bens conhecidos como de “pedra e cal”.

Estes tombamentos, restritos a preservação do passado colonial eram reflexos da composição dos quadros de funcionários do Serviço, que segundo Márcia Chuva (2009) eram de maioria formados por arquitetos “*ligados à vertente modernista ocuparam, desde cedo, postos no Sphan [...] Eles efetivamente tiveram peso significativo no processo de rotinização das práticas de preservação cultural no Brasil*”. (Chuva, 2009, p. 197).

A centralidade das ações do Patrimônio em bens edificados baseavam-se na teoria de *civilização material*, defendida por Afonso Arinos Melo Franco, que apesar de opositor ao governo Vargas<sup>55</sup>, exercia forte influência sobre seu sobrinho, Rodrigo de Melo Franco de Andrade. A ideia de *civilização material* via como um produto da cultura, suas manifestações aparentes, materializadas em objetos práticos. Civilização seria o domínio objetivo do mundo pela técnica, que ia “*desde azulejos até a habitação dos índios timbira, das fontes e chafarizes do Rio de Janeiro até o estudo das origens da cidade de Sabará*”. (Teixeira, 2012, p.54).

O contexto de valorização da cultura material em detrimento de outras categorias de patrimônio perdurou até meados do século XX. Entendia-se que os bens materiais de uma coletividade tinham como finalidade o fortalecimento do Estado e de uma memória nacional oficial. As ações de patrimonialização eram

<sup>55</sup> “Foi um dos redatores do manifesto de lançamento da União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia a oposição liberal a Vargas [...] Com a volta de Vargas ao poder, em janeiro de 1951, passou a mover intensa oposição ao governo. Tornou-se então líder da UDN na Câmara e um dos integrantes da ala mais exaltada do partido, conhecida como Banda de Música. Na crise deflagrada em 1954, que culminaria no suicídio de Vargas, propôs a renúncia do presidente e a intervenção das Forças Armadas”. Cf. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 200.1 Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso\\_arinos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso_arinos). Acesso em: 30 de mar. de 2020.

permeadas por uma visão de história que se baseava em grandes acontecimentos e privilegiavam edificações materiais e obras de arte, de valor contemplativo.

### 2.3.

#### **Dos folcloristas à fusão: a questão da Identidade Fluminense**

Na realidade fluminense, as políticas de patrimônio decorrem também de um processo de afirmação de identidade. A cidade do Rio de Janeiro foi durante um longo período território separado politicamente do resto do Estado, pois em 1834 foi criado um ato adicional que decretou a cidade do Rio como município neutro e capital do Império e apenas em 1975, com a fusão do estado do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara ele foi incorporado.

Ao analisar a produção historiográfica entre as décadas de 1940 e 1950, Rui Aniceto Fernandes (2009) aponta o papel do debate folclorista como caminho para a construção de identidade fluminense e cita a criação da Comissão fluminense de folclore (CFF) como reflexo dos debates sobre a construção de uma identidade local. O processo de instituição da CFF em 1949 esteve ligado ao momento período de afirmação política dos novos presidente e governador do Rio de Janeiro, Eurico Gaspar Dutra e Edmundo Macedo Soares, respectivamente.

Eleitos no contexto de afastamento de Getúlio Vargas do poder, os políticos promoveram ações para o afastamento da forte presença do movimento amaralista no cenário fluminense e varguista na esfera federal, que representavam um desafio para estas novas gestões.

Durante a década de 1940 o fenômeno de recuperação econômica fluminense ligado ao incentivo da agroindústria pelo interventor Amaral Peixoto proporcionou a valorização das tradições locais, com enfoque no meio rural. O movimento amaralista influenciou no resgate histórico da “Era de Ouro” do Rio de Janeiro, marcada pelo Ciclo econômico do Café. Segundo Fernandes, a zona rural era considerada o cerne da *fluminensidade*<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Termo cunhado pelo autor como nacionalidade fluminense, ou, identidade fluminense.

O projeto amaralista de revitalização político-econômica do estado desenvolvido nas décadas de 1940 e 1950 afirmava-se como um regenerador da história do estado, pois seria capaz de recuperar o lugar de destaque outrora ocupada pelo Rio de Janeiro no contexto nacional. [...]. Projetava-se a recuperação econômica e política do estado através do investimento dos setores agrícolas (Fernandes, 2009, p.129).

Após o período de afastamento do governo, entre 1947 e 1950, Amaral retorna à cena fluminense e possibilita o estabelecimento definitivo da CFF. Os arranjos para a criação da Comissão datam de 1949 e constata-se por correspondências entre Rubens Falcão, “*Destacado burocrata da área educacional do Estado do Rio de Janeiro*” (Fernandes, 2003, p.2) e Renato Almeida (CNFL). Apesar de organizador da CFF, Falcão renunciou ao cargo de Secretário Geral da Comissão em 1952, indicando o médico Luiz Palmier para substituí-lo, que

Ao assumir a CFF passou imprimir-lhe uma direção ágil e eficaz. Reorganizou a comissão ampliando seu número de participantes de sete para trinta e cinco, convidando membros da burocracia estatal e da intelectualidade fluminense. Participou do II CBF, em Curitiba (1953), e do Congresso Internacional de Folclore, em São Paulo (1954). Para distribuição entre os congressistas de ambos certames, editou Folclore Fluminense, revista da CFF. Concluiu as negociações para a assinatura do convênio com o governo do Estado. Realizou palestras e outros eventos folclóricos e planejou o estabelecimento de um museu folclórico para o Estado. Não concluiu esse último projeto devido a leucemia que o vitimou e que levou a morte em outubro de 1955. (Fernandes, 2003, p. 5).

Neste contexto de definição identitária existia ainda a indefinição do destino da cidade do Rio de Janeiro, provocada pela transferência da capital federal para Brasília. A criação do Estado da Guanabara foi uma medida para solucionar o impasse do lugar da cidade do Rio de Janeiro, que era tida como município neutro até então. A lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960 constitui o Estado da Guanabara nos mesmos limites geográficos do antigo Distrito Federal, tendo por capital e sede do governo a Cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Ferreira e Grynszpan (2015), a autonomia da cidade do Rio de Janeiro já era um ponto de debate antigo, que remete a constituinte de 1891.

A questão voltaria à baila por diversas vezes [...] Não só na constituição de 1934, mas também na de 1946, a ideia da mudança de capital e da transformação da cidade do Rio num estado autônomo foi mantida. A conjuntura dos anos 1950,

com a aprovação da transferência da capital para Brasília e as discussões acerca dos destinos do Rio de Janeiro, viria novamente colocar a questão da fusão em pausa, desta vez de maneira mais concreta. (Ferreira & Grynszpan, 2015, p. 136).

A luta de poderes entre partidos acirrou o debate sobre a possível fusão. Para a União Democrática Nacional (UDN), ela significava o fortalecimento do partido para as eleições de presidente da República em 1960; já para o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) carioca ela não era vantajosa. O deputado San Tiago Dantas (PTB) foi o autor do projeto de lei de criação do estado da Guanabara e foi apoiado pelo Partido Social Progressista (PSP) e Partido Social Democrático (PSD). Aprovado em 15 de abril de 1960 no “*apagar da luzes do processo de transferência da capital, e sob a condição imposta por JK, que as eleições para a Constituinte e para governador da Guanabara seriam realizadas junto com o pleito presidencial, sendo até lá indicado um interventor*” (Ferreira & Grynszpan, 2015, p. 139). O estado da Guanabara foi criado e sua autonomia política foi sendo garantida. Neste período o projeto de fusão foi arquivado.

Figura 26: Mapa - Estado da Guanabara



Departamento de Geografia e Estatística, 1960, Fonte: BN Digital

A efetivação de Brasília como capital se deu apenas 10 anos depois, com investimento em sua capitalidade e a transferência do “forte Apache” para o

novo Distrito. Dado isto, foi mantido durante este tempo a noção de que o Rio de Janeiro era o espaço da nacionalidade brasileira. O fechamento do regime a partir de 1968 apontou para um processo de investimento na capitalidade de Brasília.

Não foi por acaso que durante o governo do general Médici (1969-1974) se deu a transferência dos principais órgãos decisórios do Estado para o novo Distrito Federal. Foi também a partir desse momento que Brasília passou a exibir alguns marcos simbólicos representativos do poder central. O chamado “Forte Apache”, edifício que abriga o Quartel-General do Exército, e onde se costumava reunir o alto comando dessa força para decidir os rumos do país, talvez possa ser considerado um dos símbolos mais significativos da função de capital a partir de então atribuída a Brasília. (Silva da Mota, 2001, p. 4)

Segundo Ferreira e Grynszpan a discussão sobre a fusão do Rio de Janeiro esteve ligada a contextos democráticos e ao jogo de agentes políticos, articulação e alianças em relação às vantagens e desvantagens da incorporação da cidade ao estado do Rio, e não se estranha que *“uma medida de como a fusão, tantas vezes tentada e recusada, ter sido implementada justamente durante o regime militar [pois] apenas um governo autoritário, [...] poderia impor uma decisão”* (Ferreira & Grynszpan, 2015, p. 140).

A tese de que a fusão tenha sido efetivada apenas devido ao modelo de governo se esvazia, porém, por que *“antes de Geisel houve outros governos militares que foram ainda mais pródigos no emprego de instrumentos de força, repressão e de imposição de decisões. Também se falou em fusão, mas o estado da Guanabara sobreviveu até 1974”* (Ferreira & Grynszpan, 2015, p. 143).

Assim, se vê que no governo de Chagas Freitas, último governador do Estado da Guanabara pelo Partido Democrático Brasileiro (MDB), existiram fatores favoráveis a transformação do Estado da Guanabara em mais um estado da federação. O contexto político diz respeito à entrada de Geisel e o momento pós “milagre econômico” com a primeira crise do petróleo, de 1973. Nesta conjuntura de abalo financeiro mundial, o novo presidente permaneceu com a política desenvolvimentista de Médici, lançando o segundo Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN II), que englobava um conjunto de ações como o aumento da produção de subsídios, renúncia fiscal e a diversificação do parque industrial, além da criação das usinas nucleares de Angra.

A lei complementar nº 14 de 8 de junho de 1973 previa as regiões metropolitanas como elemento dinâmico da federação e neste sentido, unir Estado da Guanabara e Rio de Janeiro fomentaria a economia, proporcionando maior distribuição de renda, visto que a antiga capital vinha perdendo seu status. Assim, a integração entre Estado da Guanabara e Rio de Janeiro “*respondia às expectativas de gregos e troianos: do regime militar, interessado em retirar da Belacap os atributos de capital e em transferi-los para a Novacap; e do governador Chagas Freitas, voltado para a tarefa de estadualizar a Guanabara.*” (Silva da Mota, 2001, p. 5).

A fusão, realizada pelo Decreto-Lei nº1 de 15 de março de 1975, foi influenciada pelo projeto “Brasil Grande Potência”, iniciado pelo presidente Médici e continuado pelo então presidente militar general Ernesto Geisel. Segundo Marly Silva da Mota o casamento entre os 2 estados representou um casamento na política, cuja “*consumação teria sido garantida pela indicação de um militar- o almirante Faria Lima para o governo do Estado do Rio de Janeiro*” (Silva da Mota, 2001, p. 1).

A tese de que a cidade do Rio estava esvaziada economicamente fomentou o relançamento da ideia de fusão por deputados da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) -partido ligado ao governo militar, pois esta dinamizaria a economia. Moraes e Gynszpan mostram que lideranças econômicas do país apoiaram esta tese e “*com o intuito de melhor avaliar tal perspectiva, propôs a criação de uma comissão especial sobre a viabilidade econômica da integração do estado do Rio com a Guanabara*”. (Ferreira & Gynszpan, 2015, p.141).

De acordo com Silva da Mota, a união teve importância estratégica para o projeto de governo de Geisel, cuja meta era a distensão do regime militar e a abertura política, se tornando a vitrine de seu governo. Entre 1974 e 1979 Geisel lançou uma campanha de distensão “*lenta, gradual e segura*” (Ferreira & Gynszpan, 2015, p.149), promovendo medidas políticas liberalizantes, controladas pelo executivo. Faria Lima (ARENA), foi escolhido para governador do Rio de Janeiro por não ter perfil “político”. Lima era o presidente da Petrobrás à época, e como citado anteriormente, este fato favoreceu aos planos de Geisel, recém indicado para o governo federal. O novo governador teve a missão de integrar o Estado à antiga Capital.



Silva da Mota mostra que a união da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro (que tinha capital em Niterói) foi desafiadora, pois eram duas realidades distintas político e economicamente. Por mais proveitoso que o governo pudesse considerar a fusão, existia o conflito entre a cidade do Rio de Janeiro e os demais municípios, que chegaram a propor a desfusão em alguns momentos, pois *“enquanto a Guanabara aparece na memória política carioca como uma “idade de ouro” [...] os municípios do Norte fluminense, enriquecidos com o petróleo, defendem a volta do antigo Estado do Rio para não ter que repartir benefícios”*. (Silva da Mota, 2001, p.30).

Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2015), a falta de autonomia devido à posição de capital da federação e posteriormente a fusão entre Estado da Guanabara e do Rio criaram um imaginário de que o Rio de Janeiro teria sua identidade enfraquecida. A autora mostra que era perceptível uma certa nostalgia em relação ao passado como “Idade de Ouro”.

Ao realizar algumas entrevistas na década de 1990, constata que existia a sensação de que após deixar de ser capital e principalmente com a fusão, a cidade ficou esvaziada, perdendo seu status. Conflitos permearam a definição de uma identidade cultural para o novo estado, pois havia um embate entre os habitantes do antigo estado do Rio (chamados de papa-goiabas) e cariocas (nascidos na cidade do Rio):

Se os cariocas mantiveram sua identidade limitada às fronteiras da cidade, os moradores do antigo estado do Rio fizeram o mesmo do outro lado. Alguns chegaram a ponto de rejeitar serem chamados de fluminenses, como se isso significasse algum tipo de associação com o modo de vida dos cariocas. [...] Sobressaem nos depoimentos os estereótipos do carioca malandro e do papa-goiaba ligado aos valores da família” (Ferreira, 2015, p. 14).

## 2.4.

### **Descobrindo o Rio de Janeiro: o papel do INEPAC para o novo Estado e a Identidade Fluminense**

A divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), regulamentada em 31 de dezembro de 1964, o decreto "N" N. 346 foi o primeiro órgão de patrimônio cultural em nível estadual de todo o país. Gerado em decorrência da criação do Estado da Guanabara, tinha como objetivo

preservar os bens culturais da Guanabara que com a mudança da sede do IPHAN para Brasília, inaugurada em 1960, “ *julgava-se que o Rio de Janeiro ficaria desprotegido*”. (Motta, 2000, p. 45).

A partir da fusão entre Guanabara e estado do Rio de Janeiro ocorrida em 1975, o DPHA torna-se INEPAC e passa por uma redefinição de paradigmas: “*Batizada como Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), em substituição ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara (DPHA), a nova instituição já continha em seu nome um conceito mais amplo de patrimônio*” (Motta, 2000, p. 60).

Segundo Simone Teixeira (2008), a proposta das primeiras gestões do INEPAC era fugir do padrão até então praticado pelo IPHAN e de sua valorização ao patrimônio chamado de “Pedra e Cal”. A autora mostra que o primeiro diretor do Instituto Estadual, Alex Nicolaeff, mostrava sua oposição política de tombamentos do IPHAN, afirmando que o Instituto Nacional se restringia a proteção de obras eruditas.

A autora aponta que a partir de 1977 o INEPAC, em ação com o Conselho Estadual de Tombamento passou a focar sua atuação em outros municípios do Estado, distantes da capital. Pautadas na ideia de valorização dos patrimônios regionais, as primeiras gestões do INEPAC buscavam a caracterização cultural do recém-formado estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Lia Motta, este período foi assinalado pela produção de inventários dos bens regionais, que se baseavam pelos “*ciclos econômicos, situações geográficas e as diferentes fases de administração pública*” (Motta, 2000, p.61). Dado isto, os inventários abrangeram prioritariamente as regiões do Vale do Paraíba e o Norte Fluminense e mostram a valorização da memória nostálgica sobre os tempos de ouro vividos pelo estado, apontada por Moraes Ferreira (2015) e Silva da Mota (2001).

Essas ações de patrimonialização buscavam criar uma ideia de identidade cultural diferenciada para o novo estado, pós fusão; que definiria o território como unidade diferenciada do restante do país.

A atuação do INEPAC passa então buscar o eixo que possa, ao mesmo tempo, gerar a ideia de uma identidade comum, diferenciar-se do resto da nação, não enquanto lugar do nacional, mas como lugar de si mesmo [...] Tratava-se de dizer que o modelo federal não dominava e que havia na cidade – e na sociedade –

elementos que a diferenciavam do contexto imposto onerosamente pela nação. (Teixeira, 2008, p. 8).

Lia Motta aponta que as ações empregadas no INEPAC nas primeiras gestões do Instituto podem ser vistas como contraditórias, pois mantinham as mesmas condições de patrimonialização exercidas pelo IPHAN, se restringindo na maioria dos casos à valorização do caráter estilístico (a arquitetura eclética) de determinado bem arquitetônico ou artístico: *“um patrimônio excepcional com características estilísticas descritas pela história oficial da arquitetura segundo o critério tradicional, constituído por imóveis que não representavam as intenções reveladas nos novos discursos”* (Motta, 2000, p.131).

As primeiras ações de valorização do regional, realizadas pelo INEPAC originara-se ainda nos debates ocorridos entre 1970 e 1971, lançados em dois documentos que incentivariam a descentralização das políticas de preservação dos bens culturais: Tratam-se do Compromisso de Brasília e o Compromisso de Salvador. As recomendações apresentadas nesses encontros, encabeçados pelo IPHAN, se tornariam o início de articulação entre os governos federal e estaduais, instituições de memória e sociedade civil.

Tais documentos foram elaborados nas reuniões de governadores que tiveram como gestores o conselho Federal de Cultura, o IPHAN e o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e enfatizavam a necessidade de estados e municípios de proteger os bens culturais regionais, sob orientação técnica do IPHAN. Apesar de ressaltar a importância no que se refere

As recomendações e resoluções que tiveram resultados os encontros *no que se refere à ação supletiva e aos recursos solicitados para sua execução* [...] A referência ao valor regional não vinha acompanhada de qualquer definição a seu respeito e vinculava as ações de sua proteção à orientação do IPHAN, demonstrando a importância de seu controle sobre os critérios de seleção de valores culturais como patrimônio. (Motta, 2000, p.44).

Motta argumenta que, ainda que o momento tenha parecido inovador quanto ao nível conceitual, as práticas de patrimonialização continuaram sendo legitimadas por critérios de seleção restritivos: *“O INEPAC, embora assumisse uma crítica explícita aos limites do conceito de patrimônio histórico e artístico [...] não transpôs essa crítica para a constituição de seus quadros técnicos”* (Motta, 2000, p. 77).

A autora explicita que durante os anos iniciais o INEPAC manteve uma postura de valorização ao patrimônio edificado, porém, que este panorama foi modificado nos anos de abertura política após ditadura, destacando-se as gestões do sociólogo e antropólogo Manoel Diegues Júnior<sup>57</sup> e de Ítalo Campofiorito, arquiteto à frente do INEPAC de 1983 a 1986.

De 1979 a 1983, na gestão do sociólogo e antropólogo Manoel Diegues Júnior na direção geral e do arquiteto Ítalo Campofiorito na direção da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico, o principal projeto empreendido foi o atendimento às demandas das comunidades. Nenhum processo de tombamento foi aberto no período por iniciativa do INEPAC. O Conselho Estadual de Cultura solicitou um tombamento e os demais pedidos partiram de agentes de fora do âmbito das instituições estaduais, sendo nove solicitações de iniciativa municipal e sete feitas por meio de abaixo-assinados, da mobilização de associações comunitárias e ainda da solicitação dos usuários e proprietários de imóveis. A soma desses fatores —abertura política, redemocratização e demanda externa — e ainda a falta de recursos para trabalhos que possibilitassem à instituição elaborar suas próprias propostas levaram ao fortalecimento dos trabalhos de atendimento às comunidades (Motta, 2000, p.67).

A partir do trabalho iniciado por Manoel Diegues Júnior, Ítalo Campofiorito desenvolveu uma vasta campanha de tombamentos, promovendo o registro de bens naturais<sup>58</sup>. Campofiorito tinha como objetivo dentro do Instituto a busca pelas tradições existentes no interior do Estado do Rio de Janeiro. Como mostrado anteriormente, a mudança de postura nas ações do INEPAC justifica-se ainda pelo contexto político de abertura a aproximação de seu diretor com o antropólogo Darcy Ribeiro, secretário de Cultura do Rio de Janeiro.

<sup>57</sup> Nasceu em Maceió, Alagoas, a 21 de setembro de 1912. Formou-se bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1935). Interessou-se pela sociologia e frequentou diversos cursos dessa especialidade, inclusive com os professores estrangeiros que vieram ao Brasil, nos anos trinta e quarenta, para estruturar o ensino da disciplina. Ingressou no serviço público, primeiro em seu estado natal e, posteriormente, na União. Nessa condição radicou-se no Rio de Janeiro. Veio a ser professor de antropologia cultural e antropologia no Brasil e diretor do Departamento de Sociologia e Política da PUC-RJ. Teve intensa participação nos estudos relacionados ao folclore e no órgão público constituído para coordená-los. Deu cursos de sua especialidade em universidades estrangeiras. Pertenceu à American Anthropological Association e ao Instituto Histórico Brasileiro, entre outras instituições culturais, tendo presidido a Associação Latino Americana de Sociologia. Faleceu no Rio de Janeiro em 1991. Disponível em: [http://www.cdpb.org.br/dic\\_bio\\_bibliografico\\_diegues.html](http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_diegues.html). Acesso em: 02 de abr. de 2020.

<sup>58</sup> Em um total de 26 tombamentos provisórios e/ou definitivos que foram feitos durante a gestão de Ítalo Campofiorito, 19 foram de patrimônios edificados e 7 de patrimônios naturais. Considera-se o tombamento do litoral fluminense um caso especial por ter se justificado a interação entre natureza e cultura, se diferenciando dos outros tombamentos de bens naturais, que eram justificados pelas particularidades geográficas e estéticas.

No ano de 1982 fora eleito como governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola do PDT; partido que surgia forte como oposição à esquerda desde a distensão e as eleições de 1974 e que desequilibraram o jogo de forças existentes no Rio de Janeiro, centradas no Eixo MDB e PDS.

Enquanto as eleições de 1982 consagraram a vida política de dezenas de parlamentares peemedebistas em todo país e, nos outros estados da região Sudeste, a conquista dos governos estaduais, o surgimento do fenômeno Brizola e do PDT foi acompanhado por uma radical mudança na organização das forças partidárias no estado do Rio de Janeiro. (Dias, 2015, p. 191).

A vitória de Leonel Brizola, com 34,2% dos votos válidos sobre Moreira Franco, com 30,6% mostrou-se representativa por ele ter sido o único candidato que *“não pertencia ao PDS ou PMDB<sup>59</sup>, as duas principais estruturas partidárias da ocasião”* (Damasceno, 2014, p. 84).

Ainda durante a gestão de Manoel Diegues é regulamentado o Conselho Estadual de Tombamento – CET, pelo Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982. O conselho, ainda em vigência, tem caráter consultivo e de assessoramento do Governo do Estado do Rio de Janeiro integrando a estrutura da Secretaria de Estado de Cultura e, no desempenho de suas atribuições, atua em estreita colaboração com o INEPAC.

Criado originalmente no Estado da Guanabara, o Conselho Estadual de Tombamento tem como principal atribuição a proteção ao patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro no que se refere a documentos, obras e locais de valor histórico, artístico e arqueológico, por meio de pareceres sobre Atos de Tombamento de bens de interesse cultural e pronunciamentos quanto a propostas de intervenção para os bens protegidos (INEPAC, 2017)<sup>60</sup>.

O Conselho Estadual de Tombamento tem como principal atribuição a proteção ao patrimônio cultural do Estado do Rio de Janeiro no que se refere a documentos, obras e locais de valor histórico, artístico e arqueológico, por meio de pareceres sobre Atos de Tombamento de bens de interesse cultural e pronunciamentos quanto a propostas de intervenção para os bens protegidos.

---

<sup>59</sup> O Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) eram os antigos Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no período do regime militar, respectivamente. O ARENA era o partido da situação, enquanto o PMDB configurava-se em uma espécie de “oposição autorizada” durante a ditadura.

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>>. Acesso em 1 dez. 2017).

Como explicitado anteriormente, o conselho teve participação no processo de tombamento de trechos no litoral fluminense, emitindo relatórios e parecer favorável.

Durante a década de 1980 o INEPAC diversificou suas ações de proteção aos bens culturais, assumindo uma postura de valorização à diversidade cultural e a produção popular. Neste período foram tombados os bondes de Santa Teresa, sítio-santuário de Burle Marx em Guaratiba, a Casa da Flor de São Pedro d'Aldeia, a Confeitaria Cavé, o Observatório Nacional, e também, nosso objeto de análise, o litoral fluminense – Grumari, Parati, Niterói, São João da Barra, Ilha Grande, Paqueta.

O Instituto adotou uma política mais de acordo com os documentos internacionais da época, como a Carta de Veneza, de 1964, ampliando suas ações e também seu quadro técnico. Em 1985, foi criada a Secretaria de Estado de Cultura e o INEPAC passou a fazer parte da sua estrutura. De acordo com texto do histórico do INEPAC, no governo Moreira Franco (1988-1992), houve um retrocesso na área cultural, com a recriação da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o retorno do Instituto a esta secretaria. Porém, no final de seu governo recriou a Secretaria de Estado de Cultura (SEC) e o INEPAC voltou a ser um órgão específico da área cultural.

Nos anos 1990, a estrutura do Inepac passou por algumas alterações para dar mais dinamicidade ao órgão (Decreto nº 21, de 5 de julho de 1995, Capítulo IV, Inciso 4.5). Os órgãos técnicos ficaram divididos da seguinte forma:

Departamento de Patrimônio Natural e Cultural, responsável direto pela parte legal do tombamento e de outras formas de preservação, como a elaboração de inventários e estudos de tombamento, além de atender à demanda do Ministério Público, que se amplia na medida do aumento da consciência do valor do patrimônio cultural;

Departamento de Pesquisa e Documentação, responsável pela manutenção e guarda do acervo referente ao patrimônio cultural material. Conta com uma biblioteca especializada na área e atende não só os técnicos do Inepac, como também o público;

Departamento de Apoio a Projetos de Preservação, responsável pelo desenvolvimento de projetos na área do patrimônio cultural. Atualmente este departamento está sendo reestruturado. Parte de suas funções foi distribuída pelos dois primeiros departamentos e ele se dedica ao estudo e preservação dos bens móveis e integrados à arquitetura dos bens culturais;

Divisão do Folclore, atualmente sendo transformada em Departamento de Patrimônio Imaterial, é responsável pela pesquisa e registro de todas as manifestações culturais do estado. (INEPAC, 2017)<sup>61</sup>

Em 1997, o governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar estipula, pelo Decreto nº 23.055, de 16 de abril a Secretaria de Estado de Esportes e Cultura como assessora no policiamento dos bens do patrimônio cultural, na vigilância e tutela dos bens do patrimônio cultural, implicando na fiscalização do cumprimento das normas legais da proteção dos mesmos e na imposição de penalidades aos possíveis infratores. Hoje em dia é da Secretaria de Estado de Cultura esta atribuição.

A partir dos anos 2000, o Instituto publicou livros sobre patrimônio religioso do Rio de Janeiro, produziu inventários sobre as estações ferroviárias e firmou parcerias com as prefeituras para o levantamento e inventariação dos centros históricos das cidades do interior do estado. Este momento marca ainda a participação da população, trazendo novas demandas de tombamentos e registros para o instituto. O INEPAC tem, desde 2006, se dedicado também à educação patrimonial. Visando a divulgação do valor dos patrimônios fluminenses.

O Programa de Educação para o Patrimônio Cultural faz parte da estratégia de divulgação do patrimônio cultural fluminense, em parceria com a Superintendência de Museus da SEC e uma proposta de parceria com a Secretaria de Estado de Educação, para que o professor e o aluno sejam agentes da preservação do patrimônio cultural do estado. Como é fundamental a utilização dos instrumentos do tombamento e do inventário, como formas legais de preservação, a conscientização da população, principalmente em nível de comunidade local, é de suma importância para que um processo de tombamento transcorra sem traumas. (INEPAC, 2017)<sup>62</sup>

Desde o Decreto Nº 41.282, de 30 de abril de 2008, com a organização da Secretaria de Estado de Cultura, foram mantidos os departamentos do Instituto, acrescentando-se os Escritórios Regionais da Região Serrana, das Baixadas Litorâneas, do Norte Fluminense e do Médio Paraíba

<sup>61</sup> Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>>. Acesso em 1 dez. 2017).

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>>. Acesso em 1 dez. 2017).

### 3

## ***Ideias de Natureza***

### 3.1.

#### **Política ambiental e mobilização social**

O conceito de natureza, assim como o de desenvolvimento, é um ponto tensional na prática discursiva dos grupos envolvidos nestes processos conflitivos. Raymond Williams afirma que a própria ideia de natureza contém uma quantidade extraordinária de história humana (2011, p. 94). Assim, a natureza já foi personificada ao longo da história como ministra ou deputada de Deus, durante a época medieval, depois como monarca absoluto e finalmente, como um criador seletivo no século XIX, datando o surgimento de teorias sobre o estado selvagem da natureza em contraponto ao progresso das civilizações.

O paradigma que se estabeleceu na história ocidental em que a natureza é vista como o mito da natureza intocada (Diegues, 2001), que tem o jardim do Éden sua melhor metáfora (Williams, 2011) é incompatível com os modos de vida das comunidades tradicionais brasileiras, nas quais se inserem os grupos caiçaras. A noção de mito naturalista diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intactas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado puro anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe ser inconciliável a existência de sociedade humanas e a conservação da porção da natureza virgem. *“O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma proteção total”*. (Diegues, 2001, p. 50).

Apesar de terem sido estabelecidas em decorrência do cenário de grandes transformações sociais e ambientais, a aplicação de políticas de preservação ambiental nas áreas de Itaipu, Paraty e São João da Barra é motivo de contestação por parte de seus moradores, pois ignoram a existência de um modelo de sociedade baseada no etnoconhecimento e na interação com a natureza. O caráter preservacionista que se estabeleceu nestas localidades advém de um histórico de ações políticas para o meio ambiente que muito se distanciam da realidade brasileira.



Os passos iniciais da política conservacionista brasileira foram dados pela intelectualidade do século XIX. Entendia-se, por um conceito positivista de que a ciência e a tecnologia construiriam uma nação civilizada e que destruir a natureza significaria interromper o próprio processo de evolução. A primeira proposta de criação de um parque nacional, feita em 1876 pelo engenheiro André Rebouças se baseava no exemplo americano, no qual *“A natureza era, nesse novo sentido, tudo que não era humano, tudo o que não fora tocado ou estragado pelo homem: a natureza como os locais solitários, como o selvagem.* (Williams, 2011, p 103).

Em 1898, foi fundado o Jardim Botânico na Reserva Florestal da Cantareira, hoje atual Horto Florestal, pelo engenheiro Alberto Loefgren. Sueco, chegou ao Brasil em 1874, trabalhando como engenheiro-arquiteto da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e a partir de 1896 atuou como botânico e meteorologista da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Por influência de Loefgren, o Estado de São Paulo estabeleceu em 1899 um serviço florestal e botânico. A criação do Dia da Árvore em 21 de setembro, foi sob sua inspiração.

Em 1909 o alemão Hermann von Ihering (1850-1930) fundou, com recursos próprios, a Estação Biológica do Alto da Serra. A primeira estação de mata atlântica do Brasil foi criada com recursos privados pelo médico e naturalista, que foi diretor do Museu Paulista e viajante pelo naturalista Museu Nacional. O alemão desenvolveu uma série de pontos sobre preservação ambiental, que só vieram a ser adotados pelo governo brasileiro na constituição de 1934. Tais pontos representavam, de acordo com Drummond e Franco (2009), um verdadeiro anteprojeto de um código florestal.

Os autores apontam que por serem estrangeiros e adotarem uma postura radical contra a degradação ambiental, Loefgren e Ihering não tiveram boa aceitação pela elite brasileira, enquanto Edmundo Navarro de Andrade (1881-1941), que substituiu Loefgren na direção do Serviço Florestal de São Paulo recebeu apoio dos republicanos paulistas. A existência de intelectuais, cientistas e políticos ligados à preservação da natureza passou a ter mais visibilidade com o governo Vargas.

A crítica ao desmatamento e a defesa de uma lei florestal balizaram a criação de uma série de ações que ocorrem entre o ano de 1933 e 1934, como a

criação do primeiro Código Florestal brasileiro; do Código de Caça e Pesca; de Águas, de Minas e o Código de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas. Em 1934 foi realizada no Rio de Janeiro a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Nela, se discutiu a criação de reservas naturais, que serviriam para fruição estética e aproveitamento científico. Segundo Drummond e Franco (2009), a Conferência revelou duas concepções acerca da natureza: uma de cunho utilitarista, onde os recursos naturais serviriam ao desenvolvimento econômico; e outra de uma natureza contemplativa e para fruição estética.

A iniciativa de criação de parque nacional no Brasil foi somente no contexto de Estado Novo do governo Vargas. Inaugurado no mesmo ano em que ocorreu a criação do SPHAN, localizado em Itatiaia, na Serra da Mantiqueira (sudeste brasileiro), a proteção da área teve como objetivo oferecer aporte para pesquisas científicas e proporcionar lazer às populações urbanas. “*O Governo brasileiro, por sua vez, aprovou as recomendações da Convenção Pan-Americana*<sup>63</sup> *que definiu parques nacionais como áreas estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais*”. (Diegues, 2001, p.114).

A proteção de áreas naturais sob a valorização do aspecto estético e separação em relação a sociedade passou a ser criticada pelos movimentos sociais surgidos nas décadas de 70 e 80. O modelo preservacionista importado dos Estados Unidos, que criou o parque de Yellowstone<sup>64</sup>, em 1872 determinava

<sup>63</sup> 1. Entender-se-á por Parques Nacionais: As regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postas sob a superintendência oficial. 2. Entender-se-á por Reservas Nacionais: As regiões estabelecidas para a conservação e utilização, sob a vigilância oficial, das riquezas naturais, nas quais se protegerá a flora e a fauna tanto quanto compatível com os fins para os quais estas reservas são criadas. 3. Entender-se-á por Monumentos Naturais: As regiões, os objetos, ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interesse estético ou valor histórico ou científico, aos quais é dada proteção absoluta, como fim de conservar um objeto específico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto, ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações científicas devidamente autorizadas, ou inspeções oficiais. 4. Entender-se-á por Reservas de Regiões Virgens: Uma região administrada pelos poderes públicos, onde existem condições primitivas naturais de flora, fauna, habitação e transporte, com a ausência de caminhos para o tráfico de veículos e onde é proibida toda exploração comercial. (Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58054-23-marco-1966-398707-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 de abr. de 2020).

<sup>64</sup> Langford e vários de seus companheiros promoveram um projeto de lei em Washington no final de 1871 e no início de 1872, que se inspirou no precedente da Lei de Yosemite de 1864, que reservou o vale de Yosemite do assentamento e o confiou aos cuidados do estado da Califórnia. Para fechar permanentemente ao assentamento uma extensão do domínio público, o

que a região de reserva natural não poderia ser ocupada; apenas utilizada para recreação e lazer. A necessidade de se separar espaços para o “contato com a natureza” diz respeito ao contexto de industrialização de grande parte do mundo, pois

À medida que a exploração da natureza continuava em ampla escala, e sobretudo nos novos processos extrativos e industriais, as pessoas que conseguiam maior lucro voltaram-se (e foram bastante engenhosas) para uma natureza ainda virgem, com terras compradas e refúgios rurais. Desde então, passou a existir essa ambiguidade na defesa do que é chamado de natureza e as ideias associadas de conservação, em seu sentido fraco, o de reserva natural. Alguns a favor dessa defesa são os que melhor entendem a natureza, insistindo na criação de conexões e relações plenas. Mas um número significativo de pessoas são, falando abertamente, hipócritas. Estabelecidos em posições de poder no próprio processo que criam a desordem, eles trocam as roupas nos finais de semana, ou quando podem ir ao campo; participam de apelos e campanhas para manter verde e intocado um último pedaço da Inglaterra; e voltam, espiritualmente refeitos para investir na fumaça e na destruição. (Williams, 2011, p 108).

A concepção moderna de lazer enquanto tempo livre do trabalho se estabeleceu de forma desigual entre as classes sociais. A prática de refugiar-se no campo para curar seus males físicos e psicológicos, afastando-se dos meios urbanos não era acessível a todos. Às classes populares restaram os redutos das insalubres cidades industriais. Apesar da dicotomia homem e natureza já existir antes da revolução industrial, podemos dizer que a valorização do seu caráter contemplativo e exterior ao mundo do trabalho relacionava-se ao domínio dos recursos, fossem eles naturais ou humanos. Segundo Raymond Williams,

As pessoas falam de ordem nessas propriedades e parques paisagísticos “aperfeiçoados”, mas o que estava sendo movido e reorganizado não era apenas terra e água, mas os homens. [...] Os homens foram mais cruelmente explorados e subordinados na grande era da lei natural e da ordem universal [...] A natureza estava onde a indústria não estava, e então, naquele sentido real, mas limitado, tinha muito pouco a dizer sobre os procedimentos na natureza que estavam ocorrendo alhures” (Williams, 2011, p. 108).

---

tamanho de Yellowstone se afastaria da política estabelecida de transferência de terras públicas para propriedade privada. [...] O primeiro parque nacional do mundo nasceu. A Lei de Proteção do Parque Nacional de Yellowstone diz que “as cabeceiras do rio Yellowstone... são reservadas e retiradas de assentamento, ocupação ou venda... e dedicadas e separadas como um parque público ou área de prazer para o benefício e o prazer do povo.” Em uma era de expansão, o governo federal teve a previsão de reservar terras consideradas valiosas demais em maravilhas naturais para se desenvolver. (Trecho traduzido livremente do tópico “Birth of a National Park”, encontrado no sítio oficial do Parque Nacional de Yellowstone. Disponível em: <<https://www.nps.gov/yell/learn/historyculture/yellowstoneestablishment.htm>>”. Acesso em: 10 de abr. de 2020.

Os primeiros parques nacionais no Brasil foram estabelecidos nas regiões sul e sudeste, devido a estas regiões serem as mais populosas e urbanizadas do país. Segundo Diegues, a partir dos anos 60, com a expansão da fronteira agrícola e a destruição de florestas, foram criados parques nacionais em outras regiões; doze somente entre 1959 e 1961. O código florestal de 1965 prevê a proteção integral da flora e fauna brasileira e tem como atributo proteger a aspectos excepcionais e suas belezas.

O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado pelo Decreto n.º 289, em 28 de fevereiro de 1967, de acordo com as recomendações da reunião de Nova Déli<sup>65</sup>. A partir dele ficou instituído o Regulamento dos Parques Nacionais do Brasil. O IBDF, subordinado ao Ministério da Agricultura segue com uma política restritiva de preservação ambiental, se referindo “à população de moradores, a tratam de “posseira” e “degradadora”, independente de suas características, de seu período de moradia anterior à criação da área protegida.” (Diegues, 2001, p. 116).

Ao elaborar o Plano de Sistema de Unidades de Conservação em 1979, o IBDF propôs a revisão das categorias de manejo existentes até então (parques nacionais e reservas biológicas). Apesar da recomendação de novas modalidades de conservação, elas não foram estabelecidas de fato e os moradores das áreas protegidas continuaram sendo vistos como empecilhos ao avanço do turismo. (Diegues, 2001). Antônio Carlos Diegues avalia que apesar do número de criação de novas Unidades de Conservação (UCs) terem sido feitas a partir do Plano implantado pelo IBDF, estas foram estabelecidas de maneira verticalizada, pois ocorreram em pleno regime autoritário.

Coincidindo com os acordos bi ou multilaterais de financiamento ao Brasil, começavam a ser impostas por organizações, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cláusulas da conservação ambiental para grandes projetos, como a criação de unidades de conservação e áreas

---

<sup>65</sup> Na 10ª Assembléia-Geral da UICN, em 1969, em Nova Déli (Índia), recomendou-se que o conceito de parque nacional fosse aplicado somente: a) em áreas onde um ou mais ecossistemas não estejam alterados materialmente pela exploração e ocupação humanas; os sítios geomorfológicos e habitats sejam de especial interesse científico, educacional e recreativo ou que contenham paisagens naturais de grande beleza; b) onde a responsabilidade geral caiba ao Estado; c) onde se permita entrada de visitantes. ( Diegues, 2001, p.100).

indígenas. O que se pode notar, é que ainda que o debate sobre a chamada política verde em cenário internacional fosse latente, a política ambiental no Brasil foi sendo gerada a partir da necessidade de acesso aos financiamentos dos bancos internacionais.

Neste sentido, entende-se que grande parte da iniciativa do tombamento do litoral fluminense é devida a insuficiência das leis ambientais naquele momento. O Instituto Brasileiro do Meio ambiente (IBAM), por exemplo, foi criado apenas em 1989, no novo cenário do país democratizado e a administração das UCs passou para ser responsabilidade do novo órgão. Ainda em 1989 foi recomendada a organização não-governamental, FUNARA uma reavaliação do Plano de Sistema de Unidades de Conservação estabelecido de 1979.

Segundo Diegues, apesar da pretendida atualização dos aspectos conceituais, os princípios do preservacionismo que marcaram as gerações passadas foram perpetuados. Os ideais de conservação das agências governamentais continuam sendo postos em xeque ainda hoje.

A última delimitação nacional das categorias de UCs foi estabelecida em 18 de julho de 2000 pela Lei n.º 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. O SNUC<sup>66</sup> “define as Unidade de conservação (UCs), como territórios de características naturais relevantes e seus recursos ambientais, incluindo jurisdição de suas águas, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos.

Segundo a categorização do SNUC, as Ucs são divididas em:

1. Unidades de Proteção Integral - com a finalidade de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas. Pertencem a esse grupo as categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Refúgio de Vida Silvestre; Monumento Natural
2. Unidades de Uso Sustentável - concilia a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais. Esse grupo é constituído pelas categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural. (SNUC, 2020)<sup>68</sup>.

Algumas destas categorias de Unidade de Conservação coexistem às áreas tombadas pelo INEPAC. A seguir abordo o contexto em que estas foram

<sup>66</sup> Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>. Acesso em: 30 de mar. de 2020)

<sup>68</sup> Idem.

estabelecidas e quais relações se deram entre as comunidades tradicionais e a administração das mesmas. A implantação de políticas ambientais, embora formalizem um compromisso de adequação entre sustentabilidade e participação social pouco avançou nesse sentido.

A visão de que os licenciamentos ambientais são um entrave ao desenvolvimento do país e o choque entre a maneira com que os órgãos ambientais e as comunidades tradicionais veem o papel da agência humana na natureza cria um cenário de instabilidade aos moradores das zonas que recebem especial atenção destes órgãos.

### **3.2.**

#### **Itaipu: Entre um Parque e uma Reserva**

Em Itaipu foram instituídas duas modalidades de UC: Uma de proteção integral e outra de uso sustentável. Embora ambas (Parque Estadual da Serra da Tiririca e Reserva Extrativista marinha) tenham sido estabelecidas por iniciativa dos moradores em busca da preservação do ambiente em que vivem, o que se vê é que a relação entre os mesmos e a administração dessas UCs é problemática.

O Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET) foi criado pela Lei Estadual nº 1.901, de 29 de novembro de 1991 pelo governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola, passando a ser gerido pela Fundação Instituto Estadual de Florestas (IEF). Apesar de ter sido idealizado no governo Brizola, seu perímetro definitivo foi delimitado apenas em 2007 pela lei nº 5079 de 03 de setembro.

O parque abrangia o bairro da praia de Itacoatiara, seguindo pelo Engenho do Mato até a cidade vizinha de Maricá pela rodovia RJ 106. Nos limites de Itaipu, esta primeira delimitação se estendia até o loteamento Cidade Balneária. Entretanto, seu alcance foi ampliado pelo Decreto 41.266 de 16 de abril de 2008, que incluiu a Duna Grande, Leste, Sudoeste e Sul da Laguna de Itaipu, além do Morro das Andorinhas.

No contexto da delimitação definitiva do PESET, materializada pela Lei RJ 5.079/07, foi incluído nos limites da unidade o Morro das Andorinhas, cujo topo e parte de uma vertente encontrava-se ocupada por longa data. Vale informar que a comunidade tradicional do Morro das Andorinhas vivia permanentemente ameaçada por investidas da indústria imobiliária, que enxergava no Morro das

Andorinhas uma área nobre, com vista para o mar e acessibilidade. Os integrantes da comunidade acreditavam que integrar os PESET os protegeria da indústria imobiliária, razão pela qual postulavam sua inserção nos limites da unidade. Além do que a Lei RJ 2.393/95 era a garantia de que não seriam realocados, o que não era um entendimento cem por cento garantido. (Sathler, 2012, p.4).

Figura 27: Mapa-Parque Estadual da Serra da Tiririca



Fonte: Google Maps

Embora a criação do parque ter ocorrido devido à mobilização popular junto ao governo Brizola, sua ampliação para o morro das Andorinhas passou a abarcar um território ocupado há gerações por um grupo caiçara e “consolidou a prerrogativa da ocupação ancestral de seus habitantes, reconhecendo-os como comunidade tradicional”, (Ferreira, 2017, p. 213). Apesar de ter permitido a habitação desta comunidade caiçara, foram-lhe impostas limitações de uso do espaço, impossibilitando a continuidade de seu modo de vida tradicional.

Como indica Sathler (2012), ainda que a existência da lei 2.303 de 1995 de autoria do deputado Carlos Minc confirme a permanência de populações que residem acima de 50 anos em áreas de conservação ambiental e que dependam deste território para sua subsistência e continuidade de suas tradições; estar inserido em uma unidade de conservação de proteção total se tornou aflitivo no caso de Itaipu. A criação do PESET e a inserção do território do morro das

Andorinhas é decorrente da mobilização de seus moradores, que se viam ameaçados pelo avanço da especulação imobiliária:

No final dos anos 1980 uma área da Serra da Tiririca, na vertente niteroiense, denominada Córrego dos Colibris, foi alvo de um empreendimento imobiliário, cuja legalidade foi questionada pelo Ministério Público – MP através da primeira Ação Civil Pública Ambiental – ACPA ajuizada na Comarca de Niterói. O MP saiu vitorioso e os réus apelaram. A instância superior negou provimento ao recurso. A investida imobiliária recuou. Anos mais tarde retomou a iniciativa empreendedora, sob nova roupagem, mas encontrou no Córrego dos Colibris um cenário completamente diferente: a área já havia sido recoberta pelo manto protetor da conservação ambiental, adiante relatada.

Por conta do empreendimento imobiliário retro mencionado a sociedade civil se mobilizou, formando a “Frente em Defesa da Serra da Tiririca”, integrada por ambientalistas como Alba Simon, Axel Graef, Cássio Garcez, Cláudio Martins, Gerhard Sardo, Jorge Antonio Lourenço Pontes, José Chacon, Laura França, Omar Serrano, Paulo Bidegain, Werther Holzer, entre tantos outros. Acreditava-se naquela época que uma Unidade de Conservação, na categoria de um Parque Estadual, serviria para frear a gana imobiliária (Sathler, 2012, p.2).

A constatação da iniciativa de criação do parque por uma vontade popular não nega, contudo, que o estabelecimento desta UC seja conflitivo, pois como é uma unidade de proteção integral, os habitantes da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas ficam restritos de exercerem antigos costumes, que se relacionam ao manejo da terra. Assim, ao analisar os depoimentos dos moradores, nota-se esta relação controversa, pois ora entendem a importância do estabelecimento da UC para impedir o avanço imobiliário e ora ressaltam o aspecto negativo das sanções que viver em um parque de proteção integral representa.

“Fizeram aquela força pra gente no começo, aí o documentou aonde nós viviamos? Documentou tudo aquilo lá, fizemos área ecológica lá, fizemos livro” (Souza, Américo Fernandes de, Conhecido como Bichinho. Entrevista concedida a autora. Niterói, 19 nov 2012).

“ O parque pra gente não favoreceu nada. Nós não tinha ajuda não. Nós vivemos aqui, não tem ajuda do parque, a gente vive da maneira que sempre vivia. Ainda proibiu, eles não quer que a gente plante. Aonde você planta, desmata, a gente plantava pra sobreviver, e hoje em dia a gente não pode planta mais. Tem que comprar tudo. (Souza, Américo Fernandes de, Conhecido como Bichinho apud Ferreira, 2017).

O Morro das Andorinhas é ocupado pelo Sítio da Jaqueira, integrada por antigos pescadores tradicionais da praia de Itaipu. A área com aproximadamente



38.000 m<sup>2</sup> foi ocupada inicialmente por Leonel Siqueira da Silva no século XIX, dos quais os moradores atuais são descendentes. Desde seu estabelecimento, criaram relação intrínseca com a terra e o mar de Itaipu, reproduzindo um padrão de vida correspondente às comunidades tradicionais caiçaras.

Eu nasci aqui nessa montanha né? No Morro das Andorinhas né? Nasci aqui tem 40 anos que eu nasci aqui, eu nasci de, por parto feito por parteira, tive ainda não sei se é um privilégio de ter uma parteira que fez o meu parto. Sou filho de Manoel Siqueira da Silva e Leonel Siqueira da Silva que é o meu avô que foi a primeira pessoa a chegar aqui nas Andorinhas em 1870 tá? E esse meu avô, ele e a esposa dele a minha vó tiveram 6 filhos, não, 7 filhos e desses 7 filhos os 4 filhos ele direcionou para agricultura, que ele precisava sobreviver da agricultura e pesca. [...]. Essas mesmas famílias, tinha 14 casas de uma só família, pra deixar bem claro que não tem ninguém estranho né? E permaneceu uma só família e naquela época levavam as mercadorias daqui de cima pra Niterói a cavalo né? Que era cavalo só, não tinha ônibus ainda em 1870, então vamos botar aí, 1890, quase 200 né? Não sei. Em 1890 ainda levava ainda a cavalo e os peixes aqui de baixo quando eles pescavam em grandes quantidades levavam né a canoa lá por porto de Niterói, tudo a remo, não tinha motor, não tinha nada e o ponto estratégico disso tudo é que quando o meu avô, ele veio morar aqui em cima em 1870 ele quis direcionar as 2 coisas né? Que era a produção, o cultivo da terra e a pesca, entendeu? (Silva, José Siqueira. Conhecido como “Tide”. Entrevista concedida a autora. Niterói, 26 de nov. 2012).

Figura 28: Vista do Morro das Andorinhas



Fotografia da autora, 2015.

Embates entre a administração do parque e a população do sítio da Jaqueira ocorrem desde pelo menos 1994 no que diz respeito à titularidade da terra.

Segundo o Prof. Lobão há pelo menos duas "titularidades" reivindicadas para o Morro das Andorinhas: uma delas estaria relacionada ao espólio de um comendador de Itacoatiara. Este, enquanto vivo, não contestou a ocupação ou a presença das famílias no Morro das Andorinhas. Há uma titularidade também reivindicada pela empresa imobiliária Mattos & Mattos, que avoca a propriedade da área como sucessora das áreas da VEPLAN, ou do Balneário Itaipu, duas grandes empresas de loteamento. Pesquisando-se a cadeia possessória em cartório da circunscrição não se chegou a informações precisas, capazes de definir a titularidade do Morro das Andorinhas, que possui marcos demarcatórios espalhados por alguns pontos, e que aparentam ser bem antigos. Ainda, a definição do Plano Diretor de Niterói concernente ao Relevante Interesse Ambiental indica o Morro das Andorinhas como "Área Pública". (Sathler, 2012, p.5).

A atitude controversa da inserção de uma área em que reside uma comunidade tradicional em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI) leva, segundo Evandro Bastos Sathler, a dois desdobramentos dicotômicos: 1) o fato da área do sítio da Jaqueira apresentar-se conversado, por isso ser inserido nos limites do PESET, e 2) esta conservação dever-se justamente ao estabelecimento de uma comunidade tradicional; ou ambas possibilidades simultaneamente.

A elucidação dos conflitos gerados por residir em uma UCPI leva a crer que o caso do Morro das Andorinhas permeia um cenário de incerteza geojurídica, onde a tutela do Estado do Rio enquanto administração da Área de Proteção choca-se com a Lei 2.393/95, que estabelece a permanência de comunidades tradicionais. A assinatura sazonal de um termo de compromisso por parte da Associação de Moradores da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas (ACOTMA) junto ao INEA é motivo de preocupação pelo antigo morador do sítio da Jaqueira, o senhor "Bichinho":

Eles faz esse Termo de Compromisso de cinco em cinco ano (...). Minha filha, cinco anos, passa rápido, você hoje é chefe do parque, amanhã entra outro, um assina, o outro já não quer assinar mais, aí o que que acontece com a gente? Insegurança. Pra mim não, que já tô quase no fim da picada, tô aqui enquanto Deus me dá uma luzinha aí, a gente depois que pega uma idade, eu, por exemplo, eu procuro é defender meus filho, meus neto, meus bisneto, porque pra mim mesmo o fim da linha tá quase no fim da linha, papai do céu é que sabe quando é que vai mandar o passaporte pra mim. Mas antes de morrer, eu queria deixar os meus filho, meus neto tudo bem aqui em cima. Sem preocupação. Com quem fica. Pra poder continuar, porque a gente aqui nós tamo correndo atrás. A gente vai eu, o Marcelo, o Zezinho, nós corremo muito atrás. E os neto, os filho, os bisneto se não tiver essa capacidade de correr atrás? Amanhã ou depois, acabou (Souza, Américo Fernandes de. Conhecido como Seu Bichinho apud Ferreira, 2017).

O termo a que o morador se refere foi proposto em outubro de 2008 a partir de uma minuta elaborada após a vistoria de uma equipe do PESET, junto a ACOTMA, moradores e do prof. Ronaldo Lobão, da UFF. “Esta vistoria objetivava colher subsídios para um Compromisso Ambiental, nos moldes do SNUC e do Decreto 4.340/029”. (Sathler, 2012, p. 5). Nesta ocasião, tanto a administração do parque quanto os representantes do parque não firmaram contrato. O PESET alegou que tal atitude se justificava por razões de Estado. Já a comunidade não concordou com o documento por ele sugerir a previsão de eventual realocação da comunidade.

O Termo de Compromisso ambiental, por conta do que determina o Decreto 4.340/02, deve ser assinado no prazo de um ano, no caso de unidade nova; ou no prazo de dois anos para as unidades já criadas anteriormente ao decreto em tela. Considerando que o Morro das Andorinhas foi anexado a um parque já criado, entendemos que por analogia a situação se equipara a um parque novo. Em qualquer caso, sendo parque novo (prazo de um ano) ou parque criado (prazo de dois anos) o Termo de Compromisso não foi formalizado, especialmente considerando que em nenhuma hipótese a comunidade estaria concordando em deixar o lugar. (Sathler, 2012, p. 5, nota 9).

Um novo Termo de Compromisso Ambiental (TCA) foi firmado em 03 de dezembro 2011, quando o PESET comemorava seus 20 anos de existência, regularizando a situação da comunidade. Na ocasião, “*A superintendente de Biodiversidade da Secretaria Estadual do Ambiente, Alba Simon, esteve presente à solenidade, realizada no Museu Arqueológico de Itaipu, e que reuniu conselheiros e ambientalistas da região.*” (INEA, 2011)<sup>69</sup>.

Diferentemente do acordo proposto em 2008, o novo TCA tem a renovação de sua assinatura quinquenalmente. O fato de a titularidade das terras no sítio da Jaqueira não pertencerem ao Estado do Rio de Janeiro, (impedindo a remoção dos moradores) não impede que seus habitantes sofram com as sanções impostas pelo PESET, que geram incertezas sobre o futuro. Neste sentido os ocupantes do Morro das Andorinhas podem ser considerados vítimas de uma *desterritorialização subjetiva*<sup>70</sup>.

<sup>69</sup> Disponível em: < <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Noticias/INEA0042534#ad-image-0>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

<sup>70</sup> Os conflitos que circundam as pendências territoriais, traduzidos na baixa ou precária institucionalização das UCPI, são examinados sob a perspectiva de uma geografia socioambiental, que, através das interações entre a sociedade e a natureza, possam explicitar

Sobre a porção marítima de Itaipu incide a Reserva Extrativista (RESEX), que foi criada em 31 de setembro de 2013 e representa a concretização de um movimento iniciado em 1998. O processo de criação desta UC marinha foi iniciado por pescadores artesanais de Itaipu no ano de 1998. Permeado por conflitos internos entre líderes locais e a administração da Colônia Z-7 foi arquivado em 2004. Em trabalho anterior (Tardeli, 2015) demonstrei que existem diversos conflitos envolvendo a colônia de pesca Z-7. Durante minha pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado ficou evidente a falta de representatividade da Colônia para os pescadores entrevistados. Neste sentido, Kant de Lima, pesquisador da UFF que atuou junto à comunidade durante as décadas de 1970 e 1990 afirma que a insatisfação dos pescadores quando à instituição diz respeito a sua falta de posicionamento quando ao processo de especulação imobiliária provocado pela empresa Veplan.

O pescador conhecido como Seu Chico afirma que *“A Colônia não teve papel nenhum. Ela ficou parada, não houve uma defesa. [...] Aí tinha um grupo assim, bem envolvido, nós fizemos até um filme na época “A Faca no Peito”, com um grupo lá de antropólogos<sup>71</sup>”*. (Nunes, Jorge. Entrevista concedida a autora. Niterói, 18 nov. 2012).

O pedido de criação da RESEX foi retomado em outubro de 2012 por um grupo de pescadores ligados a Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (ALPALPI), que levou a demanda à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) que, em conjunto com o INEA e em parceria com a Universidade Federal Fluminense retomou o pedido de criação.

---

prejuízos tanto do ponto de vista de valores e sentidos sociais quanto do ambiente natural (Mendonça, 2004). As áreas ocupadas, utilizadas ou pressionadas intra UCPI são tratadas no contexto deste trabalho como espaços de incerteza (Sahtler, 2008, 2008a e 2008b). São espaços de incerteza jurídica, relacionado diretamente com o espaço protegido não institucionalizado, onde poucos sabem ou podem assegurar (incluindo o próprio Poder Público) qual será o futuro. Este cenário de incerteza tende a gerar tensões e angústias aos atores ocupantes de espaços privados nas UCPI, em virtude de limitações administrativas ao uso e ocupação do espaço protegido. Estas limitações administrativas, como serão oportunamente exploradas, interferem nos modos de vida e nos usos e costumes em relação aos recursos da terra, forçando uma ruptura cultural com o lugar, uma situação psicológica que atormenta aqueles atores envolvidos com a UCPI. Este fenômeno é denominado desterritorialização subjetiva (ou latente, na forma de uma dimensão pré- 11 desterritorializadora) (Sahtler, 2010, p.10).

<sup>71</sup> Em sua tese de doutorado, Maria De Simone Ferreira (2017) afirma que o filme em questão não pode ser encontrado atualmente, pois a versão corrente sobre seu destino é a de que foi retirado de circulação pela empresa Veplan.

Segundo seu Chico, que na época era presidente da Associação, ainda neste ano existia um embate entre parte dos pescadores e a Colônia. Em seu depoimento, concedido em 2012 para pesquisa anterior, ele afirma: *“a gente tá querendo criar uma reserva ativista, que os pescadores querem, a colônia diz que os pescadores não querem, que ela fala pelo pescador, ela fala pelos pescadores né?”*. (Nunes, Jorge. Entrevista concedida a autora. Niterói, 18 nov. 2012).

Procurada para esclarecimentos sobre o posicionamento da Colônia Z-7 sobre a criação de uma RESEX, Lidiane Vieira Almeida, secretária da organização e esposa do presidente Ilker, afirmou que a Colônia não era contrária ao estabelecimento da reserva; mas com o modo em que ela estava sendo estabelecida pelo INEA: *“E o pessoal daqui mesmo, quem vive realmente da pesca, não é contra a reserva, mas os meios, não tem plano de manejo, mão tem nada. Quer dizer, você chega, implanta uma coisa e depois pra você ditar as regras”* (Almeida, Lidiane. Entrevista concedida a autora. Niterói, 19 mar. 2014).

Durante a entrevista, a secretária contou sobre um episódio onde um carro descaracterizado do INEA teria chegado à praia, rebocando barcos e materiais de pesca. Lidiane afirma que independentemente dos instrumentos apreendidos fossem de um pescador de fora de Itaipu, esta ação teria sido arbitrária, afinal, *“Quer dizer? Por mais que seja o que for, aquilo ali é um material de pesca, aqui ali custa dinheiro e tá largado a embarcação até hoje”*. (Almeida, Lidiane. Entrevista concedida a autora. Niterói, 19 mar. 2014).

O relato de Marcos Antônio de Souza para Mirela Araújo e Bárbara Primo (2018) mostra insatisfação quanto à Colônia por “ajudar os de fora”, deixando de dar apoio aos pescadores artesanais de Itaipu: Tudo muda, até a pesca, que era farta, hoje está difícil. Por isso criaram a Resex, para evitar que fique predatória, inclusive o mergulho. Mas ela tem que favorecer as caiçaras, não os de fora. Nunca vi alguém aqui sendo preso por pesca irregular. A Colônia também ajuda muitas pessoas de fora e deixa o pescador um pouco de lado. Se a Colônia é feita para os pescadores, então tem que ser do pescador. (Souza, Marcos Antônio apud Araújo & Primo, 2018, p. 132).

A RESEX foi criada pelo Decreto Estadual nº 44.417, de 30 de setembro de 2013, no município de Niterói, tornando-se a primeira unidade de

conservação estadual dessa categoria. Compreende a área marinha adjacente às praias de Itacoatiara, Itaipu, Camboinhas e Piratininga, e a Lagoa de Itaipu, com área de cerca de 3.943,28 hectares. (INEA, 2020)<sup>72</sup>

As Reservas Extrativistas são unidades de conservação de domínio público e permitem o manejo sustentável dos recursos naturais. A formulação das primeiras RESEX surgem no contexto da luta de seringueiros, sobretudo através dos movimentos dos seringueiros livres, no Vale do Acre na década de 80, com a conquista da RESEX do Alto do Juruá, após um processo de disputas que provocou a morte do líder popular Chico Mendes.

As primeiras reservas extrativistas ficavam submetidas ao Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (Incra), passando a ser geridas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) após decreto do presidente José Sarney. Mediante as categorizações propostas pelo SNUC em 2000 as RESEXs passaram a ser definidas por um plano de manejo técnico e científico, o que provocou a substituição do saber naturalístico local em detrimento de um corpo de regras técnicas e científicas, “*verticalmente zoneado e definido*”. (Silva, 2018, p. 56).

Como salienta Guilherme Aglio da Silva (2018), o estabelecimento desta reserva é ainda muito recente para que seja avaliado. Podemos, porém, ressaltar que a criação desta UC culminou da mobilização identitária dos moradores de Itaipu em prol da manutenção dos seus meios de vida, como fica explicitado nestes relatos:

Se essa Resex [Reserva Extrativista Marinha] não for em frente, essa pescaria aqui não vai dar pra sustentar (Souza, Aureliano Mattos de. Conhecido como Cambuci. apud Ferreira, 2017).

Hoje em dia, eles estão pedindo a Reserva, a Resex. Se não fizer isso, Itaipu vai ter que parar a pesca, porque não vai ter peixe. Se tiver a Resex, se evitar esses barcos pesqueiros, vai aparecer uma quantidade de peixe em Itaipu como tinha antigamente. Isso eu tenho certeza do que eu estou falando. O futuro da pesca não melhora se não tiver essa Reserva. Agora, se correr tudo direitinho, eu acredito que aqui em Itaipu a pesca melhora, aí acredito que vamos ver bastante peixe ainda. (Dutra, Antonio. Conhecido como Carlinhos apud Araújo & Primo, 2018, p. 86).

72

disponível

em:&lt;

<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadeConservacao/INEA0047363>. Acesso em 10 de mar. de 2020.

Como será constatado a frente, o processo de criação de zonas de proteção ambiental, mesmo que sejam iniciados pela vontade popular, muitas vezes culminam em administrações restritivas, onde a possibilidade de participação dos moradores das UCs é reduzida ou nula. No caso de Itaipu, apesar de ser vista como uma solução para barrar o fim da pesca, os pescadores criticam a falta de fiscalização do órgão gestor, que atualmente é o INEA. As falas presentes no inventário Participativo proposto pelo MAI externam esta ambiguidade que é conceber a reserva como uma esperança para o futuro, porém coberta de incertezas.

O futuro de Itaipu eu vejo na Resex, se ela cumprir o seu papel. (Dutra, José Carlos apud Araújo & Primo, 2018, p. 135)

A Resex é uma grande ferramenta para o pescador artesanal, mas a gente se esbarra com conflitos, com interesses econômicos e com o aparelhamento político até dentro do próprio setor que fomenta a pesca. Isso é uma coisa muito louca, é tanta contrainformação que o pescador fica confuso. A gente entende que a Resex tem que manter o nosso modo de vida, o recurso natural, o ordenamento de espaço, o direito do pescador artesanal. O que fica em falta é o poder público, ação pública e recursos públicos: nos programas que vêm para fomentar a categoria, sempre falta recurso e infraestrutura. O problema todo é esse! (Silva, Jairo Augusto da. apud Araújo & Primo, 2018, p. 138)

Enquanto tiver essas firmas de pesca industrial por aí acabando com o nosso sustento, vai ficar difícil. Com a Resex era para ter mais fiscalização, mas cadê? (Dutra, Marcelo Lopes apud Ferreira, 2017, p. 40).

O uso de antíteses e do tom de desconfiança na elaboração discursiva por parte dos entrevistados para o Inventário Participativo feito em Itaipu demonstra a instabilidade que este grupo se encontra. A insatisfação dos moradores é marcada pela presença de embates com o poder público, interesses econômicos divergentes e até mesmo conflitos endógenos à comunidade. Para além do zoneamento de Unidades de Conservação em Itaipu, os habitantes desta localidade viram-se em disputa com os órgãos ambientais ao passo que os mesmos não prestaram assistência a comunidade em momentos em que a mesma sofreu processos de especulação imobiliária, como no caso do “canal da Vergonha”, relatado anteriormente.

O documentário dirigido pela engenheira agrônoma e moradora de Itaipu Eliana Leite “Itaipu era uma praia só” mostra como as obras realizadas pela empresa Veplan na década de 1970 provocaram mudanças sociais e ambientais

na região da lagoa e praia de Itaipu. O filme critica a negligência do poder público quanto a degradação do ambiente de Itaipu, provocados por ações que “*estão corretas do ponto de vista legal, embora nem tanto do ponto de vista ambiental*” (Leite, 1993).

A comunicação definitiva com o mar feita pelo canal causou o assoreamento da lagoa e sua salinização, matando espécies aquáticas e favorecendo a instalação de uma vegetação de mangue que antes não existia. Os impactos ambientais são provenientes ainda do lançamento de esgotos sem tratamento na lagoa, tanto através dos rios e do desague de canalizações de águas pluviais.

Pescadores tradicionais relatam a expropriação de diversas casas que se localizavam próximas à lagoa por parte da empresa e apontam que, apesar de serem indenizados, os moradores ficaram insatisfeitos com a concordata proposta pela Veplan, pois tiveram que ir morar em bairros afastados do mar, meio de sustento para muitas famílias.

Eles não se interessavam quem ia ficar ou quem ia sair, o interesse da capitania dos portos era manter o pessoal da pesca dentro dos 33 metros da área de pesca de marinha, então eles concordaram. A Veplan concordou. Eles concordaram de indenizar o pessoal, uma casa pra cada um. Mas teve alguns que eram pescadores e outros que era pescadores amadores não quiseram, criaram caso, não saía não saía. (Ribeiro apud Leite, 1993).

Hildo de Melo Ribeiro, interventor da Colônia Z-7 no momento de abertura do Canal conta sobre as “*irregularidades praticadas pela Cia. Territorial Itaipu, anteriores até mesmo a sua fusão com a Veplan, como o aterramento de frações da lagoa para venda de terrenos.*” (Ferreira, 2017, p.145).

Eu tenho foto das máquinas soterrado até metade da casa. Meteram fogo na casa do pescador João e da minha também, pra queimar os documentos. [...]. Do jeito que eles queriam me oferecer casa eu achei que parecia um tipo de uma propina. Eles podiam ter me oferecido de outra maneira, então não aceitei essas condições. Queriam pegar uma área que ela foro de marinha. (Ribeiro, Hildo de Melo. apud Leite, 1993).

Em entrevista ao documentário, Lúcia Abreu ressalta que muitos daqueles que venderam suas propriedades à Veplan se arrependeram, porém, não



conseguiram retornar ao local que viviam, pelos altos preços que a especulação imobiliária causou à Itaipu, além do crescimento do turismo no local.

Não tem possibilidade nenhuma de voltar como era antes, isso vai ser impossível né? Aonde eram as barracas de pesca já são restaurantes (isso também aconteceu na praia do rancho em Trindade) e o que era casa de pescador já virou esse palacete. Nós fomos expulsos duas vezes: uma pelo Pizarro e outra pela Veplan. As pessoas acham que tem o direito de chegar e expulsar como se não houvesse lei, não houvesse nada. (Abreu, Lúcia. apud Leite, 1993).

Situação similar ocorre em Paraty, onde coexistem Unidades de Conservação de diferentes níveis de proteção. Devido ao processo de ocupação desordenada do município de Paraty e a expansão turística que este passou a sofrer, foram criadas ao longo dos anos, algumas Unidades de Conservação (UCs): como a Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), Área de Preservação Ambiental (APA) do Cairuçu e Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios. Trataremos delas a seguir.

### 3.3.

#### **Paraty: Unidades de Conservação em atrito**

A existência das Unidades de Conservação em Paraty, embora tenham como justificativa a proteção do ambiente natural e das comunidades tradicionais que nele vivem; gera, pela falta de uma gestão compartilhada com estas comunidades, conflitos relacionados à ocupação do território e de seus usos.

A execução de políticas de proteção ambiental relaciona-se ao contexto de construção da Rio-Santos, ao crescimento do turismo de massa e da especulação imobiliária, fatores que agravavam a degradação e os conflitos ambientais. Pouso da Cajaíba, Praia do Sono e Ponta Negra pertencem à Reserva Ecológica da Juatinga. Criada em 1992 no governo de Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro, a UC representava uma estratégia do poder executivo em mediar o conflito existente na Praia do Sono e do grileiro Gibrail Tannus.

Tainá Miê Soares (2020), evidencia que a Lei n. 1.859 de 01 de outubro de 1991, que autorizava o estabelecimento desta UC foi feita pela articulação do assessor parlamentar José Carlos com um padre da Pastoral da Terra e um

procurador, “*todos aliados políticos da comunidade da Praia do Sono*”. (Soares, 2020, p.53).

De um lado pelo Saco de Mamanguá, de outro e pela frente pelo mar aberto, e pelos fundos por uma linha reta imaginária que, partindo do ponto conhecido como Cachoeira do Cocal (do lado do Canto Bravo da Praia do Sono), alcança local conhecido como Porto do Sono (ao fundo de Mamanguá) ficando destarte, resguardada a faixa marinha. (Decreto 17981 de 30 de outubro de 1992).

Figura 29: Mapa- UCs em Paraty



Fonte: Google Maps

Carine Lopes Fontes (2013) mostra que, apesar da REJ ter sido criada com a intenção de proteger a cultura caiçara, existe um histórico de conflitos fundiários entre sua administração e as populações que habitam o entorno de seus limites. A autora mostra que a população não tem muita participação na gestão da REJ e que ela é um exemplo de Unidade de Conservação criada de cima para baixo, pois “*mesmo a REJ tendo sido criada em prol da cultura caiçara, a população não foi consultada antes de sua criação e até hoje desconhece seus direitos e deveres*”. (Fontes, 2013, p.15).

Existe uma incerteza quanto à permanência dessa população em seu local de origem, pois por ser de categoria *non aedificandi* a reserva é de uso restrito. Segundo Fontes, além da restrição de acesso a seu território, os grupos comunitários sofrem ainda com a ameaça de grileiros e a isenção do INEA

quanto a isto. A REJ encontra-se em processo de recategorização para adequação ao estabelecido pela Lei nº 9.985/00 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Além da recategorização, está em curso um projeto de reordenamento turístico na sua área, visando assegurar a sustentabilidade ambiental, a qualidade da experiência dos visitantes e a manutenção da qualidade de vida da população residente. Os critérios para visitação com base na chamada "capacidade de carga" (número sustentável de visitantes) e os demais de ordenamento turístico estão previstos na Lei Estadual nº 6.371, de 27 de dezembro de 2012<sup>73</sup>. (INEA,).

Soares argumenta que mais do que a Recategorização da REJ, deveria existir uma Área Protegida Caiçara, com plano de regularização e manejo que tenham como eixo central o protagonismo da *luta* caiçara, com ênfase para o turismo de base comunitário e educação diferenciada. *"A importância do zoneamento participativo, como foi executado o da APA<sup>74</sup>, se dá porque ele é o instrumento de ordenamento territorial usado para definir o manejo e aponta para os diferentes usos de cada área do território.* (Soares, 2020, p. 69).

Os conflitos entre as comunidades tradicionais de Paraty e Áreas de Proteção não se restringem à REJ. O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) estabelecido pelo decreto nº 68.172 de 04 de fevereiro de 1971 é um exemplo deste contexto. No momento em que o Parque foi criado *"não havia procedimentos bem definidos para estabelecimento de ambientes protegidos, tais como consulta pública e estudos fundiários, que por sua vez permitem o contato com as comunidades que ocupam esta região"* (Aguiar et al., 2017, p. 347).

O parque foi criado<sup>75</sup> com objetivo de proteger as últimas áreas de Mata Atlântica e ecossistemas marinhos do litoral sul-fluminense. O PNSB tem 106 mil hectares, e abrange parte dos municípios de Ubatuba, São José do Barreiro, Areias e Cunha, no estado de São Paulo, e Paraty e Angra dos Reis, no estado do Rio de Janeiro. Esta UC é categorizada como de Proteção Integral, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e permitidas no seu

<sup>73</sup> Disponível em: [http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadeConservacao/INEA\\_008605](http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/BIODIVERSIDADEEAREASPROTEGIDAS/UnidadeConservacao/INEA_008605)>. Acesso em 30 de jun. de 2019

<sup>74</sup> Refere-se ao recém aprovado plano e manejo da APA Caiçu.

<sup>75</sup> Folder informativo. Cf.:< <http://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/guia-do-visitante.html>>.

interior apenas as atividades de turismo e pesquisa. Essa categorização, feita pelo SNUC é complexa e reverbera em problemas na demarcação fundiária.

Apesar de sua criação em 1971, seu primeiro plano de Manejo foi criado em 2002 e reformulado em 2010. Este plano determinou que “a população local que reside na Vila de Trindade estará irregular perante a legislação e será necessário desapropriar as terras por ocupar uma área de proteção integral” (Aguiar et al., 2017, p. 348), o que gerou conflitos entre a administração do Parque e os habitantes da Vila.

Figura 30: Praia do Meio, Trindade, em Paraty



Fotografia da autora, 2017.

Robson, membro da Associação de barqueiros e de moradores de Trindade (ABAT) e do Fórum de comunidades tradicionais (FTC) que reúne Caiçaras, quilombolas e os indígenas de Angra, Paraty e Ubatuba conta que após a criação do Parque nacional em 1971 não houve aproximação da gestão desta UC com as pessoas que viviam nos locais por ele abarcado. “*Não teve a defesa que deveria fazer*” (Possidonio, Robson. Entrevista concedida a autora. Paraty, 11 jan. 2019).

O entrevistado lembrou que se deve atentar para o momento em que o parque foi criado, em pleno regime militar; o que acarretava o distanciamento da possibilidade de uma gestão mais democrática e inclusiva da unidade. Robson

comenta que o processo poderia ter sido diferente, mais pacífico. Entretanto, as pessoas que moravam nas comunidades [ele fala em especial de Trindade] não foram notificadas de que os limites da praia tinham sido protegidos em esfera federal; e quando o plano de manejo chegou já nos anos 2000.

Ele veio de forma que não é compatível com os usos da comunidade. E aí veio aquela coisa a ferro e fogo: “não vocês têm que sair daqui pesca não é permitida! Se você pescar você é criminoso ambiental”, essas coisas. E aí que a gente começou também, não da noite para o dia, as coisas vão mudando com conversa. E aí a gente começou a trabalhar e criar uma mesa de diálogo, dialogar mesmo sobre o assunto explicar que nós somos uma comunidade tradicional que vivemos disso, que a gente acha importante, que a gente pode fazer. Na verdade, uma união, um caminho do meio, porque para nós é importante a preservação do meio ambiente, assim como para a Unidade de Conservação, respeitando os usos, a tradicionalidade e a parte da Cultura. (Possidonio, Robson. Entrevista concedida a autora. Paraty, 11 jan. 2019).

De acordo com Fontes (2013), mesmo com a criação do PNSB a faixa litorânea ainda se encontrava bastante vulnerável, o que levou o governo federal criar a APA de Cairuçu, em 1983. A APA de Cairuçu é uma unidade de conservação federal ligada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) criada em 27 de dezembro de 1983. Está localizada no município de Paraty/RJ e seu território é composto por uma área continental e 63 ilhas, que totalizam 34.690,72 ha.

A APA de Cairuçu visa assegurar a proteção do ambiente natural, que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção, paisagens de grande beleza cênica, sistemas hidrológicos da região e as comunidades caiçaras integradas nesse ecossistema<sup>76</sup>. É uma Unidade de Conservação categorizada pelo uso sustentável, pois permite a ocupação humana. É, portanto, uma unidade de conservação de regras mais flexíveis que os Parques.

Por ser compatível com o desenvolvimento de atividades tradicionalmente sustentáveis, como a pesca e a roça exercidas em Trindade, a existência de uma área de proteção desta categoria seria uma saída para as questões fundiárias naquela área. Porém, na prática, a proposição da APA não soluciona esses problemas.

<sup>76</sup> Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1980-1989/d89242.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d89242.htm)>. Acesso em: 01 de jul. de 2019.

Segundo Robson, se conseguiu realizar um trabalho de conservação em conjunto do ICMBIO e das comunidades, com o zoneamento da área conforme os usos e conforme a realidade de cada comunidade. O plano de manejo da APA começou em 2016 e foi aprovado em 2017, *“conforme cada etnia, seja quilombola, seja indígena, Caiçara, todo mundo e ficou bem legal”*. (Possidonio, Robson. Entrevista concedida a autora. Paraty, 11 de jan. de 2019).

O caso de Trindade se torna complicado, pois *“nosso território a gente não consegue acessar, porque é como se ficasse uma mancha que é outra área, e aí tem que ser trabalhado dentro do Parque Nacional e é de proteção integral e lá”*. (Possidonio, Robson. Entrevista concedida a autora. Paraty, 11 jan 2019).

Como o PNSB é de Proteção Integral e, portanto, mais restritivo que a APA, existem dificuldades atreladas ao uso das terras abarcados por ele principalmente em relação ao exercício da pesca e da agricultura familiar.

Este mesmo problema é encontrado na sobreposição entre a APA e a REJ, pois estas UCs são de esferas governamentais distintas. Além disso, por não se enquadrar em uma categoria reconhecia pelo SNUC, tende-se a implantar ações mais restritivas da REJ, baseando-se na ideia de que ela se aproximaria de uma Área de Proteção Integral.

Esse morro faz divisa entre Rio e São Paulo, então pega daqui até o Rio Mateus Nunes em Paraty, pega o sul de Paraty, então a APA inicia aqui essa conta também é um Marco Zero, do Estado de São Paulo para Ubatuba sobe para Cunha, São José do Barreiro em Angra dos Reis, passa por trás da Rio-Santos e volta aqui. Na época em que foi criado, não tinha muita precisão. Eles colocavam muito “morro que divide”, ou nem colocava morro, colocava divisor de águas. É uma região extensa e no meio tem uma baía e só fala de divisor de águas, mas pode ser esse ou aquele. E aí fala que vai até a altitude 79, então numa linha reta; só que ali eles traçaram uma curva, então vem hoje um geógrafo e fala: “mas a área aqui é de água, alaga”, então se eu falar já que está certo, sabe? Fica aquela coisa. Então causou uma grande confusão na comunidade. E acaba que essa parte da praia do meio, Caixa D’Aço é parte da administração do Parque Nacional. As duas [Parque e APA] sobrepõe uma a outra, mas aqui prevalece é a do Parque que é mais restritiva, aí a gente fica bem assim porque na Trindade são duas unidades de conservação. (Possidonio, Robson. Entrevista concedida a autora. Paraty, 11 jan 2019).

Em “O nosso lugar virou parque”, Diegues e Nogara (2005) apontam que o estabelecimento das áreas de preservação ambiental foi feito de maneira tecnocrática e sem participação da população tradicional. No que concerne em especial ao Saco de Mamanguá, os autores afirmam que a própria legislação de

proteção à Mata Atlântica<sup>77</sup>, já teve um impacto sobre o modo de vida local, por que proíbe algumas ações que são inerentes à cultura caiçara, como o corte de árvores específicas para a feitura de canoas.

Na Reserva Ecológica da Juatinga (REJ), que engloba a margem peninsular do Saco de Mamanguá, criada em 1992 é prevista a continuidade da prática cultural caiçara. Porém, *“Apesar do texto da lei, implicitamente, mencionar a importância da cultura, a permanência dessas populações não está clara e assegurada, deixando lugar a muitas dúvidas, sobretudo para os moradores.”* (Diegues & Nogara, 2005, p.160). Mediante ao trabalho com história oral realizado pelos autores, se percebeu que os moradores da área da Reserva não têm conhecimento sobre o que significa uma Reserva Ecológica e a utilidade de seu estabelecimento.

A desinformação generalizada, a falta de fiscalização dos órgãos ambientais e de um plano de manejo compartilhado gera um contexto de insegurança e conflito entre os moradores destas áreas e os representantes destes órgãos. A perpetuação da ideia de preservação pelo “mito da natureza intocada”<sup>78</sup>, desconsiderando os múltiplos usos dela ao longo do tempo e a biodiversidade atual como consequência de seu manejo sustentável, exclui a possibilidade de uma gestão democrática, que

Deve incorporar não somente elementos da ciência moderna, da etnociência, mas constituir-se num processo de negociação que leve em conta não somente as necessidades nacionais de conservação dos ecossistemas, mas as aspirações locais, os modos de vida e, acima de tudo, a contribuição histórica das populações tradicionais para a conservação ambiental. (Diegues & Nogara, 2005, p.164).

A imposição de neomitos (a natureza selvagem intocada) e de espaços públicos sobre os espaços dos “comunitários” e sobre os mitos bioantropomórficos (o homem como parte da natureza) tem gerado conflitos graves. Em muitos casos, eles têm acarretado a expulsão dos moradores tradicionais de seus territórios

<sup>77</sup> A LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 em parágrafo único, proibia qualquer forma de exploração de recursos Naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais foi alterada pela LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006, que considera a participação das populações tradicionais, como dependentes dos recursos naturais para a sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental (parágrafo II, art 3º);

<sup>78</sup> A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total”. (Diegues, 2001, p. 50).



ancestrais, como exige a legislação referente às unidades de conservação restritivas. Na maioria das vezes, essas leis restringem o exercício das atividades tradicionais de extrativismo, caça e pesca dentro das áreas protegidas. (Diegues, 2001, p. 10).

De acordo com Renato Vieira, presidente da Associação de moradores de Paraty-Mirim em 2019, a fiscalização ambiental tanto em Paraty-Mirim, como Mamanguá é ineficiente, pois, apesar de não poder, existem construções irregulares. O entrevistado ressaltava o aumento dessas moradias e sua preocupação com o desaparecimento da pesca, que segundo ele já não é mais uma prática entre os mais novos.

Hoje em dia tem pouca gente pescando da minha geração, tem poucos. Eu gosto de pescar, mas da minha geração tem poucos e é muito difícil a gente tem que tentar resolver isso de novo, porque eu acho tão bacana, eu gosto de tentar ensinar o meu filho. [...] A APA tem a sua restrição, a maioria é irregular e ela não deixa, mas infelizmente não tem um efetivo muito grande; são poucas pessoas para fiscalizar. Se tivesse mais gente, que nem o INEA tem, aí sim não deixava crescer, porque Paraty-mirim tá crescendo. Daqui a 10 anos, acredito eu, que estará uma coisa aqui de se perder, mas tomara que não. (Vieira, Renato. Entrevista concedida a autora. Paraty, 14 jan. 2019).

Figura 31: Saco de Mamanguá

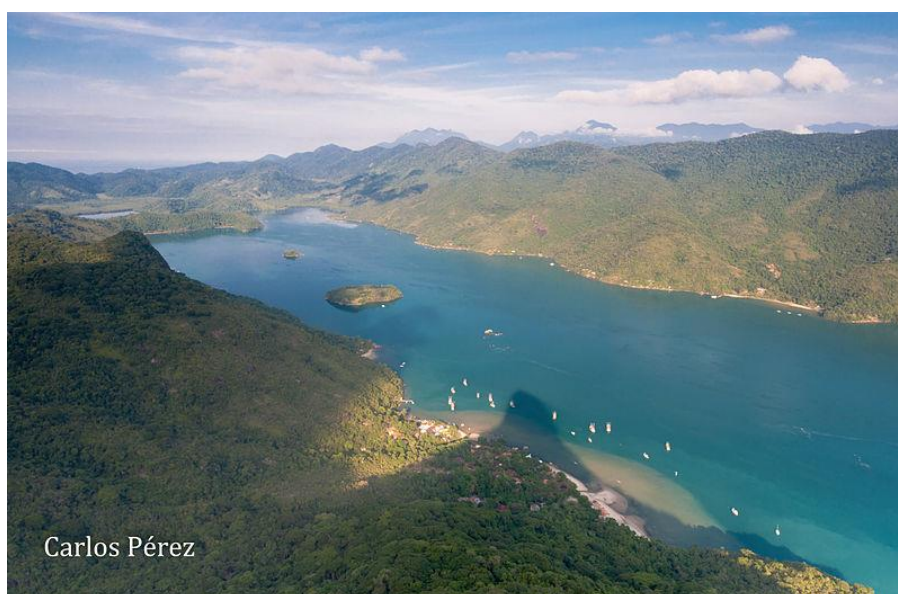


Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980, Fonte: FUNDAR



No que diz respeito as construções no Saco do Mamanguá, o entrevistado não soube explicar a existência de mansões, pois as terras de lá, assim como em Paraty-Mirim foram cedidas aos caiçaras pela União e são inalienáveis. O que ocorre, segundo o entrevistado, é que alguns grupos de caiçaras vendem seus terrenos indevidamente e os novos proprietários fazem construções de alto padrão.

Figura 32: Saco de Mamanguá



Fotografia de Carlos Perez Couto, 2015. Fonte: Wikimedia Commons

Apesar de serem notificados e multados pelos órgãos fiscalizadores, o processo de expropriação é lento, se tornando vantajoso o uso indevido da área por estes proprietários, que em maioria são pessoas de alto poder aquisitivo. Segundo Jadson, morador da praia do Sono, a transmissão de alguns terrenos do Mamanguá remete às ações empreendidas pelo grileiro Gibrail, que *“tinha um pedaço de Mamanguá e o sono inteiro, antigos e antiguiños, tudo na documentação dele. [...]Então elas fazem parte do parque e aí ele fez com documento irregular criar ele que integração de posse”*. (Santos, Jadson dos. Entrevista concedida a autora. Paraty, 12 jan. 2019).

Em Paraty-Mirim existem conflitos que dizem respeito ao IPHAN<sup>79</sup>. A Igreja da nossa Senhora da Conceição e ruínas do Engenho, tombadas pelo órgão, estão abandonadas. Segundo Renato Vieira, o tombamento impede alteração ou manutenção por conta da comunidade. O entrevistado relata, porém, que apesar da proibição, o órgão não fiscaliza ou exerce obras de restauração no local, que fica abandonado.

Figura 33: Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Paraty-Mirim

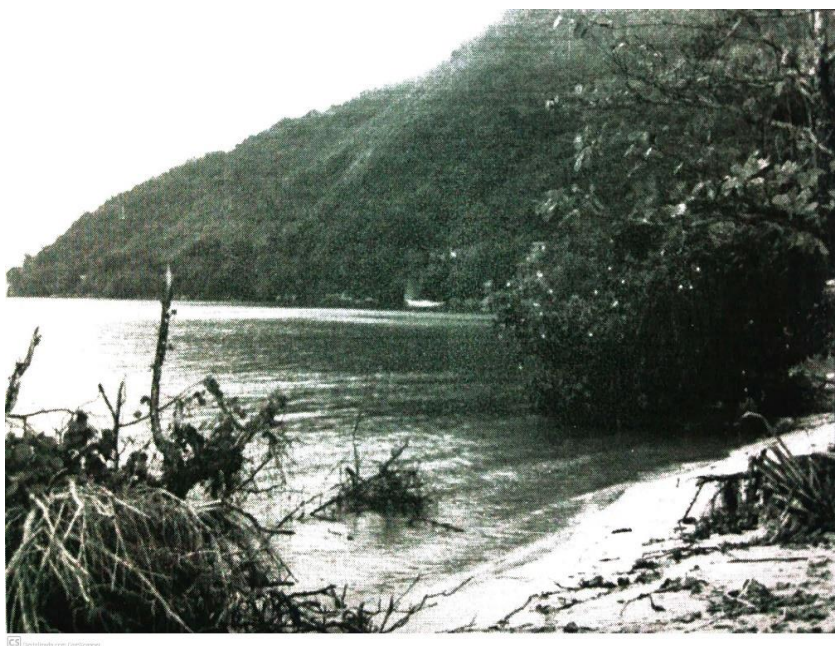


Fotografia da autora, 2019.

Aqui eu fui um dos moradores retirados a força pelo IPHAN pelo IEP, que hoje é o INEA, a polícia civil e a militar. Morava aqui embaixo e a gente morava aqui nas ruínas. Podendo ou não, a gente cuidava do patrimônio histórico a gente tinha as casas ali e fomos obrigado a tirar. Levaram nossas coisas derrubaram nossa casa na nossa frente. Eu tinha uns 13 ou 14 anos; a gente tinha uma casa, não era dentro da ruína, era uma casinha nossa mesmo, época do meu pai era de pau-a-pique e as outras não. Não tava usando a parede histórica para fazer uma base nem nada, a gente só limpava do lado, tudo bonitinho. Nessa casa que caiu tinha uma família também e essa casa era perfeita, bonitinha. O Iphan expulsou e hoje infelizmente aqui não teve uma finalidade, acabou destruindo a nossa praia. Começou a crescer esse mato que não tinha esse mato. (Vieira, Renato. Entrevista concedida a autora. Paraty, 14 jan. de 2019).

<sup>79</sup> A Portaria Nº 402, de 13 de setembro 2012 dispõe sobre os critérios de preservação e regulamenta as intervenções na área do Município de Paraty/RJ, tombado em nível federal e convertido em Monumento Nacional. Disponível em; < [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_402\\_de\\_13\\_de\\_setembro\\_de\\_2012.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_402_de_13_de_setembro_de_2012.pdf) >. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

Figura 34: Paraty-Mirim



Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980. Fonte: FUNDAR

A fala de Renato Vieira, embora nostálgica e carregada de ressentimentos, aponta para algumas evidências. O fato de a comunidade ter que abandonar a manutenção das áreas de entorno das construções tombadas pelo IPHAN acarretou no crescimento da vegetação, prejudicando o afluxo do rio que desembocava na praia.

Figura 35: Paraty-Mirim



Fotografia da autora, 2019

No relato destacado a presença de um riacho, que cortava a Orla chama atenção, pois na visita realizada em janeiro de 2019 para a presente pesquisa, o mesmo havia secado, como informa Renato Vieira em entrevista. De acordo com depoimento de Ricardo Brasil em 2009, em Paraty-Mirim existia uma beleza cênica, com “*uma praia de areias finas e avermelhadas, cortadas ao meio por um rio, em frente à Ilha do Algodão e da Cotia*” (Brasil, 2009, p. 22).

A ESEC Tamoios, criada à *posteriori* das outras UCs, é uma Unidade de Conservação federal de proteção integral, implantada em 1990 no contexto de instalação das usinas nucleares que se localizam na cidade de Angra dos Reis (RJ).

Criada pelo Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990, com o objetivo de proteção integral para a realização de pesquisa e monitoramento dos ambientes marinhos e das ilhas da Baía da Ilha Grande, a ESEC Tamoios está localizada entre os municípios de Angra dos Reis e Paraty. Sua área inclui 29 áreas emersas e seus respectivos entornos marinhos com raio de 1km, representando 5,69% da Baía da Ilha Grande. (Disponível em :<<http://www.icmbio.gov.br/esectamoios/>>. Acesso em 01 de jul. de 2019).

Assim como ocorre com as outras UCs, existem confrontos entre os moradores tradicionais e a gestão da ESEC sobre o uso do espaço, principalmente o marítimo. Tarituba, região de Paraty englobada pela Estação de Tamoios vive principalmente da pesca (Freitas et al., 2016; Cavaco & Vasques, 2016), porém “*fundeio, pesca, mergulho recreacional e visitação pública são proibidos dentro desta área protegida*”. (ICMBIO, 2019)<sup>81</sup>

Tarituba está situada a 37 quilômetros de Paraty, nas margens da rodovia. “*É uma enseada com porto natural em forma de semicírculo e com um trapiche de atracação bem no meio da praia, com população também voltada para atividade pesqueira*” (Brasil, 2009, p.21). A restrição do acesso ao uso do mar pela Estação de Tamoios é contestada por pescadores artesanais, visto que os mesmos já praticam a pesca de modo sustentável há muitas gerações naquela área.

Uma pesquisa sobre a pesca em diversas comunidades pesqueiras em Paraty, sobre sugestões para o manejo das Unidades de Conservação, encontrou dificuldades para obter informações sobre os conflitos com os órgãos ambientais

<sup>81</sup> Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/esectamoio/>>. Acesso em 01 de jul. de 2019.

por parte dos moradores de Trindade e Tarituba.<sup>82</sup> As respostas dos pescadores indicaram a importância da existência das Unidades de Conservação para a manutenção da biodiversidade e preservação da natureza.

Porém, indicaram que as áreas de proteção muitas vezes afetam negativamente os pescadores, *“não lhes permitindo pescar em seus lugares tradicionais ou ancorar em algumas áreas. Para 43% dos entrevistados individualmente, antes da criação de qualquer AMP [Áreas Marinhas protegidas] os pescadores deveriam ser consultados e ter suas opiniões levadas em consideração”*. (Freitas et al., 2016, p.236).

Em entrevista, o líder comunitário e presidente do Centro de Referência da Ciranda de Tarituba, Pardinho comenta que desde 2013 existem 22 inscritos como pescadores artesanais habilitados a exercer pesca sustentável nos limites da ESEC. Segundo o mesmo, esta permissão foi concedida devido sua luta e de alguns familiares que foram até Brasília para assinar um termo de compromisso. O entrevistado afirma, que apesar das regras de acesso ao mar da ESEC serem restritivas, é constante a presença ilegal de barcos e botes turísticos no mar de Tarituba.

Em dezembro de 2019 o senador Flávio Bolsonaro encaminhou o pedido ao Congresso Nacional que revogaria o Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990 e a ESEC seria tomada como Área Especial de Interesse Turístico pelo projeto de Lei nº 6.479. A iniciativa é consequência de uma série de conflitos envolvendo o presidente Jair Bolsonaro em um episódio em que foi flagrado pescando em área de Angra dos Reis na qual é proibida a pesca. Apesar da anulação das acusações de crime ambiental a Bolsonaro ter sido efetivada em janeiro de 2019, *“Desde maio o presidente dá declarações públicas afirmando que irá extinguir a unidade de conservação”*. (O Eco, 2020)<sup>83</sup>.

O projeto que tem como justificativa o desenvolvimento turístico da região está na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado, aguarda apresentação de emendas e a designação de relator. A matéria seguirá para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) posteriormente a avaliação da Comissão. Caso seja aprovada a extinção da ESEC Tamoios, que

---

<sup>82</sup> O que sugere relação de tensão entre a ESEC e a comunidade.

<sup>83</sup> Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/flavio-bolsonaro-quer-extinguir-esec-de-tamoios-reserva-onde-o-pai-foi-multado/>. Acesso em 24 de jan. de 2020.



representa apenas 5% da extensão da baía de Ilha Grande, influenciará no processo de licenciamento das usinas nucleares de Angra I e II, visto que “a criação da área obedeceu um dispositivo legal que obriga criação de estações ecológicas em áreas de influência de usinas”. (idem)<sup>84</sup>.

Tendo em vista este projeto que ameaça a existência desta Unidade de Conservação e a todo debate acerca da manutenção de áreas de preservação, reitero que a existência das mesmas, apesar de necessitarem de adequações a realidade brasileira e fluminense, são de grande valia. Como temos visto, ações como a proteção do ambiente natural e do patrimônio cultural que nele se insere contribuem para que um setores da economia e da política não se sobreponham à sustentabilidade do meio ambiente e das culturas tradicionais.

### 3.4.

#### **São João da Barra: Entre ruínas e o Petróleo**

Podemos afirmar que todas as comunidades onde ocorreu o tombamento sofrem, de alguma maneira, pelas transformações ambientais ocorridas nos últimos anos. Seja a restrição aos recursos naturais, o aumento da poluição provocado pela industrialização ou o turismo predatório, os impactos se fazem sensíveis em cada local. No caso de São João da Barra a situação torna-se ainda mais evidente, pois seu litoral sofre um forte processo de erosão costeira, que ocasiona o desaparecimento gradativo de diversas construções.

Ao longo dos anos, casas, hotéis, restaurante e até mesmo um posto de gasolina têm sido “engolidas” pelo mar, devido à intensidade dos ventos, associados ao regime de ondas, marés e também à vazão do Rio Paraíba do Sul.

A erosão costeira vem redesenhando a paisagem desde a década de 60. São cerca 3 metros a menos de faixa de areia a cada ano. Uma imagem de 1968, mostra quando ainda existia um local chamado Pontal, completamente povoado. De lá pra cá, 15 ruas e 500 casas foram engolidas pela água. Muitas mansões viraram ruínas em pouco tempo. Atafona perdeu, inclusive, seu prédio mais alto: um hotel de quase 15 metros que nunca chegou a ser inaugurado. Junto com os prédios e casas, a história de Atafona vai indo embora sem que as novas gerações conheçam a importância desse lugar. O clube, que recebia festas luxuosas e bailes de

<sup>84</sup> Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/flavio-bolsonaro-quer-extinguir-esec-de-tamoios-reserva-onde-o-pai-foi-multado/>. Acesso em 24 de jan. de 2020.

carnaval no final dos anos 50, fechou há 10 anos. Ninguém sabe quanto tempo vai demorar para o mar chegar até o local . (Portal G1 de notícias, 2020)<sup>85</sup>.

Figura 36: Ruínas de Atafona



Fotografia da autora, 2017.

Existem algumas hipóteses para explicar esta situação, que afeta não somente a Ilha da Convivência, local tombado pelo INEPAC, como também o distrito de Atafona, aonde se encontra atualmente a maior parte dos pescadores artesanais. Os fatores, ainda discutidos por estudiosos relacionam-se ao movimento de ventos e de ondas; ao transporte de sedimentos ao longo do rio Paraíba do Sul e sua vazão no Oceano Atlântico, além do crescente assoreamento do rio em seu baixo curso.

A hipótese que se baseia no enfraquecimento da força da correnteza do Rio Paraíba do Sul provocando a sobreposição do mar ao rio, parece ser a mais aceita dentre os pescadores, que o atribuem à transposição do rio Guandú, após a construção do Sistema Light em 1952.

<sup>85</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2015/02/avanco-do-mar-ja-destruiu-15-ruas-em-sao-joao-da-barra-no-norte-do-rj.html>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

O rio Paraíba do Sul é um manancial do rio Guandu, que além de dar suporte para a hidrelétrica, abastece o Grande Rio. A transposição de água feita na hidrelétrica da Light, a jusante de Santa Cecília em Barra do Piraí, cede cerca de 60% de suas águas para o Guandu. A passagem feita por canalizações forçadas das usinas teria sido então uma das causas de diminuição da força no transporte dos sedimentos.

Tem muitas teses de doutorado, de engenheiro e tal, mas segundo os mais velhos, eu comungo com essa ideia. Que nos anos 60 o governo Carlos Lacerda fez a transposição do rio Paraíba pro Guandú, que foi mais de 60% pro Guandú. O rio que outrora caudaloso, imponente [...] E depois o rio foi perdendo força, não tendo o rio pra bater de frente com o mar, o mar foi erodindo e hoje tá complicado. A transposição pro rio Guandú pra abastecer o Grande Rio. (Meireles, Eleilton. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 jun 2017).

Os dados relativos aos processos de erosão e retrogradação, que é o mecanismo de recuo da linha costeira para dentro do continente pela ação de ondas e correntes litorâneas, permitem afirmar que “*as características morfológicas da linha de costa estão associadas a feições típicas regressivas, isto é com tendência de progradação em função ao recuo relativo do nível do mar nos últimos cinco milhares de anos.*” (Figueiredo et al., 2006, p.2). Porém, desde a década de 1950 existe um realinhamento da costa, junto à foz do rio e esta nova situação morfodinâmica afetou de maneira severa a praia de Atafona, assim com a Ilha da Convivência.

Este processo de retrogradação levou à destruição de 183 construções, distribuídas em 14 quadras, dentre as quais se contam casas de veraneio, uma colônia de pescadores, dois faróis de sinalização, uma capela, um posto de gasolina e uma igreja, a de Nossa Senhora dos Navegantes. (Gomes, 2012, p.19).

Ainda que não sejam comprovadas as teorias sobre a ação antrópica sobre o processo erosivo em São João da Barra, constata-se que fenômeno influência de forma decisiva a vida habitantes desta cidade. Expulsos pela erosão costeira, famílias ligadas a pesca artesanal tiveram que deixar seu local de moradia e mudarem-se para o ambiente urbano, tornando-os refugiados ambientais.

A chamada da reportagem “*Ilha da Convivência viu sua população de 400 famílias ser reduzida a três, por causa do avanço da água*” do portal de notícias



IG de 2011<sup>86</sup> traz uma dimensão do que significou a diminuição da faixa de terra que se localiza entre a foz do rio Paraíba do Sul e o mar da bacia de Campos. A ilha da Convivência, local contemplado pelo tombamento já estava em vias de desaparecimento na época em que a patrimonialização foi efetuada, como corrobora Ricardo Brasil, fotógrafo participante das expedições de estudo para o tombamento do litoral:

Essa é uma ilha mutante, não sei se você sabe. A ilha da convivência por questões de maré e várias questões ali da foz do paraíba ela está subindo, está desaparecendo. [...]. Aquela região de Atafona, Ilha da Convivência, ali a foz do Paraíba, isso já tava constatado há muito tempo. Atafona já tava sem vários quarteirões. E a ilha da convivência também já tinha perdido quase metade dela. (Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 fev. 2018).

Eleilton Meireles, pescador artesanal que atua na secretaria de pesca durante anos afirma que, apesar de constatarem o desaparecimento gradativo da ilha já na década de 1980, como alguns proprietários rurais começaram a ocupá-la para fazer criação de gado. *“Se era pra acabar que fosse natural e não invadido pelos outros”*. (Meireles, Eleilton. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 jun. 2017).

O desaparecimento gradativo de moradias à beira da praia, pelo fenômeno da erosão costeira marinha tem sido objeto de denúncia por parte dos moradores que nos prestaram entrevistas. Casas, hotéis, restaurantes e até mesmo um posto de gasolina foram “engolidas” pelo mar, devido à intensidade dos ventos, associados ao regime de ondas e às marés e ainda pela vazão do Rio Paraíba do Sul. (Figueiredo et al., 2006).

O processo de erosão costeira que acometeu o deslocamento de centenas de famílias da Ilha da Convivência para o continente significou não apenas o fim do território físico da ilha, mas da maneira comunitária que se vivia, como o próprio nome da *‘Ilha, de “Convivência”, pois existia um clima de ajuda mútua, de uma grande família’*. (Meireles, Elenilça. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 jun. 2017).

A comunidade de pesca surgida na Ilha da Convivência abarca duas famílias principais: Os Pedra e os Meireles. Estas famílias teriam descendência

<sup>86</sup> Disponível em: < <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/nortefluminense-tem-refugiados-ambientais/n1300019705924.html>>. Acesso em: 15 de jan. de 2020.

dos Goytacazes e de Holandeses, que teriam atracado na ilha em um navio, há muitas gerações. É recorrente entre os entrevistados, ressaltar que parte da família “*é louro do olho claro*”, já outros “*são morenos como índios*”. (Meireles, Elenilça. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 jun. 2017).

Os sucessivos avanços da linha d’água sobre ilha fez com que sua população decrescesse gradativamente. A última moradora, que só saiu da ilha após adoecer, a habitou até o ano de 2015: “*Era a tia da minha mãe, a última moradora da ilha. Ela tinha a casinha dela lá e não queria vir pra cá de jeito nenhum*”. (Meireles, Eleilton, Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 jun 2017). 2017). Dona Belita, que veio a falecer pouco depois de sua mudança é lembrada por seus antigos vizinhos como a “*guerreira da ilha*”, por ter resistido até quando possível à sua saída.

Foram sim, estudiosos, como você tá vindo, já foram muitos estudiosos. Dona Belita disse: Olha, eu to dando mais entrevista do que as atrizes. Todo mundo ia lá e entrevistava ela, porque era a mais antiga, ela que lavava roupa dos marinheiros que adentravam a foz, do rio, então ela era uma história viva. Infelizmente essa doença danada consumiu a vida dela. Dona Belita, ela era chamada de guerreira. (Meireles, Eleilton. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 jun 2017).

O vínculo entre os antigos moradores na ilha da Convivência é ressaltado na fala dos entrevistados, deste e de outros trabalhos. Renan Gomes (2012) cita que sua interlocutora, de nome Rosa, menciona que “*sua família chegou a perder sua casa três vezes, e em todos os casos construíam a nova residência na própria ilha, mesmo diante dos sucessivos avanços do mar*”. (Gomes, 2012, p. 49). O saudosismo presente nos depoimentos evoca práticas antigas de divisão do trabalho, locais de pesca e a relação com o ambiente.

Para os pescadores, “*as ruínas, mais do que pitorescas, possuíam um caráter que remetia a tudo aquilo que se perdeu para o mar, daí falar-se de uma “cidade debaixo d’água”*”. (Gomes, 2012, p. 50). O tom nostálgico remete-se não somente ao lugar, mas todo simbolismo que esta mudança representa. O cenário de destruição, com grande apelo estético permite explicações mitológicas sobre o desaparecimento da cidade. Ao longo de toda praia de Atafona nos deparamos com pichações de mensagens apocalípticas.

O anúncio de apocalipse que as areias dessa praia nos transmitem inadvertidamente, ecoa, em uma linguagem do caminho da Terra, com resultados análogos aos que as pesquisas de ponta em geologia, entropia e teoria da deriva continental nos falam sobre a condição do homem no mundo” (Naidin, 2018, p.4).

Figura 37: Escrito nos escombros: Temei a Deus



Fotografia da autora, 2017.

Ao virem-se obrigados a deixar a ilha pelo avanço da erosão, as famílias que lá viviam com estreitos laços de solidariedade dispersaram-se por alguns bairros de Atafona, hoje estigmatizados. A partir da década de 1940 Atafona tornou-se um balneário muito procurado por famílias abastadas de Campos dos Goytacazes. A expansão imobiliária de casas de veraneio relacionava-se a procura por locais apropriados a cura de diversos males.

No tecido urbano de Atafona nota-se a presença dominante de casas de veranistas, que diferem da dos pescadores não só por suas formas [...], mas também por seus ritmos e usos. A construção de grandes avenidas para a circulação de carros (que aliás em muitos pontos reservam pouco espaço para os pedestres), o plantio de árvores, a construção de praças e de píeres são elementos que reforçam o direcionamento para a atividade turística. (Gomes, 2012, 55).

O tecido urbano, marcado pela existência destas casas de veraneio se diferencia dos bairros que percorrem o pontal até a via de acesso ao centro de São João da Barra. Em decorrência do processo de erosão, tanto da Ilha da Convivência como do pontal, zona norte de Atafona, a maioria dos pescadores

que perderam suas casas foram morar no bairro Vila Esperança, ou na CEHAB<sup>87</sup>. O Conjunto Habitacional Nossa Senhora dos Navegantes foi inaugurado em 1978 pelo governador Faria Lima, primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro pós fusão. Em seu governo foram executadas obras de cunho desenvolvimentista, como as Usinas Nucleares de Angra dos Reis.

O ex-presidente da Petrobrás presidiu a solenidade de inauguração de diversas novas estradas, como a RJ-158, que liga Campo à cidade do Carmo, dando acesso a hidrelétrica da Ilha dos Pombos. O CEHAB, construído no Pontal de Atafona abrigou as famílias de pescadores prejudicados pelo o avanço do mar.

O projeto atendeu as características de moradia de pescadores, com varanda para estender redes, construção às margens de um canal ligado ao mar para facilitar o acesso de barcos e sua atracação. A fim de consolidar o projeto, foi realizada pesquisa com as famílias dos pescadores, permitindo a criação de desenho adequado que contemplasse suas reais carências. Vemos na foto o areal com as casas ainda sem acabamento. Observa-se as varandas e o espaço para secagem de redes e consertos de barco<sup>88</sup> (CEHAB, 2020)

Renan Gomes explica que a área de Atafona conhecida como “Baixada” tem pouca expressividade em relação a outros espaços urbanos de Atafona, pois a área já foi inundada anteriormente. Segundo Arnaldo, pescador de 55 anos e morador de Atafona a 22: *“quando cheguei, aqui era água. O mar vinha até aqui [sua casa ficava próxima à margem do rio, a aproximadamente 10 metros seguindo a rua]. O mar é que foi secando, foram aterrando e fazendo casa. Era lama pura, mangue. Aqui tudo é mangue aterrado, invasão”* (Arnaldo apud Gomes, 2012, p.56).

<sup>87</sup> Com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e com recursos do extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), pôde a CEHAB-RJ estender o seu programa habitacional, além da população favelada, atendendo também trabalhadores com renda até 3 salários mínimos. [...] Em 1975, com a fusão dos antigos Estado da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro e com a consequente incorporação do acervo da COHAB-RJ, a CEHAB integrou ao seu patrimônio os Conjuntos Habitacionais, Itaúna; Mahatma Gandhi, João XXIII, Padre Lebre, Prefeito Cícero Garcia Bastos, Diamantes, Guadalajara, Jardim Catarina, Roberto Silveira, Alair Pires, Bingen, Santos Dumont, Tertuliano Potyguara, Rio das Flores, Cordeiro, Nilo Peçanha, Jardim Jasmim, Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, Porciúncula, Sesquicentenário, Presidente Humberto A. Castelo Branco, num total de 6.560 uhs, com atendimento a cerca de 32.800 pessoas. A partir de 1975, até os dias atuais, a Cehab-RJ prosseguiu sua meta de construir moradias para o seguimento populacional de menor poder aquisitivo, agora, voltada também para os trabalhadores com renda de até 10 salários-mínimos, que se habilitaram a ocupar unidades construídas, através do Sistema de Inscrição Pública. Disponível em: <http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/>. Acesso em 20 de mar. de 2020.

<sup>88</sup> Disponível em: <<http://www.cehab.rj.gov.br/empresa/memoria.asp>>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

O autor chama atenção, porém, que mesmo sabendo que aquela área é sujeita a inundações, os pescadores a descreveram como “lugar onde o pescador tem que viver” (Gomes, 2012):

O relato que parece sintetizar de forma mais cabal essa dupla vinculação dos pescadores à Baixada, uma vinculação simultaneamente de caráter prático e afetivo-simbólico, foi fornecido por um pescador de 50 anos e morador de Atafona há 36: Antonio: “Pescador tem que viver perto da água. Não tem esse caranguejo aí do mangue? Se você tira um do meio da lama e se coloca na areia limpinha ele morre. Porque gosta de viver lá. Só consegue viver lá. Com o pescador acontece a mesma coisa, tem que viver perto do mar”. Como aspecto positivo contava-se também a tranquilidade de um local onde todos se conhecem, longe dos problemas e violência que afeta os grandes centros urbanos. (Gomes, 2012, p. 58).

A citação de Gomes nos remete à constituição da identidade dos grupos abarcados pelo tombamento, na qual a pesca é central na construção de uma visão de mundo, baseada nas relações familiares, de solidariedade e sob um “*código de leitura e interpretação do ambiente [que] não se autonomiza de sua experiência direta: o valor do vento, do rio, do mar e de todos os elementos centrais de sua mediância é definido em relação à sua condição enquanto pescadores.*” (Gomes, 2012, p.78).

Um outro cenário correspondente aos problemas ambientais de São João da Barra diz respeito ao estabelecimento do Complexo Portuário do Açú, que gera impactos sobre as populações e meio ambiente locais, aumentando a instabilidade social dos moradores da cidade. A instalação do CIPA de insere no contexto de retomada da industrialização brasileira no eixo sudeste, com o crescimento do setor de Petróleo e Gás.

Visto pelo Estado como uma promessa de geração de renda e apoiada pelo governador do Rio Sérgio Cabral, a instalação do CIPA em São João da Barra apresenta diversas incongruências no que concerne a sustentabilidade ecológica do projeto. Apesar de ser o segundo maior complexo portuário do mundo, com a expectativa de levar R\$19,4 bilhões em investimentos para o norte fluminense e o projeto de implementar duas usinas termoeletricas em suas dependências, gerando milhares de empregos diretos e indiretos, o Porto do Açú tem sido constantemente alvo de críticas e investigações, desde o início de suas obras, em 2007.

Em funcionamento desde 2014, o Complexo gerou impactos significativos da população São-joanense, principalmente aos que se dedicam a atividades econômicas de baixo impacto ambiental, como agricultores e pescadores artesanais. Como fora debatido no capítulo anterior, a construção do Porto e do mineroduto que se estende até Minas Gerais provocou a expropriação de moradores que viviam em áreas de restinga há diversas gerações, além da desorganização social e cultural dos atingidos.

Figura 38: Mapa - CIPA, descrevendo as áreas em operação (verde); em construção (coral) e projetos (vermelho)



Fonte: CIPA<sup>90</sup>

A situação controversa em que o CIPA foi estabelecido diz respeito a ineficiência dos estudos prévios e aos licenciamentos concedidos durante seu estabelecimento, como argumenta o grupo de trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seções Rio e Niterói. Em publicação de 2019, seus componentes ressaltam as incoerências nos processos para obter as licenças ambientais para o empreendimento do CIPA.

Ocorre que tais licenças foram executadas de forma fragmentada, como mera formalidade para apressar as obras do Porto, desrespeitando as recomendações sobre as avaliações de impactos ambientais internacionais. Neste sentido, as licenças ambientais “*foram emitidas por instituições públicas*

<sup>90</sup> Disponível em: <<https://portodoacu.com.br/sobre-o-porto/porto-do-acu/>>. Acesso em 03 de abr. de 2020.

*diferentes, em níveis de competência distintos, [...] pela avaliação frágil de suas várias repartições, estruturando, assim, uma notória arbitrariedade e incoerência no licenciamento.* (Alantejano et al., 2012, p. 32).

O processo de licenciamento ambiental, tido como um entrave a agilidade das obras não levou em conta a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n°. 001/86, que salienta a importância o Relatório de impacto ambiental (RIMA) baseado nos impactos positivos e negativos ambientais e sociais. Como as instalações do CIPA está compreendido em um terreno interestadual, o processo de licenciamento deveria ter sido incumbência exclusiva do IBAMA, que é de instância federal.

O estudo de impacto ambiental realizado sobre o mineroduto por uma equipe multidisciplinar não traçou sequer o seu trajeto, ignorando a existência de sítios históricos e arqueológicos e comunidades tradicionais. Ações do Ministério Público Federal (MPF) e da procuradoria federal no Rio de Janeiro foram realizadas para paralisar as obras do Porto do Açu. As acusações denunciavam a falta de licitação do empreendimento e da licença ambiental malconduzida.

No início de 2009, Sérgio Cabral declarou os imóveis e benfeitorias localizadas em paralelo a passagem do mineroduto como “áreas de interesse público” através do decreto nº 41.652, que regularizava o corredor logístico para escoamento do minério de ferro. Desde o início das obras, em outubro de 2007 as obras de construção do porto foram sendo licenciadas de forma individualizada e para cada ação de licenciamento havia uma reação crítica a maneira como era conduzido.

Assim, em março de 2008 foi permitida pelo IBAMA à MMX a abertura do canteiro de obras do pátio de armazenamento de tubos e o acesso à estação de bombas 01 do mineroduto do Sistema MMX Minas-Rio, o que gerou a desapropriação de moradores do local e em agosto o MPF tenta embargar estas obras. O processo tinha como réus o IBAMA, o Estado de Minas Gerais, a MMX Minas-Rio Mineração e Logística Ltda, a Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração, a LLX Açu Operações Portuárias S/A, a LLX Minas-Rio Logística Comercial Exportadora S/A e o INEA.

Ainda em agosto a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) liberou licença prévia da Usina Termoeletrica e em dezembro a FEEMA (atual

INEA) licenciou a instalação para obras do Porto do Açú. No ano de 2009 foram negociados um entreposto pesqueiro no município; uma usina siderúrgica chinesa no Condomínio Industrial do CIPA e uma unidade de produção de cimento. Estes empreendimentos foram incentivados pela decisão do BNDES em abril de adquirir cerca de 12,5% das ações da LLX e integrar projeto do Porto do Açú, via Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo.

Em agosto de 2009 a Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) liberou a licença para construção do pátio logístico do Porto do Açú. Ainda neste mesmo mês o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Cesar Asfor Rocha, suspendeu a decisão que havia interrompido o processo de instalação do Mineroduto Minas-Rio durante a audiência da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal, que discutia os projetos e impactos do Complexo Portuário do Açú. Em outubro o INEA concede licença de instalação para a Usina Termoelétrica.

Neste interim, pescadores artesanais se mobilizaram através de entrevistas e ofícios visando barrar os impactos da construção do Porto que ameaçariam a pesca na região (Falcão, 2013), enquanto os membros da Comissão Especial de Aquicultura e Pesca da ALERJ visitam canteiros de obras de Porto do Açú, e defendem que os mesmos receberiam compensações financeiras com o porto. No ano de 2010 o pedido movido pelo MDF foi negado; o INEA orientou o licenciamento de uma segunda termoelétrica e instalação para Unidade de Tratamento de Petróleo da LLX e no final deste ano a Marinha do Brasil autorizou a LLX a construir o canal em São João da Barra.

O ano de 2011 foi marcado pela greve dos trabalhadores do CIPA e protesto contra desapropriações o modo como estavam sendo movidas as indenizações. Movidos pelos protestos promovidos pelos produtores rurais e pescadores artesanais, a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ pediu uma audiência para discutir os projetos socioambientais da EBX.

As denúncias dos pequenos produtores rurais continuaram em 2011, fazendo com que se instaurasse um inquérito sobre possíveis violações dos direitos humanos. Em 2012 houve nova mobilização dos trabalhadores do porto, o que leva a argumentar que os impactos ambientais não compensam ao crescimento econômico e a geração de renda, pois os próprios empregados do empreendimento denunciaram as más condições de trabalho e salários baixos.



Em março a Justiça Estadual de Minas Gerais suspendeu as obras do mineroduto Minas-Rio e a viabilidade do mineroduto foi contestada por movimentos sociais, que realizaram um ato no centro da cidade do Rio. A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) divulgou os impactos sofridos pelas comunidades devido às obras do Porto de Açú na Cúpula dos Povos<sup>91</sup>.

O MPF e o MPE do Rio de Janeiro denunciam as irregularidades nos licenciamentos do Porto e o Ministério do Trabalho identificam violações dos direitos trabalhistas dos funcionários da obra. Ao mesmo tempo que ações são movidas contra a OSX, LLEX, INEA, IBAMA, um ato público nas escadarias da ALERJ denuncia impactos dos megaprojetos e megaeventos sobre as comunidades tradicionais do estado. *“Moradores do 5º Distrito de São João da Barra apresentaram notícia-crime ao Superior Tribunal de Justiça pedindo o afastamento imediato do governador Sérgio Cabral e de Luciano Coutinho, presidente do BNDES”*<sup>92</sup>.

Mesmo parecendo inviável pelas críticas e denúncias realizadas por moradores, Ministério da Justiça e por outros setores da sociedade, o CIPA foi inaugurado no ano de 2014 e está em pleno funcionamento desde então.

A viabilidade de um empreendimento permanece pautada pelos investimentos que o mesmo pode atrair para a administração municipal, estadual ou federal e pelo quanto sua realização pode garantir em termos de prestígio e dividendos eleitorais para grupos políticos. Em termos empresariais, tais projetos só têm como objetivo aumentar a competitividade e a lucratividade das empresas. Todas as demais questões são subjugadas para viabilizar o projeto. No caso do projeto do Complexo Portuário de Açú, isso se torna especificamente patente quando verificamos a discrepância existente entre a propaganda utilizada em sua promoção e o modo como foi conduzido seu licenciamento ambiental<sup>93</sup>.

O artigo publicado pelo o grupo de trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seções Rio e Niterói evidencia ainda que o CIPA viria a consumir os recursos da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul,

<sup>91</sup> Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/os-impactos-dos-grandes-empreendimentos-sao-debatidos-na-cupula-dos-povos>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

<sup>92</sup> Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=rj-fragilidade-no-processo-de-licenciamento-ambiental-do-complexo-portuario-de-acu-coloca-em-risco-comunidades-de-32-municipios-dos-estados-de-minas-gerais-e-rio-de-janeiro>>. Acesso em 30 de mar. de 2020.

<sup>93</sup> Ibidem.

o equivalente ao uso de 2.816.000 pessoas. Apesar de não constar no relatório de impacto ambiental, este aumento do consumo significaria reduzir a vazão do rio e seu assoreamento, o que traz consequências para a erosão costeira, já em estágio avançado.

Como a área do entorno do porto é de uma faixa de conservada vegetação de restinga, com a presença de lagoas, lagunas, córregos e charcos, a urbanização trazida pelo CIPA leva impactos a esta faixa, o estabelecimento do Complexo prevê diversas compensações ambientais, comumente exigidas no Brasil para os casos de grandes obras. Neste caso, a criação de Unidades de Conservação (UC) foram vistas como uma “*vantagem*” *oferecida pelo empreendedor e um diferencial do empreendimento*’. (Alantejano et al., 2012, p. 40).

As três UCs propostas foram o Parque Estadual da Lagoa do Açu, criado pelo Decreto nº 43.522, de 20 de março de 2012, que abarca o Banhado da Boa Vista, a Lagoa do Açu e parte da Lagoa Salgada; a Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Fazenda Caruara, mantida pela LLX Açu Operações Portuárias; e a Área de Proteção Ambiental (APA) de Grussaí. Um exemplo de contradição no estabelecimento destas UCs é a fazenda Caruara, que veio a ser uma RPPN, pois seu terreno foi indicado pelo relatório ambiental como prioritário para a criação da Usina Termoeletrica.

Como pudemos observar ao analisarmos os casos de Itaipu e Paraty, o estabelecimento de UCs não tem ocorrido de forma horizontal, de maneira que a população diretamente atingida não tem participado da elaboração dos planos de manejo. Da mesma maneira, a proposição apresentada como compensação do CIPA acarreta a restrição ao acesso dos recursos naturais, coibindo algumas práticas tradicionais, como agricultura familiar e a pesca artesanal.

A imposição de áreas de preservação, feita na ausência das populações que lhes são originárias desconsidera que a conservação do ambiente -*Mesmo sem nenhuma unidade de conservação, São João da Barra manteve ainda, 75% de suas terras em domínio de restinga* (Alantejano et al., 2012, p. 42) são justamente decorrentes das práticas sustentáveis de manejo e da intrínseca associação que estas populações têm com os ecossistemas

O fato deste lugar ainda permanecer com características ambientais tão próximas ao de um ambiente “intocado” não pode se desvincular de uma real percepção

que correlacione a natureza social dos grupos e comunidades ali situadas com a dinâmica de reprodução ecológica dos ambientes de restinga. Nesta mesma medida, há de se considerar também o impacto do complexo industrial no modo de vida dos pescadores artesanais. Com a construção da unidade naval (UCN) um número significativo de grandes embarcações passará a disputar o controle do espaço marinho com a pesca artesanal, promovendo mudanças bruscas nas práticas e rotinas dos pescadores, inclusive inviabilizando a rota e a delimitação das áreas de pesca. O próprio acesso ao mar, a partir do litoral ficará também comprometido; do total de 34 km de perímetro costeiro do município, cerca de 20 km (58%) correspondem aos limites das fazendas e empreendimentos do CIPA. (Alantejano et al., 2012, p. 44).

Criado pelo Decreto nº 43.522 de 20 de março de 2012, o Parque Estadual da Lagoa do Açu (PELAG) possui uma área de 8.251,45 hectares e abrange parte de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Por ser uma UC de preservação integral e englobar lagoas e lagunas, implica em restrições à pesca na região.

A APA de Grussaí, por sua vez, quando for implementada abará o Complexo Lagunar Grussaí-Iquipari, que está a aproximadamente de 15 km do Rio Paraíba do Sul. De acordo com o grupo de trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seções Rio e Niterói, o complexo é utilizado tradicionalmente como ponto de pesca, porém sua utilização tem sido impedida pela construção de uma ponte de acesso ao píer do terminal portuário:

Pescadores de Barra do Açu alegam que durante a semana a passagem é proibida, sendo liberada nos fins de semana, quando as obras estão paradas. Os pescadores argumentam que isso vem causando prejuízos, já que o povo local tem o costume de comprar peixe justamente durante a semana, ao passo que os açougues são mais procurados para o consumo de carne durante o final de semana. (Alantejano et al., 2012, p. 50).

De acordo com Hully Guedes Falcão (2013), os pescadores se sentem injustiçados com o Estado pela maneira que privilegia o funcionamento do CIPA em detrimento às suas práticas tradicionais. De acordo com os interlocutores de sua pesquisa, a atuação do IBAMA se faz de maneira desigual em relação às empresas e aos pescadores; penalizando mais fortemente aos que pescam fora do espaço delimitado do que aos empresários que infringem normas ambientais, como a dispersão de areia em alto mar.

Os pescadores questionam a atuação da autoridade do IBAMA sobre as plataformas e as dragas que trabalham para a implementação do porto na região, como vimos no capítulo. Em uma conversa sobre o defeso, como a pesca de camarão é proibida em definidos períodos, enquanto os pescadores não podiam exercer a pesca, a draga trabalhou e “matou” muitos peixes durante esse período,

o que causou a escassez de um dos principais pesqueiros, o Paga Dívida. Então, segundo eles, não faz sentido o IBAMA permitir o trabalho da draga e proibir a pesca, acreditando que deveria proibir ambos. (Falcão, 2013, p. 100).

A insatisfação da população local atingida pelo estabelecimento do Complexo Portuário, escancara a nulidade do discurso empresarial de que os impactos ambientais causados por este empreendimento são compensados pela geração de trabalho. Uma vez que *“Além dos conflitos fundiários e prejuízos diretos causados a uma cadeia de produção com 50 mil empregos, o Cipa tem trazido em seu próprio seio uma série de flexibilizações e precarização do trabalho, com infrações aos direitos trabalhistas e às mais diversas legislações ambientais, fundiárias e de direitos humanos”*. (Carvalhosa, 2016, p. 416).

## 4 Renovação Discursiva e participação popular

### 4.1. A Renovação no campo patrimonial

De acordo com Silvia Helena Zanirato e Wagner Costa Ribeiro (2016), os fatos históricos do século XX repercutiram na noção de patrimônio. Os autores apontam que a partir da década de 1930, com a Conferência de Atenas para o patrimônio Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, o campo discursivo do patrimônio passou por um processo de ampliação, mediante ao crescente interesse antropológico. A adaptação das ações de patrimônio ao conceito antropológico de cultura promoveu a contemplação de novos atores sociais e campos da atividade humana.

Segundo Dominique Poulot, apesar de já haver uma “estatização do pensamento” no que se relaciona ao aspecto cultural, as destruições provocadas pela Segunda Guerra Mundial fomentaram o debate sobre a conservação de monumentos. O autor cita Zachwatowict, ao afirmar que o empreendimento da monumentalização relacionava-se a “*vontade de fornecer ao país a consciência de um passado cultural que havia sido ameaçado de negação e aniquilamento*”’. (Zachwatowictz apud Poulot, 2009, p. 30).

As catástrofes sofridas pelas cidades europeias devido aos conflitos da Grande Guerra fizeram emergir questões sobre a preservação da memória dos países envolvidos. Neste contexto foi criada como braço da ONU (Organização das Nações Unidas) a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) em 1945, como uma instituição para a promoção da paz e respeito entre as nações. A UNESCO promoveu diversos encontros, que culminaram em documentos importantes para balizar as próximas ações no cenário do patrimônio, dentre elas: a Convenção Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Cultural adotada em Haia em 1954, a Carta de Veneza sobre arquitetura e monumentos históricos em 1964 e as normas de Quito sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico.

Assim, vale argumentar que a complexificação do conceito de patrimônio ocidental diz respeito à tentativa de manutenção da hegemonia da epistemologia ocidental, em vias de perda pelas catástrofes de guerra. Para Poulot: *“Essa nova consciência de patrimonialização acompanha a promoção de novas relíquias, em uma perspectiva relativamente restritiva. Com efeito, em numerosos países, o patrimônio tornou-se um dos desafios do desenvolvimento cultural.”* (Poulot, 2009, p. 31).

Segundo Vilhena (1995), antes mesmo da criação da UNESCO, existia uma orientação para que os países criassem organismos de cooperação para sua Conferência Geral, sendo o Brasil o pioneiro a cumprir esta exigência da Organização, criando por decreto-lei de 13 de julho de 1946, junto ao Ministério da Relações Exteriores, o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). Renato Almeida, chefe do serviço de informação no Ministério das Relações Exteriores à época, acumulou a função de subsecretário do IBECC, o que lhe proporcionou relacionar-se à diversos grupos de estudos sobre cultura popular.

Além de alto funcionário burocrático do Itamaraty, Renato Almeida também foi, desde 1926, diretor do Lycée Français do Rio de Janeiro. Como tal, fora convidado pelo governo francês a visitar oficialmente o país em 1947 (cf. Mariz, 1983: 95). Durante essa estadia na Europa, manteve intenso contato com colegas franceses, como Arnold van Gennep, André Varagnac e A. Marinus. Como resultado dessa viagem, ele também participou da fundação em Londres do International Folk Music Council (IFMC) — de que se tornou membro do conselho —, e da reorganização do Centre International des Arts et Traditions Populaires (CIAP), em Paris; duas instituições internacionais dedicadas ao folclore apoiadas pela UNESCO e que procuravam articular a associação internacional dos folcloristas aos esforços, que caracterizaram os primeiros anos da UNESCO, em favor da compreensão mútua entre as culturas, nascidos em resposta ao trauma nazista seguido, pouco tempo depois, pelas tensões da Guerra Fria. Essas relações garantiram a Renato Almeida um grande trânsito no circuito internacional dos Estudos de Folclore. (Vilhena, 1995, p.110).

Os Estatutos do IBECC estabeleciam a criação de comissões permanentes, no âmbito federal e regional e neste contexto fora criada a Comissão Nacional de Folclore (CNFL) em 1947. Vilhena mostra, que apesar de não ser o intelectual com maior proximidade aos estudos folclóricos, como era Câmara Cascudo, os cargos de alta patente de Renato Almeida no Ministério do Exterior e as relações

que este estabeleceu o proporcionaram a institucionalizar a Comissão de Folclore e ser seu primeiro presidente.

A ideia de Folclore remete ao contexto dos estudos sobre cultura popular, tratados por Burke (1989). Segundo Cáscia Frade, o termo surgiu como um neologismo, que tem em sua etimologia origem anglo-saxônica: *Folk-lore* (povo-saber). A autora aponta que este termo, elaborado pelo inglês William John Thoms, em 1846 é na realidade uma ampliação nas áreas de interesse sobre a cultura popular que Herder desenvolveu. Além do *volklieder*, ou seja, as canções reunidas pelo alemão, Thoms cria ser importante recolher “*não só canções, mas também danças, mitos, provérbios, adivinhas, narrativas, enfim, cantares e dizeres transmitidos oralmente e mantidos pela memória.*” (Frade, 2004, p.41).

Segundo a autora, este resgate da cultura popular esteve ligado à revolução Industrial e também ao movimento positivista, pois ao retomar as origens se poderia compreender a atividade humana, dando-a coerência. Apesar de institucionalizado apenas em 1948, o movimento sobre o folclore no Brasil existia desde a metade do século XIX, com os estudos liderados por Celso de Magalhães (1849/1879), Silvio Romero (1851/1914) e João Ribeiro (1860/1934), que dialogavam com pensadores europeus e americanos.

A curta vida de Celso de Magalhães legou a Silvio Romero o papel de fundador dos estudos. Romero dedicou-se à literatura, tornando-se pioneiro nos estudos sobre a poesia popular. [...] João Ribeiro direcionou seus estudos sobre a cultura do povo através da Psicologia, influenciado pelo germanismo que fizera sucesso e marcou época entre intelectuais brasileiros, reflexo da corrente “*Volkerpsychologie*”, chamada no Brasil “*psicologia étnica*” e depois “*demopsicologia*” [...] Tão aplaudida por alguns estudiosos da cultura popular nos primórdios deste século (Tobias Barreto, Amadeu Amaral, e outros), essa corrente [...] não conseguiria se impor em virtude de suas “*falsas raízes*”. Embora não situados entre os pioneiros, outros nomes posteriores são referidos como significativos na busca de “*cientificidade*” no campo da cultura popular e pelos movimentos que nesse sentido empreenderam. Destaco Arthur Ramos (1903/1949), Mário de Andrade (1893/1945) e Renato Almeida (1895/1981). (Frade, 2004, p.42).

De acordo com Fernandes o “*plano de trabalho dos folcloristas brasileiros era alicerçado pelo tripé pesquisa, proteção e ensino*” (2003, p.1). Assim, os intelectuais ligados a CNFL buscaram fazer um levantamento das manifestações populares brasileiras a fim de registrar e salvaguardá-las caso estas se perdessem devido ao avanço tecnológico das transformações. “*Assim os dois primeiros*

*objetivos eram os mais imediatos: conhecer para proteger e registrar para que, caso houvesse o desaparecimento, fosse possível seu posterior ressurgimento. Utilizá-lo na educação significava ensinar a todos as verdadeiras tradições e perpetuá-las.*” (Fernandes, 2003, p.1).

Em meados do século XX, a criação CNFL promoveu o alargamento dos estudos folclóricos com a criação de comissões regionais, que reuniram diversos intelectuais no processo de definição da cultura popular regional brasileira. No mesmo período, ocorreram por promoção da UNESCO diversos encontros, como a Convenção Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Cultural de Haia, em 1954. Neste encontro o conceito de Patrimônio Histórico foi expandido para o de Patrimônio Cultural, compreendido por monumentos arquitetônicos, sítios arqueológicos, objetos e estruturas de valor histórico, cultural e artístico; ou seja, bens que representassem os aspectos culturais de uma sociedade ou grupo.

De acordo com Lia Motta (2000), a partir da década de 1960, fazia-se presente nas agências de patrimônio - fossem de escala municipal, estadual ou federal - o debate acerca a diversidade cultural brasileira como novo fator direcionador para as ações de patrimonialização. Para Corrêa (2012), os passos para a descentralização das políticas patrimoniais no Brasil ocorreram no período entre criação da UNESCO (1945) e a conferência de 1972, com a visita de diversos consultores da UNESCO ao IPHAN, que contribuíram para a gestação de um plano nacional de turismo<sup>94</sup> que deveria ser executado pelos governos locais.

Em 1958, é lançada a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), pelo presidente Juscelino Kubstichek. Nesse contexto, a CNFL passou a funcionar paralelamente à Campanha, prestando conselho e auxílio. Durante a década de 1960 a CDFB realizou uma série de convênios com museus estaduais, fomentando pesquisas e criou a Revista Brasileira do Folclore. Em 1964, porém, com o início do regime militar e o aumento do controle do Estado sobre a

<sup>94</sup> No ano de 1966, nos primeiros anos da Ditadura Militar, a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) foi criada, com o objetivo de desenvolver políticas de incentivo ao turismo em uma estrutura semelhante a extinta Combratur e, além disso, melhorar a imagem do país no exterior, abalada pelo golpe militar e pelas violências cometidas a partir de então (SILVEIRA, s.d. apud Aguiar, p.5. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-LEILA.pdf>. Acesso em 10 de ag. de 2019).



sociedade fez com que os projetos desenvolvidos pela Comissão tomassem um novo rumo.

Laís Lavinhas (2014) mostra que nesta conjuntura, destaca-se a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) em 1966, que surgiu pela articulação de intelectuais conservadores que já atuavam politicamente desde a década de 1930. Como objetivos centrais do Conselho de Cultura destacam-se: a criação de uma política cultural brasileira, incluindo um Plano Nacional de Cultura que integrava municípios, estados e federação; e a promoção do intercâmbio entre instituições e universidades, para difusão da cultura nacional e a proteção do patrimônio. Neste sentido, a política cultural foi tida estrategicamente pelo governo, como um elemento centralizador.

De acordo com Vilhena, a retirada de João Goulart em 1964 foi a derrocada da Campanha Nacional pelo Folclore, que já estava em vias de desaparecimento devido à crise financeira que passava o país. Acusado de comunista, Edison Carneiro, presidente do órgão naquele momento, foi afastado.

Apesar dessa crise, a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964 quase representou o tiro de misericórdia na Campanha. As posições marxistas de Edison Carneiro, que talvez tenham auxiliado sua permanência no órgão durante aquele governo, determinaram uma violenta reação do novo regime. Segundo um depoimento de um membro da equipe de Carneiro, Vicente Sales, a Campanha "foi fechada no dia primeiro de abril com um cartaz na porta que tinha estes dizeres: 'fechado por ser um antro de comunistas'" (entrevista). Inviabilizada a permanência de Carneiro, surge uma articulação para salvar o órgão, que seria assumido por Renato Almeida, sobre o qual não recaíam suspeitas ideológicas. Somente em agosto Almeida é nomeado, mas num quadro marcado pelo afastamento de vários funcionários e em meio a enormes dificuldades financeiras, envolvendo um processo de corrupção contra Carneiro — produto de evidente perseguição política — e um atraso de seis meses nos salários. (Vilhena, 2004, p. 128).

Os esforços governamentais sobre o plano cultural perpetuaram uma concepção de patrimônio que remetia à valorização de monumentos e relíquias históricas como “tesouros” nacionais. Os padrões estéticos e de construção nacional desta administração revelam-se ainda na implementação de uma política de criação de museus nacionais, pois, apesar de descentralizar das mãos de Gustavo Barroso e dos seus “herdeiros no MHN” os ditames da museologia brasileira, continuou-se priorizando um discurso elitista através da criação dos museus de: Belas Artes (1937), Ouro Preto (1938), Missões (1940), Imperial

(1940), do Ouro (1945), Del Rei (1946), Diamante (1954) e o Palácio do Catete (1960), em maioria ligados a mineração e ao barroco.

A partir da década de 1960 levantaram-se oposições a Rodrigo Melo de Andrade, o classificando como elitista, exclusivamente técnico e alheio aos debates e às inovações no campo das políticas culturais. A administração de Renato Soeiro iniciou em 1967, substituindo Rodrigo de Melo Franco de Andrade atuou na valorização do patrimônio material ligado à arquitetura colonial e religiosa, assim como às obras de arte, como já era prática na gestão anterior. Soeiro ficou na instituição até 1979, dando continuidade aos padrões de patrimonialização de Rodrigo de Andrade; apesar das orientações de preservação dos bens culturais orientadas pela UNESCO.

De acordo com Dominique Poulot, a partir da década de 1960, as ações de patrimônio, encabeçadas pelas políticas da UNESCO, se tornaram frequentemente a vanguarda de uma “*democratização cultural*” (Poulot, 2009, p.201). “*Longe da definição canônica de uma herança cultural coerente a ser transmitida à geração seguinte, assistiu-se à emergência da ideia de culturas múltiplas, propícias a alimentar e fortalecer a pluralidade de identidades.*” (Poulot, 2009, p. 199).

Segundo Letícia Julião, a partir da década de 1970 e principalmente na de 80, novos conceitos emergiram no campo do patrimônio cultural. Este processo foi marcado pela tendência mundial de *valorização antropológica da cultura* (Burke, 2005). Em 1975 foi criado o Centro Nacional de Referencial Cultural (CNRC) sob a coordenação de Aloísio Magalhães, onde “*promoveu-se uma reflexão crítica e uma renovação conceitual no campo do patrimônio cultural*” (Julião, 2006, p.26).

A criação do CNRC trouxe a noção de bens culturais como parte importante para o desenvolvimento do país, base da política governamental do período. Em 1979 Aloísio Magalhães torna-se presidente do IPHAN, incorporando às ações de patrimonialização concepções sobre diversidade cultural e cidadania.

A importância da participação das comunidades foi especialmente ressaltada por Aloísio Magalhães em 1979, ao assumir a direção do IPHAN, dizendo que —a comunidade é a melhor guardiã do seu patrimônio!— frase que se tornou um slogan da instituição. Era preciso atender àquelas que já compreendiam os seus bens culturais como um patrimônio a ser protegido e também fazer com que

outras comunidades, que ainda não tinham essa compreensão, passassem a incorporá-la. (Motta, 2000, p. 68).

Vale lembrar, porém, que nesse momento o país estava em um processo gradual de democratização e que as mudanças no cenário das políticas culturais fizeram-se sentir de forma enfática apenas na década seguinte. Além das prerrogativas internacionais acerca do patrimônio e *valorização antropológica da cultura*, o processo de redemocratização do Brasil influenciou na definição de novos caminhos para as políticas culturais. Fundamentada na ideia de que a sociedade brasileira é marcada pela diversidade cultural e na *retórica* de que esta estaria ameaçada de *perda*, a constituinte de 1987/88 delineou os primeiros sinais para o estabelecimento de uma política voltada para um conceito de patrimônio amplo, ou integral, como vem sendo chamado por alguns autores<sup>95</sup>.

De acordo com José Reginaldo Gonçalves, a política cultural de patrimônio no Brasil é marcada por uma *retórica da perda*, em primeiro momento pelo discurso de uma identidade nacional formada pelas relíquias do passado, de Rodrigo de Melo e Franco ao afirmar que o “*projeto governamental tem em vista é poupar à Nação o prejuízo irreparável do perecimento e da evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio [...] de que a coletividade brasileira era depositária*” (Gonçalves, 1996, p.88) e em segundo momento, pela ideia de diversidade cultural evocada por Aloísio Magalhães: “*Um dos problemas com que se defrontam os países no mundo moderno é a perda da identidade cultural, isto é, a progressiva redução dos valores que lhes são próprios, de peculiaridades que lhes diferenciam as culturas*”. (Gonçalves, 1996, p.88).

Nesse sentido, houve uma renovação discursiva no campo do saber patrimonial permeada pelo período de redemocratização, que trouxe redimensionamentos para as práticas de preservação e redefiniu as relações entre Estado e sociedade, tendo sido a culminância da efervescência cultural e política dos anos anteriores. Os artigos 215 e 216 da nova constituição estipulavam a valorização e a difusão das manifestações culturais e definiam como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, incluindo

---

<sup>95</sup> Conde; Martini & Zabala (2010); Carvalho; Scheiner (2012).

I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Os debates sobre proteção patrimonial foram fomentados, o que possibilitou a inserção da sociedade civil nos processos de elaboração das políticas culturais. Este processo ampliou ainda o conceito de cidadania por reconhecer os direitos culturais de diferentes grupos. *“Nessa nova configuração, o patrimônio se encontra ligado à memória e ao território, que operam ambos como vetores da identidade: palavra-chave dos anos 1980”*. (Hartog, 2014, p. 237).

Desta conjuntura vale ressaltar a importância do aparecimento da noção de patrimônio imaterial na Constituição de 1988, pois esta categoria aponta para uma nova relação, dada pela interação entre a sociedade e o meio ambiente. O patrimônio imaterial (ou intangível) diz respeito às práticas, representações, conhecimentos e técnicas, ligados ao ambiente em que vivem comunidades e grupos e passou a ser visto sob diferente ótica, a qual se ressalta transmissão e continuidade da prática cultural e não à cristalização e preservação do bem, como ocorre em relação aos patrimônios materiais.

Parte das mudanças conceituais sobre o papel do patrimônio nas políticas culturais diz respeito à abertura para ações empreendidas em países do considerado “terceiro mundo” e de países da Ásia. Márcia Sant’Anna afirma que no mundo ocidental, o entendimento sobre o patrimônio intangível (imaterial) teve como gatilho os acontecimentos pós-guerra, sendo este um processo lento de transformações e influenciado pelas práticas orientais e terceiro mundistas: *“No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural [...] De acordo com essa concepção, as pessoas que detêm o conhecimento preservam e transmitem as tradições, tornando-se mais importantes do que as coisas que as corporificam”*. (Sant’Anna, 2009, p.52).

Zanirato e Ribeiro (2016) afirmam que a visão patrimonial muda de acordo com a História, e por isso deve ser historicizada. Os autores afirmam que existe uma ordem internacional ambiental em vias de construção desde o início do século XX e relatam que a temática ambiental é latente desde a criação da ONU,

visto a realização de conferências internacionais, como as de Estocolmo em 1972 e Rio de Janeiro em 1992. Os autores citam ainda a formulação de programas de ação específicos, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA de 1973 e a Agenda XXI de 1992.

A questão patrimonial conflui com as mudanças no meio historiográfico, sendo também na década de 1970 que se solidifica a corrente da História Ambiental. De acordo com José Augusto Pádua (2010): “*A publicação de análises substantivamente histórico-ambientais, no entanto, algo bem diferente da simples proposição de influências naturais na história humana, já vinha se delineando desde a primeira metade do século XX e, em certa medida, desde o século XIX*” (Pádua, 2010, p. 81).

O autor esclarece, porém, que o diferencial da discussão da História Ambiental na cultura contemporânea é a atenção ao modo como as sociedades humanas se territorializam e se referenciam culturalmente ao mundo natural, “*construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas*”. (Pádua 2010, p. 83).

A ampliação dos conceitos do saber patrimonial e consequente admissão da existência de patrimônios naturais/ambientais aproximam-se dos temas da História Ambiental, que busca problematizar as relações dos homens com a natureza, “*a sua influência sobre o comportamento humano e as formas de delimitação dos territórios como o espaço da nação, da região, do urbano, das fronteiras, etc.*” (Arruda, 2006, p. 116).

De acordo com Rafael Winter Ribeiro (2007), “*Com o passar dos anos, o desenvolvimento de disciplinas como a ecologia política e a discussão em torno de categoria como a de desenvolvimento sustentável provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente*”. (Ribeiro, 2007, p. 38). Segundo Pádua (2010), as questões elucidadas pela História Ambiental inspiraram ações que extrapolavam os muros da academia; se inserindo no imaginário coletivo, mediante às diversas pautas sociais, educacionais e permeadas pela cultura de massa. O autor mostra que três questões principais mobilizaram a consolidação da História Ambiental enquanto corrente historiográfica:

1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (Pádua, 2010, p. 82).

No ocidente, a questão do patrimônio ambiental se inseriu ainda com a participação da UNESCO em diversos países, especialmente, a partir de 1972, quando ocorreu a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, onde *“países do Terceiro Mundo reivindicaram a realização de estudos para a proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural.”* (Sant’Anna, 2009, p.53).

A convenção agenciou a cooperação entre diversos países para a salvaguarda do patrimônio mundial em casos de conflitos ou catástrofes naturais. O evento foi decisivo quanto à definição da ideia de patrimônio natural como um valor universal do ponto de vista da ciência, e que a preservação deste deveria ser responsabilidade de todos os países.

Em 1976 foi criado um comitê constituído por 21 representantes dos estados membros da UNESCO, que se reuniram anualmente para discutir os temas da Convenção e deliberar sobre a inscrição de bens à lista do patrimônio mundial. Estes bens, segundo a convenção poderiam ser inventariados e classificados como culturais ou naturais. (Ribeiro, 2007).

São considerados como patrimônio cultural nesta Convenção:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972).

São considerados como patrimônio natural nesta Convenção:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;  
Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural. (UNESCO ,1972).

Para Rafael Winter Ribeiro (2007), o texto da Convenção mostra uma posição de antagonismo entre natureza e cultura, o que refletia um pensamento já anacrônico devido à existência de discussões acerca da inter-relação entre cultura e natureza. O autor afirma que este antagonismo se refere por um lado a uma postura dos conservacionistas da natureza que objetivavam a menor interferência humana possível nos ambientes a serem preservados, e por outro à muitos arqueólogos, historiadores e arquitetos que viam as obras humanas (prédios, ruínas e estruturas) como processo isolados à natureza.

De acordo com Ribeiro: *“Na verdade, essa concepção refletia a própria origem bipartida da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza”* (Ribeiro, 2007, p. 38).

Segundo Helena Zanirato e Wagner Ribeiro, porém, a Convenção *“buscava definir o patrimônio pelo duplo aspecto cultural e natural, por entender que o homem interage com a natureza e se faz necessário preservar o equilíbrio entre ambos”* (Riberio & Zanirato, 2016, p. 258).

Apesar de estipular uma diferença entre patrimônio cultural e natural, o fato de o documento criar uma nova categoria de patrimônio, o *“local de interesse”* aponta para uma mudança de postura, que viria a ser delineada de forma mais incisiva durante os próximos 20 anos. Ou seja, o diferencial desta convenção seria a atenção dada à patrimonialização dos lugares<sup>96</sup>, que *“deveriam ser entendidos como as obras do homem e as obras conjuntas do homem e da natureza”* (Riberio & Zanirato, 2016, p. 258), os *“locais de interesse”*.

Uma política específica sobre o Patrimônio Cultural de face Imaterial no Brasil vem se concretizando desde o decreto 3.551 de 2000. A partir do

<sup>96</sup> “O conceito de lugar assume maior proporção, através dos estudos da geografia humana, embasado nas concepções de RELPH (1979), TUAN (1983), BUTTIMER (1985) e SANTOS (2006), quando o conceito ganha forma através da memória dos indivíduos em relação ao seu espaço, do seu espaço vivido, às experiências, e aos significados atribuídos ao espaço. ”. (Kundlatsch et al., 2014, p. 11).

entendimento da noção de imaterialidade da cultura considera-se a importância da proteção, não somente de bens materiais que estariam suscetíveis a se perderem com o tempo, mas também à manutenção das condições que permitem a existência de práticas sociais e culturais em nível simbólico.

De acordo com Cristiane Magalhães (2015), apesar de já existir a discussão sobre a existência de patrimônios que integrem cultura e natureza, as ações de patrimonialização destes bens se concretizam apenas na década de 1990, com o surgimento da Chancela de Paisagem Cultural. A autora aponta que a definição do patrimônio como produto da união entre cultura e natureza é resultado de inovações teóricas no campo da geografia. *“Podemos considerar que, pelo menos desde a década de 1940, o termo “paisagem cultural” era veiculado e abordado no Brasil com as acepções que conhecemos atualmente, da Geografia Cultural”*. (Magalhães, 2015, p. 307).

Segundo Costa e Gastal, no final do século XX surge na geografia um novo olhar sobre a relação indivíduo-ambiente, que considera a paisagem como uma *“construção mental da percepção do território analisado, que ultrapassa a dimensão visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo”* (Costa & Gastal, 2010, p.4). A perspectiva da geografia cultural, delineada a partir da década de 1970 trouxe novas discussões para o campo do patrimônio, influenciando a criação da chancela de Paisagem Cultural, estabelecida pela ONU na Conferência Mundial de 1992.

A discussão sobre o conceito de Paisagem Cultural como representante da soma dos testemunhos da interação entre humanidade e natureza passa a ser fomentada pelos gestores do patrimônio no Brasil após o ano de 2007 com eventos nos Estados do Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Nesta conjuntura merece destaque a Carta de Bagé<sup>97</sup> (RS) em que é estabelecido o conceito de Paisagem Cultural como um bem cultural mais amplo, completo e abrangente.

A chancela da Paisagem Cultural como instrumento de preservação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), se deu pela Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. A chancela funciona como meio de estabelecer normas para a gestão e uso da paisagem e serve como uma

---

<sup>97</sup> Ou Carta das Paisagens Culturais. Cf: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/899/>.



certificação, determinando em conjunto com as populações diretamente envolvidas uma gestão compartilhada do território.

Baseia-se assim no estabelecimento de relação interinstitucional como ferramenta básica para uma política continuada de preservação, com as articulações das diferentes esferas de gestão e reforço dos aparatos legais vigentes nos diferentes âmbitos: municipal, estadual e federal. Deve contar ainda com a participação deliberativa das comunidades locais, organizações não-governamentais, universidades e instituições de pesquisa, entre outros [...]. Embora não exista uma legislação específica que regule a utilização de uma Paisagem Cultural Brasileira, pretende-se que o certificado possa ter um valor de proteção legal, estipulando normas de aproveitamento do território condizentes com a proposta de preservação e com os objetivos da comunidade envolvida. (Costa & Gastal, p.10)

Segundo Magalhães (2015), a chancela não tem poder punitivo, mas possui legalidade na constituição de 1988 pela definição de patrimônio que explicita e incentiva a proteção do território pela cooperação entre o poder público e a sociedade civil.

Em termos práticos, a portaria teve por finalidade estabelecer um novo instrumento para a preservação do patrimônio Cultural no Brasil distinto Decreto Lei no. 25 de 30.05.1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico Nacional e do Decreto no. 3551 de 04.08.2000, que designou o Registro de Bens Culturais de natureza Imaterial. (Magalhães, 2015, p. 310).

A autora afirma ainda que a chancela se mostra inovadora, pois traz uma noção de patrimônio que integra bens de caráter material e imaterial, marcados pela ação da natureza e também da cultura.

#### **4.2.**

#### **Formação Discursiva do ambientalismo brasileiro**

O ambientalismo atuante no Brasil ligado aos movimentos sociais surgiu no bojo do cenário de redemocratização e foi protagonizado por povos indígenas, seringueiros e também por pescadores artesanais. Entre suas principais pautas estava o revisionismo da política de proteção ambiental, baseada em um preservacionismo que não se adequava a realidade social brasileira e ao ideal desenvolvimentista que regia o governo militar. A abertura a empresas que não se adequavam as normas internacionais sobre questão ambiental, propostas

principalmente após a Conferência de Estocolmo, em 1972, mostrava a falta de comprometimento do governo em relação a preservação dos recursos naturais.

O governo brasileiro vivia o “milagre econômico” através do incentivo à industrialização, apartando-se destas discussões e promovendo uma política de degradação ambiental. Em 1976 fora publicado o *Manifesto Ecológico Brasileiro: O Fim do Futuro*. Encabeçado pelo ecologista da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN) José Lutzenberg, o documento descreve um cenário de calamidade a ser instaurado caso não houvessem providências para proteção da natureza.

O ambientalista critica a ideia de progresso e tem como base a ideia de que a sociedade é um subsistema de uma totalidade mais ampla, o ecossistema. Assim, alega que o progresso do homem moderno se baseia no consumo acelerado e isto torna vulnerável todo o sistema. Como alternativa ao consumismo o autor propõe uma nova ética, baseada nas características do mundo natural:

O esquema educacional, em todas as suas facetas, terá que se esforçar por uma revolução filosófica, que consistirá na entronização do princípio ético fundamental enunciado por Albert Schweitzer: “o princípio da reverência pela vida, em todas as suas formas e em todas as suas manifestações (...). A nova ética será inclusiva, ela abarácará o Caudal da Vida em sua plenitude. A filosofia será da visão unitária do Universo”, (Diegues, 2001, p.128).

Diegues afirma que apesar do manifesto não apresentar as origens da degradação ambiental e das desigualdades sociais, a forma como o ecologista criticou o modelo de exploração dos países desenvolvidos “*denunciando a degradação ambiental, a instalação das usinas nucleares e o militarismo.*” (Diegues, 2001, p. 129) tornou-se importante nas lutas ecológicas dos próximos anos.

A emergência do discurso ambientalista foi possibilitada pela gradual abertura política, com a diminuição da censura prévia em 1978, a lei da anistia em 1979 e o fim do bipartidarismo. O afrouxamento da repressão a protestos e a associação de ativistas ambientalistas com outros movimentos sociais, a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), provocou o incremento do debate ambiental.

Desde 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, o aparato burocrático-legal ambiental foi sendo incrementado com a criação de órgãos e legislação específica, fornecendo aos ativistas novos espaços políticos e novas estruturas de mobilização para veicular suas reivindicações. [...] Em conjunto, as dimensões da estrutura de oportunidades políticas da Redemocratização geraram as condições para a constituição dos grupos ambientalistas que darão a espinha dorsal do movimento brasileiro nos anos 1980. (Alonso et al., 2007, p.154).

O ativismo ambientalista deste momento era permeado por duas concepções distintas: a conservacionista, baseada na no cientificismo e na visão de natureza como selvagem, abordada no capítulo anterior, e o socioambiental ou ecologista social que tem bases na ideia de que a produção capitalista é a causa da devastação do planeta. A Fundação Brasileira para a conservação da Natureza (FBCN) criada em 1958 no Rio de Janeiro apresentava um projeto de proteção ambiental restritivo à presença humana e incentivava a criação de parques e reservas.

Embora a EOP [estrutura de oportunidades Políticas] da Redemocratização e mudanças de conjuntura internacional tenham constrangido a FBCN a incorporar em seu discurso o “manejo” de recursos naturais em áreas florestais já habitadas por populações tradicionais, o cerne de seu conservacionismo pouco se alterou, mantendo seu epicentro na preservação da fauna e da flora. (Alonso et al., 2007, p. 157).

A ecologia social, que predominou no período de redemocratização é calcada na crítica ao estilo de vida moderno capitalista e aponta como inadequada a apropriação do modelo parquista de Yellowstone aos países subdesenvolvidos, pois estes apresentam uma grande diversidade cultural, sobretudo pela existência de populações tradicionais.

Uma nova modalidade de conservação surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais por camponeses, pescadores, ribeirinhos, povos da floresta e de setores do ambientalismo do Terceiro Mundo para os quais a crise ambiental está profundamente associada à crise do modelo de desenvolvimento, à miséria crescente e à degradação ambiental. (Diegues, 2001, p.38).

Estas mobilizações sociais se relacionam profundamente com o cenário do processo de tombamento no litoral. Apesar de não constarem nos documentos administrativos que relatam a ação do INEPAC, a mobilização comunitária em prol do ambiente litorâneo e a inclusão da população e seus meios de vida nas

ações de conservação ambiental que já estavam em curso quando o INEPAC implementou o tombamento foram de grande influência em sua determinação, como corroboram relatos, produções acadêmicas e audiovisuais, relatadas nesta tese.

Destaca-se a institucionalização da burocracia da legislação ambiental brasileira a citada FBCN e a AGAPAN. Alonso mostra, que, no entanto, a Associação Gaúcha se diferenciou da Fundação por suas estratégias mobilizadoras, que apostavam na seara jovem e estudantil para lograr sucesso em suas campanhas. Nesse sentido, a incorporação do movimento da contracultura foi realizada por diversos grupos de ativistas ambientais, que apresentavam demandas diversas.

A AGAPAN aproximava-se da temática rural, criticando o uso de agrotóxicos, enquanto o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE), de caráter urbano surgido em 1973 em São Paulo, preocupava-se com a poluição. Mediante um protesto a construção de um aeroporto internacional na região sudoeste da Grande São Paulo a APPN mobilizou moradores da área que seria afetada, professores e alunos da Universidade de São Paulo (USP), e estabeleceu uma conexão com o MDB, sedimentando o *“vínculo, até então tênue, entre o ativismo ambientalista e os protestos políticos contra o governo autoritário”*. (Alonso et al., 2007, p. 156).

Estas, dentre outras associações criaram redes de interações entre indivíduos, grupos e outras organizações, que se engajaram em torno da temática ambiental. O cenário político de abertura democrática proporcionou a participação destes ativistas e a criação de partidos políticos ligados à esta agenda. A proliferação de protestos que coadunavam à redemocratização, como a Campanha de Defesa da Amazônia, liderada pela APPN e apoiada pela AGAPAN e MAPE; a Campanha contra a Utilização de Energia Nuclear que teve participação das recém fundadas Oikos e Grupo Seiva de Ecologia e o Movimento do Adeus Sete Quedas, contrário a Usina de Itaipu, promoveu a aproximação de diversas organizações ambientalistas, sociedade civil e antigos exilados políticos. (Alonso et al., 2007).

Conflitos internos em torno da partidarização da questão ambiental acabaram por dividir a APPN em pequenos grupos. Em 1983 foi estabelecida a Assembleia Permanente de Defesa do Meio Ambiente de São Paulo

(APEDEMA) e a AGAPAN projetou Lutzenberg, à condição de liderança nacional, criando uma coalização entre conservacionistas e socioambientalistas. A politização da questão ambiental foi acirrada no período da Constituinte, ocorrida em 1987.

Com a eleição do primeiro presidente civil depois de mais de vinte anos de regime militar, em 1985, foi encaminhada ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 43/1985, que convocava a Assembleia Nacional Constituinte. A construção da nova constituição foi feita pela participação popular, diferentemente das anteriores, realizadas mediante um anteprojeto. Entre 1986 e 1987 foi realizada a campanha “Voz do Cidadão”, em que o senado convocava a população a participar da nova Constituinte através da escrita de cartas, enviadas por formulários que eram livremente disponibilizados aos cidadãos, nas agências dos Correios.

Foram recebidos mais de 72 mil formulários, em formato de carta-resposta, com as sugestões dos cidadãos para subsidiar os trabalhos da Constituinte. Ainda nesse período, os grupos da sociedade civil organizada prepararam diversas convenções, encontros, fóruns e seminários nos quais foram elaborados trabalhos e estudos, posteriormente encaminhados aos deputados e senadores constituintes. Após a etapa preliminar, foram criadas oito comissões temáticas, e cada uma delas, subdividida em três subcomissões. O objetivo das comissões e subcomissões era produzir anteprojetos sobre cada tema. Após a atuação das comissões temáticas, passou-se à Comissão de Sistematização. [...] a elaborar o anteprojeto de Constituição. Nessa etapa, o Regimento Interno da Assembleia assegurou a participação dos cidadãos por meio da apresentação de emendas populares, que consistiram em emendas ao projeto de Constituição por grupos de cidadãos representados por entidades legalmente constituídas. Durante o processo constituinte, mais de 12 milhões de assinaturas foram coletadas para as emendas populares. Ao todo foram apresentadas 122 emendas populares e, destas, 83 foram aceitas (Lacerda et al., 2018, p.15).

Na constituinte, movimentos sociais que ganharam terreno na última década puderam reivindicar seu espaço de representação. O ambientalismo, que não estava totalmente articulado precisou unir forças e pôr de uma frente consolidada. José Lutzenberg era nome de destaque no Rio Grande do Sul, enquanto Fernando Gabeira era candidato ao governo do Rio de Janeiro pelo Partido Verde, recém-criado. Apesar de terem se apresentado diversos candidatos, como o ambientalista Chico Mendes, a cadeira da Assembleia na questão ambientalista foi dada a Fábio Feldmann, do PMDB de São Paulo.

A união de ambientalistas em torno de Feldmann, de caráter suprapartidário mostrou a proporção que a questão ambiental tomara e significou uma inovação na Constituição. Desde o Império, as constituições brasileiras pouco tratavam deste tema. Durante a República, os recursos naturais foram vistos como meios para o desenvolvimento do país, dando-se ênfase a exploração de minas e terras em 1891, às riquezas do subsolo, mineração, águas, florestas, caça, pesca em 1934, 1937 e 1946 e 1967. Uma discreta utilização do termo “ecológico” aparece na emenda Constitucional nº 1/69, mas para incentivar o bom uso e aproveitamento das possessões agrícolas.

Assim, a recepção do tema ambiental na Constituinte instalada em 1987 teve quase o caráter de uma revolução, principalmente porque o abordava não como um conjunto de bens a serem protegidos pelo poder público ou como recursos disponíveis para a atividade econômica, mas como um direito de cidadania à qualidade de vida, a ser promovida pela responsabilidade compartilhada do poder público e de toda a coletividade. (Silva, entre 1995 e 2011, p.7).

Em texto elaborado enquanto senadora da República pelo Acre, a ambientalista Marina Silva aponta que desde a primeira proposta, apresentada em 1987 era presente uma ideia de proteção ambiental como incumbência do poder público e de determinação do poder público. Apesar de atrair oposição, principalmente em relação ao uso de energia nuclear, o capítulo da Constituição sobre o meio ambiente seguiu à fase da Comissão da Ordem Social implementando suas pautas em 25 de maio de 1988. Na terceira fase, a de sistematização, a oposição cresceu e a coalizão política conservadora conhecida como Centrão tentou o desmonte da Frente ambientalista.

Conforme os jornais da época, o texto final do capítulo Meio Ambiente só não foi totalmente desconstituído pelo Centrão por causa do engajamento de alguns dos seus membros na Frente Verde Parlamentar, o que provocou uma cisão no bloco conservador. (Silva, entre 1995 e 2011, p.9).

A imposição de obstáculos pelo Centrão provocou a convergência de grupos ambientalistas, que estavam dispersos anteriormente, assegurando os pontos conservacionistas na Constituição. Este processo de coalização provocou redimensionamentos na política partidária, mostrando as limitações do Partido Verde (PV) e consolidou instrumentos legais, como a ação civil pública, que possibilitava o acesso popular direto às instituições públicas.

O processo eleitoral e o bloqueio do Centrão evidenciaram os limites da opção partidária do PV e, mesmo, de uma aliança política exclusivamente à esquerda. Além disso, ao consolidar novos instrumentos legais, como a ação civil pública, a Constituição abriu às associações civis a oportunidade de encaminhar demandas diretamente às instituições públicas, sem ter de recorrer a partidos. Finalmente, tendo sido mais influentes como “ambientalistas” do que como políticos profissionais durante a Constituinte, os ativistas vislumbraram o poder simbólico da expertise técnico-científica que se tornou, daí por diante, sua maneira preferencial de legitimar reivindicações na arena política. (Alonso et al., 2077, p. 162).

A constituição deu legitimidade à participação popular e poder de fiscalização tanto do meio ambiente, como do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico. O capítulo VI da Constituição de 1988 classifica o meio ambiente como essencial à qualidade de vida e de uso comum do povo, inaugurando a noção de equilíbrio ecológico entre o meio biótico e o antrópico. A Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira foram considerados patrimônio nacional e a necessidade de preservação destas como perpetuação do patrimônio genético e ambiental brasileiros.

O texto prevê a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para a instalação de obra ou atividade potencialmente degradadora e incentiva a promoção da educação ambiental como método para conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (Brasil, 1988).

O cidadão, por sua vez, torna-se detentor do direito a um meio ambiente saudável e equilibrado e também sujeito ativo do dever fundamental de protegê-lo. A proteção ambiental, ao constituir-se em responsabilidade tanto do indivíduo quanto da sociedade, no processo de preservação, reparação e promoção, requer, como condição, a participação da comunidade, já que muitas vezes ela é que constata a ocorrência de dano ambiental. [...] Do ponto de vista de nosso marco legal, a Constituição de 88 deu suporte para importantes aperfeiçoamentos da legislação infraconstitucional, a exemplo da Lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Política Nacional de Educação Ambiental e das chamadas Lei dos Crimes Ambientais e das Águas. Ao mesmo tempo, os cidadãos se sentiram muito mais respaldados para exigir seu direito a uma vida saudável e ao equilíbrio do ambiente natural, dispondo de novos instrumentos de acesso à Justiça. (Silva, entre 1995 e 2011, p.14-15).

O texto da Constituição refletiu debates internacionais e incorporou a valorização dos processos ecológicos e a diversidade genética, orientação explícita no documento da União Internacional para Conservação da Natureza

(IUCN) “Estratégia Mundial para a Conservação”, em 1984. Das formulações sobre a manutenção do meio ambiente saudável para benefício das gerações futuras, a Carta sofreu influência do relatório Brundtland “Nosso Futuro Comum”, lançada no ano anterior. O relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento trouxe a noção de desenvolvimento sustentável e foi decisivo para a formulação das políticas ambientais futuras, permeando as discussões da Rio-92.

O cenário político em 1992 era, em princípio, desfavorável a atuação do ativismo ambientalista. O novo presidente eleito em 1989, Fernando Collor de Mello fechara diversas agências estatais ligadas a grupos ambientalistas, usualmente ligados à partidos de esquerda. Alonso et al afirmam que Collor executou uma tentativa de atrair o campo ambientalista à sua arena, nomeando Lutzberger como presidente da Secretaria Especial do Meio Ambiente. No entanto, como ele havia perdido seu status de referência na década anterior por não se engajar em mobilizações em torno da Constituinte, fracassou.

A escolha do Rio de Janeiro como sede para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento proporcionou o surgimento de novas coalizões em prol do movimento ambiental:

A Frente Nacional de Ação Ecológica, liderada pela SOS Mata Atlântica, rearticulou grupos conservacionistas, enquanto o PV formou o movimento Pró-Rio 92, de feições socioambientalistas, incluindo membros do PT, grupos comunitários locais, movimentos sociais populares e, mesmo, setores do empresariado. (Alonso et al., 2007, p. 164).

A Conferência Rio-92 redefiniu as bases da proteção ambiental, sob o prisma do desenvolvimento sustentável, com o manejo racional de recursos e valorização do patrimônio genético e cultural das populações que habitavam áreas preservadas. A “Carta do Rio”, produzida neste contexto tem como seu primeiro princípio a constituição dos seres humanos e o direito a uma vida saudável, produtiva e em harmonia como centrais para o desenvolvimento sustentável.

Além da declaração do Rio, a partir da Conferência se fomentou o processo de elaboração da “Carta da Terra”, documento que discorre sobre os princípios de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável com contribuição de



46 países e mais de 100 mil pessoas envolvidas. Sua última versão ratificada no ano de 2000.

A chamada da Carta, feita em 1987 pela Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento justificou-se pela necessidade de se estabelecer os princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável. Inacabada na Rio-92, em 1994 a Carta foi retomada pelo Secretário da Cúpula da Terra (formada na Rio-92) Maurice Strong e pelo estadista russo e criador da Cruz Verde Internacional, Mikhail Gorbachev.

A proposta foi lançada em conjunto ao apoio do governo holandês e em 1997 foi formada, na Costa Rica, uma comissão para sua escrita. Após um longo processo de discussão internacional e participação de diversos setores da sociedade, a Carta foi aprovada pela Comissão na reunião celebrada na sede da UNESCO, em Paris, em março de 2000. Lançado oficialmente no Palácio da Paz, em Haia, o documento nasceu como diretriz para uma sociedade global sustentável, baseada no respeito à natureza e aos direitos humanos.

Apesar centralidade do aspecto econômico ter continuado em pauta, as articulações para a ocorrência da Eco 92 mudaram o eixo do debate ambientalista brasileiro, e que tinha : *“a ênfase na questão urbana, típica do sociambientalismo dos anos 1970, se deslocou para as condições de vida de grupos sociais vivendo em interação com o ambiente natural no campo ou na floresta”*. (Alonso et al., 2007, p. 165).

O Neoconservacionismo surgido neste período promoveu um alargamento das concepções de desenvolvimento e biodiversidade, abarcando diferentes agendas ambientalistas. A “Agenda 21”, assinada por 179 países, integrantes da Conferência de 32 estipulou os princípios da sustentabilidade e o compromisso ambiental com as próximas gerações. De acordo com Alonso et al, a partir a ocorrência deste evento significou a terceira etapa de formação do movimento ambientalista brasileiro, que foi sendo despolitizado a partir de então.

A consolidação de novos ciclos de mobilização por redes de ativismo que passaram a gerir financiamentos governamentais, pressionar o poder público e formular políticas públicas foi resultante deste movimento. Diegues aponta, entretanto, que no mesmo ano, a proposta de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) refletiu uma visão antiquada e excludente da questão ambiental, aquém dos debates que estavam sendo estabelecidos no cenário

internacional e nacional. Escrevendo em 2001, o autor critica a política de reassentamento de populações tradicionais, que o Sistema promovia em sua categorização.

Em suma, o SNUC é um "sistema fechado", isolado da realidade do espaço total brasileiro que tem sido amplamente degradado e "maldesenvolvido" há décadas. Em segundo lugar, não há nenhuma referência mais séria a uma das questões básicas do Conservacionismo no Terceiro Mundo: a compatibilização entre a necessidade de aumentar as áreas de proteção da natureza e a presença de moradores na maioria dos ecossistemas a serem preservados. (Diegues, 2001, p. 118).

A criação do SNUC, o distanciamento do poder público em relação as pautas levantadas pelo Rio-92 e o surgimento de novas demandas de consciência ambiental evidenciou a necessidade para a redefinição das políticas de preservação. Em resposta a crise institucional que abalou o Ministério do Meio Ambiente provocou a transferência de parte de suas responsabilidades aos estados e municípios e em 1998 foi criada a Lei de crimes Ambientais, uma das mais avançadas no mundo.

Após diversos debates sobre um novo projeto de Lei, foi sancionado através da Lei nº 9.985 um SNUC. Nele foi incluído as categorias de Áreas de Proteção de Uso Sustentável como as Reservas Extrativistas (RESEX) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). *“Nestas, não apenas a presença das populações tradicionais era reconhecida, bem como a importância das mesmas para a conservação dos ecossistemas locais”*. (Soares, 2020, p. 44).

A Rio + 10, ocorrida em Johannesburg, África do Sul, em 2002 discutiu a adoção de novos protocolos de desenvolvimento econômico, com o uso de energias renováveis em todo o Planeta, estabelecendo metas e prazos para os países cumpri-las. O Brasil, apesar de assumir o compromisso de crescimento da utilização destas, permaneceu implementando projetos de construção de hidrelétrica, usinas nucleares, apesar de defender a diminuição do uso da energia gerada por elas.

No encontro de Johannesburg se verificou uma ameaça de retrocesso dos princípios de preservação ambiental ditados no Rio em 1992, pois os discursos que o permearam eram evasivos e ambíguos. Fontoura e Guimarães mostram que se procurou minar os princípios da precaução e das responsabilidades

comuns, que agora deveriam ser cumpridos “sempre que possível” (Fontoura & Guimarães, 2012).

A resistência dos países em desenvolvimento encabeçados pelo Brasil em firmar novos acordos sobre a produção de energias, e a recusa dos países desenvolvidos em destinarem maior parte do seu produto interno bruto (PIB) para como ajuda oficial a outros países, evidenciou que em termos de cooperação, os Estados estavam ainda mais atrasados do que na Conferência de 1972.

Dois motivos fundamentais provocaram o fracasso em Johannesburgo. Por um lado, pecou-se por excesso de otimismo ao acreditar que o mundo já estaria maduro para definir um plano de ação comum, quando na verdade não consegue sequer introduzir maiores graus de governança à Organização das Nações Unidas (ONU). Tendo em vista todos os desafios e retrocessos, inclusive prévios a Johannesburgo, é legítimo concluir que Johannesburgo em nada acrescentou ao Regime Internacional de Meio Ambiente. Se é correto afirmar que muito pouco se avançou, é correto também constatar que nenhuma das “decisões” adotadas em Johannesburgo requeriam da sua realização. (Fontoura & Guimarães, 2012, p. 25).

A Rio+20, ocorrida em 2012 representou um balanço do cumprimento dos objetivos colocados 20 anos antes. Segundo Fontoura e Guimarães (2012) se alcançaram poucos resultados neste período. Os autores apontam uma incompatibilidade entre discursos e prática por parte dos governantes, que usaram deste evento para reafirmar compromissos políticos que não estavam sendo cumpridos.

Uma pesquisa realizada pelo instituto Market Analysis com 806 pessoas em capitais brasileiras revelou que a opinião pública em torno dos avanços e retrocessos do país em relação à Rio-92 eram divididos: “*Enquanto 51% entendem que houve melhorias rumo a uma sociedade mais justa, outros 39% acham que nada mudou, e ainda 10% pensam que as coisas pioraram*”. (Echegaray, 2012). Em relação às questões ambientais, Fabián Echegaray mostra em reportagem<sup>98</sup> que 53% acreditam que o Brasil melhorou, enquanto 34% não viu mudanças e 14% sentiu piora. No que diz respeito ao crescimento econômico

---

<sup>98</sup> “Vinte anos depois da ECO-92: qual é o balanço?”. Disponível em: <https://ideiasustentavel.com.br/vinte-anos-depois-da-eco-92-qual-e-o-balanco/>. Acesso em: 05 de jun. de 2020.

59 % notaram melhoria, 31% criam que a realidade se manteve nestes 20 anos, enquanto apenas 0,1 % achava que a situação havia piorado.

As contradições evidenciadas na pesquisa elencada por Echegaray são justificadas pelo cenário que país vivia: apesar de uma crise financeira global o Brasil havia reduzido a condição de extrema pobreza e aumentado a taxa de distribuição de renda entre pobres e ricos, fazendo crescer sua classe média.

No entanto, o índice de criminalidade e injustiça social, permeadas por questões como a discriminação racial e de gênero era alto. No quesito Sustentabilidade, foram firmadas leis de apoio a energia limpas, porém cresceu o apoio a mega empreendimentos, com forte atuação sobre o meio biótico e apesar do aprimoramento do discurso ambiental, uma fiscalização ineficiente prejudicava a preservação dos recursos naturais.

Ainda no início dos anos 2000, líderes mundiais lançaram documentos em prol da redução da pobreza extrema, fome e doenças no planeta. Reunidos na sede da ONU em Nova York produziram a declaração do Milênio, que estabelecia metas para serem cumpridas até o ano de 2015. Seu plano de ação foi desenvolvido dois anos depois, no Projeto Milênio e envolvia temas como a educação, o empoderamento feminino, saúde materna e o meio ambiente.

A reportagem da Casa Civil de 2 de setembro de 2015<sup>99</sup> propagandeia o fato de o governo de Dilma, presidente no momento, ter alcançado 7 das 8 metas colocadas pela ONU em 2000, faltando apenas alcançar a diminuição da mortalidade materna. O texto comemora o fato do Brasil ser signatário do documento “Transformando Nosso Mundo Agenda 2030 Desenvolvimento Sustentável”, que tem cinco eixos: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias, contemplados nos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, que são formados por 169 objetivos.

Apesar do cumprimento das metas de desenvolvimento e compromisso com a Agenda 2030, a gestão ambiental desempenhada pelo governo Dilma Rousseff foi duramente criticada. Sílvia Futada e Marina Spindel (2016) apontam que este a redemocratização, seu governo foi o de pior atuação na criação de Unidades de Conservação. As autoras, membros do Instituto

---

<sup>99</sup> “Brasil cumpre objetivos e assume novos compromissos na ONU”. Disponível em : < <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2015/setembro/brasil-cumpre-objetivos-e-assume-novos-compromissos-na-onu>>. Acesso em: 05 de jun. de 2020.

socioambiental (ISA), uma organização da sociedade civil de Interesse Público, apontam que a gestão Rousseff implementou uma série de ações e políticas baseadas em uma “*arraigada e obsoleta visão desenvolvimentista*” (Futaba & Spindel, 2016)<sup>100</sup>, promovendo empreendimentos de grande impacto socioambiental, que dependiam de combustíveis fósseis e expansão da matriz energética, “*atropelando direitos territoriais de populações tradicionais e locais*” (Futaba & Spindel, 2016).

A reportagem publicada pelo ISA critica esta gestão por ter enfraquecido a legislação florestal, dando margem a ações danosas à natureza, por parte da bancada ruralista, além de ter incentivado a criação de hidrelétricas, que desconfiguraram unidades de conservação. A saída de Dilma do poder pelo processo de impeachment não significou, porém, uma melhora no campo da política ambiental.

André Trigueiro (2016) vê com desconfiança <sup>101</sup> o governo do peemedebista Michel Temer. Apesar de criticar Rousseff pela sua atuação duvidosa quanto ao meio ambiente, o jornalista evidencia que o PMDB atuou na flexibilização os processos de licenciamento ambiental, se aproximando das lideranças dos agronegócios e do lobby dos agrotóxicos. O autor aponta assim, que o partido “*é historicamente identificado com os setores mais conservadores do setor produtivo, aqueles que costumam reagir mal a qualquer tentativa de tornar o modelo de desenvolvimento mais sustentável, eficiente e resiliente no longo prazo*”. (Trigueiro, 2016).

No governo há um ano e meio, Jair Bolsonaro já levanta mais críticas que seus antecessores. O presidente, que suscitou a possibilidade de juntar o ministério do Meio ambiente ao da Agricultura quando ainda era candidato, aprovou a transferência da Agência Nacional de Águas para o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, passando a ser liderado por Valdir Colatto (MDB-SC) – que não conseguiu se reeleger no ano passado – comanda o Serviço Florestal Brasileiro,

<sup>100</sup> Disponível em: < <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelas-unidades-de-conservacao>>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

<sup>101</sup> Disponível em: < <http://g1.globo.com/natureza/blog/mundo-sustentavel/post/ruim-com-dilma-pior-com-temer.html>>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

órgão responsável, entre outras atribuições, pela ampliação da cobertura florestal no país.

Colatto que “*criticou abertamente o percentual de preservação de áreas verdes nas propriedades rurais [...] foi autor de projetos que regulamentavam a caça de animais silvestres e alterações nas demarcações de terras indígenas. revisão de todas UCs federais*”<sup>102</sup>. (Trigueiro, 2019). Seu filho, o senador Flávio Bolsonaro defendeu o fim das Reservas Legais de propriedades rurais e seu ministro do Meio ambiente tem tido uma atuação contestável, que vai desde o pedido de revisão de todas Unidades de Conservação brasileira, nomeação de policiais em lugar de especialistas para o ICMBIO até a recentemente divulgada e controversa fala<sup>103</sup> sobre passar reformas e simplificar regras de zoneamento da Amazônia durante o período em que a mídia brasileira tem focado no problema da Pandemia pelo novo Coronavírus.

Pode-se inferir que decorridos 8 anos da Rio + 20 e 5 da criação da Agenda 2030, vivemos em um momento de retração da renovação discursiva que se deu no contexto de redemocratização brasileira. O desmantelamento da pasta do meio ambiente, a aproximação da bancada ruralista e o declínio a possibilidade de sediar a Conferência sobre o clima da ONU (COP-25), de 2019, dentre outros, causam impopularidade desta gestão, criticada por ambientalistas<sup>104</sup>. O ideal de desenvolvimento, já presente nas administrações de Lula, Dilma e Temer se encrudesce pela “*execução radicalizada da pauta neoliberal*”<sup>105</sup>

No que diz respeito ao reconhecimento dos povos tradicionais, ainda em 2002, reconhecendo a homologação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Decreto Legislativo n. 143 alterou a situação jurídica e social das comunidades tradicionais e indígenas. Posteriormente, o Decreto nº. 6040 de 2007, reconheceu a existência dos povos e comunidades

<sup>102</sup> Disponível em; <https://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/03/15-pontos-para-entender-os-rumos-da-desastrosa-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 07 de jun. de 2020.

<sup>103</sup> Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/23/oposicao-irresponsavel-judicializa-tudo-diz-salles-sobre-falas-em-video>>; <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/23/salles-reforca-fala-em-reuniao-ministerial-sobre-passar-a-boiada.htm>>. Acesso em: 07 de jun. de 2020.

<sup>104</sup> Disponível em; <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/05/22/entidades-ligadas-ao-meio-ambiente-criticam-fala-de-ricardo-salles-durante-reuniao-ministerial.ghtml>>. Acesso em: 08 de jun de 2020.

<sup>105</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-socio/o-neoliberalismo-seletivo-de-bolsonaro/>>. Acesso em 8 jun. de 2020.

tradicionais, estabelecendo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais para promoção de seus direitos.

A presença humana em áreas de preservação tem permeado a discussões internacionais sobre Conservação Ambiental no sentido de assegurar a continuação dos regimes elaborados pelos povos tradicionais. Assim, os direitos consuetudinários das comunidades tradicionais foram reconhecidos no V Congresso Mundial de Parques (WPC) em Durban, na África do Sul em 2003, sugerindo-se *“um modelo de governança de povos indígenas e comunidades locais a partir de áreas e territórios protegidos por povos indígenas e ou nativos, reconhecendo e dando suporte às práticas conservacionistas desses povos por seus próprios direitos, na forma de Community Conserved Areas (CCAs).* (Soares, 2020, p.44). As Áreas Conservadas Comunitárias (ACCS), foram definidas como:

ecossistemas naturais ou modificados com biodiversidade significativa, valores ecológicos e culturais relacionados, conservados voluntariamente povos indígenas e comunidades locais através de leis consuetudinárias ou outros meios eficazes. Ela abrange três recursos essenciais: uma ou mais comunidades estreitamente relacionadas aos ecossistemas e / ou espécies, devido a laços culturais, de subsistência, econômicos ou outros; decisões e esforços de gestão comunitária levam à conservação de habitats, espécies, benefícios ecológicos e valores culturais associados, embora o objetivo consciente de o manejo pode não ser a conservação em si; e as comunidades são os principais atores na tomada de decisões e na implementação de ações relacionadas a gestão do ecossistema, implicando a existência de alguma forma de autoridade comunitária e capaz de fazer cumprir regulamentos. (UICN, 2009, p. 3)<sup>106</sup>.

Apesar de ainda não ser adotada pelo SNUC, o paradigma das ACCS enquadra-se em muitas realidades brasileiras, especialmente no que diz respeito aos povos caiçaras. Tal fato foi apontado em dissertação de mestrado por Soares (2020), pois a implementação de uma Unidade de Conservação nestes moldes é uma vontade explicitada em diversos de seus interlocutores, líderes comunitários em Paraty.

Se me perguntarem o que eu acho da Recategorização (REJ), eu digo que eu não vou mais discutir isso. Porque independente da categoria que for escolhida, nenhuma foi feita por nós e as que tem, não servem, RDS e RESEX. Então só discuto se for pra fazermos o Território Caiçara (Ticote Francisco Xavier

<sup>106</sup> Disponível em:

< [https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/parks\\_16\\_1\\_forweb.pdf](https://www.iucn.org/sites/dev/files/import/downloads/parks_16_1_forweb.pdf)>. Acesso em: 16 jul 2020.

Sobrinho - I Encontro de Elaboração de Proposta Base de Área Protegida Caiçara Trindade 03 de outubro de 2019 apud Soares, 2020, p.56).

Por se estabelecerem por organizações próprias, ligadas ao etnoconhecimento, os povos tradicionais encontram barreiras em se inserirem nos espaços políticos. A visão equivocada de setores ambientalistas de que as comunidades tradicionais devem ser tuteladas pelo poder público por não possuírem capacidade técnica para gerirem seus territórios retroalimenta o processo de exclusão das mesmas.

Apesar do esforço de valorização e salvaguarda do patrimônio material e imaterial, a maioria deles baseada no protagonismo dessas comunidades, apesar de gerar impactos positivos, não foram suficientes para romper com a invisibilidade social e política dessas comunidades, devido à marginalidade econômica e a histórica localização de seus territórios em áreas intersticiais dos centros econômicos, que permanecem como fronteiras imaginárias para a atuação do Estado na realização de políticas públicas. (Soares, 2020, p. 88)

Mesmo que a legislação brasileira tenha avançado no que diz respeito às leis ambientais e de sustentabilidade, povos e comunidades tradicionais são tensionadas pelas forças políticas, ligadas em maioria a um ideário de desenvolvimento puramente econômico. Como citado anteriormente, a aproximação do governo federal com a banca do agronegócio e a consequente desvalorização das políticas protetivas repercute em ataques a estas, “tanto no plano político como no caso de invasão de seus territórios, assassinato de lideranças e ações demolitórias.” (Soares, 2020, p. 49).

#### 4.3.

#### **Quando a patrimonialização se torna efetiva: políticas intersetoriais e participação popular**

Quando questionados sobre a efetivação do INEPAC nas áreas do litoral fluminense, os entrevistados para este trabalho apresentaram-se em maioria confusos sobre o próprio conceito de tombamento. Alguns, inclusive, tinham a ideia de que tomar era dar fim a determinada porção de terra ou edifício. Dos que têm ciência do tombamento, geralmente líderes locais, constata-se que a ação foi importante para barrar a especulação imobiliária e grandes empreendimentos



na época que foi estabelecida, mas que o Instituto deveria ser mais presente atualmente nas comunidades, desenvolvendo uma ação mais abrangente de fiscalização sobre a porção tombada.

Stella Maris Mendonça (2020) conta em entrevista que, sempre que tem a oportunidade de ir até Paraty busca conversar com os moradores sobre o tombamento, porém que quase ninguém o conhece. Entusiasta sobre o tombamento do litoral, a entrevistada afirma que falta educação ambiental nas escolas, assim como a fiscalização dos órgãos ambientais para proteger as matas e impedir invasões e construções de moradias irregulares: “*Em Trindade, quase ninguém sabe que a região é tombada. É muito triste.*”. (Mendonça, Stella Maris. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 22 de jul 2020).

Em trecho da revista Condomínio<sup>107</sup> de julho de 2016 a historiadora ambiental Tainá Mie Soares evidencia discorre sobre os motivos do desconhecimento do tombamento em Paraty. Segundo a mesma,

O desconhecimento do tombamento na região é fruto da desigualdade de forças entre aqueles que consideram culturas tradicionais riquezas inestimáveis e aqueles que veem o território de forma apenas econômica e política. Portanto é urgente fazer valer a lei, que foi criada para ser respeitada. Caso contrário, se perpetua a forma como tão bem resumia Seu Japão, da extinta comunidade da Praia Grande da Cajuíba, hoje com apenas 02 famílias. Dizia o sábio caiçara, já no fim da vida e longe da praia que tanto o viu remendar sua rede, concluía: “e o governo que tanto tem, não ajuda ninguém. (Soares, 2016, p.45).

Apesar de representar um contexto de renovação nas políticas de patrimônio, o tombamento do litoral fluminense enquanto ação isolada não cumpre todos os objetivos a que se propõe. Por mais que que a patrimonialização imponha uma série de restrições à modificação do bem tombado, ela deve ser vista como parte de um conjunto de iniciativas para a manutenção dos aspectos culturais e naturais a que se pretende preservar.

A conjuntura de mobilização social que culminou na constituinte de 1987 promoveu a definição de meios para participação popular na Constituição de 1988. Porém, a descontinuidade das políticas públicas e a falta de intersetorialidade entre elas provoca o distanciamento entre os órgãos de

<sup>107</sup> Disponível em: [https://issuu.com/revistacondominioetc/docs/rev\\_cipa\\_70\\_web](https://issuu.com/revistacondominioetc/docs/rev_cipa_70_web)>. Acesso em: 20 de jul. de 2020.

patrimônio e as populações diretamente afetadas pelo acautelamento dos bens culturais.

Um exemplo de ação, que deveria ser garantia de direitos, inclusão social e também de desenvolvimento econômico é a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) em 2010. O SNC passou a ser discutido com veemência na 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em 2005 e no mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), além de Protocolos de Intenções da União entre estados e municípios para implantação do SNC.

Com o objetivo de organizar a gestão pública de maneira participativa e descentralizada, uma Emenda constitucional regulamentou o SNC, que foi instituído o acrescentando ao artigo 216 da Carta Magna. Um dos princípios do Sistema é a cooperação entre os entes federados (estados e municípios), os agentes públicos e privados atuantes na área cultural. Os entes federados que queiram aderir ao sistema necessitam firmar um acordo, se comprometendo a implementar o seu próprio sistema de cultura e seus componentes (conselho de política cultural, plano de cultura, fundo de cultura e etc.)<sup>108</sup>.

Nos locais em que o tombamento se fez, porém, o estabelecimento de um Sistema Municipal de Cultura apresentou-se de maneira demorada ou inexistente. Para que a implementação do SNC federado seja realizada é necessário que todos os documentos relativos aos componentes sejam enviados para a plataforma do governo, que hoje pertence ao Ministério do Turismo. Até o início de julho de 2020, quando fora realizada a consulta sobre a adesão das cidades de São João da Barra, Paraty e Niterói, todas as cidades estavam inscritas no SNC, pelo menos desde 2014, porém, nenhuma havia enviado os documentos comprobatórios da institucionalização dos sistemas nestas cidades, o que impede o governo federal a destinar verbas aos Conselhos Municipais de Cultura<sup>109</sup>.

A publicação da prefeitura de Paraty de 2014 relata a formação de fóruns setoriais de Música, Patrimônio Material e Imaterial, Audiovisual e Cinema, Artes Cênicas e Visuais, Bibliotecas e Leitura para a formação do Sistema

---

<sup>108</sup> Disponível em: <<http://portalsnc.cultura.gov.br/como-fazer-parte/>>. Acesso em 05 de jul 2020.

<sup>109</sup> Em nível estadual, o Rio de Janeiro concluiu as etapas da elaboração do Sistema de Cultura, Plano de Cultura e Fundo de Cultura, porém, para sua implementação falta ainda o envio da documentação relativa ao órgão gestor.

Municipal de Cultura. A elaboração, aprovação do sistema na Câmara de Vereadores e o aval do prefeito estava estipulado para até meados de 2015, porém, por pesquisa virtual, não foram encontrados quaisquer documentos que comprovem a efetivação do Sistema Municipal, apesar da articulação para sua feitura estar bem encaminhada em 2014.

Nota-se que em Niterói<sup>110</sup> e Paraty<sup>111</sup>, a leis orgânicas dos municípios explicitam aproximação com uma noção ampliada de cultura, a entendendo como produto das vivências das comunidades que existem nestas cidades. Niterói, apesar de não parecer ter cumprido todas as fases de implementação no cadastro do SNC apresenta desde 2015 seu Sistema Municipal de Cultura, sancionado pelo prefeito Rodrigo Neves (PDT). O documento baseia-se na concepção tridimensional da cultura explicitada no SNC, formada pelas esferas simbólica, econômica e cidadã da Cultura.

Na dimensão simbólica, citada no plano, objetiva-se a valorização da criação dos símbolos, pelas linguagens artísticas como música, literatura e dança, bem como outras práticas simbólicas como os saberes e fazeres das comunidades [...] Na dimensão cidadã, a população terá acesso a bens e equipamentos culturais, como apresentações musicais, acervos de museus, pretendendo ampliar a sua distribuição pelos territórios e regiões do país. [...] Já na dimensão econômica, o plano almeja inserir a cultura como parte de um novo cenário de desenvolvimento econômico que contribua para a equidade e justiça social. (Monteiro, 2016, p. 23).

No início de 2019, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São João da Barra realizou uma reunião para eleger as representações da sociedade civil para compor o Fórum do Conselho Municipal de Cultura. Além desta notícia<sup>112</sup>, não obtive outros resultados de pesquisa que sugerissem a criação de um Sistema de Cultura para o município. Tanto na lei orgânica da cidade<sup>113</sup>, como na relação dos patrimônios da cidade, encontrada na página virtual da

<sup>110</sup> Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-niteroi-rj>>. Acesso em 06 de jul 2020.

<sup>111</sup> A Lei orgânica de Paraty data de 1990 e está em processo de revisão. Entretanto, seu texto já evidencia no art. 198 a necessidade de se assegurar “às comunidades caiaças o exercício de suas atividades dentro dos padrões culturais historicamente estabelecidos, com a adequada proteção às suas áreas de uso comum e ao seu meio ambiente.” Disponível em: < [http://www.sepexrio.org.br/wp-content/uploads/2013/03/lei\\_organica\\_paraty\\_05041990.pdf](http://www.sepexrio.org.br/wp-content/uploads/2013/03/lei_organica_paraty_05041990.pdf)>. Acesso em 06 de jul 2020.

<sup>112</sup> Disponível em: < <http://www.sjb.rj.gov.br/noticia-7314/forum-do-conselho-municipal-de-cultura->>. Acesso em :05 de jul de 2020.

<sup>113</sup> Disponível em: < [http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/lei\\_organica.pdf](http://www.sjb.rj.gov.br/downloads/lei_organica.pdf)>. Acesso em 06 de jul de 2020.

Prefeitura<sup>114</sup> exprime-se uma concepção de cultura e patrimônio cultural restrito as obras de valor estético e edificações que remetem à história administrativa local, como a antiga Casa Câmara e Cadeia, hoje Centro de Memória da Cidade.

Figura 39: Antiga Casa de Câmara e Cadeia de São João da Barra



Fotografia da autora, 2017.

Apesar de ser um dos pilares para a estruturação das proposições legislativas em decorrência da Constituição Cidadã, a intersetorialidade nas políticas públicas não tem sido efetivada. O processo de tombamento do litoral fluminense ocorreu concomitantemente a criação de Unidades de Conservação, que se consolidaram devido a conflitos entre os grupos residentes nas áreas preservadas, como mostrado anteriormente. Estes conflitos foram gerados pelo estabelecimento de práticas preservacionistas que restringiam a ação humana nas áreas em que abrangiam. A concepção de conservação de grande parte destas ações foi, portanto, divergente da noção de ambiência desenvolvida pelo INEPAC no momento do tombamento.

Tombar trechos do litoral fluminense mediante a consideração de que a identidade caíçara se estabelece em relação ao território significou um passo à

<sup>114</sup> Disponível em: <<http://www.sjb.rj.gov.br/bens-historicos>>. Acesso em 06 de jul de 2020.

frente das políticas de patrimonialização que regiam a legislação brasileira à época. No entanto, a falta de um contínuo diálogo entre as políticas culturais e ambientais e os grupos locais permitiu a construção de um abismo entre discurso e ação, provocando a falta de representatividade das ações de patrimonialização e o distanciamento em relação às instituições de proteção.

Mesmo que o INEPAC tenha em suas diretrizes a atuação transversal e o entendimento da necessidade de integralidade em suas ações, com o apoio a pesquisas, fóruns e educação patrimonial<sup>115</sup>, o Instituto sofre com a falta de incentivos do Estado<sup>116</sup>. Esta carência diz respeito a incorporação de novos técnicos em seus quadros de funcionários e o aporte financeiro para realizar visitas técnicas e programas voltados para educação patrimonial e ambiental, fundamentais para o estabelecimento de uma proximidade com as comunidades em que são estabelecidos processos de patrimonialização.

Recentemente, o quadro de funcionários do Instituto foi modificado, o que causou certo ruído de comunicação quanto as ações que o mesmo tem promovido nos locais do tombamento. A carência de uma análise ampla da documentação sobre o acompanhamento técnico do INEPAC no litoral fluminense, principalmente em São João da Barra, foi acirrada ainda pelo advento da Pandemia, que impôs o fechamento do seu arquivo, impossibilitando novas consultas em eventuais registros que pudessem haver.

Os documentos disponibilizados pelo INEPAC<sup>117</sup>, anteriormente a este período de exceção, são compostos pelo dossiê do tombamento, analisado no primeiro capítulo; relatórios de visita técnica, que descrevem viagens realizadas

<sup>115</sup> Secretaria de Estado de Cultura, Documento Setorial de Patrimônio. Diagnóstico das Questões e desafios do patrimônio no Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1U1ZKYhWx18J:www.inepac.rj.gov.br/index.php/admin/controladorupload/download/fundo\\_setorial\\_patrimonio\\_cultural\\_final\\_pdf\\_1496091089.4.pdf/pdfs/Plano%2520Setorial%2520de%2520Patrim%25C3%25B4nio.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:1U1ZKYhWx18J:www.inepac.rj.gov.br/index.php/admin/controladorupload/download/fundo_setorial_patrimonio_cultural_final_pdf_1496091089.4.pdf/pdfs/Plano%2520Setorial%2520de%2520Patrim%25C3%25B4nio.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em 07 de jul 2020

<sup>116</sup> A reportagem de Felipe Lucena no jornal online “Diário do Rio” mostra a exoneração e afastamento de diversos funcionários do INEPAC, incluindo Dina Lerner, que fora diretora do Instituto e participou do processo de tombamento do litoral fluminense. Este processo relaciona-se a mudança de gestão de diversos órgãos ligados ao governo do Estado do Rio de Janeiro, que passou a ser gerido pelo governador Wilson Witzel, filiado ao Partido Social Cristão em janeiro de 2019. Cf. Disponível em: <https://diariodorio.com/75-dos-arquitetos-do-inepac-foram-afastados/>. Acesso em: 07 jul 2020.

<sup>117</sup> Agradeço especialmente à Luciane Barbosa, ex-funcionária do Departamento de Patrimônio Imaterial, que muito me auxiliou no momento em que iniciei minhas pesquisas para Tese ao funcionário André Cavaco do Departamento de Patrimônio Cultural e Natural, que me recebeu de bom grado no Arquivo e disponibilizou relatórios e publicações internas sobre visitas técnicas em Paraty e Niterói, suas áreas de trabalho no Instituto

em Tarituba (2011 e 2013), na Ilha do Araújo (2011), e Ponta Negra (2014), praias de Paraty; além de dois artigos, que contemplam o caso do tombamento, com enfoque nas áreas patrimonializadas de Paraty e Itaipu.

O primeiro relatório sobre Tarituba, feito pela Divisão de Folclore do INEPAC, informa que naquele existiam diversas irregularidades na área, com poluição da praia, escoamento de esgoto no mar e a existência de edificações na faixa tombada pelo Instituto.

As construções são em geral casas que foram compradas dos pescadores por pessoas de fora e reformadas sem nenhum critério ou orientação do patrimônio. Não há registro de nenhum projeto enviado ao Inepac pela Prefeitura. As construções ocupam parte da orla e a rua da Igreja, ficando escondida pelos bares. A Igreja está coberta pelos bares e quase não se avista o mar. Destacam-se um falso camping com barracas, que disfarçam construções em madeira e trailers; bares que ocupam toda a areia da praia com construções, mesas e cadeiras, tirando o espaço que antes era ocupado pelos varais de redes de pesca. Os ranchos ainda permanecem mais ao final da praia à esquerda, mas estão sendo ameaçados de despejo pelo proprietário da área próxima ao riacho do lado esquerdo, próximo da igreja. Um manguezal nas margens do rio ainda preserva a flora original de um lado e de outro, hotéis que mantém certa distância da praia e vegetação abundante embora exótica. (Relatório de Vistoria do INPEAC, 2011).

Figura 40: Tarituba



Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980. Fonte: FUNDAR

A vistoria realizada em maio de 2013 pelo Departamento de Patrimônio Cultural e Natural e o Departamento de Patrimônio Imaterial confirmou os

problemas encontrados em 2011 sobre a descaracterização da paisagem cultural e natural, além da extinção dos ranchos dos pescadores, que já vinham sendo ameaçados de despejo na visita anterior.

Apesar de se tratar de uma área tombada em nível estadual e chancelado monumento nacional pelo IPHAN, a falta de comunicação sobre novas construções por parte da prefeitura prejudica a manutenção dos aspectos paisagísticos patrimonializados pelo INEPAC. A substituição de um píer de madeira por concreto armado, impossibilitando a livre circulação d'água é fator de reclamação por parte da comunidade<sup>119</sup>.

Figura 41: Cais de Tarituba



Fotografia da autora, 2019.

A necessidade de uma reordenação da faixa de areia como espaço de realização dos festejos, assim como a adequação do camping de Tarituba, com a restrição da circulação de carros e barracas são evidenciadas no relatório de 2013. O documento enfatiza a importância do diálogo entre a prefeitura municipal, universidades, órgãos ambientais e organizações não governamentais e o INEPAC, reforçando a ideia de intersetorialidade explorada anteriormente.

---

<sup>119</sup> Aldo Bulhões, conhecido como “Pardinho” contou em entrevista, que durante a gravação da novela da TV Globo “Mulheres de Areia”, houve a necessidade de se construir uma parte do píer em madeira, pois, segundo o mesmo a produção da novela tinha conhecimento de que originalmente este era construído neste material. Esta informação sugere que a obra de substituição do píer foi realizada entre 1987, data do tombamento definitivo do litoral e 1993, quando foi gravada a citada novela.



A comissão de 2013 acompanhou a realização da Festa de Santa Cruz, onde se destaca a apresentação do Grupo Ciranda de Tarituba<sup>120</sup>. O grupo, que no momento estava sem sede própria devido a conflitos de posse do prédio, reunia-se em um ponto de cultura inadequado pela falta de espaço para seus encontros e ensaios. Em 2019, apesar de ainda estar pleiteando a posse com a prefeitura, os cirandeiros já estavam instalados na sede que fica próxima ao campo de futebol da comunidade e da Igreja:

formado basicamente por descendentes das famílias fundadoras do povoado, é um núcleo bastante organizado que além de atuar na preservação e disseminação desta singular manifestação, ocupa-se também de desenvolver e produzir outros aspectos da cultura caiçara. (Relatório de Vistoria do INEPAC, 2013).

Figura 42: Sede da Ciranda de Tarituba



Fotografia da autora, 2019.

Na vistoria na Ilha do Araújo, de junho de 2011, foram encontradas irregularidades, como a presença de construções irregulares e sem aprovação do

<sup>120</sup> Há mais de 35 anos lutando pela posse da Sede do projeto, o Grupo de Cirandeiros de Tarituba está atualmente ocupando o espaço como comodatários da prefeitura. Simone e Pardinho contaram em entrevista (2020) que o período em que ocorreu a visita técnica do INEPAC não estavam instalados na Sede, construída pelo Grupo, pois haviam perdido o processo de sua posse, pela ineficiência do advogado que os assessorava. “Na época, o advogado deixou passar um prazo de apresentaras provas de que o prédio da Sede estava sendo usado, então perdemos o processo, que foi julgado à revelia e houve a reintegração de posse”. (Bulhões, Simone. Entrevista concedida a autora. Paraty, 06 de ago. 2020).



INEPAC, principalmente na área conhecida como pontal, onde “*casas de veranistas ocupam as encostas e praias, chegando sempre à beirada do mar*”. (Relatório de Vistoria do INEPAC, 2011).

Figura 43: Ilha do Araújo



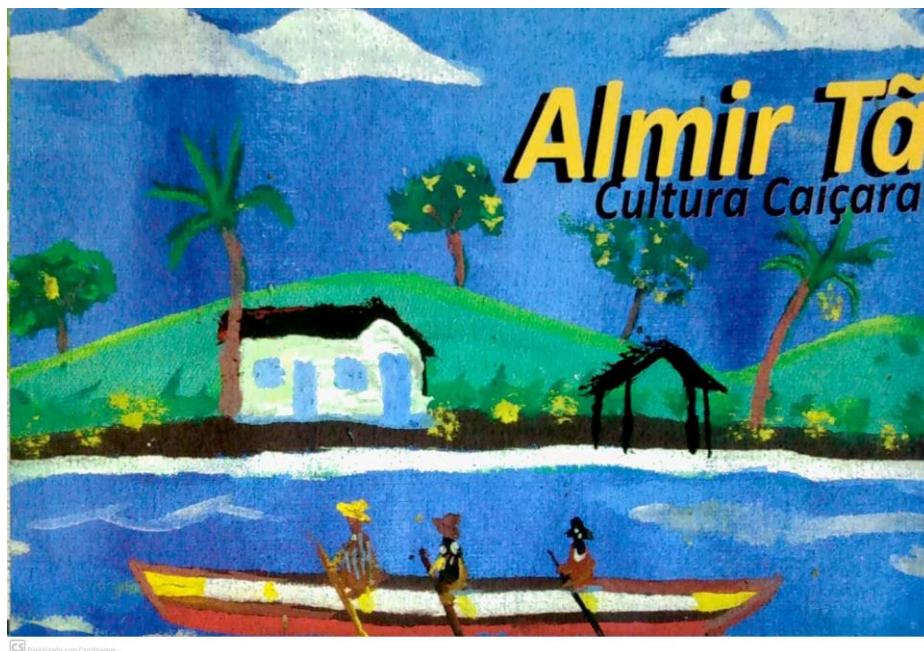
Fotografia da autora, 2019.

O documento relata os principais eventos que movimentam a cena cultural da Ilha, que são: a Festa de São Pedro, que ocorre em junho com a procissão de barcos e o Festival do Camarão, que começa na novena da Festa de São Pedro. No documento destaca-se a existência da família de Almir dos Remédios, conhecido como “Almir Tã”, que na época administrava uma biblioteca comunitária, com esculturas, peixes, pássaros e barcos. O descendente de indígenas Guaynã, Almir Tã oferece passeios e palestras sobre a cultura caiçara, com visita às casas de farinha, plantação de bananas, saída para pesca e almoço de gastronomia tradicional.

Os preços são tabelados e antes de o turista ir embora, ele responde a um questionário sobre a qualidade dos serviços prestados. Tudo muito organizado”, garante Almir que, por conta desse projeto vencedor, teve a oportunidade de viajar ao Ceará e ao Pará dando palestras para comunidades longínquas,

estabelecidas em Áreas de Preservação Ambiental, relatando a experiência bem sucedida da Ilha do Araújo (Gaspar, 2014)<sup>123</sup>.

Figura 44: Prospecto de Almir Tã



Fotografia da autora, 2017.

Em entrevista realizada em 2017, o pescador relatou a existência de embates entre pescadores e administradores das Unidades de Conservação, que acabam limitando o trabalho do pescador artesanal, apesar deste, segundo ele, ser realizado de forma sustentável.

Estão prejudicando o próprio pescador, o negócio que é a vida do cara, então só porque eu sou secretário de Meio Ambiente eu fui e notifiquei 26 pescadores de um troço que você sabe que não é assim, não tem lei, não tem poder sobre isso, porquê da seleção. Mas o mar é Patrimônio da União. A água é território nacional, ninguém tem domínio eles estão querendo criar um domínio para o município dominar esse espaço. Já era considerado para o pescador como berçário Marinho, (Remédios, Almir. Conhecido como “Almir Tã”. Entrevista concedida a autora. Paraty, 24 set. 2017).

Almir Tã relatou ainda sobre aspectos de sua vida na Ilha, trabalho com turismo comunitário, pelo qual é o responsável. O turismo comunitário, segundo Almir Tã, é alternativo ao turismo “oficial”, praticado no centro histórico. Segundo o mesmo, o objetivo do tipo de turismo que ele promove é fomentar a

<sup>123</sup> Disponível em: < <http://www.paraty.com.br/blog/almir-ta-um-guardiao-da-cultura-caicara-2/>>. Acesso em: 15 ago 2017.

consciência ambiental e informar ao turista sobre a vida caiçara, ligada às tradições locais, como os modos de pescar, fazer canoas, etc.

Figura 45: Ateliê de Almir Tã



Fotografia da autora, 2017.

Segundo Hassan Zaoual (2008) o mercado do turismo tem mudado, tendendo a focar mais na qualidade das experiências turísticas. O autor afirma que a atividade sofre com a saturação do sistema econômico do turismo de massa, baseado em uma exploração sem limite de aspectos naturais e culturais. O fim deste tipo de turismo, que *“impede o diálogo das culturas e o reduz, no máximo, a um folclore”* (Zaoual, 2008, p. 4) coaduna -se a necessidade de os atores locais assumirem o controle do desenvolvimento econômico de seus *sítios simbólicos de pertencimento*.

No Brasil, o Turismo de Base Comunitária (TBC) começou a receber incentivo do governo a partir de 2008, contemplando 50 projetos pela chamada do Edital do Ministério do Turismo 001/2008. Dentre estes projetos estavam incluídas duas propostas de Paraty:

Promoção do turismo de base comunitária em Paraty/RJ: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem (Instituto Amigos da Reserva da biosfera da Mata Atlântica) e Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região Costa Verde (Associação dos Moradores do Campinho).

Em 2015 aconteceu o “I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde”, entre os dias 23 e 25 de julho, no distrito de Tarituba. Nele se discutiu a importância do protagonismo das comunidades locais na gestão e exercício do turismo, se explicitando a relação destas com o território. Atento a estas questões abordadas no evento, que obteve a participação da sociedade civil e do Estado.

O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) de Paraty, Angra e Ubatuba (SP)<sup>124</sup> tem sistematizado o trabalho com turismo comunitário nestas regiões, através da rede Nhandereko, que em Guarani significa “nosso modo de ser” “Defendendo o protagonismo das comunidades tradicionais no planejamento e na operação das ações de TBC, o Fórum conquistou alguns avanços, com o apoio do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Serra da Bocaina (OTSS)” (Boletim FCT, 2015)<sup>125</sup>.

O FCT tem incentivado o turismo fundamentado em princípios sustentáveis e o contato com as culturas tradicionais: os modos de fazer, costumes, gastronomia, etc. Além disso, tem firmado parcerias com a prefeitura, algumas universidades e até o colégio Pedro II para incentivar o estabelecimento da educação diferenciada para as populações tradicionais de Paraty. Com o lema “Preservar é Resistir” a instituição pretende a defesa dos Territórios Tradicionais, dando visibilidade a cultura local e assegurando o uso e acesso ao

<sup>124</sup> Criado em 2007, “o Fórum de Comunidade Tradicionais da região, formado por quilombolas, indígenas, caiçaras, caipiras e agricultores familiares, vem se consolidando e fortalecendo a luta pelos direitos dessas populações. A Campanha “PRESERVAR É RESISTIR – Em Defesa dos Territórios Tradicionais”, pretende dar visibilidade a nossa cultura, assegurar o uso e acesso ao nosso território e avançar na regularização de nossas terras, implementar políticas públicas diferenciadas, garantindo a participação social, o respeito à diversidade cultural e aos nossos modos de ser e de viver”. Disponível em: <<https://www.preservareresistir.org/campanha>>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

<sup>125</sup> Disponível em:

<[https://issuu.com/forumdecomunidadestradicionais/docs/dossie\\_\\_educac\\_a\\_o\\_diferencia\\_par\\_at](https://issuu.com/forumdecomunidadestradicionais/docs/dossie__educac_a_o_diferencia_par_at)>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

<sup>125</sup> Pouso do Cajaíba foi considerada por Ricardo Brasil como uma das praias mais agrestes da região, ainda muito preservada, com população tradicional, “onde ainda hoje se cultiva a arte de fazer grandes canoas de um pau só, o cultivo de banana nas encostas da serra e a plantação de mandioca para o fabrico de farinhas. (Brasil, 2009, p.22)

território. Ela trabalha pela regularização de terras, garantia da participação social e da diversidade cultural.

Além do Fórum, existem outras instituições de assessoria jurídica, como a ONG Verde Cidadania, que surgiu após os embates de reintegração de terra da comunidade da praia de Martins de Sá e vem atuando nesta área desde então. O Plano Municipal de Educação de Paraty de 2015 estabeleceu o direito da oferta da educação diferenciada de acordo com o Decreto nº 6.040 de 2007. Neste sentido, foi formado, como um braço do FCT o Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada.

O novo modelo educacional tem sido executado nas comunidades da praia do Sono e Pouso da Cajaíba<sup>126</sup>, praias da zona Costeira, que tem acesso mais limitado em relação as outras. As aulas são focadas na cultura Caiçara e oferecem aos alunos a oportunidade de conhecer os meios da pesca e agricultura familiar. A meta da prefeitura era de estabelecer o modelo de ensino em pelo menos 2 escolas por ano, a partir de 2015, porém, até o momento apenas estas duas localidades foram contempladas.

Foi requerido pelo Coletivo ainda que as turmas ofertadas nestas comunidades fossem aumentadas, passando-se a contar o ensino Fundamental II (6º aos 9º anos); visto que muitos deixam de estudar devido à dificuldade de se locomover até a escola mais próxima, ou tem que sair das suas comunidades para matricular seus filhos em escolas que ofereceram este nível de ensino. Nota-se ainda, que mesmo que não tenha sido institucionalizada a Educação diferenciada em todas as comunidades, existem iniciativas de educação patrimonial<sup>128</sup> em diversas delas promovidas pelas parcerias entre as associações de bairro e unidades escolares.

O último relatório do INEPAC sobre Paraty foi realizado mediante visita técnica a região de Ponta Negra em agosto de 2014. Vistoriando Ponta Negra,

<sup>126</sup> Pouso do Cajaíba foi considerada por Ricardo Brasil como uma das praias mais agrestes da região, ainda muito preservada, com população tradicional, “onde ainda hoje se cultiva a arte de fazer grandes canoas de um pau só, o cultivo de banana nas encostas da serra e a plantação de mandioca para o fabrico de farinhas. (Brasil, 2009, p.22).

<sup>128</sup> A educação patrimonial refere-se a um processo educacional, que tem como fonte primária o Patrimônio Cultural e tem por finalidade possibilitar o “*conhecimento e enriquecimento individual e coletivo*” (Horta, Maria de Lourdes Parreiras; et al. Guia básico da Educação Patrimonial. Disponível em:

<[http://portal.iphhan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphhan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf)>. Acesso em: 15/12/2016. P.5.)



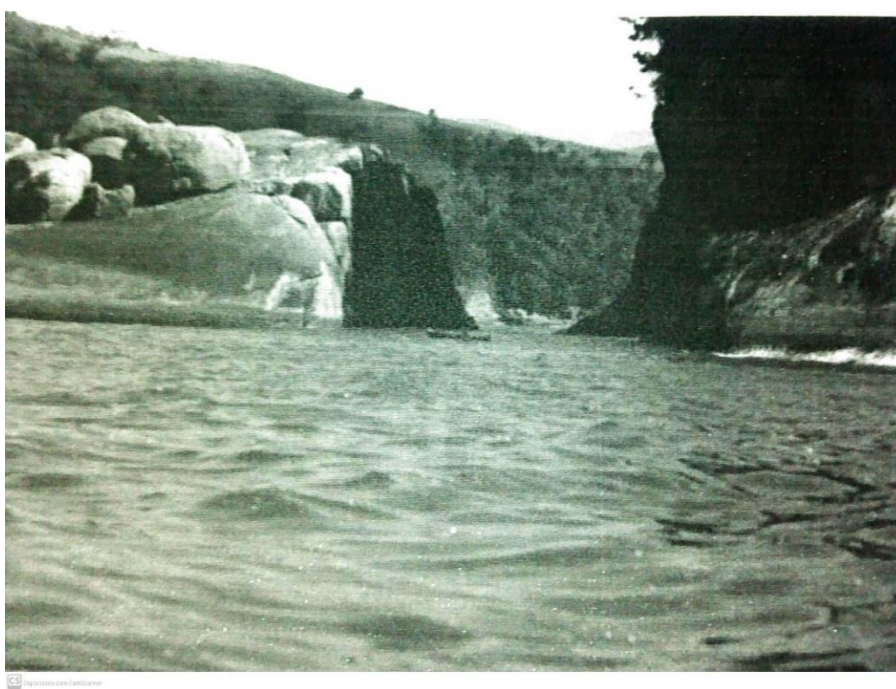
Enseada do Sono e Praia do Caju, o Departamento do Patrimônio Cultural e Natural constatou a existência de casas de veraneio desrespeitando a legislação ambiental o crescimento do turismo desordenado na área, além do descarte irregular de lixo.

Figura 46: Ponta Negra



Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980. Fonte: FUNDAR.

Figura 47: Ponta do Caju



Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980. Fonte: FUNDAR.

Figura 48: Praia do Sono



Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980. Fonte: FUNDAR.

O documento propõe a criação de um grupo de trabalho intersetorial, que abranja componentes do INEA, ICMBIO, IPHAN e da Prefeitura de Paraty, para criar um plano diretor, criando limites para as áreas de ocupação. O incentivo ao etnoconhecimento e ao modo de vida sustentável que as famílias tradicionais desenvolvem é analisado no relatório como ponto positivo. A preservação das porções tombadas pelo INEPAC tem tido participação imprescindível de organizações não governamentais, pois como

As entidades governamentais são responsáveis por áreas muito abrangentes, por esse fato e pela quantidade deficiente de pessoal, percebe-se que iniciativa privada, através de escritórios especializados e organizações não governamentais, apresenta uma maior agilidade e capacidade técnica para desenvolver estudos e propostas para a comunidade. (Cavaco et al., 2016, p.15)

Iniciativas como os festivais de cinema<sup>130</sup> a céu aberto “Cinebola Caiçara” e o “Festival Maré Cheia”, projeto de extensão Raízes e Frutos, além dos projetos desenvolvidos pelo Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da

<sup>130</sup> Cf. <[http://www.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid\\_noticia=49886&IndexSigla=imp](http://www.angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=49886&IndexSigla=imp)>; <<http://ctav.gov.br/2019/04/18/9a-mostra-mare-cheia/>>

Bocaina (OTSS) e parceiros <sup>131</sup> para promoção de saneamento ecológico; educação diferenciada; agroecologia e TBC são decisivos no processo de manutenção da cultura caiçara.

No que concerne à Itaipu, o relatório do INEPAC destaca o desenvolvimento do “Programa de Apoio à Pesca Artesanal e Seu Território” da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca (SEDRAP), do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que contempla praias das cidades de Itaipu e São Gonçalo.

Segundo Cavaco e Souza (2013), o projeto contou com a participação de associações de moradores e usuários da praia de Itaipu, órgãos estaduais (INEPAC, INEA, FIPERJ <sup>132</sup>), federais (Iphan, Ministério da Pesca, SPU<sup>133</sup>) e Municipais (Secretarias e Companhias Municipais), além da Companhia de luz elétrica, Ampla.

O Programa realizou um Cadastro Socioeconômico, que tinha como objetivo o levantamento dos problemas e reivindicações locais; um Cadastro Físico para georreferência de domicílios, infraestrutura, oficinas e grupos de trabalho que se dividiam tematicamente em: Atividade Pesqueira; Ordem Urbana; Atividade Comercial; Infraestrutura e Meio proporem soluções às demandas populares.

Como síntese das propostas foi elaborado um Projeto Urbanístico que prevê a organização das vias, incluindo a pavimentação, sinalização, nova iluminação, estacionamentos ordenados, ciclovias e bicicletários. Além da demarcação de baías e novo acesso para os ônibus de turismo, sendo eliminado o ponto final dos ônibus urbanos. Foi proposta a criação de espécie de parque interligando as áreas de interesse ambiental nas orlas da Praia, Lagoa de Itaipu e Duna Grande, utilizando-se passadiços (decks de madeira) e cercamento das trilhas e elementos naturais, garantindo a acessibilidade e disciplinando a circulação de pessoas. Foram criadas áreas específicas para os quiosques e banheiros públicos, resgate da restinga original e colocação de mesas e cadeiras. Está previsto a construção de pista para Skate e Conjunto Poliesportivo. Também foram demarcados locais para trânsito de embarcações e cavaletes para embarcações artesanais. Foram projetados novos equipamentos como Ranchos para Pesca, Rancho para rede de malha, Rancho para Rede de Arrasto, Rancho de Limpeza e Manipulação de Pescado, Oficina de Manutenção de Embarcações e Posto Guarda Vidas. Além

<sup>131</sup> Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e o Fórum das Comunidades Tradicionais (FCT).

<sup>132</sup> Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio.

<sup>133</sup> Secretaria do Patrimônio da União.



da desocupação e liberação da Praça do Recolhimento<sup>134</sup>. (Cavaco & Souza, 2013, p.216).

Apesar de não serem citadas no relatório do INEPAC, outras iniciativas locais em prol da manutenção da cultura caiçara podem ser destacadas. É o caso do estabelecimento de uma RESEX marinha, analisado no capítulo anterior; a movimentação para o tombamento da pesca artesanal como patrimônio imaterial da Cidade de Niterói e a realização de eventos, como a Marejada Cultural.

Em Itaipu, a população viu no tombamento da pesca artesanal como patrimônio imaterial da cidade uma maneira de incentivar o respeito à cultura local. A partir da lei municipal nº 2874/12 tombou-se a pesca artesanal praticada em Itaipu, que passou a integrar o patrimônio histórico e cultural, de natureza imaterial, do Município de Niterói.

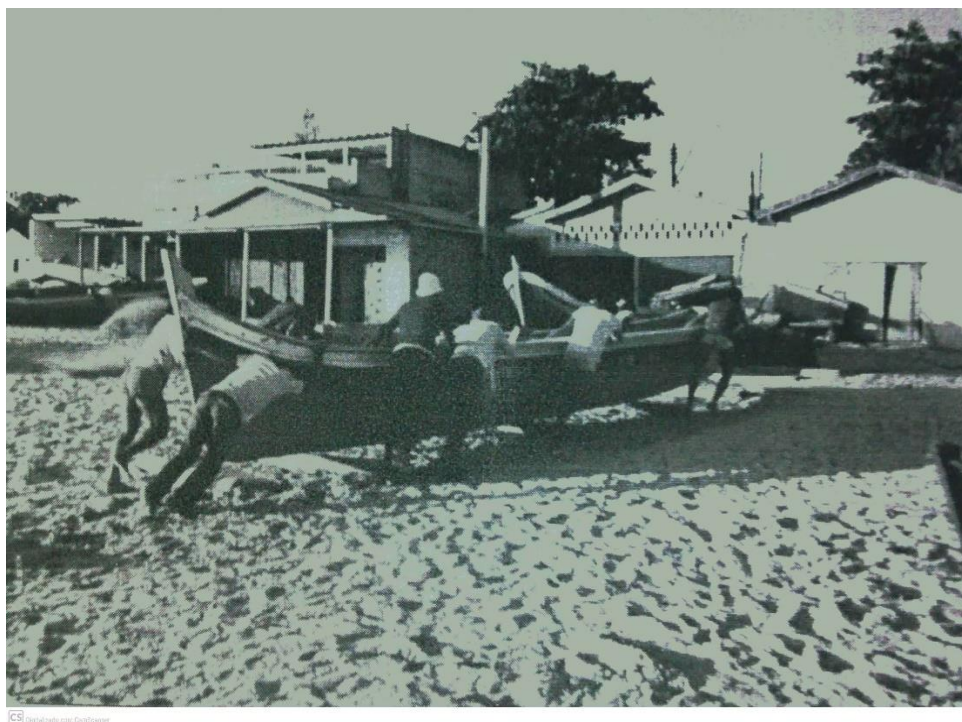
O tombamento estipulou como pesca artesanal aquela praticada como principal meio de vida, onde o pescador trabalha de modo autônomo na captura e comercialização de espécies aquáticas, individualmente, em regime de economia familiar, ou com auxílio eventual de parceiros sem vínculo empregatício, explorando o ambiente localizado próximo à costa marítima, pela peculiaridade das embarcações e técnicas utilizadas.

De acordo com o proponente do projeto de Lei, Gezivaldo Ribeiro de Freitas (Renatinho do PSOL), a efetivação do tombamento só foi possível pelo protagonismo da população, pois *“vieram, todos eles aqui, [...] conversaram, dialogaram com os vereadores, pedindo pelo amor de Deus até, que votassem a favor da lei [...] Fizemos um abaixo assinado em toda a cidade, pra população poder participar”* (Renatinho do PSOL apud Tardeli, 2015, p.85).

---

<sup>134</sup> Obras de revitalização têm sido realizada no Canto de Itaipu, onde se encontra a Vila de Pescadores. Já foram entregues a restauração paisagística e organização de vagas para estacionamento, além da instalação de decks com acessibilidade, restando ainda a construção de pequenos edifícios para apoio da atividade pesqueira. O projeto realizado pela prefeitura de Niterói foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Planejamento e Modernização da Gestão (Seplag), por meio do programa PRO-Sustentável. Disponível em: <<https://odia.ig.com.br/niteroi/2020/06/5937247-repaginacao-do-canto-sul-da-praia-de-itaipu-sera-concluida-na-proxima-quinta.html>>. Acesso em 25 de jun. de 2020.

Figura 49: Pescadores na praia de Itaipu



Fotografia de Ricardo Brasil, década de 1980; Fonte: FUNDAR

Caminhando para sua 6ª edição, A Marejada Cultural dos Pescadores Tradicionais de Itaipu é um evento que reúne gastronomia local, exposições e atrações culturais<sup>135</sup>. A iniciativa foi premiada pelo programa "Ações Locais da Cultura Niterói" e conta ainda com corridas de barcos, torneios de futebol, dentre outras atividades.

A programação tem como fundamento “*dar visibilidade às tradições festeiras dos fundadores da aldeia que deu origem à Vila de Pescadores e ao Bairro de Itaipu, além de incentivar a proteção dos recursos naturais e sua conservação, potencializando o desenvolvimento ecológico*”. (Bernardes, 2019)<sup>136</sup>.

A Marejada Cultural conta com o apoio do Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ) Da Universidade Federal Fluminense (UFF) e do Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), que disponibiliza seu espaço

<sup>135</sup>Disponível em:

<[https://www.facebook.com/MarejadaCulturalDeItaipu/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/MarejadaCulturalDeItaipu/photos/?ref=page_internal)>. Acesso em 15 de jul. de 2020.

<sup>136</sup> Disponível em:<[https://www.jb.com.br/rio/caderno\\_niteroi/2019/08/1015265-festa-popular--marejada-cultural-dos-pescadores-tradicionais-de-itaipu.html](https://www.jb.com.br/rio/caderno_niteroi/2019/08/1015265-festa-popular--marejada-cultural-dos-pescadores-tradicionais-de-itaipu.html)>. Acesso em 15 de jul. 2020.

para a realização de rodas de conversas, apresentações e exposições sobre a cultura caiçara.

Na última edição do evento, debateu-se os problemas enfrentados pela Comunidade e suas possíveis soluções. Segundo Jairo Augusto da Silva, uma das lideranças de Itaipu. *“O espaço é uma ferramenta aberta para interagirmos com a sociedade e com o poder público as dificuldades e os entraves que a gente percorre durante esses anos de degradação ambiental, injustiça social. A Marejada está intencionada para esse lado”*. (Silva apud Araújo, 2020)<sup>137</sup>.

Em São João da Barra merece destaque o Projeto “Casa Duna<sup>138</sup>”, que funciona como um centro cultural, com a organização de exposições, eventos e também como centro de pesquisa e memória da história local. A “casa-conceito” (Condeço, 2017) concretiza-se como local experimental da realidade de Atafona, visto que o imóvel está em risco de erosão marinha.

Figura 50: Fachada da Casa Duna



Fotografia da autora, 2016.

<sup>137</sup> Disponível em: < <http://occupa.uff.br/2020/01/25/frutos-que-vem-do-mar-marejada/>>. Acesso em: 15 de jul de 2020.

<sup>138</sup> Cf. <<https://www.casaduna.org/>>

Nela se desenvolvem atividades educacionais com visitas dos estudantes da cidade e desenvolve uma série de performances artísticas, ligadas à temática da erosão costeira, como mostra uma das fundadoras em entrevista a um jornal da cidade de Campos dos Goytacazes e arredores:

O Grupo Erosão de Artes Cênicas e Visuais atua como um braço da Casa Duna e se inspira na estética e nos aspectos materiais de Atafona: “Destacamos o espetáculo das ruínas; o movimento do rio, do mar e das dunas; a história e a memória dos moradores; a experiência da pesca, além das questões do fim do mundo nas narrativas bíblicas, indígenas e científicas” (Naidin apud Trindade, 2018).

Dentre as atividades desenvolvidas por parcerias com agentes das comunidades tradicionais estão as articulações por ajuda mútua no cenário de Pandemia que ocorre em 2020. Em Paraty, o FTC, com apoio da OTSS (FioCruz) e de outras instituições<sup>139</sup> lançou a campanha “Cuidar é Resistir”, promovendo a arrecadação de recursos, distribuição de alimentos e artigos de primeira necessidade às comunidades tradicionais para reforçar o apoio a territórios tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba no contexto de crise provocado pela Covid 19. A campanha tem como marco a ampliação das trocas solidárias<sup>140</sup> entre as comunidades, que vão desde peixes a produtos agroecológicos, produzidos em territórios indígenas, caiçaras e quilombolas da Bocaina.

Em debate<sup>141</sup> promovido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas (NUTEMC/UERJ) Robson Possidonio, morador de Trindade (Paraty) e membro do FTC aponta que a Pandemia aflorou a importância da luta pelo território. Segundo ele, o trabalho de manter as pessoas no seu território de origem nunca fez tanto sentido. A rede de solidariedade entre as comunidades tradicionais extrapola a ação do FTC, com a

<sup>139</sup> Ação solidária dos guardas vidas; Associações de moradores de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba; CANOA CEASA; CEDIND (Conselho de Direitos Indígenas); CGY; CNCTC; CONAQ; CPH Fórum Sindical-LN; Funai; Fundo Fica; INEA; João Vicente-SJC, Shananda-Caragua; Linha D'água; ONG APPRU-Amigos na Preservação, Proteção e Respeito à Ubatuba; PEA; Prefeitura de Paraty; Rede Nhanderekó; Secretaria de Justiça de São Paulo; SESC; Sindipetro-LP; Sindipetro-RJ

UFF; Unesp; Verde cidadania e Viva Rio. Disponível em: < <https://www.otss.org.br/post/fct-lanca-rede-de-solidariedade-cuidar-e-resistir>>. Acesso em: 12 de jun. de 2020.

<sup>140</sup> O sistema de trocas é uma ação ancestral em comunidades caiçaras. Porém, o contexto de crise causada pela Pandemia no Novo Coronavírus evidenciou sua efetividade.

<sup>141</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=0g9V0TNqt2Q>>. Acesso em: 8 de jul. de 2020.

organização de barreiras voluntárias para o impedimento da entrada de turistas, reuniões com a prefeitura e conscientização da população local sobre os cuidados com a Covid-19.

## Considerações Finais

O tombamento deve ser divulgado e executado porque é lei! Graças a ele, temos, no Rio de Janeiro, a possibilidade de curtir a natureza nas praias de Grumari e Prainha, por exemplo. Deveríamos fazer campanhas; escrever reportagens e teses, como a sua; cobrar dos municípios sua divulgação; cobrar dos políticos; ter página na internet, usar as redes sociais e botar a boca no mundo. O mundo precisa saber que o litoral fluminense é tombado!! (Mendonça, Stella Maris. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 22 de jul. 2020).

O tempo em que Paraty, Itaipu e São João da Barra foram mantidos em isolamento manteve suas características históricas, ambientais e culturais. A partir da segunda metade do século XX, este fato, porém, chamou a atenção da especulação imobiliária e também da indústria do turismo. O tombamento do INEPAC, assim com a criação de UCs surgiu como forma de barrar o processo de transformações espaciais e sociais daí decorrentes.

O turismo de massa, apesar de rentável para a economia das cidades que o tombamento estabeleceu, deve ser reavaliado sob a ótica de valorização de ações locais que distribuam oportunidades e renda para as comunidades tradicionais. Notícias como a circulada em maio deste ano sobre a possível criação de uma “Cancún” brasileira na ESEC Tamoios (Atino 2019)<sup>142</sup> são preocupantes, pois a ideia de flexibilizar as leis de proteção ambiental em prol de um turismo de “Sol e praia” (Catarcione et al, 2016) ameaça o equilíbrio ecológico local, que é um berçário de diversas espécies de fauna e flora.

A abertura de estradas e implementação de grandes empreendimentos a partir da década de 1970 provocou consequências que perduram até a atualidade. Suas implicações são sentidas para além da organização econômica dos grupos de moradores tradicionais, pois limitam a participação social e cultural e restringem o acesso ao meio ambiente.

Ações desenvolvidas durante o período de redemocratização brasileira, como a do tombamento, tiveram como escopo um ato de reparação deste processo autoritário, implantado durante o regime militar:

O autoritarismo político, ao neutralizar todas as formas de resistência dos excluídos, exacerbou as tendências antissociais do desenvolvimento mimético [...]. Uma leitura mesmo superficial de nossos indicadores sociais põe em

<sup>142</sup> Unidade Ambiental que Bolsonaro quer transformar em “Cancún” é obrigatória para funcionamento de Usina nuclear” Disponível em :< <https://oglobo.globo.com/rio/unidade-ambiental-que-bolsonaro-quer-transformar-em-cancun-obrigatoria-para-funcionamento-de-usina-nuclear-23670678>>. Acesso em 25 de jul. de 2019.

evidência que enveredamos por um caminho que nos conduz implacavelmente a um impasse histórico. [...] a superação desse impasse, somente a criatividade política impulsionada pela vontade coletiva poderá produzi-la. Ora, essa vontade coletiva terá de surgir do reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes da nossa cultura. (Furtado, 1984, p. 31,32,33).

O surgimento de mobilizações populares somado às forças políticas contrárias às que estavam em vigência até a década de 1980; o crescente debate ambientalista no país e a valorização do patrimônio cultural como ponto de reparação sobre os atores históricos excluídos do cenário político brasileiro compõem o panorama que possibilitou o conjunto de tombamentos exercidos no litoral fluminense pelo INEPAC.

Uma renovação discursiva na gestão de políticas públicas, e em especial nos campos do patrimônio cultural e ambiental, contribuiu para a atuação destas mobilizações, que desde a década de 1980 têm incitado discussões neste âmbito.

O patrimônio é uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. Inscrito na longa duração da história ocidental, a noção conheceu diversos estados, sempre correlatos com tempos fortes de questionamentos da ordem do tempo. O patrimônio é um recurso para o tempo de crise. Se há assim momentos do patrimônio, seria ilusório nos fixarmos sobre uma acepção única do termo. (Hartog, 2006, p. 272).

Nesse sentido, o objetivo central desta tese foi demonstrar o processo de estabelecimento do tombamento do litoral fluminense enquanto exemplar de um cenário de renovação. Entretanto, não poderia deixar de propor uma breve análise sobre os impactos que a ação de patrimonialização em questão trouxe aos locais que abarcou. Como mostrado anteriormente, o desconhecimento sobre o tombamento do litoral ficou evidente nos depoimentos dos interlocutores da pesquisa. Apesar disto, a ausência do tombamento nestas falas não invalida a apropriação que os moradores das áreas tombadas fazem de seu patrimônio cultural e natural.

Ações de intersetorialidade entre políticas culturais e ambientais, o turismo de base comunitária, educação patrimonial e educação diferenciada fortalecem o elo destes grupos com seus patrimônios. Neste sentido, entender a Cultura como produto das contradições sociais e da relação com o meio ambiente é essencial para a formulação de políticas de proteção e de uma gestão participativa do território.

Mas uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa - por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante - assume a forma de “sistema” e na verdade o próprio termo “cultura” com sua invocação confortável de um consenso pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (Thompson, 1998:16).

O tombamento do litoral fluminense se insere em um momento de reconhecimento de memórias que foram historicamente silenciadas. Sua iniciativa, tomada por Darcy Ribeiro, só foi possível pela mobilização das comunidades tradicionais Caiçaras, que receberam atenção do governo pedetista. Neste mesmo sentido, o tombamento se torna efetivo na medida em que estas comunidades promovem *políticas de identidade* (Sarlo, 2007) e objetivam a reparação de suas memórias subalternizadas (Pollak, 1989). À esta reparação, Barcelos Fernandes et al (2012) chamam de *dever de memória*.

O *dever de memória* representa a necessidade de uma reparação histórica a narrativas silenciadas, relacionada à salvaguarda de suas identidades. A ideia de pagamento de dívidas históricas “*expressam expectativas de reparação social e cultural*” (Arruti & Heymann, 2012, p.96) e parte da quebra da ideia de unidade cultural e da afirmação de múltiplas identidades. Essa redefinição identitária promove a revisão de discursos hegemônicos e discute os papéis da cidadania e da democracia.

O multiculturalismo e as políticas de reconhecimento surgem, portanto, como um movimento de revisão parcial desse processo [...]. Ao ganharem o estatuto de direitos fundamentais, observa-se uma crescente pressão a favor dos direitos dos grupos culturais minoritários, com a celebração de diversos acordos no âmbito internacional. A força dessa inflexão tornou a valorização do etnoconhecimento e etnodesenvolvimento, por exemplo, objetos de recomendação oficial de agências multilaterais como o Banco Mundial. (Arruti & Heymann, 2012, p.98).

A *guinada subjetiva* (Sarlo, 2007) das ciências sociais, ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980 possibilitou a ampliação no olhar do historiador e decorre de um contexto de mudanças ideológicas e metodológicas que contribuíram para o enfraquecimento do estruturalismo como modelo explicativo. Os agentes históricos, que antes eram pensados como submetidos a



ideologia ou falsa consciência puderem, a partir de então narrar a história pelos seus pontos de vista.

O surgimento da história oral deu visibilidade a grupos subalternizados e os testemunhos que estes expressaram restituíram a confiança na primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada.

Através da compreensão de que a historiografia funciona como produtora e legitimadora de discursos, o uso da metodologia da história oral neste trabalho foi uma maneira de fornecer “*credibilidade científica a novos mitos de (re) fundação de grupos e da própria nação*” (Catroga, 2001, p.50), e produzir uma historiografia que se ponha além das narrativas ocidentais e gere o (re) conhecimento do que Boaventura de Sousa Santos (2009) conceituou como *outro lado da linha*<sup>143</sup>. A importância de os historiadores ampliarem suas perspectivas de trabalho, distanciando-se do consolidado modelo histórico eurocêntrico está em alargar social e geograficamente seu ponto de análise.

Abordar o tombamento como sinal de um contexto de renovação no campo discursivo político e social e de reação às ações desenvolvimentistas realizadas durante o governo militar, é também uma maneira de repensar o modelo de desenvolvimento que tem sido aplicado hoje, com suas tendências neoliberais e valorização do capital em detrimento das classes populares e povos tradicionais.

Baseado nas formulações sobre o tempo de longa duração em Fernand Braudel (1959) e de espaço de experiência e horizonte de expectativas, em Koselleck (2006)<sup>144</sup>, François Hartog analisa a crescente valorização dos

<sup>143</sup> “Este lado” é caracterizado pelo pensamento colonizador, pela ideia de uma História única, de valor científico. O “outro lado” consiste na inexistência do “este lado”. Santos argumenta que ao longo da história a ideia de que as sociedades metropolitanas detêm o monopólio da ciência e podem distinguir entre verdadeiro e falso foi legitimada. As epistemologias criadas no “outro lado” são tidas pelas sociedades “deste lado” como nulas, pois por ser abissal, o pensamento moderno ocidental considera os modelos de conhecimento estabelecidos por “este lado” como os únicos válidos. De acordo com Santos, a epistemologia ocidental se constituiu mediante a necessidade da divisão entre o colonial e o colonizado. Segundo o autor, a partir de então, fica definido de forma unilateral (por “este lado”) os saberes, as experiências e os atores sociais. (Souza Santos, 2009)

<sup>144</sup> Segundo Koselleck (2006), o tempo histórico não pode ser visto como uma referência vazia de significado. Deve-se entendê-lo como uma grandeza variável, que tem como coeficiente as categorias de experiência e expectativa. Não se pode pensar a história ou a história de um conceito sem levar em conta seu *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*; pois essas categorias indicam uma condição humana universal. Tais categorias mostram a relação íntima entre passado e presente, hoje e amanhã, ao passo em que apontam para ações concretas, seja no movimento social ou político.

discursos de memória e patrimônio como sintomas do regime de historicidade atual. O autor afirma que novas maneiras de pensar o patrimônio se alicerçam na preservação do presente no presente. Deste modo provoca:

Do ponto de vista da relação ao tempo, de que esta proliferação patrimonial é sinal? Ela é sinal de ruptura, seguramente, entre um presente e um passado, o sentimento vívido da aceleração sendo uma forma de fazer a experiência: a mudança brusca de um regime de memória para um outro. (Hartog, 2006, p.272).

“A patrimonialização do meio ambiente, que designa a extensão provavelmente a mais massiva e a mais nova noção, abre indubitavelmente sobre o futuro ou sobre novas interações entre presente e futuro” (Hartog, 2014, p.245). Neste sentido, tem-se na análise do tombamento do litoral fluminense e a valorização da relação simbiótica entre natureza e cultura como um meio para entender o regime de historicidade atual, assim como as mais recentes noções de patrimônio. Visto que,

Trata-se, em suma, mais de patrimônio local, associando memória e território e de operações visando a produzir território e continuidade para aqueles que lá habitam, hoje. “As associações do patrimônio mostram a construção de uma memória que não é dada, portanto, não perdida. Elas abrem à constituição de um universo simbólico. Também o patrimônio não deve ser visto a partir do passado, mas a partir do presente, como categoria de ação do presente e sobre o presente”. (Glevarec & Saez apud Hartog, 2014, p.237).

Os patrimônios se multiplicam. Assim, um exemplo entre outros, a lei relativa à Fundação do Patrimônio, preocupada em nada omitir, repertoriou o “patrimônio cultural protegido”, o “patrimônio cultural de proximidade” (este “tecido conjuntivo” do território nacional), o “patrimônio natural” (que compreende a “noção de paisagens”), o “patrimônio vivo” (as raças animais e espécies vegetais), o “patrimônio imaterial” (com os *savoir-faire* tradicionais, as tradições populares, o folclore). O patrimônio genético já frequenta a mídia e o patrimônio étnico começa a entrar. O ritmo acelerado da constituição, e mesmo da produção do patrimônio, um pouco por todo lado no mundo, é uma constatação que cada um pôde fazer. (Hartog, 2006, p. 268-269).

A racionalidade discursiva promovida pelas comunidades tradicionais se aproxima à ideia de *retórica da perda* desenvolvida por Reginaldo Gonçalves. O autor analisa o viés discursivo promovido pelo Estado brasileiro no campo das políticas culturais e mostra que sua retórica fundamentada na perda das tradições brasileiras baseava-se ora na necessidade de manutenção da identidade nacional, ora na valorização da diversidade cultural.

Nos discursos de Rodrigo e de Aloísio, a nação brasileira é representada ante diferentes situações de perda. No primeiro, objetos artísticos e históricos, relíquias, prédios, cidades e monumentos são descritos sob o impacto de um vasto processo de dispersão e destruição. [...] Uma vez que a nação brasileira, em seu discurso, é concebida a partir dessa "tradição", é fundamental que sejam mantidos vivos os vínculos com esta dimensão essencial. No discurso de Aloísio, a "identidade cultural" da nação deve ser representada sob a ameaça de homogeneização para que possa ser recuperada e desenvolvida em sua singularidade. Os diversos "bens culturais" que compõem o patrimônio cultural brasileiro são também concebidos como os fragmentos de um processo histórico destrutivo. (Gonçalves, 1996, p. 108).

A lógica de colecionar/expor objetos na *retórica da perda* apontada por Gonçalves aproxima-se da ideia de *lugares de memória* de Pierre Nora, pois esses objetos (os do passado, da tradição nacional) só fazem sentido se estiverem numa realidade distante. Os *lugares de memória* enquanto locais, acervos ou mesmo datas que têm por desígnio a pretensão de obter a memória como prótese substituindo e evocando, através da história e de objetos, a memória que é tida como residual: “*Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares*” (Nora, 1993, p.8).

Sua integridade não é presente e positiva, mas uma integridade necessariamente perdida, situada numa dimensão distante no tempo ou no espaço. Os fragmentos que o compõem são metonímias de uma totalidade temporal ou espacialmente longínqua: o passado, o futuro, a cultura brasileira, a identidade brasileira, a civilização, a tradição, a diversidade cultural, etc. Eles representam, ao mesmo tempo, continuidade e descontinuidade.” (Gonçalves, 1996, p. 112).

Ao articularem o passado em relação ao presente e ao cotidiano, esta operação discursiva não se refere ao passado como algo distante, como no caso do Estado brasileiro, que o tem como parte de uma memória coletiva formadora da identidade nacional estabelecida. “*O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque há mais meios de memória [...] Todos os lugares de memória são objetos do abismo*” (Nora, 1993, p.7).

Este deslocamento conceitual manifesta-se em perspectiva aos anseios de novos atores históricos, que entraram em cena e forjaram a necessidade de se repensar os silêncios e os ocultamentos, assim como o que deve ser protegido, valorizado, repertoriado. Ao considerarem os modos de fazer, representações culturais e as dinâmicas culturais, as recentes ações de patrimonialização se referenciam a um patrimônio vivo e participativo.

Diferentemente da lógica estatal de resgate a símbolos passados, estas ações representam a manutenção dos aspectos culturais do presente que estão ameaçados de desaparecimento, como aponta Hartog (2006). As noções de patrimônio, como as de patrimônio cultural imaterial e paisagem cultural se diferem não só em nível conceitual, mas também metodologicamente em relação ao patrimônio material, ressaltando-se a importância da transmissão e continuidade das práticas culturais do presente.

O processo de releitura da questão do patrimônio não se esgota no nível conceitual. Implica sim, o envolvimento de novos atores e a busca de novos instrumentos de preservação e promoção. Frente a esse novo quadro, muito mais complexo e desafiador, é fundamental que se reformulem e se implementem políticas que tenham como finalidade enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sem que se perca de vista os valores que justificam a preservação. (Fonseca, 2005, p. 77).

Variavelmente a uma retórica remetida à lugares, objetos e práticas passadas, os discursos mobilizados pelos sujeitos históricos abordados no presente trabalho são ligados ao presente. E a *retórica da perda* se refere à instabilidade do futuro: “*Aqui, a memória moldou o passado em uma história [...] em que eles colocam a memória em uma perspectiva temporal com a qual podem articular suas expectativas, esperanças e medos*” (Rüsen, 2009, p. 169).

A manutenção das tradições caiçaras e sua fixação à terra são ameaçadas pela desvalorização das questões ambientais e culturais no Brasil. A falta de incentivos financeiros, a proposta de redução do número de Unidades de Conservação, relativizando o papel da SNUC, a nomeação de cargos comissionados à profissionais pouco qualificados têm permeado o cenário das instituições governamentais nestas áreas.

A submissão da pasta da Cultura ao Ministério do Turismo e o incentivo ao turismo de massa, na contramão da tendência exposta por Zaoual (2008) demonstram a centralidade dada a um ideal de desenvolvimento incompatível com a sustentabilidade das comunidades tradicionais e do meio ambiente. Até mesmo a recente titulação do município de Paraty à Patrimônio da Humanidade

como sítio misto<sup>145</sup> deve ser problematizada, caso esta chancela sirva de arcabouço para atração do turismo desenfreado e predatório.

A concessão de empreendimento com alto impacto ambiental, como a instalação de um Complexo Portuário em São João da Barra e o sancionamento de um novo Plano Diretor para a cidade de Niterói, que recategoriza a área de Itaipu<sup>146</sup> demonstram que preservar os patrimônios do litoral fluminense continua sendo um desafio “*que politicamente não interessa aos grandes grupos econômicos e políticos presentes na região*”. (Soares, 2016, p. 45).

Apesar de não ter podido acessar a todos relatórios de vistoria realizados pelo INEPAC pelo fechamento do arquivo do Instituto provocado pelo advento da Pandemia do Novo Corona-Vírus, é notável o processo de descaracterização ambiental e cultural que as áreas tombadas tem vivido. Assim, a importância de se fazer valer o tombamento é cada vez mais atual. A incompatibilidade entre povos tradicionais e o poder político reverbera conflitos de diversos níveis, que existem em decorrência de uma profunda diferença de valores e modos de conceber o mundo.

Passados 20 anos, o objetivo do tombamento de “garantir a permanência das comunidades de pequenos pescadores e a livre utilização da orla marítima para ancoradouro e puxada de redes” continua atual e necessário. Poucas comunidades conseguiram resistir, como a Praia do Sono, Trindade, Martim de Sá e Ilha do Araújo, apesar do impacto de vários fatores como a grilagem, o turismo desordenado, o exôdo rural e a cultura urbana. (Soares, 2016, p.45).

O antagonismo entre diversos termos, como progresso e tradição, antigo e novo, natureza e ser humano revelam esta problemática. A ideia de desenvolvimento é exemplar, pois enquanto setores políticos e econômicos apostam no estabelecimento de megaempreendimentos como promessa de um

<sup>145</sup> Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/paraty-ilha-grande-recebem-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco-23785483>>. Acesso em 25 de jul. de 2019.

<sup>146</sup> Em reunião proposta pelo NTEMC/UERJ, Jairo, pescador tradicional de Itaipu e Euníci Laroque, diretora do MAI falam com indignação sobre a mudança da área de Itaipu, que era área de interesse ambiental e passou a ser zona de desenvolvimento urbano, ressaltando a importância do interesse econômico sobre a região. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z3gAZNzIuds>>. Acesso em 16 de jul. de 2020.; Para saber mais sobre este assunto, Cf.: [http://niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5661:2019-01-22-13-07-59](http://niteroi.rj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5661:2019-01-22-13-07-59).

verdadeiro “milagre econômico”, os grupos tradicionais que temos abordado atribuíram ao termo uma conotação ameaçadora.

Como constatado neste trabalho, preservar é preciso, contudo, deve-se fazer de forma consciente e com a participação dos indivíduos envolvidos nos processos de proteção. Apesar de em muitos momentos, a existência das áreas conservadas causarem entraves relacionados à questão fundiária e de uso das terras pelos moradores, a existência das mesmas faz-se necessária até hoje. Assim, “*Preservar é resistir, resistir é conservar, conservar é saber usar, saber usar é a arte das comunidades tradicionais*”. (FCT 2015, apud Catarcione et al, 2016, p. 236).

## Referências e Fontes

### Bibliográficas

ABREU, Aline Melo de; GHERARDI, Douglas Francisco Marcolino. Etnoictiologia de pescadores artesanais da praia do Sono, Paraty, RJ. In: *X Congresso de Ecologia do Brasil, 1*. São Lourenço – MG: 6 a 22 de setembro de 2011.

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *Municípios e topônimos fluminenses: histórico e memória*. Imprensa oficial do Rio de Janeiro, 1994.

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. In: ABREU, Martha; \_\_\_\_\_. *Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional*. In: ABREU, Martha; CONTIJO, Rebeca; SOIHET, Raquel (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. Imprensa da Universidade: Coimbra, 2013.

AGUIAR, Leila Bianchi. Estado, Turismo, Cultura e Desenvolvimento: Organização empresarial e a construção do consenso sobre a importância do turismo para o Brasil (1966-1988). Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-LEILA.pdf>>.

Acesso em: 20 de abr. de 2020.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALONSO, Ângela. *Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870*. RBCS Vol. 15, outubro de 2000.

\_\_\_\_\_; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e Estratégia na Formação do ambientalismo brasileiro. In: *Novos Estudos* 79, novembro de 2007.

ALVES, Mirian Viana. Patrimônio Cultural e Políticas de Cultura: O caso de São João da Barra/ RJ. Dissertação (mestrado em Políticas Sociais. Campos dos Goytacazes: UENF, 2015.

ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ARAÚJO, Mirela Leite de. *As narrativas, o território e os pescadores artesanais: políticas e processos comunicacionais no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Dissertação (mestrado) em museologia. São Paulo: USP, 2015.

ALENTEJO, Paulo; BARCELOS, Eduardo; CHUVA, Luiza; MENDONÇA, Débora Mendonça; SANTOS, Luís Henrique dos. Impactos socioambientais dos grandes projetos de desenvolvimento: o caso do Complexo Industrial-Portuário do Açú - GT de Assuntos Agrários - AGB Niterói Impactos socioambientais dos grandes projetos. In: 19 Terra Livre São Paulo/SP Ano 28, V.1, n.38 p.19-53 Jan-Jun 2012.

ARCHELA, Rosely Sampaio; ROSOLÉM, Nathália Prado. Geossistema, Território e paisagem como método de análise geográfica. In: VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, Universidade de Coimbra, Maio de 2010.

ARAÚJO, Mirela; PRIMO, Bárbara. Inventário participativo pessoas e memórias : Museu de Arqueologia de Itaipu / Bárbara Primo e Mirela Araujo, org. - Rio de Janeiro : Data Coop, 2018.

ANTUNES, Diogo de Carvalho; CONTI, Bruna Ranção. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ) INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 213-223, jul./dez. 2012.

ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: Natureza, Patrimônio Ambiental e Identidade. In: Patrimônio e Memória: UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

ARRUDA, Rinaldo; DIEGUES, Antônio Carlos (org.). Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil. Brasília - Ministério do Meio Ambiente: São Paulo, USP, 2001. Xxx p. (Biodiversidade4).

ARRUTI, J. M; HEYMANN. L. Memória e Reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil. In: GONÇALVES, M. A; MONTEIRO, A.M; ROCHA, H; REZNIK, L.(Orgs.). *Qual o lugar da História hoje?*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

BARATA, Carlos Eduardo; FIGUERÊDO, Natália de; SALADINO, Alejandra. Longe das vistas: O Recolhimento de Santa Teresa na Freguesia de São



Sebastião de Itaipu. In: FERREIRA, Maria de Simone; HERINGER, Pedro Colares; OLIVEIRA, Daniel Martinez (Orgs.). *Caderno Socioambiental*, Niterói, n.1, 2013.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Identidade Social e dores da Alma entre Pescadores artesanais em Itaipu, RJ*. CAMPINAS: PUC, 2004.

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. BEGOSSI, Alpina; LOPES, Priscila (orgs.). *Comunidades pesqueiras de Paraty – sugestões para manejo*. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERNARDES, Janaína. *Festa Popular - Marejada Cultural dos Pescadores Tradicionais de Itaipu*. Disponível em: <[https://www.jb.com.br/rio/caderno\\_niteroi/2019/08/1015265-festa-popular---marejada-cultural-dos-pescadores-tradicionais-de-itaipu.html](https://www.jb.com.br/rio/caderno_niteroi/2019/08/1015265-festa-popular---marejada-cultural-dos-pescadores-tradicionais-de-itaipu.html)>.

BITTENCOURT, Marcos; LERNER, Dina. Ítalo Campofiorito e o INEPAC. In: *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, FUNDAR, 2009.

BOSI, Ecléa. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL, Ricardo. Uma experiência no litoral: história do tombamento das praias. In: *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, FUNDAR, 2009.

BURLA, Rogério da Silva; COUTINHO, Graciete Ribeiro; OLIVEIRA, Vicente de Paulo Santos; OTAL, Mariá de Oliveira. Um olhar social sobre a saúde dos pescadores

tradicionais da localidade de Atafona, São João da Barra-RJ. In: *VÉRTICES*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.14, n. 3, p. 131-152 set./dez. 2012.

BURKE, Peter. *A Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *A escrita da História: Novas Perspectivas – Abertura: Nova História, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, P (org.). *Trad.* UNESP (FEU): 1993.

BURSZTYN, Ivan; SANSELO; Davis Gruber (orgs). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CAMPOFIORITO, Ítalo. O Tombamento é um Santo Remédio. In: In: *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, FUNDAR, 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). *Revista do Patrimônio História e Artístico Nacional*. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

CAVACO, André Farias; VASQUES, Viviane Sampaio. Preservação e Gestão da Paisagem Tombada. In: *4ª Colóquio Ibero- Americano: Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Luciane Barbosa de. O Inepac e a proteção da Paisagem Cultural: o caso de Tarituba, Paraty. In: ANAIS - 7º SIMP - Seminário Internacional em Memória e Patrimônio. Disponível em: <<http://simp.ufpel.edu.br>>.

CARVALHIDO, Victor. *Do “direito- à vez” à vez dos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu*. Niterói: UFF, 2012, p. 24.

CARVALHOSA, Natália. Desenvolvimento industrial-portuário e trabalho formal em São João da Barra: As contradições da inclusão In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social – Vol.9 – no 3 – SET-DEZ 2016 – pp. 399-419.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. 2. ed. Portugal: DIFEL, 2002.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Romeiro. *Arquitetos da Memória: Sociogênese das Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_; RAMOS, Antonio Gilberto (Orgs.). *Patrimônio Cultural: Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012.

CODEÇO, Fernando. Entre a queda do céu e o avanço do mar- teatralidades do fim. In: *XVII Colóquio do Programa de Pós- Graduação em Artes Cênicas*. Rio de Janeiro: PPGAC/UNIRIO, 2017.

CONDE, Pilar Garcia; Martini, Yoli; Zabala, Mariela Eleonora. *Patrimonio Integral em tensión: comunidade local- comunidade académica*, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/BONITINHO%20DA%20MAM%C3%83E/Downloads/7894-Texto%20del%20art%C3%ADculo-22175-1-10-20140807.pdf>.

CONTIGO, Rebeca; SOIHET, Raquel (orgs). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Civilização Brasileira, 2007. CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O programa de Cidades Históricas (PCH): Por uma política integrada de preservação do patrimônio Cultural– 1973/1979*. Dissertação (mestrado), Brasília: UNB, 2012.

COSTA, L. de C. N.; GASTAL, S. de A. (2010). *Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural*. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, Caxias do Sul. Disponível em: < [https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/arquivos/03/Paisagem%20Cultural.pdf](https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/03/Paisagem%20Cultural.pdf).>.

COSTA, Paula Chamy Pereira da. *Interação soci ecológicas na pesca à luz da etnoecologia abrangente: a praia de Itaipu, Niterói/Rio de Janeiro*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011, p. 61.

DAMASCENO, Daniel Pinheiro Caetano. *A Volta dos Exilados: Darcy Ribeiro, Leonel Brizola e Cultura do Povo-Novo para o Rio de Janeiro 1983-1986*. Tese (doutorado), Campos dos Goytacazes: UENF, 2014.

DE CERTEAU, Michel. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Métodos, Novos Problemas e Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1977.

DE LUCA, Tânia Regina. *A revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

DIAS, José Luciano. Partidos e eleições no Rio de Janeiro- 1974-94. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). *Rio de Janeiro: Uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

DIEGUES, Antônio Carlos A Sócio Antropologia das Comunidades de Pescadores marítimos No Brasil: uma síntese histórica. Texto de trabalho. Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em:

<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/leal1.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. *O mito da natureza intocada*. HUCITEC, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_, NOGARA, Paulo José Navaja. *O nosso lugar virou parque: Estudo Sócio-Ambiental do Saco de Mamanguá- Parati- Rio de Janeiro*. NUPAUB-USP, São Paulo, 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos A Sócio Antropologia das Comunidades de Pescadores marítimos No Brasil: uma síntese histórica. Texto de trabalho. Centro de Culturas Marítimas-CEMAR/NUPAUB, Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em:

<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/leal1.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. *O mito da natureza intocada*. HUCITEC, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_, NOGARA, Paulo José Navaja. *O nosso lugar virou parque: Estudo Sócio-Ambiental do Saco de Mamanguá- Parati- Rio de Janeiro*. NUPAUB-USP, São Paulo, 2005.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil*, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz, 2009.

DUARTE, Luís Fernando Dias. *As Redes do Suor*. A reprodução social dos trabalhadores da pesca em Jurujuba. Rio de Janeiro: Editora UFF, 1999.

ECHERGARAY, Fabián. Vinte anos depois da ECO-92: qual é o balanço?. Disponível em:< <https://ideiasustentavel.com.br/vinte-anos-depois-da-eco-92-qual-e-o-balanco/>>.

FALCÃO, Hully Guedes. *Conflito Territorialidades e Mudança: Um estudo sobre a pesca dinâmica de Atafona- São João da Barra (RJ)*. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

\_\_\_\_\_. “O mar não é livre, tem apartamentos de ferro”: uma análise do conflito entre a comunidade de pescadores de Atafona e empresas petrolíferas e portuárias do Norte do Estado do Rio de Janeiro. In: *Revista Ensaios*, Vol.7, julho-dezembro de 2014. ISSN 2175-0564.

FERNANDES, E. B. Do dever de memória ao dever de história: um exercício de deslocamento. In: GONÇALVES, M. A; MONTEIRO, A.M; ROCHA, H; REZNIK, L.(Orgs.). *Qual o lugar da História hoje?* Rio de Janeiro: FGV, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. *Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937)*. In: Políticas Culturais: Teorias e práxis. Disponível em:

<<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2>>.

FERNANDES, E. B. Do dever de memória ao dever de história: um exercício de deslocamento. In: GONÇALES, M. de A; MONTEIRO, A. M; ROCHA, H; RESNIK, L. Qual o valor da história hoje? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FERNANDEZ, G.B; FIGUEREDO JR. AG; PEREIRA, T.G; ROCHA, T.B. Morfologia e dinâmica da praia entre Atafona e Grussaí, litoral norte do Estado do Rio de Janeiro. In: *Anais do VI Simpósio Nacional de Geomorfologia Tropical e Subtropical: processos, métodos e técnicas*. Goiânia (GO), de 06 a 10 de setembro de 2006.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Construindo o Folclore Fluminense: Intelectuais, educação e política no Estado do Rio de Janeiro (1949-1961)*. Dissertação (mestrado). Niterói: UFF, 2004

FERREIRA, Marieta de Moraes; GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.14, nº 28, p.74-100, 1994.

\_\_\_\_\_. Memória Política e História do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Rio de Janeiro: Uma cidade na história*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

FERREIRA, Maria De Simone. *Percursos da memória: Narrativas sobre patrimônio no Museu de Arqueologia de Itaipu*. Tese (doutorado) em História Social da Cultural. PUC-Rio, 2017.

FIGUEIREDO JR, A. G. DE; RIBEIRO, G. P.; ROSAS, R. O. Processos Costeiros: Erosão em Atafona e Progradação em Grussaí, São João da Barra (RJ)- Morfometria para retratação espacial desses eventos e identificação de sua tendência evolutiva. In: *Anais do VI Simpósio Nacional de Geomorfologia Tropical e Subtropical: processos, métodos e técnicas*. Goiânia (GO), de 06 a 10 de setembro de 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Iphan, 2005.

\_\_\_\_\_. Para além de pedra e cal: para uma concepção ampla de patrimônio. In: *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FONTES, Carine Fonseca Lopes. *Análise dos Conflitos Socioambientais da Área de Proteção Cairuçu (Paraty-RJ)*. Dissertação (mestrado) em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 5º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. *A hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRADE, Cássia. *Folclore/ Cultura Popular*. Aspectos de sua história. Campinas: UNICAMP, 2004.

FREITAS, Rodrigo Rodrigues de; GIRALDI, Mariana; HANAZAKI, Natalia; IDROBO, Carlos Julián. Entendendo os modos de vida em sete comunidades Caiçaras de Paraty (RJ). In: *Comunidades pesqueiras de Paraty – sugestões para manejo / organizado por Alpina Begossi e Priscila F. M. Lopes – São Carlos: Rima Editora, 2014.*

GOMES, Renan da Silva. *A Ilha, o Mar, e a “Cidade Debaixo d’Água”*: paisagens e mudanças ambientais em Atafona – RJ. Dissertação (Mestrado) em Geografia– Rio de Janeiro: UFRJ 2012.

FILHO, Luis Eduardo Pereira Barreto. Apresentação. In: BARTHOLO, Roberto; BURSZTYN, Ivan; SANSOLO; Davis Gruber (orgs). *Turismo de base*

comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

FONTES, Carine Fonseca Lopes. Análise dos Conflitos Socioambientais da Área de Proteção Cairuçu (Paraty-RJ). Dissertação (mestrado) em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FREITAS, Rodrigo Rodrigues de; GIRALDI, Mariana; HANAZAKI, Natalia; IDROBO, Carlos Julián. Entendendo os modos de vida em sete comunidades Caiçaras de Paraty (RJ). In: Comunidades pesqueiras de Paraty – sugestões para manejo / organizado por Alpina Begossi e Priscila F. M. Lopes – São Carlos: RiMa Editora, 2014.

FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

FUTADA, Silvia; SPINDEL, Marina. *O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas Unidades de Conservação?* Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelas-unidades-de-conservacao>>.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “*Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade.*” *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 81, 1, 1999.

\_\_\_\_\_. O Patrimônio como categoria de Pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Entre o local e o nacional: uma reflexão sobre ética de pertencimento e identidades sociais. In: *IV Seminário Perspectivas do Ensino de História*. Ouro Preto, Minas Gerais, 2001.

\_\_\_\_\_. *História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. In: MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: Sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

\_\_\_\_\_. Memória individual e memória coletiva. In: *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 25 - 52.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, 11. ed. Rio de Janeiro: D&A Editora, 2006.
- HANAZAKI, Natalia; MOLINA, Silva Maria Guerra; RAMIRES, Milena. Etnoecologia caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. In: Revista Biotemas, 20 (1), março de 2007.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Belo horizonte: Autêntica, 2014.
- HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. *Manual de Museologia*. Madrid: Sínteses, 1994.
- HEIDEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas. In: *Políticas Públicas e Desenvolvimento – Bases Epistemológicas e modelos de análise*. HEIDEMANN, F. G; SALM, J.F. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- HOLANDA, Fabíola; MEIHY, João Sebe Bon. *História Oral: Como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto / MAM, 2014.
- HOBBSBAWN, Eric. *Nacções e Nacionalismo dede 1780: Programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).
- \_\_\_\_\_; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JULIÃO, Letícia. *Apontamentos sobre a história do museu*. In: Caderno de Diretrizes Museológicas. Brasília. MinC, IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2ª ed. Belo Horizonte, SEC, Superintendência de Museus: 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- KUNDLATSCH, Cesar Augusto; PIREHOWSKI, Dariane; STANISKI, Adelita. O conceito de lugar e suas diferentes abordagens. In: *Revista Perspectiva geográfica*. V.9, nº 11. Paraná: UNIOESTE, 2014.
- LACERDA, Ana Beatriz de Castro Carvalho (et al). *A voz do Cidadão Constituinte*. Brasília: Edições Câmara, 2018.



LAHUERTA, Flora Medeiros. Viajantes e a construção de uma idéia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). In: Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelo: Universidad de Barcelona, Vol. X, núm. 218 (64), 1 de agosto de 2006.

LAVINAS, Laís Villela. *Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)*. Dissertação. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

LEYDESDORFF, Selma. Desafios do Transculturalismo. In: ALBERTI, Verena; FERNANES, Tania Maria; FERREIA, Marieta de Moraes (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

LAZZARATO, Maurício. *O governo das desigualdades: Crítica da insegurança neoliberal*. São Carlos: EdUFScar, 2011.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Métodos, Novos Problemas e Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1977.

LIMA, Roberto Kant; PEREIRA, Luciana F: *Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997.

LIMA, Sandra Mara Silva de. “Casas Secretas”- A Reclusão Feminina num Estudo sobre o Recolhimento de Santa Teresa. 1999. Monografia (Graduação) – Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 1999.

LOBÃO, Ronaldo. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma política pública pode transformar em uma política de ressentimento*. Niterói: UFF, 2006, p. 127.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. *O desenho da história no traço da paisagem: patrimônio paisagístico e jardins históricos no Brasil – memória, inventário e salvaguarda*. Campinas, São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. *Revista CPC*, (15), 7-26.

MELLO, Juçara. O cotidiano, os “regimes de historicidade” e a memória. In: *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 236 - 253. set./dez. 2016.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MEIHY, José Carlos Sebe B; REIBEIRO, Suzana L. Salgado. Guia Prático de história Oral: para empresas, universidade, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de.; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 232-248, ago. 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, Stella Maris C. Litoral Tombado. In: *Fazimentos* (caderno 8-Tombamentos). Rio de Janeiro, FUNDAR, 2009.

\_\_\_\_\_. Litoral fluminense tombado-30 anos. In: *Revista Condomínio* ed. 70. Rio de Janeiro: CIPA, 2016.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/ Projetos globais*: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Humanitas, São Paulo, 2003.

MONTEIRO, Jéssica de Oliveira. As políticas culturais no Instituto do Patrimônio Cultural (INEPAC- RJ) b a ótica do patrimônio natural na região norte fluminense e seu uso turístico. Dissertação (mestrado) em Políticas Sociais. Campos dos Goytacazes, UENF, 2016

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. *Museologia e Patrimônio*, v.II, n. 1, p. 54-69, jan./jun. 2009.

\_\_\_\_\_, MORAES, N. Discurso, Análise de Discurso e Memória. Disponível em: <[www.nilsonmoraes.pro.br/nm/NM](http://www.nilsonmoraes.pro.br/nm/NM)>. Acesso em: 18 mar. 2012, p. 58.

MORAES, Eduardo jardim de. *A Brasilidade modernista*: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social*: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: UNIRIO 2000.

\_\_\_\_\_. Ideias e Discursos: armas da preservação. In: *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, FUNDAR, 2009.

NAIDIN, Júlia. Entre Dunas, Escombros e Memórias. In: *Ao Largo*. Ed. 6, 2018. Disponível em:< [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev\\_aolargo.php?strSecao=fasciculo&fas=37915&NrSecao=11](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_aolargo.php?strSecao=fasciculo&fas=37915&NrSecao=11)>.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares. Projeto História. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Alexandra Campos. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. In: BARTHOLO, Roberto; PRIESTER, Mariana Freitas. Os olhares sobre o bairro histórico de Paraty /RJ: Análise de Intervenções na Arquitetura Civil e no Espaço Público. Dissertação (Mestrado) –Rio de Janeiro: IPHAN, 2015.

OLIVEIRA, Daniel Martinez de; HERINGER, Pedro Colares. “Revelando Itaipu: algumas percepções sobre a exposição do MAI”. I Encontro de Pesquisadores do IBRAM, Seção 2: Museus, Educação, Memória e Sociedade. Nov. 2011. (mimeo).

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

RIBEIRO, Darcy. Configurações Histórico-Culturais dos povos americanos. São Paulo: Global Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. *Fazimentos* (caderno 8- Tombamentos). Rio de Janeiro, FUNDAR, 2009.

\_\_\_\_\_. *Os brasileiros*: Teoria do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

\_\_\_\_\_. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Política Cultural no Rio de Janeiro. In: *Revista do Brasil*, edição especial. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado e Cultural, 19

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: *Estudos Avançados*, 24(68), 81-101, 2010.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e Natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*. v.26. nº51. São Paulo, Jan-Jun.2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100007). Acesso em 30 de março de 2017.

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu. Niterói: EDUFF, 2003.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O Que Faz A História Oral Diferente. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História*, n.º 14, São Paulo, 1997.

POULOT, Dominique. Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRIESTER, Mariana Freitas. Os olhares sobre o bairro histórico de Paraty /RJ: Análise de Intervenções na Arquitetura Civil e no Espaço Público. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

RESENDE, Alberto Torres. O papel do Estado no controle territorial litorâneo: estruturação da atividade pesqueira brasileira na primeira república. 2011. Dissertação (Mestrado). São Gonçalo: UERJ/FFP, 2011.

RIBEIRO, Diego de Lemos. A Ciência da Informação em ação: Um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). PPGCI/UFF - IBICT/MCT. Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, Wagner Costa; ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262 – 2006.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente, e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

\_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. In: *História da historiografia*, nº 02, março, 2009.

SANDERCOCK, Leonie. Debatendo o preconceito: a importância das histórias e de sua narração na prática do planejamento. In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XIX, n.1-2, jan-dez 2005, p. 289-315.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SATHLER, Evandro Bastos. População Tradicional em Unidade de Conservação de Proteção Integral: Entre a Hierarquia da norma geral e a competência legislativa concorrente. In: *Anais do 17º Congresso de Direito Ambiental*, 2012. Disponível em:< <http://www.planetaverde.org/biblioteca-virtual/anais/p:3>>.

SHWARCHS, Lilia Moritz. *A natureza como paisagem: imagem e Representação no Segundo Reinado*. São Paulo: Revista USPC, (58), 6-29, 2003.

\_\_\_\_\_. Nacionalidade e patrimônio: o Segundo Reinado brasileiro e seu modelo de tropical exótico. In: CHUVA, Márcia (org). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 34 / 2012.

Memória e Patrimônio.

SILVA, Cátia Antônia da. (Org.). *Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SILVA, Guilherme Aglio da. *Pescadores de Itaipu: Notas sobre Tradição e Modernidade*. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2018.

SILVA DA MOTA, Marly. Guanabara, o Estado-Capital. In FERREIA, Marieta de Moraes (orgs.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

SILVA, Marina. *Meio Ambiente na Constituição de 88- Lições da História*. Entre 1995 e 2011. Disponível em:< <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-v-constituicao-de-1988-o-brasil-20-anos-depois.-os-cidadaos-na-carta-cidada/meio-ambiente-meio-ambiente-na-constituicao-de-88-licoos-da-historia/view>>.

SOARES, Tainá Miê Seto. Território Caiçara: Diálogos sobre a Criação de Área Protegida de Comunidades Tradicionais Caiçaras. Dissertação (mestrado) em Ecoturismo e Conservação. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. *A cruel pedagogia do vírus*. E-book, abril de 2020.

SANTOS, Milton. Território, Territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: *Memória e Patrimônio: Ensaio contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*. – São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCHEINER, Tereza. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

SOUZA, Shirley Pacheco de. Os pescadores de Paraty e o Turismo. In: BEGOSSI, Alpina; LOPES, Priscila (orgs.). *Comunidades pesqueiras de Paraty – sugestões para manejo*. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

SOARES, Tainá Miê Seto. Território Caiçara: Diálogos sobre a criação da Área Protegido de Comunidades Tradicionais Caiçaras. Dissertação (mestrado) em em Ecoturismo e Conservação. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020.

\_\_\_\_\_. O tombamento 30 anos depois. In: *Revista Condomínio* ed. 70. Rio de Janeiro: CIPA, 2016.

TARDELI, Juliene. Memórias de Itaipu: Políticas de Identidade e Proteção ao Patrimônio na Vila de Pescadores. Dissertação (mestrado) em História Social. Rio de Janeiro: UERJ, 2015.

TAVARES, Tânia do Santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista (1963-1964). Dissertação (mestrado) em História Social. São Gonçalo: UERJ, 2013.

TOMAZ, Paulo César. A preservação do patrimônio cultural e sua Trajetória no Brasil. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Maio/Junho/Julho/Agosto de 2010. Vol. 7. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO\\_8\\_PAULO\\_CESAR\\_TOMAZ\\_FENIX\\_MAIO\\_AGOSTO\\_2010.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf)>.

TEIXEIRA, Simone. Um olhar sobre o papel do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural /INEPAC na construção da identidade do Estado do Rio de Janeiro. In: *IV Simpósio Nacional de História Cultural: Sensibilidades e Sociabilidades*. 13 a 17 de outubro de 2008. Goiânia, Goiás.

TOMAZ, Paulo César. A preservação do patrimônio cultural e sua Trajetória no Brasil. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Maio/Junho/Julho/Agosto de 2010. Vol. 7. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO\\_8\\_PAULO\\_CESAR\\_TOMAZ\\_FENIX\\_MAIO\\_AGOSTO\\_2010.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf)>.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

TOMAZ, Paulo César. A preservação do patrimônio cultural e sua Trajetória no Brasil. In: *Revista de História e Estudos Culturais*. Maio/Junho/Julho/Agosto de 2010. Vol. 7. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO\\_8\\_PAULO\\_CESAR\\_TOMAZ\\_FENIX\\_MAIO\\_AGOSTO\\_2010.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf)>.

TORRES, Alberto. *O problema Nacional brasileiro*. Versão para eBook-eBooksBrasil.com. Fonte Digital Digitalização da 3a. edição, 2002.

TRIGUEIRO, André. *Ruim com Dilma, pior com Temer*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/blog/mundo-sustentavel/post/ruim-com-dilma-pior-com-temer.html>>.

\_\_\_\_\_. 15 pontos para entender os rumos da desastrosa política ambiental no governo Bolsonaro. Disponível em: <[g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/03/15-pontos-para-entender-os-rumos-da-desastrosa-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro.ghtml](http://g1.globo.com/natureza/blog/andre-trigueiro/post/2019/06/03/15-pontos-para-entender-os-rumos-da-desastrosa-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro.ghtml)>.

TRINDADE, Ocinei. *Erosão e Arte*, Casa Duna de Atafona: museu em processo dedicado à memória. Disponível em: <<https://www.jornalterceiravia.com.br/2018/02/27/erosao-e-arte/>>.

VAVIESSE, Paula. *Criada Reserva Extrativista Marinha de Itaipu* (Resex Itaipu). 02 de outubro de 2013. Disponível em:

<<http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/criada-reserva-extrativista-de-itaipu>>.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação do Brasil, 1987.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getulio Vargas, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e materialismo*. Tradução André Glaser. São Paulo: Ed.Unesp, 2011.

WINTER RIBEIRO, Rafael. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

ZAOUAL, Hassan. *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?  
In: Caderno Virtual de Turismo, Vol. 8, N° 2, 2008.



## Arquivo INEPAC

INEPAC, Número do Processo: E-07/201.717/84 – Dunas de Cabo Frio e Arraial do Cabo.

INEPAC, Número do processo: E-18/300.008/85 -Extensão do tombamento da praia de Grumari.

INEPAC, Número do processo: E-18/300.459/85- Paraty, São João da Barra e Niterói.

INEPAC, Número do processo: E-05/000.170/87 – Ilha Grande.

INEPAC, Número do processo: E-18/000.172/91 - Serra do Mar/Mata Atlântica

INEPAC, Histórico. Disponível em:  
<<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>>. Acesso em 01 de jun. de 2018.

## Leis e Decretos

BRASIL. Decreto nº 447, de 19 de maio 1846. Regulamenta a Capitania dos portos.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.015 de 9 de janeiro de 1920. Fixa a força naval.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 16.183 de 25 de outubro de 1923. Regulamento da Directoria de Pesca e Saneamento do Littoral.

\_\_\_\_\_. Constituição, de 10 de abril de 1934.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 24.735,14 de julho de 1934. Cria a Inspetoria de Monumentos.

\_\_\_\_\_. Constituição, de 10 de novembro de 1937.

\_\_\_\_\_. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Organiza o Ministério da Saúde e Educação.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 44.851 de 11 de novembro de 1958. Promulga a Convenção e protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado. Haia 1954.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960. Constitui o Estado da Guanabara

\_\_\_\_\_. Decreto nº 346, de 31 de dezembro de 1964. Proteção ao patrimônio histórico e artístico da Guanabara.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966. Promulga a Convenção da flora, fauna e das belezas cênicas dos países das Américas.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 58.077, de 24 de março 1966. Converte o município de Paraty em Monumento Nacional.

\_\_\_\_\_. Constituição, de 15 de março de 1967.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº2, de 11 de abril de 1969. Definição de itens para a proteção do patrimônio cultural do Estado da Guanabara.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 68.172 de 04 de fevereiro de 1971. Estabelece o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB).

\_\_\_\_\_. Lei complementar nº 14 de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº1 de 15 de março de 1975. Estabelece a organização do Estado do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Constituição, 5 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 98.864, de 23 de janeiro de 1990. Cria a Estação Ecológica de Tamoios.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985/2000. Cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

\_\_\_\_\_. Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de natureza Imaterial.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040 de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

\_\_\_\_\_/IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela de Paisagem Cultural.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.343, 2 de dezembro de 2010. Plano Nacional de Cultura. 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.381 de 2 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

NITERÓI/ Câmara dos Vereadores. Lei nº 2874, de 25 de setembro de 2012. Tombamento da pesca artesanal praticada em Itaipu.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 5.808, de 13 de julho de 1982. Regulamenta a Lei nº 509, de 03.12.81, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Tombamento.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983. Cria APA Cairuçu.

Decreto Nº 41.282, de 30 de abril de 2008. Organiza a Secretaria de Estado de Cultura.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.901, de 29 de novembro de 1991. Cria o Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET).

\_\_\_\_\_. Lei nº 2379, 18 de janeiro de 1995. Cria o Município de São Francisco de Itabapoana e desmembra do município de São João da Barra.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5079 de 03 de setembro de 2007. Define os limites do Parque Estadual da Serra da Tiririca (PESET).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 44.417, de 30 de setembro de 2013. Cria a Reserva Extrativista de Itaipu.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 43.522 de 20 de março de 2012. Cria o Parque Estadual da Lagoa do Açú (PELAG).

## Cartas, Declarações e Resoluções

CARTA DE ATENAS. 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em 15 de jul de 2017.

CARTA DE BAGÉ. Agosto de 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/25861888-Carta-de-bage-ou-carta-da-paisagem-cultural.html>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

CARTA DO RIO. Junho de 1992. Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf>. Acesso em 15 de jun. de 2020.

CARTA DA TERRA. Declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no Século XXI. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/\\_arquivos/carta\\_terra.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf). Acesso em 15 de jun. de 2020.

CARTA DE TURISMO CULTURAL, 1976. ICOMOS. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>. Acesso em 10 de abr. de 2019.

CARTA DE VENEZA. Maio de 1964. Convenção e Restauração de Monumentos e sítios. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 14 de jul. de 2017.

COMPROMISSO DE BRASÍLIA, 1970. 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em 15 de jan. de 2017.

COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971. II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em 15 de jan. de 2017.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972. Declaração sobre o Meio Ambiente Humano. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>. Acesso em 20 de jan. de 2017.

DECLARAÇÃO DE SOFIA, 1996. XI Assembleia Geral ICOMOS. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>. Acesso em 20 de jan. de 2017.

NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

NORMAS DE QUITO, 1967. Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico. OEA - Organização dos Estados Americanos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em 08 de jun de 2020.

RECOMENDAÇÃO PARIS, 1962. Recomendação Paris Paisagens e Sítios.

Conferência geral das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. 1962. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>. Acesso em: 08 de jun de 2020.

RECOMENDAÇÃO PARIS, 1968. 15ª Sessão da Conferência da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201968.pdf>. Acesso em 25 de jan. de 2017.

RECOMENDAÇÃO PARIS, 1972. Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em 25 de jan. de 2017.

## Entrevistas

- Almeida, Lidiane. Entrevista concedida a autora. Niterói, 19 de março de 2014.
- Brasil, Ricardo. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2018.
- Bulhões, Aldo. Conhecido como “Pardinho”. Entrevista concedida a autora. Paraty, 18 de janeiro de 2019.
- Bulhões, Simone. Entrevista concedida a autora. Paraty, 06 de agosto de 2020.
- Cavaco, André. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2018.
- Ribeiro, Paulo. Entrevista concedida a autora. Montes Claros, 10 de abril de 2018.
- Lerner, Dina. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 22 de janeiro 2018.
- Lopes, Tânia Rodrigues. Entrevista concedida a autora. Niterói, 22 de novembro de 2012.
- Mendonça, Stella Maris. Entrevista concedida a autora. Rio de Janeiro, 22 de julho de 2020.
- Meireles, Elialdo. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 14 de junho 2017.
- Meireles, Eleilton. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 de junho de 2017.
- Meireles, Elenilça. Entrevista concedida a autora. São João da Barra, 16 de junho 2017.
- Nunes, Jorge. Entrevista concedida a autora. Niterói, 18 de novembro de 2012.
- Possidonio, Robson. Entrevista concedida a autora. Paraty, 11 de janeiro de 2019.
- Remédios, Almir. Conhecido como “Almir Tã”. Entrevista concedida a autora.
- Santos, Jadson dos. Entrevista concedida a autora. Paraty, 12 de janeiro de 2019.
- Silva, José Siqueira. Conhecido como “Tide”. Entrevista concedida a autora. Niterói, 26 novembro de 2012.
- Souza, Américo Fernandes de. Conhecido como Bichinho. Entrevista concedida a autora. Niterói, 19 de novembro de 2012.
- Vieira, Renato. Entrevista concedida a autora. Paraty, 14 de janeiro de 2019.
- Paraty, 24 de setembro de 2017.